

Título: O Púlpito luso-brasileiro.

Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2º semestre de 2003.

Autor: Reinaldo Guedes Machado.

Orientadora: Dr^a. Élide Monzeglio.

Resumo:

A tese de doutorado que ora se apresenta afirma que o púlpito foi o lugar destinado à divulgação da doutrina religiosa, mas também serviu para a elaboração e expressão da mentalidade coletiva; pois que tanto o equipamento físico quanto o discurso verbal da igreja serviram de meios de transmissão do gosto, de valores plásticos, de representações simbólicas e, em diversos momentos, à defesa de determinadas posições políticas.

No segundo capítulo examina-se o discurso oral e a comunicação escrita da igreja desde o período colonial ao tempo presente, e se evidencia em ambos o reflexo das diferentes posturas do clero e dos leigos em relação às condições políticas do Brasil; entre outros exemplos, mostra-se como o discurso da igreja acompanhou a mudança das reações dos católicos ao golpe de estado de 1964, que evoluíram desde a aprovação incondicional da insurreição à condenação posterior das torturas e das condições sociais que se estabeleceram no país sob regime militar.

O terceiro capítulo enfoca o púlpito propriamente dito, mobília eclesiástica e local de onde esses discursos foram proclamados, identifica e caracteriza os diversos tipos de púlpitos construídos no Brasil e em Portugal desde o século XIV ao XX e propõe dois sistemas de classificação tipológica baseados nas características estruturais e formais dos mesmos. Além disso, põe em evidência que o objeto material, em si mesmo, exhibe as tendências estéticas de cada época, revela as correntes de transmissão de padrões modelos formais e, sobretudo serve de suporte a uma rica linguagem simbólica que afirma a dignidade do pregador que o utiliza assim como a sua fidelidade à tradição doutrinária da Igreja.

No fim do segundo volume da tese apresentam-se como apêndices; a listagem dos púlpitos registrados nas pesquisas efetuadas, um pequeno glossário de termos técnicos e a bibliografia utilizada durante todo o trabalho.

Palavras chaves:

Púlpito, oratória religiosa, arte brasileira, arte portuguesa, mobiliário eclesiástico.

Résumé:

La thèse ci-devant présentée affirme que la chaire a été la place de diffusion des doctrines religieuses, mais elle a servi aussi à l'élaboration et à l'expression de la mentalité collective parce que la chaire et le discours verbal de l'église ont aussi servi à la diffusion du goût; des valeurs esthétiques; des représentations symboliques et; à certains moments; à la défense de certaines conceptions politiques.

Au deuxième chapitre de ces études on examine le discours oral et la communication écrite de l'église dès la période coloniale au temps présente et on y voit qu'ils ont réfléchi toutes les changements des réactions du clergé et du laïcat catholiques en face à des conditions politiques du Brésil; on y voit; par exemple; que ces réactions ont évolué dès l'approbation inconditionnée au coup d'état de 1964 à la condamnation véhémente de la torture et des conditions sociales qui ont été mis en vigueur au Brésil sous le régime militaire.

Le troisième chapitre (Volume 2) se réfère au chaire, le meuble et local d'où ces discours ont été proclamés. Le meuble, il même, présente des valeurs esthétiques de chaque époque, révèle les courants de transmission des modèles plastiques et surtout: il sert de support à une langage symbolique qui affirmait l'haute dignité du prêcheur qui l'occupait et sa fidélité à la tradition doctrinale de l'église. Cette chapitre là identifie aussi des plusieurs types de chaire qui on a construit dès le XIV^{ème}. au XX^{ème}. siècles au Portugal et au Brésil et propose deux systèmes de classification fondé sur les caractéristique structurales et formelles du meuble.

Au fin du deuxième volume se trouve la listage classifié des chaires enregistrées par cette étude, un petit glossaire des termes techniques employées et la bibliographie utilisée par son auteur.

Mot- clés:

chaire; oratoire religieuse; art brésilienne; art portugaise; Eglise Catholique; mobilier ecclésiastique.

Summary

This thesis of doctorate points that the pulpit, both religious speech and the material equipment, was the place from there the doctrine was proclaimed and even where other aspects of the collective thought were formulated and expressed. Their second chapter examines the verbal communication of the church from the colonial Brazil just at the present time and put in evidence how these public manifestations reflected all the of political changes of the catholic people in reaction at the historical circumstances of the nation.

The material pulpit, furniture piece of the temple, is the object of the third chapter. There the different species of pulpits is identified and two systems of classification are proposed for then, by observing his structural or formal characteristics. It is pointed the pulpit too supports a symbolic language to proclaim the great dignity of the prayer and his loyalty to the doctrinal tradition of the church.

Finishing the second volume the list of portuguese and brazilian pulpits that was considered in these studies can be found, both a little glossary of technical terms and the bibliography employed by the author on making this thesis.

Key Words:

Pulpit, oratory, brazilian art, portuguese art, temple furniture; catholic church.



Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Curso de Pós-Graduação

O Púlpito Luso-brasileiro.

Tese de Doutorado

Volume 1

Autor: Reinaldo Guedes Machado

Orientadora: Dr^a Élide Monzeglio

Setembro de 2003

Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Curso de Pós-Graduação

O Púlpito Luso-brasileiro.

Tese de doutorado

Volume 1

Autor: Reinaldo Guedes Machado

Orientadora: Dr^a Élide Monzeglio

Setembro de 2003

A meu pai

Dirceu da Cunha Machado,

minha mãe

Edy Guedes Machado,

irmão e irmãs

Dilza Eliane,

Marília,

Jorge Alberto,

Christiana.

Na impossibilidade de registrar aqui todos os que, em contactos eventuais ou continuados, deram sugestões, encorajaram o desenvolvimento de alguma ideia embrionária, alertaram contra algum desvio dos objetivos; enfim, de algum modo contribuíram para a realização desta tese, cabe expressar minha gratidão.

À Dr.^a Élide Monzeglio, pela orientação segura e constante demonstração de confiança no meu trabalho;

aos professores e funcionários da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, pelo apoio e cortesia; representados pelos professores Celso Monteiro Lamparelli, Maria Ruth Amaral, Maria Cecília Loschiavo, Luiz Américo Munari e Jorge A.S. Carvajal, da E.C. A, e pelos funcionários Filomena Kastsutani, Maria José Polletti, Estelita Lima dos Santos;

a Capes pelo apoio financeiro e aos funcionários do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Brasília pela gentileza no atendimento, em especial, a Luzia Rodrigues, Maria Helena da Silva, e Selma Maria Marques;

aos colegas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, pelo apoio e por reconhecimento da sobrecarga causada pelo meu afastamento; em especial, aos colegas do Departamento de Projeto, Expressão e Representação: Cláudia, Dulcinéia, Eliel, Gabriela e Neander;

aos amigos

Estevam Strauss Filho, Bernardette Maria, Gabriel e Raphael Nogueira Batista Strauss pela hospitalidade em Brasília;

a Alexandre e Juliana, Aparecida Zanelato, Eunice e Evaldo, Paulo Moura, Marcos Santos, e Tito pelo acolhimento em São Paulo;

a Antonio Carlos Carpintero, Christina Jucá, Edson Braga de Souza, Frank Svensson, Jaime Gonçalves de Almeida, Lucia Teresa Faria e Mollie Ivy Burrell pelo interesse no andamento desta tese;

a Alexandre Pereira Magalhães pelas fotografias, apoio e companhia.

Vai um pregador pregando a Paixão, chega ao Pretório de Pilatos, conta como a Cristo o fizeram rei de zombaria; diz que tomaram uma púrpura, e lha puseram aos ombros: ouve aquilo o auditório muito atento. Diz que teceram uma coroa de espinhos, e que lha pregaram na cabeça: ouvem todos com a mesma atenção. Diz mais que lhe ataram as mãos, e lhe meteram nelas uma cara por cetro: continua o mesmo silêncio, e a mesma suspensão nos ouvintes. Corre-se neste passo uma cortina, aparece a imagem do Ecce Homo: eis todos prostrados por todos a bater nos peitos, eis as eis os gritos, eis os alaridos, eis as Que é isto? Que apareceu de novo Igreja? Tudo o que descobriu aquela tinha já dito o pregador. Já tinha dito púrpura, já tinha dito daquela coroa, espinhos, já tinha dito daquele cetro, cana. Pois se isto então não fez abalo como faz agora tanto? Porque então Homo ouvido, e agora é Ecce visto: a relação do pregador entrava ouvidos; a representação daquela figura entra pelos olhos (...)

As palavras ouvem-se, as obras vêem-se; as palavras entram pelos ouvido, as obras entram pelos olhos, e a nossa alma rende-se muito mais pelos olhos que pelos ouvidos.



Corre-
imagem do
terra; eis
la grimas,
bofetadas:
n e s t a
cortina,
daquela
e daqueles
e daquela
nenhum,
era Ecce
Homo
pelos

Capítulo 1- Definição do objeto de estudo.

1. I - Introdução

1. II - Definição do objeto de estudo

1. III - Organização desta Tese de Doutorado

1. I - Introdução

Interesse do objeto de estudo.

É uma expressão vulgar dizer que o Brasil é um país católico, ainda que esta expressão se mostre inexata quando se considera o número de seus cidadãos indiferentes às práticas religiosas ou adeptos de outros cultos. Melhor seria dizer que o Brasil é um país de cultura católica, pois, quer seja indiferente ou francamente inimigo da igreja católica, nenhum cidadão deste país está imune ao substrato ideológico do catolicismo que ao longo dos séculos vem modelando as instituições nacionais desde que a igreja e a monarquia portuguesa associadas conquistaram o território e mantiveram sua posse combatendo povos indígenas, calvinistas franceses, judeus, holandeses e revolucionários separatistas, até a consolidação do império brasileiro, quando só então outras confissões religiosas puderam estabelecer seus templos e congregarem seu reduzido número de adeptos.

Proclamada a república, e oficialmente separados o estado e a igreja, o catolicismo continuou a exercer considerável influência sobre a ação dos dirigentes, sobre a configuração das instituições nacionais, sobre valores morais apregoados em público, sobre hábitos e costumes praticados em privado ou no âmbito mais geral da comunidade.

No plenário dos corpos legislativos, nos tribunais, assim como na maioria dos gabinetes de governadores e prefeitos, o crucifixo está sempre colocado em local de destaque e raros são os candidatos em campanha eleitoral que deixam de proclamar a sua fidelidade aos princípios cristãos ou de buscar o apoio das igrejas à sua candidatura. Quer seja sincera ou apenas conveniente, essa religiosidade proclamada por dirigentes e eleitores, tem permeado com considerações de natureza religiosa a elaboração de normas objetivas do comportamento social tal como, para citar apenas os casos mais evidentes, se deu durante a demorada discussão que precedeu a aprovação da lei do divórcio no Brasil; e continua a se verificar na questão do atendimento médico à interrupção da gravidez; na definição das situações em que o aborto é

legalmente permitido; e na discussão dos dispositivos legais que estendam a cidadãos de qualquer orientação sexual os direitos garantidos pelo contrato de casamento civil.

Do mesmo modo, a vida cotidiana nos seus parâmetros temporais, é marcada pelo calendário católico. Com maior ou menor compreensão do significado intrínseco das celebrações, sucedem-se ao longo do ano os feriados nacionais de Quinta-feira Santa, Corpus Christi, Imaculada Conceição, da Assunção de Nossa Senhora, etc. O período natalino e a páscoa alteram a aparência dos estabelecimentos comerciais e das mensagens publicitárias veiculadas pela televisão; a quaresma e a semana santa elevam o preço do pescado e alteram o ritmo da vida das pequenas cidades com procissões multicoloridas de andores, cantos e tapetes de flores pelas ruas. As festas juninas de Santo Antonio, São João e São Pedro transformam temporariamente a paisagem urbana com bandeirolas, palanques e palcos efêmeros para realização de bailes em que todos se vestem de caipira. Os feriados locais em honra de santos padroeiros incorporam danças folclóricas e manifestações diversas que vão desde procissões de barcos em cidades do litoral ao desfile de mascarados, mouros e cristãos nas cavalhadas do interior.

Enfim, o cristianismo, principalmente na sua vertente católica, já que as demais denominações só nos últimos decênios começaram a congregar número significativo de adeptos, é uma das componentes mais marcantes da cultura brasileira desde as manifestações populares localizadas até aos planos mais gerais da política formal da nação.

Como essa crença e essas práticas se fizeram tão presentes a ponto de influenciar atitudes e ações de todo o corpo social? Como se incutiu numa população heterogênea, composta de colonos portugueses, indígenas e africanos de diversos troncos culturais, um pensamento tão complexo como esse, fundado em tradição tão antiga que remonta ao judaísmo através da filosofia greco-romana e da escolástica medieval, e registrado na língua morta de um império extinto? Quais os interesses partilhados por doutrinados e doutrinadores facilitaram a assimilação da mensagem proclamada pela instituição eclesiástica? Por outro lado, que exigências fizeram à igreja os diversos grupos sociais em troca de sua fidelidade e da onerosa manutenção dos templos, do clero, das festas e cerimônias?

A hipótese que se impõe é que o púlpito não serviu apenas à divulgação de uma teologia dogmática a versar sobre afirmações transcendentais, explicações sobre o outro lado da morte, a angústia que a fé ajuda a aplacar.

A tese a demonstrar é, pois que no púlpito, linguagem plástica e linguagem verbal serviram também ao comentário da vida terrena, a refletir e propor valores políticos, morais, estéticos, etc.; enfim, à expressão e construção de uma mentalidade coletiva.

1. II - Definição do Objeto de estudo.

Uma aproximação intuitiva ao discurso da igreja no território da cultura luso-brasileira, de imediato nos permite reconhecer no precioso acervo da arquitetura religiosa, sobretudo nos templos barrocos, o poder de convencimento atribuído ao deslumbramento dos sentidos; da visão, pela talha, pinturas, azulejos, alfaías de metais preciosos e vestimentas litúrgicas de tecidos raros de cores saturadas; da audição, pelo recitativo das orações numa língua misteriosa conhecida apenas por uma minoria prestigiada da hierarquia social, pela polifonia do canto e da orquestra em que a variedade dos estímulos simultâneos se unifica como que por magia no sistema da harmonia europeia, ou pelo solene e hipnótico canto em uníssono dos beneditinos; do olfato, pela mistura de odores das velas acesas, das flores a decorar o altar, de alfazema ou incenso queimando nos turíbulos.

Mas, se os rituais, os cantos, os desfiles multicoloridos e solenes das procissões atordoam os sentidos; se as imagens, as pinturas e os azulejos historiados descrevem a vida dos santos e os emblemas recordam por símbolos icônicos alguns dogmas; o ajustamento dos costumes aos princípios da moral católica exige a complementação das informações codificadas na linguagem plástica pelo discurso sequenciado da linguagem verbal na qual o encadeamento da argumentação permite a explanação mais detalhada da doutrina e a consideração dos seus

desdobramentos sobre o comportamento individual e coletivo.

O impacto da sedução sensorial é pois complementado pela conquista do intelecto e das vontades por meio da palavra.

Ao caráter efêmero da comunicação oral, embora atenuado pelo registro escrito dos sermões, associa-se, todavia um objeto material de duração mais prolongada: o púlpito, peça do mobiliário das igrejas e local especialmente delimitado no corpo da nave para destacar o pregador ampliando a propagação de sua voz e fazendo-o visível aos espectadores mais distanciados; e mais do que isso, moldura carregada de símbolos a indicar a dignidade de seu ocupante e do discurso que ali pronunciava.

Na primeira acepção registrada nos dicionários, a palavra púlpito designa a tribuna da qual os pregadores dirigem seus discursos à comunidade que os ouve. Entretanto, o uso comum da língua ampliou o significado do vocábulo para além da designação precisa do objeto concreto a que se referia fazendo-a também se referir à atividade para qual servia de suporte material.

Essa segunda acepção do termo é referendada em dois documentos de excepcional importância ao estudo que empreendemos. O mais antigo deles é a memória apresentada à Academia Real de História Portuguesa por frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas que resenha e discute a atividade de pregação católica desde a antiguidade clássica até em 1776, quando a escreveu (1). O segundo é o texto intitulado “O Púlpito no Brasil” lido pelo seu autor no Instituto dos Bacharéis em Letras, do Rio de Janeiro, em 1864, no qual Benjamin Franklin de Ramiz Galvão desenvolveu uma longa dissertação histórica sobre a atividade dos pregadores em terras brasileiras, entremeada da apreciação da qualidade literária dos seus sermões, sem que lhe parecesse necessária qualquer referência aos púlpitos concretos de onde aqueles falaram. (2).

Esta tese considera essas acepções que o termo púlpito adquiriu na língua portuguesa. Examina portanto dois aspectos diferentes sob os quais se apresenta o objeto de estudo, cada um dos quais a exigir uma abordagem específica apropriada: a pregação da igreja católica (púlpito verbal), e o mobiliário destinado ao exercício dessa pregação (púlpito material).

Entre tantas formas de comunicação verbal utilizadas pela igreja destaca-se o sermão, obrigatoriamente proferido nas missas dominicais e frequentemente presente em outras ocasiões como procissões em dias de festa e em outras solenidades religiosas.

A primeira dificuldade com que se depara quem pretenda refletir sobre os sermões e sua influência na elaboração da mentalidade brasileira decorre de sua própria característica de peça oratória, que se realiza e se extingue no mesmo evento em que é pronunciada.

É possível, todavia construir uma imagem aproximada desses eventos valendo-se dos manuscritos e anotações deixados pelos seus protagonistas e ouvintes, assim como pelas inúmeras edições de sermões impressos quando ainda viviam seus autores. Certamente o texto dessas edições nem sempre reproduz com exatidão a fala emitida do púlpito, muitas vezes desenvolvida a partir de esquemas sucintos e anotações abreviadas das citações convenientes ao tema tratado na ocasião. Mas ainda assim, como a partitura que permite conhecer a peça musical embora não substitua a experiência concreta de sua audição, o sermão impresso, retocado e aprimorado pelo autor, estava dirigido a um público em parte semelhante ao que o ouvira e, portanto preservava os traços principais do discurso original, quais sejam; os temas, a intenção, a articulação interna das partes, as imagens, as citações corroborativas dos argumentos empregados e a linguagem do pregador.

Do desempenho do orador, bem como do efeito sobre seus ouvintes, ficou o testemunho de escritos contemporâneos aos pregadores mais afamados; as crônicas e cartas em que as ordens religiosas relataram suas atividades aos superiores das províncias; os relatos de celebrações públicas por casamentos, nascimentos e mortes na família real, posse do cargo por um novo governante civil ou bispo, comemoração de vitórias em guerra, canonização de santos, jubileus, autos-de-fé, etc.

A construção da imagem dos eventos de pregação é portanto possível. Não é, entretanto, suficiente para a compreensão da interferência que tiveram na mentalidade coletiva, da qual

foram simultaneamente produto e elementos formadores. De fato, os sermões são a palavra de uma igreja institucionalizada com um corpo de crenças estabelecido, com alianças e divergências com instâncias externas de poder político, e com tensões internas entre os diversos grupos que a compõem. Por isso nenhum sermão deve ser considerado apenas como a expressão particular de um pensamento individual. Pelo contrário, em cada sermão confluíram a personalidade do pregador e o pensamento da instituição, as contingências do momento e a exigência de considerar as tradições de uma igreja que se declara guardiã de verdades atemporais. Portanto outra fonte importante a considerar no presente estudo são os documentos eclesiásticos que regulamentam a pregação definindo, entre outros aspectos, a quem se atribui o título de pregador; quais as exigências de sua formação e comportamento; e os temas apropriados a cada ocasião.

Um terceiro aspecto a ser levado em conta no estudo dos sermões é sua consideração enquanto gênero literário, o que implica na existência de um quadro de referência de padrões estéticos, de formas aprovadas ou recusadas, com o qual se deparava o autor de cada obra específica. Este aspecto, sem dúvida o mais explorado na bibliografia existente em relação à oratória religiosa, não será, porém objeto de maiores aprofundamentos no presente trabalho cujo foco central pretende incidir sobre o púlpito enquanto local de reiteração e formação da mentalidade coletiva. Não poderia ser ignorado, entretanto; por isso recorre-se aqui à valiosa contribuição dos estudiosos da literatura de mais sólida fundamentação teórica e documental, à bibliografia de maior aceitação e mais frequentemente citada por especialistas como Antonio Candido, Alfredo Bosi, Wilson Martins, etc.; e às teses universitárias mais recentes que se ocupam de pregadores, da retórica e outros meios de propaganda religiosa, além dos textos de auto avaliação e crítica deixados pelos próprios sermonistas e aos pareceres dos censores eclesiásticos que obrigatoriamente integravam os volumes de sermões impressos.

A necessidade do estudo do púlpito material ficou evidenciada desde as primeiras prospecções bibliográficas para elaboração do plano inicial de pesquisa, quando se constatou a inexistência de qualquer estudo sistemático sobre essas peças do mobiliário religioso, cuja presença no interior dos templos é, salvo raras exceções, quase sempre despercebida pelos historiadores da arquitetura religiosa luso-brasileira (3).

Para suprir essa lacuna recorri aos arquivos e inventários publicados pelos órgãos oficiais do Brasil e Portugal, a coleções privadas de fotografias, a toda e qualquer publicação, que pudessem mencionar púlpitos ou conter fotografias do interior das igrejas permitindo identificá-los. Apoiado nesta coleta iconográfica e de referências nos textos foi possível listar e elaborar registros descritivos de 866 púlpitos, 540 destes localizados no território atual de Portugal e 326, no Brasil (4); permitindo-me identificar e estabelecer dois esquemas de classificação morfológica, segundo suas características estruturais mecânicas e segundo a aparência de sua estrutura formal.

Ao inventariar e descrever essas formas, estabelecendo-as como Tipos, fez-se uma sistematização abstrata ainda que embasada na observação empírica de um grande número de exemplares concretos.

Essa etapa dos estudos, além de estabelecer uma taxonomia até então inexistente dos púlpitos luso-brasileiros, trouxe valiosas informações de quais tipos tiveram larga difusão e quais, ao contrário, ficaram restritos a uma região ou moda passageira. Permitiu também conhecer a extensão do conjunto e investigar uma ordenação possível dos seus componentes; mas ainda parecia insuficiente para a leitura dos significados particulares que comunica cada púlpito; pois o tipo, a estrutura formal enquanto imagem inicial que organizava toda a composição, para se realizar em objeto concreto precisou em cada caso ser construído pela articulação do vocabulário estilístico então em voga com a inventividade de cada criador, com as exigências dos clientes e os recursos disponíveis ao empreendimento.

Assim, os componentes que habitualmente se designam como decoração são tomados como signos indicativos, entre outros aspectos, das influências recíprocas entre os diversos centros de produção artística, do desenvolvimento técnico em cada época e lugar, e principalmente, de significados reconhecidos e valores aceitos pelas coletividades que os admitiram em seus púlpitos. O levantamento desse repertório de signos constituiu portanto o complemento necessário ao estudo dos púlpitos luso-brasileiros, aqui empreendido.

1. III - Organização desta Tese de Doutorado.

Como já foi dito antes, a presente tese de doutorado trata do púlpito em ambas as conotações do termo; no Capítulo II, como objeto verbal de representação, transmissão e elaboração da mentalidade coletiva no contexto da cultura luso-brasileira; e no Capítulo III, como objeto material, suporte e local de emissão do discurso verbal, elemento do mobiliário das igrejas cuja configuração formal apresenta variações ao longo do tempo e na extensão do território considerado. Para maior clareza, os termos sermonística, parenética e oratória foram preferencialmente utilizados ao se referir à fala da igreja, ao objeto verbal estudado no segundo capítulo e o vocábulo púlpito reservou-se para designar o objeto material estudado no terceiro capítulo.

O Capítulo IV arrola as conclusões de todo o estudo, registra as relações detectadas entre o conteúdo da mensagem verbal emitida pela igreja e o equipamento material que propiciava a sua transmissão, assim como indica alguns dos possíveis desenvolvimentos do tema em pesquisas posteriores visando esclarecer aspectos particulares que as contingências de prazo, e mesmo a disciplina necessária a formalização de uma tese de doutorado, limitaram ao simples registro de questões ou da intuição imprecisa de algumas hipóteses.

Os capítulos II, III e IV compõem portanto o núcleo da tese, e a expõem integralmente em linguagem escrita.

Entretanto esta tese se poderia incluir num contexto mais amplo de investigação sobre as relações entre a linguagem verbal e a linguagem plástica na transmissão simultânea de conteúdos ideológicos, ainda que esta ampla reflexão aqui tenha sido concentrada em torno do púlpito como objeto de estudo.

De fato, ambas as linguagens fizeram parte do meu percurso de aproximação ao objeto de estudo. Examinei textos e representações iconográficas, sermões e púlpitos; redigi e desenhei as imagens visuais que me ocorriam ao longo dos estudos que a fundamentavam. Formou-se assim um acervo de anotações visuais em desigual estágio de desenvolvimento. Uns são simples croquis a lápis ou caneta esferográfica; outros elaboram desenhos feitos com a ajuda de programas de computação gráfica, incorporando imagens coletadas nos mesmos livros que lia.

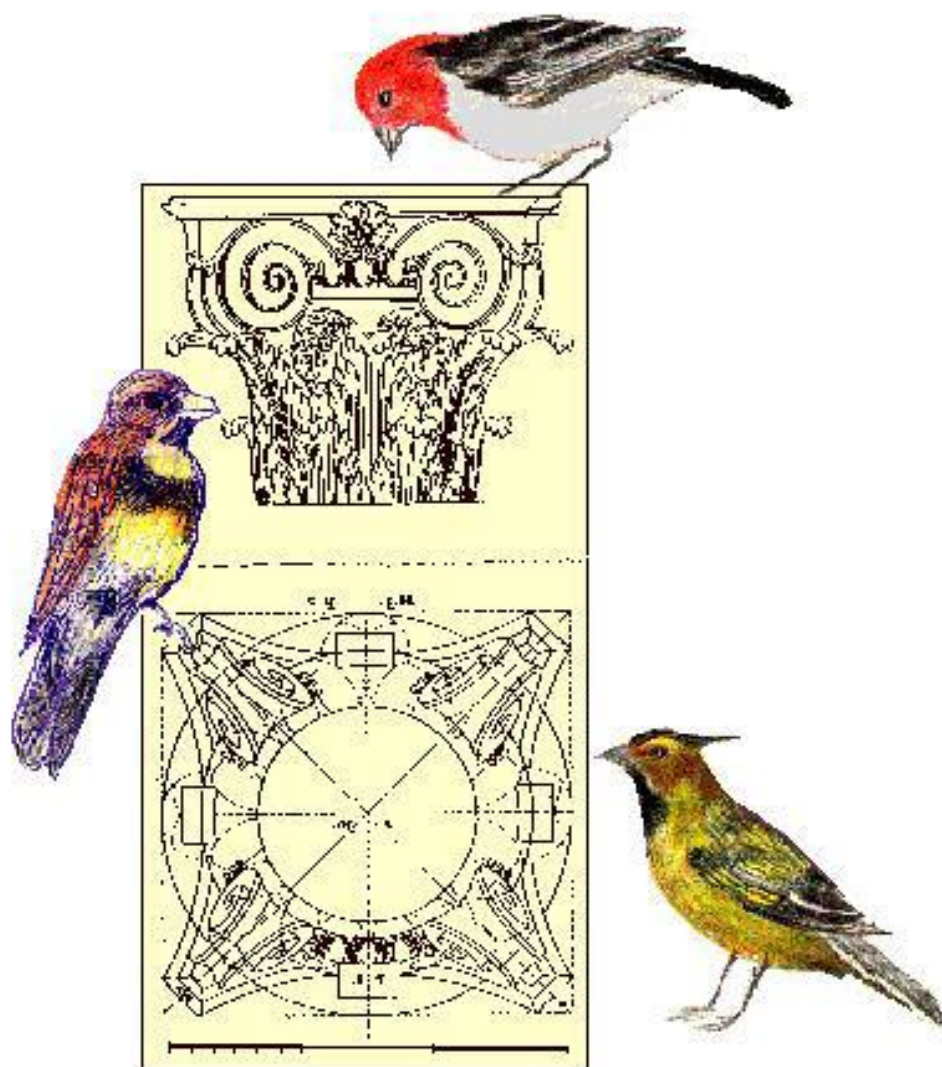
Alguns destes desenhos serviram como instrumento de análise, por simplificarem em croquis a informação apreendida na observação direta ou nas fotografias, revelando de forma mais evidente a volumetria básica dos púlpitos. Outros são interpretações plásticas de trechos de sermões lidos. Outros ainda resultaram da associação de imagens despertadas por fontes diversas, tal como associar a leitura dos sermões do Padre Lourenço de Gusmão à lembrança do romance *O Memorial do Convento* de José Saramago, produzindo, no desenho, a associação entre a passarola que o padre inventara e a inquisição que o perseguira.

De início, pretendi utilizar todo esse material na montagem de uma exposição, simultânea à defesa da tese, composta de desenhos ou pinturas e da impressão ampliada daqueles elaborados inicialmente no computador. Para esta tarefa se previa cerca de quatro meses no plano inicial de trabalho. No entanto, a imprevista redução de dois anos no prazo máximo estipulado para realização do doutorado, em consequência de reformulação posterior do regimento do Programa de Pós-Graduação da FAU-USP, inviabilizou a finalização desse material na forma pretendida inicialmente. O registro de tais estudos visuais ficará, pois, em parte distribuído como ilustrações ao longo do texto nos lugares convenientes.

Fontes.

As fontes das informações que fundamentam o presente trabalho estão indicadas por notas numeradas, relativas a cada capítulo e dispostas ao fim do respectivo volume. Complementa a informação a Bibliografia, a listagem indicativa das fontes das ilustrações, o glossário, os quadros classificatórios dos púlpitos luso-brasileiros e demais apêndices ao fim do segundo volume desta tese.

2.I - Metrópole e Colônia



2. I - Metrópole e Colônia.

A Pregação católica no Século XVI.

Até 1546, são débeis as iniciativas portuguesas para a ocupação e colonização do Brasil. As primitivas feitorias para abastecimento de navios com produtos como o pau-brasil e as capitânicas, que fracassaram quase todas, nada representavam senão a posse precária da terra assinalada por núcleos dispersos de portugueses.

A efetiva implantação do empreendimento colonial em terras brasileiras só se dará com a chegada Governador Geral Tomé de Souza, que trouxe consigo um contingente de funcionários, colonos e jesuítas, o regimento detalhado de suas funções, competências e deveres. Cabia-lhe fundar uma cidade, Salvador; garantir a defesa da costa, dos engenhos e vilas tanto contra estrangeiros quanto contra os ataques indígenas ainda frequentes.

Aos religiosos cabia a assistência aos colonos, a educação das crianças, a pacificação dos grupos indígenas mais próximos aos agrupamentos portugueses e simultaneamente conquistar-lhes as almas para o catolicismo fazendo-os súditos cristãos do rei português.

A Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil: e do que obraram seus filhos nesta parte do Novo Mundo (1), do Pe. Simão de Vasconcelos (1597-1671) relata as atividades desses primeiros jesuítas no Brasil.

O Pe. Simão não foi testemunha direta dos fatos que narra ano a ano. Contudo, viveu no Brasil desde criança e entrou para a Companhia de Jesus no Colégio da Bahia em 1616. Chegou a ser Provincial de sua ordem e reitor dos colégios da Bahia e do Rio de Janeiro. Por tudo isso teve acesso às fontes primárias de sua crônica, que cita quando necessário, bem como pode valer-se da transmissão oral das informações ao conviver com os residentes mais idosos das casas jesuíticas. O cronista informa com objetividade sobre acidentes naturais, plantas, costumes indígenas, cidades e aldeias de colonos portugueses, fatos e documentos oficiais que mostra ter

consultado, corrigindo de vez em quando informes imprecisos de outros cronistas. Mas ele é homem do século XVII, acredita na interferência direta de Deus nos acontecimentos humanos e por isso incorpora à história milagres e explicações sobrenaturais para os fatos que narra. Todavia, considerada essa ressalva, sua obra pode ser tomada como fonte suficientemente fidedigna para os fins aqui propostos mesmo porque não contradiz outras informações sobre o mesmo período contidas nos escritos dos personagens de que trata, entre outros; os padres Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, Fernão Cardim, Leonardo Nunes e Luís de Grã; compilados e publicados no século XX por historiadores de maior rigor científico como os jesuítas Serafim Leite e Leonel Franca.

A crônica do Pe. Simão de Vasconcelos indica com clareza que os jesuítas se punham como principal tarefa a conversão do indígena, em estrita concordância com a bula expedida em 9 de junho de 1537 pelo papa Paulo III que declarava os índios “capazes da Fé de Cristo” e ilegítima qualquer tentativa de reduzi-los à escravidão (2). Desta postura se originaram os frequentes conflitos entre esses religiosos e os colonos portugueses que persistiram até a segunda metade do século XVIII, como comprova a expulsão do Pe. Vieira pelos colonos do Maranhão em 1661. (3).

A segunda tarefa a que se dedicaram, premidos pelo pequeno número de padres seculares aqui disponíveis e por insistência das autoridades coloniais e do povo das incipientes povoações, foi a de prestar assistência religiosa às comunidades portuguesas aqui estabelecidas. (4)

Enfim, coube aos jesuítas ocuparem-se de povos diversos, falantes de línguas variadas, a exigirem diferentes métodos de persuasão para dar combate a costumes tido por pecaminosos, porém fundamentados em tradições culturais dos grupos indígenas ou propiciados pelas condições excepcionais com as quais se defrontavam os europeus recém instalados em suas possessões americanas. (5)

As dificuldades da catequese são o assunto central do “*Diálogo da conversão do gentio*” do Padre Manoel da Nóbrega, que nos apresenta dois jesuítas; o irmão Gonçalo Álvares, pregador, e o irmão Mateus Nogueira, ferreiro, a discutirem esse tema. Segundo eles, a inexistência de religião formalizada em doutrina e a organização social não baseada na submissão ao poder pessoal de um rei dificultavam aos indígenas a compreensão da mensagem cristã e fazia-os inconstantes na adoção do catolicismo (6). Apesar disso, parece-lhes mais fácil obter a conversão do índio, pela sua ingênua credulidade, do que converter judeus ou filósofos

(...) porque como as coisas de nossa fé, das mais essenciais, como são da S. Trindade, e que Deus se fez homem, e os mistérios dos sacramentos, não se podem provar por razão demonstrativa, antes muitas são sobre toda razão humana. (7).

O Diálogo... prossegue e permite ao Pe. Manuel da Nóbrega expor por intermédio de seus personagens as características que considera necessárias ao pregador para obter o sucesso na missão que lhe cabe.

Mateus Nogueira: Parece-me que, por mais fáceis que fossem a se converterem, não se converteriam da maneira que lhes dizeis, nem lho dizem os padres. E por isso estai-me atento. Sabereis como o ofício de converter almas é o mais grande de quantos há na terra e por isso requiere mais alto estado de perfeição que nenhum outro.

Gonçalo Álvares: Que requiere? Não basta ser língua (*) e saber-lho bem dizer?

Mateus Nogueira: Muito mais há mister. (...) Há de ter muita fé, confiando muito em Deus e desconfiando muito de si há de ter graça de falar mui bem a língua; há de ter virtude para fazer milagres quando cumprir, e outras graças muitas, que tinham os que converteram gente, e sem isto não tenho ouvido que ninguém se convertesse. E vós quereis converter sem nada disto, e que de graça sejam logo todos santos? Esse seria o maior milagre do mundo. (8)

* - ser língua é ser capaz de falar em línguas brasílicas

O *Diálogo da Conversão do Gentio* permite supor que o irmão Gonçalo Álvares atuava apenas como intérprete, fazendo a tradução simultânea da pregação dos padres. Nas crônicas do Pe. Simão de Vasconcelos entretanto há referências explícitas a irmãos jesuítas que também pregavam (9), ou seja, membros leigos a exercerem uma prerrogativa exclusiva dos sacerdotes, o que certamente se justificava por ser pequeno número de padres disponíveis, e menor ainda, daqueles capazes de falar as línguas indígenas. Em 1559, o irmão índio Garcia de Sá tornara-se exímio pregador, no dizer desse cronista:

Já se achavam índios nas aldeias, dos quais se podia fiar o serem mestres do catecismo, e de outros o serem pregadores da fé. Entre estes foi mui nomeado um principal por nome Garcia de Sá: a este concedeu o Céu, depois de convertido, à semelhança de um espírito de S. Paulo para converter os de sua nação; e pôs tanta graça em suas palavras, que suspendia aos índios, e os trazia como a bandos a procurar o bem de suas almas, em grande ajuda dos trabalhos dos padres. (10)

Mecenas Dourado, no ensaio introdutório à sua edição do texto do padre Manuel de Nóbrega, atribui a dificuldade de conversão do indígena à incompatibilidade entre a mentalidade primitiva, pré-lógica, do índio brasileiro e a mentalidade discursiva, causal, do jesuíta formado no exercício de disputas escolásticas. Alfredo Bosi, por sua vez, aponta a dificuldade com que se deparou o catequizador para traduzir conceitos cristãos para línguas que não possuíam nem termos nem conceitos equivalentes. (11)

De fato, além das palavras do sermão, outros recursos de persuasão se fizeram necessários. A valentia e a força da fé eram demonstradas no terreiro das aldeias por padres se flagelando em penitência, sob a admiração dos índios. Os autos teatrais, representações narrativas e moralizantes nos quais anjos e demônios figuravam em imagens concretas o bem e o mal, seduzia-os pelo apelo multissensorial das fantasias, sons e movimentos. Encantava-os os gestos aparentemente mágicos dos rituais cristãos, as músicas, as vestimentas litúrgicas, as procissões de curumins cantando harmonias inusitadas, assim como a arquitetura religiosa, os altares policromados, as imagens esculpidas e as pinturas onde não faltava ocasionalmente a representação naturalista de bichos e frutos da terra.

Buscando pois recursos mais envolventes do que a pregação verbal, sem todavia menosprezá-la, os jesuítas promoveram festas e celebrações diversas incorporando nelas a participação ativa dos índios e colonos, como ficou documentado em várias passagens da carta em que o padre Fernão Cardim (c.1549-c.1625) relata ao Geral da Companhia de Jesus os dois primeiros anos da viagem do Visitador Pe. Christovão de Gouveia ao Brasil, iniciada em 1583. (12)

A chegada do Visitador era por si mesma motivo de festa que começava pelo seu acolhimento, a alguma distância da aldeia missionária ou vila colonial a que se dirigia, por uma multidão de índios que o escoltava no restante do percurso cantando e dançando ao som de flautas, tamborins, pandeiros e instrumentos indígenas. O lugarejo se enfeitava com ramos, palmas e flores ao longo do trajeto do cortejo. Havia invariavelmente missa e pregação, batizados, casamentos, confissões; às vezes, procissão, e quase sempre distribuição pelo padre visitador de Agnus Dei, relíquias e “contas bentas”, isto é, rosários ou terços. (13).

O Pe. Cardim descreve cerca de onze procissões ocorridas de 1583 a 1585, com maior ou menor aparato conforme as possibilidades de cada localidade (14). Em Salvador, o relicário com a cabeça de uma das Onze Mil Virgens, trazido pelo padre Christovão de Gouveia, foi levado da Sé até o colégio jesuíta em procissão solene na qual dialogaram a Sé e a Cidade, personificadas por estudantes ricamente trajados. (15). Uma relíquia de São Sebastião engastada em um braço de prata, que também trouxera o padre visitador, chegou ao Rio de Janeiro em uma barca atapetada na qual se construíra um altar sob um pálido, seguida em procissão marítima por vinte canoas embandeiradas e com os remos pintados de cores variadas. Já em terra, a procissão dirigiu-se à Igreja da Misericórdia em frente da qual fora armado um palco para representação do martírio do santo que comoveu a plateia até as lágrimas. Por a igreja ser pequena em relação ao número de pessoas presentes, o Pe. Fernão Cardim pregou desse mesmo palco discorrendo sobre os favores que a cidade devia ao seu padroeiro. Após a pregação, a procissão prosseguiu com danças de meninos índios enfeitados de cocares, colares, braceletes e “cascavéis” (chocalhos) até o colégio jesuíta onde finalmente ficou depositada a relíquia. (16)

Mas a procissão mais notável foi realizada em 21 de outubro de 1853, no dia das Onze Mil Virgens, em Salvador, a julgar pelas informações do cronista que assim a descreve:

(...) [a missa] acabada, se ordenou a procissão dos estudantes, aonde levamos debaixo do pátio três cabeças das Onze Mil Virgens, e as varas levavam os vereadores da cidade e os sobrinhos do Sr. Governador. Saiu na procissão uma nau a vela por terra, mui formosa, toda embandeirada, cheia de estudantes, e dentro dela iam as Onze Mil Virgens ricamente vestidas, celebrando seu triunfo. De algumas janelas falaram à cidade, colégio e uns anjos todos mui ricamente vestidos (17).

Da nau se dispararam alguns tiros de arcabuzes, e o da d'antes houve muitas invenções de fogo; na procissão houve danças e outras invenções devotas e curiosas. À tarde se celebrou o martírio dentro da mesma nau, desceu uma nuvem dos Céus, e os mesmos anjos lhe fizeram um devoto enterramento; a obra foi devota e alegre, concorreu toda a cidade por haver jubileu e pregação. Houve muitas confissões, comungaram perto de quinhentas pessoas; e assim enjoados como vínhamos, confessamos toda a manhã: Nosso Senhor seja com tudo louvado. (18)

Cerca de duas décadas antes da viagem do visitador Christovão Gouveia, os jesuítas já tinham introduzido no Brasil o presépio natalino e uma cerimônia tradicional de Portugal, surgida no Bispado de Braga no século XII ou XIII: a procissão do Enterro (19). A realização de uma dessas procissões no Colégio de Porto Seguro (Ba.) na sexta-feira santa de 1565 é mencionada em carta datada do ano seguinte, de autoria do jesuíta Pe. Antonio Gonçalves (20). Fernão Cardim, por sua vez, menciona procissão semelhante ao relatar as cerimônias da semana santa realizadas na aldeia jesuítica do Espírito Santo, nessas palavras:

O padre visitador teve as Endoenças (*) na aldeia do Espírito Santo. (...) Tiveram Mandato em Português por haver muitos brancos que ali se acharam, e Paixão na língua, que causou muita devoção e lágrimas nos índios. A Procissão foi devotíssima, com muitos fochos e fogos, disciplinando-se a maior parte dos índios, que dão em si cruelmente, e tem isto não só por virtude, mas também por valentia, tirarem sangue de si, e serem Abaeté, sílice, valentes (...) (21).

* endoenças: Cerimônia religiosa celebrada na tarde da quinta-feira santa.

O mesmo jesuíta também relata a semana santa de 1584 no Colégio Jesuíta de Salvador, indicando já então a introdução de um novo ato na procissão do enterro, o canto da Verônica, que estranhamente não se fundamenta no relato evangélico admitido pela igreja, mas nos textos apócrifos, segundo os quais uma mulher chamada Verônica teria enxugado o rosto de Jesus a caminho do Calvário, ficando impresso no pano a sua face em marcas de sangue.

Escreve Fernão Cardim:

A Paixão foi bem devota, que concorreu toda a terra; os ofícios divinos se fizeram em casa com devoção. Sexta-feira Santa, ao desencerrar do Senhor, certos mancebos vieram à nossa igreja; traziam uma Verônica de Cristo, em pano de linho pintado, dous deles a tinham e juntamente com outros dous se disciplinavam, fazendo seus trocados e mudanças. E com a dança se fazia ao som de cruéis açoutes, mostrando a verônica ensanguentada, não havia quem tivesse as lagrimas com tal espetáculo, pelo que foi notável a devoção que houve na gente. (22)

Também os franciscanos em suas missões perceberam a eficácia maior de outros recursos diferentes da pregação verbal para obter a adesão dos nossos nativos à religião europeia, como nos demonstra o depoimento de Frei Vicente do Salvador, ao queixar-se da inconstância dos índios em suas práticas cristãs:

Só acodem todos com muita vontade nas festas em que há cerimônia, porque são mui amigos de novidades, como dia de S. João Batista, por causa das fogueiras e capelas; dia da comemoração geral dos defuntos para ofertarem por eles; dia de cinza e de ramos e principalmente pelas endoenças para se disciplinarem, porque o têm por valentia. (23)

Pregação aos colonos.

A atuação dos padres junto aos colonos portugueses não terá sido menos difícil do que junto aos grupos indígenas. Se a estes cumpria ensinar uma doutrina abstrata, fazendo-os renunciar ao canibalismo ritual de prisioneiros de guerra, à poligamia e aos casamentos consanguíneos; aos portugueses havia de persuadi-los de abrir mão dos escravos índios que

possuíam e privarem-se do concubinato com suas escravas. Em ambos os casos, adequar comportamentos fundados nas condições materiais da vida a conceitos e princípios morais desenvolvidos em outro contexto sociocultural, a civilização europeia que se tentava transplantar para as terras americanas.

A colônia escandalizava os padres com o avultado número de casais em situação matrimonial irregular, e prática comum de poligamia mesmo entre os colonos portugueses, como no caso do patriarca João Ramalho citado em carta do Padre Nóbrega (24). O assunto foi tratado dos púlpitos do atual estado do Espírito Santo a julgar pela carta escrita por Anchieta na Casa de São Paulo, em Piratininga, no ano de 1554, ao dar como resultado da pregação do padre Braz Lourenço que alguns casam suas escravas concubinas, por lei de matrimônio, e outros, abandonando-as, adotam um modo de viver salutar (25).

O Pe. Simão de Vasconcelos, por sua vez, diz que tendo chegado o Pe. Nóbrega e o padre Antonio Pires em Olinda, no ano de 1551, a esta cidade acorreram muitos índios da região a dar-lhes boas-vindas, carregados de caça, beijus, farinhas e a solicitarem a visita dos padres às suas aldeias para doutriná-los, mas fora preciso antes ocuparem-se dos colonos portugueses fazendo-os abandonarem o concubinato com as índias e libertarem os escravos índios injustamente aprisionados. Diz que o padre Manuel da Nóbrega;

Pelos púlpitos, pelas praças, pelas ruas, em práticas públicas, e particulares, tratava de ensinar a todos a verdadeira, e sólida doutrina: e como tinham os homens grande conceito de suas letras, e virtude, ia fazendo o desejado fruto: davam muitos de mão às mancebas; muitos largavam os índios mal havidos, ou os retinham com condições lícitas, e suaves; e geralmente acudiam à frequência necessária dos sacramentos até ali tão pouco usada. (26)

Conta-nos também outras situações semelhantes ocorridas em diversos pontos da colônia portuguesa entre as quais São Vicente, no ano de 1554.

Com as pregações e a vida exemplar do Padre Leonardo Nunes, começou Deus a mover, e trazer a tal confusão de seus pecados os moradores daquela capitania que os mais deles trabalharam por se apartar de seus vícios; uns casando-se com as índias que tinham por mancebas, outros apartando-se delas buscando

lhês maridos, outros vivendo bem em seu estado matrimonial, e todos com grande espanto de si, vendo a cegueira em que tinham vivido. Tudo isso são palavras do Padre José [de Anchieta], testemunha qualificada daqueles mesmos tempos. (27)

As cartas jesuíticas e a crônica do Pe. Simão de Vasconcelos indicam, pois que a liberdade dos índios, a moral sexual e a organização da família foram temas frequentes da pregação do primeiro grupo de jesuítas chegados ao Brasil, mas à falta de sermões escritos, ainda que simples anotações ou rascunhos, não será possível conhecer até que ponto, e de que modo, a realidade social então vivida terá sido incorporada e comentada na fala do púlpito.

Sermões do século XVI, no Brasil.

A carta-relatório de Fernão Cardim destaca a utilização de recursos visuais, cinéticos e musicais nas procissões e nos autos teatrais, nas décadas finais do século XVI, além de revelar a prática de sermões panegíricos a determinados santos como os que ele mesmo pregou; em Olinda, em louvor às Onze Mil Virgens; em Piratininga (São Paulo), tendo por tema a conversão do apóstolo; no Rio de Janeiro, em louvor a São Sebastião (28). Também indica o nome de outros pregadores e declara Quirício Caxa, Manuel de Castro e Manuel de Barros, três jesuítas, como os melhores de sua época (29). Mas tanto desses como do próprio Fernão Cardim e dos demais sermonistas do primeiro século da colonização do Brasil, quase não restaram sermões escritos.

Do Padre José de Anchieta, protegido por uma aura de santidade, e pela intenção de sua ordem em obter a canonização do “Apóstolo do Brasil”, guardaram-se os escritos e entre tantos poemas, cartas e autos teatrais, subsiste o registro de dois sermões: O *Sermão de 1567*, que versa sobre o Pai Nosso e o *Sermão sobre a Conversão de São Paulo* pregado em 1568.

Wilson Martins compara o *Sermão da Conversão de São Paulo* às obras de Vieira para reforço de sua tese de que há um “estilo jesuítico” de sermão (30). A tese é aceitável se compararmos os sermões jesuítas com os de outras ordens religiosas; especialmente com os

sermões franciscanos quase sempre mais piedosos e emotivos do que a argumentação demonstrativa utilizada pelos primeiros. Entretanto, só até este ponto pode ir a aproximação entre os dois pregadores. O sermão de Anchieta não apresenta ainda o denso encadeamento das partes, o tom grave, e por vezes indignado, que se percebe nos de Antonio Vieira.

Vieira e sua época serão comentados mais adiante; por ora fiquem como ilustração dois pequeno excertos do *Sermão da Conversão de São Paulo*:

Pois este Saulo, da tribo de Benjamim, *lúpus rapax*, lobo voraz e tragador, não farto com o sangue dos cristãos que fazia prender em Jerusalém, ouvindo que em a cidade de Damasco havia homens, que criam em Jesus e confessavam seu santo nome, determina de se ir lá fartar, e assim diz o texto: *Saulus adhuc spirans minarum et caedis in discipulis Domini*, Saulo ainda com a boca aberta, cheia de ameaças contra os discípulos do Senhor e desejoso de se encarniçar em sua matança, vai-se ao príncipe dos sacerdotes e pede-lhe cartas para a cidade de Damasco, que quer dizer *potus sanguinis*, onde determinava de se fartar de seu sangue, fazendo-os prender e maltratar, e fazendo que o nome de Jesus nem em Jerusalém, nem em alguma parte fosse nomeado. (...)

Sai aquele grande leão da tribo de Judá, Cristo Jesus, da geração de Judá e de David, *catulus leonis*, filho de outro leão que é o Padre Eterno, sai com o poder de sua divindade *ad praedam*, sai ao encontro de Saulo, que era sua presa e embiara, que ele andava para arrebatá-lo; encontram-se no caminho Saulo, lobo rapace, da tribo de Benjamim, e Cristo Jesus, leão da tribo de Judá, e porque muito maior vantagem, sem nenhuma comparação, levava Cristo a Saulo, do que levava um grande real a um lobo, não houve mister andar aos golpes naquele desafio, mas em regalando os olhos o leão contra o lobo, em mostrando Cristo a Saulo uma faísca dos olhos de sua divindade, que fazia aquele resplendor, quo subito circumfulsit eum lux de coelo, cessit in terram, cai o lobo no chão vencido, e fica Cristo vencedor. (31)

A Pregação em Portugal.

Enquanto na colônia americana tratava-se de garantir a posse da terra pela pacificação do indígena, da manutenção dos padrões de comportamento moral e da unidade religiosa entre os

colonos portugueses, no território metropolitano duas instituições se definem e, por cerca dos dois séculos e meio seguintes influem diretamente sobre os rumos da cultura letrada e, portanto na oratória sacra e na religião portuguesa: o Tribunal do Santo Ofício, dito a Inquisição e a Universidade de Coimbra.

O Tribunal do Santo Ofício.

A inquisição portuguesa, o Santo Ofício, foi instituída por bula do papa Paulo III em 1536, cinquenta e cinco anos após a instauração de organização congênere espanhola, em 1481. A diferença entre estas datas é indicativa da ambivalente política no reino português em relação ao estatuto do judeu, e dos cristãos novos, na sociedade portuguesa (32).

Ao serem expulsos da Espanha em 1492, cerca de 200.000 judeus espanhóis foram autorizados pelo Rei D. João II a uma permanência máxima de oito meses em terras de Portugal; pelo que pagariam a taxa de oito cruzados por indivíduo, reduzida à metade desse valor quando se tratasse de oficial mecânico, cujos conhecimentos e técnicas eram de interesse tanto quanto os recursos financeiros de seiscentas famílias judias aceitas em caráter permanente. No entanto, por razões diversas, entre as quais as dificuldades de transporte marítimo para tanta gente sair de Portugal sem atravessar a Espanha e a conveniente omissão do prazo de permanência estabelecido de início, a comunidade judia estabeleceu-se nas cidades maiores do reino e interagiu, mais ou menos aceita, com as classes intelectuais e o círculo da nobreza mais próximo do monarca. Em 1496, por pressão da coroa espanhola, D. Manuel decreta a expulsão dos judeus, concedendo-lhes um novo prazo de dez meses para deixarem o país ou, se convertidos ao cristianismo, ali permanecerem isentos de qualquer investigação sobre a sinceridade da conversão. No ano seguinte decreta ao fechamento das sinagogas.

Se à coroa interessava o capital e o conhecimento dos cristãos-novos, a ascensão deste grupo a cargos importantes da administração do estado, a competição comercial com os velhos cristãos e até o infeliz acidente da transmissão da peste pela numerosa leva de refugiados vindos

da Espanha foram causas de descontentamento popular que explodiu em esporádicas manifestações de intolerância, em saques e pogroms, o mais selvagens dos quais ocorreu em Lisboa em 1506. Damião de Gois, na *Crônica d'El-Rei D. Manuel* relata como no Domingo de Páscoa daquele ano, após uma procissão contra a peste, a pregação de dois frades dominicanos provocou tumultos populares nos quais foram mortos e queimados mais de quinhentos cristãos-novos.

O cronista relata a invasão de casas quando já não havia cristãos novos pelas ruas, os saques e assassinatos de adultos e crianças sob a conivência ou omissão das autoridades municipais, enquanto o rei e os grandes do reino permaneciam ausentes da cidade, recolhidos em suas quintas e palácios do campo para onde haviam fugido desde a eclosão da peste.

A reação da coroa aos tumultos foi proporcional a gravidade dos crimes.

Os dois dominicanos que tinham aqulado o povo foram queimados. Cerca de cinquenta pessoas que se provou terem cometido crimes foram enforcadas; todos os que andaram no tumulto viram os bens confiscados, e mesmo aos que nada tinham a ver com a chacina foi confiscada a quinta parte dos bens, por terem, com a sua passividade, permitido que as coisas chegassem onde chegaram. Aos judeus foram dadas várias satisfações, como a de poderem abandonar livremente o País, levando todos os seus bens. (34).

Em 1507, d. Manuel ainda promulgaria lei de igualdade entre os cristãos-novos e velhos e abole a representação dos mesterais na Câmara de Lisboa. O seu sucessor, D. João III, atua em direção contrária. Em 1525 tenta, sem sucesso, obter do papa a autorização para instalação de um tribunal da inquisição em Portugal. Só em 1536, após longas negociações diplomáticas, necessárias para contornar tanto os escrúpulos do papa tolerante com o judaísmo em Roma, onde funcionavam sinagogas, quanto para superar a má fama que já então tinha a inquisição espanhola, o papa Paulo III promulga a bula que estabelece canonicamente o tribunal do Santo Ofício em Portugal.

Os historiadores divergem na identificação dos motivos desta mudança de atitude da coroa portuguesa. Alexandre Herculano encontra uma explicação psicológica no fanatismo religioso do novo rei. Fortunato de Almeida a atribui a dificuldades econômicas do reinado;

sabe-se, porém que os bens confiscados aos judeus não revertiam à coroa, mas sim ao próprio Tribunal do Santo Ofício. Parece mais consistente a interpretação de Antonio José Saraiva (35) que vê na inquisição um instrumento de defesa das classes tradicionalmente dominantes preocupadas com o avanço dos antigos judeus que a partir do reinado de D. Manuel ascendiam às dignidades de estado, da igreja e dos negócios, ao mesmo tempo em que se tornam os primeiros e mais poderosos membros de uma nova classe, a burguesia, a criar desequilíbrios na antiga ordem definida por apenas três classes: clero, nobreza e povo.

O Santo Ofício em Portugal não se destinou, entretanto apenas a combater as presumidas ou verdadeiras práticas judaicas dos cristãos-novos. Parte dos 36.000 processos dos quais restou documentação dizem respeito a práticas de feitiçaria, a réus arrestados por exclamações impensadas consideradas blasfêmias, a desvios do comportamento sexual então considerado legítimo, à leitura ou simples posse de obras constantes do Index de livros proibidos pelo mesmo Santo Ofício. (36)

As Universidades Portuguesas.

O Colégio das Artes da Universidade de Coimbra foi fundado em 1548, sob a direção de André de Gouveia (1497-1548), antigo bolsista do rei D. João III na universidade parisiense. A nova instituição destinava-se a ser o equivalente português do Collège de France, um centro de estudos humanistas. Desde o início, André de Gouveia e seus adeptos enfrentaram a oposição, enfim vitoriosa, do grupo conservador liderado por Diogo de Gouveia, antigo reitor da Sorbonne, que concebia a universidade como local de consolidação e formação do poder clerical dentro dos princípios escolásticos (37). Em 1555, os jesuítas obtêm o domínio do Colégio das Artes e o submetem definitivamente aos padrões de ensino e ao universo de leituras permitidas pelo Concílio de Trento. Encerra-se assim “a tentativa mais ambiciosa de incluir o país no circuito da grande reforma intelectual europeia no período do Renascimento” (38) pelo desbaratamento, ou submissão temerosa, do corpo de professores estrangeiros ou formado em universidades da Europa além da

península ibérica. (39)

Quatro anos depois, em 1559, o rei-cardeal D. Henrique funda e entrega à direção dos jesuítas a Universidade de Évora (40). Mais tarde, em 8 de janeiro de 1599, Cláudio Acquaviva, Geral da Ordem jesuíta, promulga o *Ratio et Institutio Studiorum Societas Jesu*, que seria o código normativo do ensino ministrado pela Companhia de Jesus (41). A leitura dessas normas, tendo em vista o desenvolvimento do pensamento europeu ao longo do período em que elas vigoraram em Portugal, evidencia seu caráter retrógado em relação a sua própria época e o efeito inibidor que elas exerceram sobre o desenvolvimento da filosofia e das ciências nas universidades portuguesas onde se formavam o clero e os bacharéis em leis, ou seja, aqueles que ocupariam os cargos mais elevados da burocracia do estado.

No âmbito do ensino formal, o reino português se fechava às influências da Europa de além dos Pirineus na mesma época em que Galileu, Descartes, Hobbes, Newton, Lutero, Pascal e outros pensadores reformulavam as concepções até então aceitas do homem, da natureza e do mundo transcendental.

Simultaneamente, o Santo Ofício ampliava o isolamento cultural imposto pelo sistema de ensino bloqueando a difusão de ideias ao vistoriar os navios que aportavam em Portugal para apreensão de livros proibidos e ao verificar o conteúdo das bibliotecas privadas cujo catálogo era obrigatoriamente enviado aos censores por ocasião de venda ou de sucessão hereditária de propriedade, além de exercer a censura prévia sobre qualquer texto a ser impresso no país. (42)

No Brasil, onde não se instalaram tribunais da inquisição, o bispado de Salvador criado em 1551, e os de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Luís do Maranhão criados em 1676, exerceram a vigilância sobre o material impresso, como era dever e prerrogativa de todo bispado português que tinha porto de mar.(43).

A Sermonística do século XVII

Neste contexto repressivo, os gêneros novelísticos, o teatro, a filosofia leiga e as obras de

ciência são postos sob suspeita, e apenas são produzidos, ou podem circular, livros de crônica histórica, poemas épicos de louvação aos feitos dos heróis oficiais, biografias de santos, livros de devoção e rezas, sermões avulsos ou coletâneas dos sermões dos pregadores mais afamados. A cultura letrada é então predominantemente áulica e religiosa. Ao público em geral, analfabeto, restava ouvir as proclamações lidas em voz alta nas câmaras dos municípios, nas praças e outros lugares públicos ou do alto do púlpito quando a matéria relacionava-se com práticas ou com a doutrina religiosa.

Assim, na península ibérica o sermão desenvolve-se como gênero no qual se produziu a melhor literatura do século XVII, com a única exceção do D. Quixote de Cervantes. E, ao contrário do acontecido em relação à produção do século anterior, grande quantidade dos sermões seiscentistas foi preservada em edições impressas e textos manuscritos.

Não seria pertinente ao escopo do presente trabalho enveredar na análise das qualidades literárias deste acervo. Mas convém recolher diretamente neste material as indicações que põem em relevo a importância do púlpito como lugar no qual se refletiam todas as facetas da vida social.

Outras fontes, tais como as cartas, crônicas da época, e a historiografia atualmente disponível sobre o período, ajudam a identificar alguns dos temas que teriam sido tratados, e reconhecer como objetivo genérico da pregação daquele período, a obtenção da unidade religiosa entre todos os habitantes do reino português quer seja pela conversão de índios ao cristianismo, quer seja pelo combate ao judaísmo eventualmente praticado em segredo por cristãos-novos e às heresias modernas configuradas nas igrejas protestantes então surgidas.

Os sermões seiscentistas, além de ainda versarem sobre temas já praticados no século anterior como os dogmas católicos, normas de moral e comportamento, o concubinato, a escravidão do índio, o elogio dos santos, etc., apresentam uma maior diversificação temática e incorporam então uma ampla gama de assuntos que vão desde a discussão da própria atividade da pregação e dos estilos adequados à oratória sacra, às questões especificamente políticas. Tratavam pois de situações e acontecimentos de interesse coletivo, e pela voz dos clérigos,

demoradamente formados em colégios e universidades religiosas, expressavam a ideologia elaborada pelos grupos dominantes na vida da igreja e da nação. E ainda que o sermão no momento em que é pregado não comporte o diálogo entre o emissor e o receptor; o posicionamento do seu público em relação às questões que propõe há de ser considerado pelo orador, se pretende obter a adesão dos seus ouvintes às posições que defende.

Padre Antonio Vieira.

Tomemos por exemplo o Padre Antonio Vieira (1608-1694) (44), cuja obra constitui um amplo comentário de sua época visto que este autor, mais do que os outros pregadores, soube incorporar no desenvolvimento interno dos seus sermões as contingências da ocasião e local em que os pregou. Na pregação, ao objetivo da conversão individual dos pecadores esse jesuíta acrescentou o objetivo de reformar o mundo; tratando de questões especificamente políticas em sermões a afirmarem a legitimidade da monarquia portuguesa restaurada em 1640 (45); a questionarem a escolha de ministros e conselheiros reais (46); a discutirem a lentidão da justiça (47); a honestidade dos governadores da colônia (48); a defenderem a liberdade dos índios (49); a anunciarem profecias de um quinto império universal, no qual se realizaria a utopia de uma humanidade inteiramente cristianizada sob o comando espiritual do papa e temporal do rei português. (50)

Frei Antonio das Chagas.

Ao padre Vieira cabe contrapor o seu contemporâneo Frei Antonio da Chagas (1598-1655) cujos sermões contemplam tantas vezes os mesmos temas comentados pelo primeiro, mas cujas posições são eventualmente antagônicas; como em relação às atividades da Inquisição e às questões suscitadas pelo afastamento em 1667 do rei D. Afonso VI, substituído em vida pelo seu irmão D. Pedro na regência do reino.

Esse Frei Antonio das Chagas, a quem Vieira tenta impedir de pregar em Lisboa em 1675 (52), é de outra espécie de pregadores. Seu objetivo exclusivo é o arrependimento dos pecadores e incutir-lhes um radical desprezo ao mundo. Se ataca os poderosos, não o faz por crítica política, mas sim por condenação moral de atitudes relacionadas a aspectos de suas vidas privadas.

As diferenças entre Vieira e Antonio das Chagas não decorrem apenas da psicologia individual. Mais do que isso, são representativas de visões diferentes da religião e de dois tipos diferentes de vivência religiosa então presentes em toda Europa, mais acentuadamente distintas na península ibérica: uma religiosidade mística, introspectiva, a busca da salvação individual pelo arrependimento, mortificação e penitência (53); e uma religiosidade combativa, de ação, de conquista de almas e povos subtraindo-os à dominação da heresia ou à ignorância da doutrina católica. (54)

Ao tom grave ou familiar da fala, à argumentação lógica no desenvolvimento do sermão de Vieira contrapõem-se o tom exaltado, os gritos, as bofetadas, a exibição de caveiras e cristos ensanguentados como adereços teatrais dos sermões do frei Antonio das Chagas. (55). Pode-se, pois, tomar a ambos como os exemplos extremos da variedade de estilos da escrita e de desempenho no púlpito dos pregadores de sua época, sem, entretanto deixar de considerar as características comuns a todos (56), decorrentes das circunstâncias históricas, e de que, ao fim de contas, propagavam a mesma doutrina, tratavam de temas comuns determinados pelo calendário litúrgico e fundamentavam seus enunciados nas mesmas fontes (a Bíblia, os escritos de Santo Agostinho, S. João Crisóstomo e demais Pais da Igreja, os documentos papais e conciliares, etc.).

Sermões Impressos.

A fonte primária de maior valia para a compreensão da oratória sacra como expressão e meio de elaboração da mentalidade coletiva é o enorme acervo dos sermões seiscentistas impressos em vida de seus autores, ou em edições póstumas organizadas por testemunhas de sua

vida ou fama e que tiveram acesso aos manuscritos originais.

O padre Antonio Vieira organizou, ele mesmo, a impressão de doze tomos de seus sermões. Dois textos de sua autoria, a dedicatória ao Príncipe e a nota ao leitor, servem de prólogo a toda a coleção e fornecem interessantes informações sob quais condições se publicavam, por impresso, discursos originalmente concebidos para serem comunicados de viva voz pelos seus autores.

Primeiramente fica claro que a publicação impressa dos sermões não era iniciativa individual de seu autor. Vieira explicitamente declara que dá os seus ao prelo por obediência aos mandatos do rei e do superior geral da Companhia de Jesus. Acrescenta uma terceira razão, essa pessoal: a necessidade de trazer ao conhecimento público a forma original dos seus discursos, objetos de edições não autorizadas com textos corrompidos, tomados de anotações feitas pelos ouvintes no momento em que os pronunciava; ou mesmo totalmente falsos, compostos por impressores inescrupulosos buscando tirar proveito da fama do pregador (57). Páginas adiante, o mesmo Vieira nos dá a lista dos sermões constantes destas edições piratas aparecidas em Madri em 1662, 1664, e 1678, com a indicação precisa dos sermões autênticos, totalmente falsos ou alterados em parte.

Em outros casos, a publicação dos sermões é iniciativa de membros da mesma ordem do pregador como sucedeu com os sermões do franciscano Frei Antonio das Chagas (58), recolhidos e em grande parte reescritos a partir de anotações deixadas pelo autor. A motivação dessas edições póstumas se revela no parecer dado ao Santo Ofício pelo jesuíta João de Almeida, que assim se expressa sobre os sermões de Frei Antonio das Chagas:

(...) e por relíquias de varão tão qualificado é justo que se exponham, para que tenham a veneração, que merecem, assim pela doutrina, que em si contêm, como pelo que se deve à sonora memória de seu Autor, que se em vida, com suas pregações fez nos que o ouviam tantos daqueles milagres, que S. Gregório avaliava por maiores que ressuscitar mortos, restituindo à vida da graça tantos sepultados em suas culpas, a mesma virtude, e excelência terão estas relíquias de seus sermões para os que os lerem.

E a doutrina dos livros é melhor ouvida, e mais bem aceita, porque nos livros falam os mortos sem a nota

de paixão, ou afeto: e são pregadores do outro mundo; (59).

Outros sermões se imprimiram como registro de festas públicas ou solenidade em que pregaram figuras de prestígio na hierarquia eclesiástica em presença dos poderosos da corte, ou mesmo do rei. As instituições promotoras da festa e membros da alta nobreza eventualmente custearam essas edições, como mecenas associando-se ao prestígio do pregador ou da solenidade da qual possibilitaram a memória permanente. Não é fácil hoje determinar com exatidão as edições que contaram com o patrocínio de terceiros, por vezes insinuado nas dedicatórias impressas que abrem tantos dos livros da época.

Os impressores, porém, são mais explícitos em indicar na folha de rosto quais os livros a que financiaram eles mesmos a produção e dos quais detêm os direitos comerciais (60), o que, junto aos protestos do Viera contra as edições clandestinas dos seus, são indícios de que por essa época os sermões são matéria prima valiosa para a edição de livros nos quais são agrupados; ora por semelhança de temas; ora por terem sido pregados em sequência em festas com vários dias de duração; ora em séries temporais correspondentes às divisões do ano litúrgico. (61)

A Edição

O padre Antonio Vieira, ainda no texto “Leitor” que aqui nos serve de guia, justifica o plano que pretende seguir na edição de seus sermões, deliberadamente contrariando o costume de publicarem-se séries de sermões definidas por um tema comum (sermões mariais; isto é, relativos à Maria; santorais; isto é, sobre as virtudes e ensinamentos dos santos católicos) ou agrupados pelas divisões do ano litúrgico (sermões quaresmais; isto é, pregados na quaresma). Em suas palavras: Mas o meu intento não é fazer sermonários, é estampar os sermões que fiz. Assim como foram pregados acaso e sem ordem assim tos ofereço (62). E alega que por causa de suas viagens a serviço de Deus e da pátria jamais pode exercer o ofício de pregador ordinário por não ter lugar certo nem tempo (63).

Tantas viagens, e os acontecimentos que presenciou, são também a explicação para a

diversidade de gênero de seus sermões, correspondendo à diversidade de ocasiões em que teve de pregar. Sua primeira intenção teria sido agrupá-los por tomos segundo os gêneros que identifica; Panegíricos, Gratulatórios, Apologéticos, Políticos, Bélicos, Náuticos, Funerais e Ascéticos, “mas todos quando a matéria o permitia, morais”. No entanto, isso exigiria “muitos mais dias para esta separação, e para estender e vestir os que estão só em apontamentos” e por isso preferiu ir dando a estampa “os que estiverem mais prontos”. (64)

Assim se revela, portanto que os sermões nem sempre estavam escritos em sua forma final quando eram pronunciados, o que se confirma nos apontamentos do Frei Antonio das Chagas examinados pela historiadora portuguesa Maria de Lourdes Belchior Pontes que assim os descreve:

(...) sabemos que não escrevia os seus sermões; preparava-os, tomando notas, rabiscando alguns períodos, às vezes parágrafos inteiros e, rarissimamente, longos fragmentos, mas nunca sermões completos. A prova temo-la nos “Apontados” que a Biblioteca Nacional guarda. Páginas e páginas de uma letra miudinha, quase ilegível; outras garatuçadas: quatro ou cinco citações e o resto da folha ficou em branco. (65)

O padre Manuel Godinho, organizador da coletânea *Sermões Genuínos* daquele pregador, contraria o próprio título sob o qual os agrupou ao deixar implícita a sua participação na redação final do texto publicado. Ao lamentar a perda de muitos sermões do Frei Antonio das Chagas por os terem repartido entre si os franciscanos do convento de Varatojo após a morte do autor.

Manoel Godinho diz que não pode

(...) haver às mãos mais que estes Sermões e Práticas que te ofereço; e esses ainda uns tomados de ouvida, outros truncados e imperfeitos; fragmentos finalmente que ajuntei dos papéis, e manuscritos de tão insigne pregador. (66)

(...) Muitos sermões do V. Fr. Antonio vieram a meu poder, mas que não tinham mais que os títulos, e apontamentos para eles: (que a falta do tempo, e ainda de gênio, lhe não deixava escrever por extenso nestes últimos anos). Querer-lhe eu suprir o que falta, seria ignorante confiança; pois a minha linguagem me entregaria, como a S. Pedro a de Galiléia: vindo a ganhar confusão por glória da impostura.

Não há já Platão que filonise, nem Philo que platonize. (67)

Apesar destas declarações, as interferências nesses textos não passaram despercebidas ao Pe. Luís da Anunciação, que conheceu pessoalmente Frei Antonio das Chagas, e assim observa no seu parecer de censor do Santo Ofício sobre o livro organizado pelo Pe. Manuel Godinho:

(...) e até o desprezo com que se vestia, inculcam alguns desses sermões; pois em parte os reconheço muito estranhos à clareza de seu estilo, por serem de pano mais escuro os seus remendos. (68).

A possível discordância entre a forma impressa e a versão falada do mesmo sermão em consequência da participação de terceiros na preparação final da edição é negada por Francisco Bethencourt que se referindo aos sermões proferidos em autos de fé e posteriormente impressos considera:

Evidentemente, existe um problema de relação entre o oral e o escrito, a palavra dita, manuscrita e impressa. A alteração de forma introduzida pela palavra impressa é particularmente visível na dedicatória, muitas vezes dirigida ao inquisidor-geral, mas também a outros dignitários religiosos ou ao próprio rei, nas licenças e na organização das citações. Contudo podemos encontrar indicações de uma relação muito estreita entre o manuscrito original e o impresso, pois, por vezes, a publicação é feita sob a responsabilidade de um terceiro, que recolheu o texto deixado pelo pregador. (69).

Porém, por maior que seja o número dos sermões impressos no século XVI, muitos mais foram efetivamente pregados em púlpitos de igrejas, ou temporariamente instalados em praças públicas nos autos da fé, procissões ou missões itinerantes a que se dedicavam franciscanos e outros frades. Além disso, o Concílio de Trento, na segunda metade do século anterior, fora enfático ao afirmar em seus decretos a obrigatoriedade da pregação ao menos nas missas dominicais e dias santos. (70)

Por falta de registro escrito, perderam-se inumeráveis desses sermões, pronunciados por frades obscuros, párocos de lugarejos afastados das sedes diocesanas, capelães de engenho, dos corpos militares, etc. É inevitável, pois, admitir que a comunicação oral e o desempenho do pregador tiveram profunda importância na transmissão de valores à maioria da população, sem acesso à leitura, e na persuasão dos ouvintes para adotarem modos de vida em conformidade com

os padrões proclamados pela igreja, pelos letrados e pelas classes de maior poder político.

Sermões falados.

A atuação efetiva dos pregadores defronte de sua audiência pode ser inferida dos testemunhos de época, em crônicas, cartas, nos comentários que acompanham, sob forma de pareceres dos censores, nos sermões impressos e até mesmo em sermões que tratam especificamente da atividade da pregação, das obrigações e dignidades dos pregadores como o *Sermão da Sexagésima*, pregado pelo padre Antonio Vieira na Capela Real em 1655; o *Sermão IV da Escola de Penitência e Flagelo dos Viciosos Costumes*, e o *Sermão Preludial* composto por frei Manuel da Conceição, não para ser pregado do púlpito mas como uma espécie de prefácio a essa edição que organizou dos sermões do frei Antonio da Chagas.

O *Sermão da Sexagésima* de 1655 está entre os mais belos compostos por Vieira e é sem dúvida o mais conhecido de seus textos. Reproduzido frequentemente nas antologias e manuais escolares, foi exaustivamente analisado sob diversos enfoques pelos especialistas em literatura da língua portuguesa. Seria ocioso retomar aqui estas análises. Cabe, entretanto recolher e destacar as indicações que traz sobre o ofício do pregador e seu desempenho no púlpito. Seu tema central é reflexão sobre as causas da ineficácia da pregação e se desenvolve como uma espécie de teoria da oratória sacra, comentando o estilo conveniente à composição dos sermões; o poder da palavra divina, as virtudes necessárias ao pregador e ao ouvinte. Nele, o padre Vieira volta a considerar a voz do pregador. Afirma a necessidade de pregar aos brados, como teriam feito S. João Batista e, em ocasião específica, o Cristo, embora reconheça como mais eficaz do que a pregação pública a pregação individual em tom de mansa conversa entre pessoas;

(...) pois como o mundo se governa tanto pelos sentidos; podem às vezes mais os brados, que a razão. (...)

E como os brados do mundo podem tanto, bem é que bradem alguma vez os pregadores; bem é que gritem.

Por isso Isaias chamou aos pregadores nuvens: *Qui sunt isti, qui ut nubes volant?* A nuvem tem relâmpago, tem trovão, & tem raio: relâmpago para os olhos, trovão para os ouvidos, raio para o coração: com o

relâmpago alumia, com o trovão assombra, com o raio mata. Mas o raio fere a um, o relâmpago a muitos, o trovão a todos: Assim há de ser a voz do pregador, um trovão do Céu, que assombre, & faça tremer o mundo.

Mas que diremos à Oração de Moisés? *Concrescat ut pluvia doctrina mea: fluat ut ros eloquium meum.* Desça minha doutrina como chuva do Céu, & a minha voz, & as minhas palavras como orvalho, que se destila brandamente, & sem ruído? Que diremos ao exemplo ordinário de Cristo, tão celebrado por Isaías: *Non clamabit neque audietur vox eius foris?* não clamará; não bradará, mas falará com uma voz tão moderada, que se não possa ouvir fora. E não há duvida que o praticar familiarmente, & o falar mais ao ouvido que aos ouvidos, não só concilia maior atenção, mas naturalmente, & sem força se insinua, entra penetra, & se mete na alma. (71).

Como se vê, a voz, o tom de veemência ou mansidão empregado pelo pregador, parecem-lhe importantes condicionantes da eficácia do texto. Também no já citado texto de abertura da edição dos seus sermões, o padre Vieira, após explicar aos leitores porque dera à impressão os seus sermões, demonstra valorizar mais a comunicação oral do que forma impressa fazendo a seguinte ressalva:

Da folha que fica atrás (se a lestes) haverás entendido a primeira razão, ou obrigação, porque começo a tirar da sepultura esses meus borrões, que sem a voz que os animava, ainda ressuscitados são cadáveres. (72)

No entanto, a entonação do discurso não lhe parece determinante na obtenção do resultado pretendido, pois assim indaga e responde no Sermão da Sexagésima (1655):

Sabeis (cristãos) a causa, porque se faz hoje tão pouco fruto com tantas pregações? É porque as palavras dos pregadores são palavras, mas não são palavras de Deus. Falo do que ordinariamente se ouve. A palavra de Deus (como dizia) é tão poderosa, & tão eficaz, que não só na boa terra faz fruto, mas até nas pedras, & nos espinhos nasce. (...) Se os pregadores semeiam vento, se o que se prega é vaidade, se não se prega a palavra de Deus; como não há a Igreja de Deus de correr tormenta em vez de colher fruto? (73)

Como então se comportava no púlpito esse professor de retórica do Colégio de Olinda, aos dezoito anos de idade, esse religioso e homem de ação que afirmava mais importante a

fidelidade à palavra divina e a escolha do alvo certo do que o brado ou o estalo da voz?

O Bispo de Viseu, seu contemporâneo, relata:

Foi louvado, aplaudido, seguido de todos, cultos e incultos (...). A estes últimos enlevava a clareza, o tom pelo comum decentemente familiar, o sal às vezes bem picante, a eficaz intimativa de Vieira: os mais instruídos admiravam com aplauso, a notícia vasta das escrituras, a sua aplicação nimiamente engenhosa, a sutileza de grande parte dos argumentos e a argúcia de todos, a finura dos conceitos, a muita agudeza dos pontos e brincos pueris, com que se deleitavam até os melhores ouvidos daquela idade. As pessoas mais dadas à piedade e devoção não se cansavam de lhe ouvir propor a moral mais rígida e desenganada, com uma força de convicção, com um ar de naturalidade grave, a que só as paixões mais obstinadas podiam fazer resistência. Lisboa inteira corria a ouvi-lo, antecipavam-se muito às horas, enchiam-se, a não poder mais os templos de maior capacidade; e os ouvintes saíam por fim, uns comovidos outros satisfeitos, e todos admirados do engenho, e do saber e espírito do pregador. (74)

O tom comum, familiar, ar de naturalidade grave e sermões engenhosamente preparados que descrevem Vieira seriam inadequados à descrição de frei Antonio das Chagas, ao qual o mesmo Vieira, em pelo menos uma ocasião, tentou fazer calar, temendo que seus exaltados sermões pregados em Lisboa conduzissem o povo à desordem e matança de cristãos-novos.

Veja-se como Vieira o descreve em carta a Duarte Ribeiro Macedo (75):

Este homem, que pode ser seja conhecido de V. S^a, é um capitão, grande poeta vulgar, chamado antigamente Antonio da Fonseca, o qual se meteu a frade de S. Francisco haverá oito ou dez anos, e hoje se chama Frei Antonio das Chagas. Haverá dois ou três anos começou a pregar apostolicamente, exortando a penitência, mas com cerimônias não usadas dos Apóstolos, como mostrar do púlpito uma caveira, tocar uma campainha, tirar muitas vezes um Cristo, dar-se bofetadas, e outras demonstrações semelhantes, com as quais e com opinião de santo, leva após si toda Lisboa.

Prega principalmente na igreja do Hospital, concorrem fidalgos e senhoras em grande número, e uma vez lançou do púlpito entre elas um crucifixo, a que se seguiram grandes clamores; e com isto se entende que o dito pregador tem na mão os corações de todos, e os poderá mover a quanto quiser, temendo-se que, se seguir a opinião ou apreensão vulgar, e se meter no ponto da fé, poderá ocasionar algum alvoroço

semelhante ao tempo de El-rei D. Manuel, não longe do mesmo lugar onde prega. (76).

Mostrar caveiras, crucifixos, tinir campainhas e esbofetear-se foram pois complementos, recursos teatrais, com os quais frei Antonio das Chagas sublinhava o efeito de suas palavras e prendia seu público.

Quanto ao padre Vieira não foi encontrada, nas pesquisas que fundamentam o presente estudo, qualquer menção explícita de que tenha exibido algum objeto material como reforço de sua fala, já em si tão rica de imagens visuais e descritivas. A julgar pela condenação do uso pelo Frei Antonio das Chagas, o padre Antonio Vieira não se valia desses recursos, embora em diversas ocasiões tenha afirmado a superioridade de poder persuasivo da visão sobre o da audição, como o faz no expressivo trecho do Sermão da Sexagésima (1655), que serve de epígrafe a esta tese (77).

Três anos depois de Vieira ter pronunciado esse Sermão da Sexagésima seria impresso em Lisboa um folheto em cuja folha de rosto se lê: *Sermão da Quarta-feira de Cinzas na cidade do Porto. No fim se mostrou o Ecce Homo. Pregara o Doutor Jerónimo Peixoto da Silva.* (78). Posteriormente, na Bahia, o padre Euzébio de Mattos também mostrava durante a pregação a pintura do Cristo flagelado como atesta a folha do rosto do opúsculo contendo seis sermões reunidos sobre o título *Ecce Homo*, impresso em Lisboa em 1677. (79)

Reforçar a comunicação verbal com imagens visuais, pinturas dos passos da paixão, sudários ou adereços como caveiras e crucifixos, foi mesmo prática corrente no século XVII. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas (1724-1814) em suas eruditas *Memórias históricas do ministério do púlpito.* (80), indica a sexta-feira santa de 1585 como a mais remota ocasião em que se documenta o uso desses recursos, durante o *Sermão do descendimento da cruz* pregado pelo Doutor Francisco Fernandes Galvão no convento da Anunciada, em Lisboa. Mas Manuel do Cenáculo Vilas-Boas condena o uso por entender que se trata de uma condescendência com a percepção vulgar e afirma que se tratava de um abuso quase abolido em 1776, data em que escreve suas *Memórias...* para a Academia Real de História Portuguesa.

Qual seria porém a reação da plateia ao desempenho dos pregadores?

A reação de uma plateia de doutores em teologia na Universidade de Coimbra de certo não seria a mesma de uma plateia de escravos em uma capela de engenho baiano ou do povo miúdo nas praças onde se realizavam os autos da fé.

Só um extenso e demorado estudo permitiria inferir o comportamento dos diversos públicos. Empreendê-lo neste momento seria enveredar por um desvio tentador, porém, em parte, dispensável aos objetivos da presente tese. Por agora, bastam as informações contidas em alguns sermões e outros escritos dos pregadores que documentam aspectos do comportamento do público presente.

No *Sermão da Sexagésima*, Vieira descreve uma plateia silenciosa e atenta às palavras do pregador. A atenção do auditório porém nem sempre se devia a um recolhimento devoto, a uma emoção piedosa, ao autoexame proposto pelo sermão. O mesmo Vieira aponta diferentes motivações para a atenção dos ouvintes, classificando-os sob as curiosas denominações “ouvintes de ouvir”, “de ver”, “de entendimento agudo” e “de vontades endurecidas”

Os ouvintes dos pregadores, uns têm ouvidos de ouvir, outros têm ouvidos de ver: uns têm ouvidos de ouvir, porque vêm ouvir para ouvir: para ouvir aquela doutrina, para a tomar, para se aproveitar dela; outros têm ouvidos de ver, porque vêm ouvir, não para ouvir, senão para ver: para ver se falou o pregador com equívocos ao uso, ou com lhaneza e gravidade apostólica; para ver se trouxe conceitos ou pensamentos novos, como se a verdade, por antiga, seja menos verdadeira ou menos venerável; para ver se tocou neste ou naquele, e mais nos maiores; e o pior é que esses ouvintes de ver muitas vezes são as toupeiras do lugar, aqueles que sabemos veem menos do que todos. (81).

Ouvintes de entendimentos agudos, e ouvintes de vontades endurecidas, são os piores que há. Os ouvintes de entendimentos agudos são maus ouvintes, porque vem só a ouvir sutilezas, a esperar galantarias, a avaliar pensamentos e às vezes também a picar a quem não os pica (...) Mas os de vontades endurecidas

ainda são piores; porque um entendimento agudo pode se ferir pelos mesmos fios, e vencer-se uma agudeza com outra maior; mas contra vontades endurecidas nenhuma cousa aproveita a agudeza, antes dana mais; porque quanto as setas são mais agudas tanto mais facilmente se despontam na pedra. (82)

Antonio das Chagas também se refere ao mesmo gênero de ouvintes, embora sem designá-los pelos mesmos epítetos:

Oh quantos clamores eram necessários nesta Corte! Clamores que entrassem n'alma, e penetrassem nos corações, para que metidos por dentro, fosse fora o pecado, que não sai d'alma nos sermões: porque a estes não traz a nobreza a vontade, senão o entendimento: o entendimento com curiosidade para julgar o pregador; não a vontade para se converter; o entendimento para almotaçar os conceitos; não para fazer juízo de si: para justicar o pregador, julgando-o; não para se julgarem arrependendo-se: para caluniar o pregador, repreendendo-o; ou para canonizá-lo, louvando-o E quem ao sermão vem com entendimento, e não com vontade, nenhum fruto tira dele. (83)

Mas os frequentadores da igreja nem sempre se mantinham atentos, ainda que para criticar o orador, como nos revela, entre outros, o seguinte trecho do sermão do dia de Ramos (1656), do Pe. Vieira.

As igrejas não se hão de correr por ostentação, nem por festa, nem por curiosidade, nem para ver quem vai, e com quem vai, senão para ir com os olhos no chão, e a Alma muito dentro de si mesma: (...)

(...) Com esta modéstia, e com esta consideração havemos de correr, e visitar as igrejas, e com a mesma, e muito maior, assistir nelas aos Divinos Ofícios; e não olhando, falando, e conversando, que é um abuso maldito, o qual não se vendo em outra alguma parte da cristandade, só em Espanha e Portugal (onde tanto nos prezamos de católicos) se tem introduzido com escândalo, e abominação até dos Hereges. Oh se assistíramos nas nossas igrejas como eles nas suas, posto que indignas de tão sagrado nome, onde não há altar, nem cruz, nem está Cristo. (84).

O comportamento leviano de alguns indivíduos que iam à igreja por ostentação, mais para ver e serem visto do que por devoção é mais acerbamente comentado por Frei Lucas de Santa Catarina no panfleto cômico *Torina Cotidiana* publicado sob pseudônimo de *Licenciado Nada Lhe Escapa*. Ali se relata hora a hora, por toda uma semana, as atividades do personagem,

o faceira, ocupado com roupas, cabeleiras e aparência, a frequentar igrejas por ócio e procura de namoricos.

O faceira, no domingo pela manhã:

Entrará na igreja arrastando os sapatos para que voltem ao estrondo as mulheres; tomará água benta por toque e fará oração por remoque; benza-se com as luvas calçadas, que fazem as ações mais airozas; ponha-se de joelho em postura de fariseu; namore a primeira missa, que se lhe oferecer, e supostas as circunstâncias ao Evangelho se levantará em pé, como se fora católico; fará sua cortesia com trocadilho de pernas por se mostrar palaciano. Acabada a missa vá pelo meio da igreja abaixo, lançando as pernas com descuido, seu chapéu debaixo do braço, a mão direita metida na algibeira, que tem mil graças. Ponha-se na capela mor a todo o custo, ainda que lhe custe alguns empurrões. Posto na capela mor vire-se para o povo, feito boneco de Cupido, e ainda que volte as costas para o altar, os hereges têm licença para tudo. Se estiver aí algum fidalgo, pegue-se a esse com toda a devoção, e muita fé, que são especiais advogados do conhecimento, e aos dois dedos de conversação, está um homem conhecido por grave, e para muita gente tido por leve. (...) (85)

Ficariam as mulheres e os faceiras mais quietos durante a pregação, quando o pregador lhes dirigia diretamente a palavra? Ao que parece, não; pois noutra sermão ao comentar a passagem do evangelho em que Cristo é interpelado por uma mulher do povo enquanto pregava, exclama Vieira:

Que no meio da pregação fale uma mulher, não é novidade: mas que levante a voz: *extollens vocem*; e que fale não com outrem senão com o mesmo Pregador: *Dixit illi?* Caso foi muito notável. (86)

Porém, para se fazer justiça às mulheres luso-brasileiras, cabe dizer que elas não chegaram aos extremos de desatenção das holandesas cuja vaidade é comentada por Vieira no *Sermão do Demônio Mudo*, baseado em relato do Arquiepiscopado da Catedral de Antuérpia:

(...) Tem chegado o luxo e vaidade das mulheres a tal excesso, que até nas Horas, ou livros de orar, que levam à Igreja, vão entre as folhas encadernados espelhos, nos quais estão compondo de novo os seus enfeites, a fim de que as suas fervorosas orações não apareçam diante de Deus desacompanhadas deste ornato. (87)

Às vezes o alvoroço era provocado pelo próprio pregador como quando frei Antonio das Chagas atirou sobre o público o crucifixo que exibia do púlpito, ou, podemos supor, quando o padre Antonio Vieira insultou os maranhenses na série de sermões pregados em 1654, alimentando o conflito entre os colonos portugueses e a Companhia de Jesus em torno da questão da escravização dos indígenas, que afinal resultou em distúrbios populares, prisão e expulsão dos jesuítas daquele estado, em 1661. (88)

Ocasões de sermão.

As prolixas folhas de rosto dos livros antigos e os extensos títulos dos sermões indicam frequentemente o lugar e ocasião em que foram pregados. Apoiado nestas fontes é possível afirmar que costumeiramente os sermões eram pregados:

a) — Nas festas da corte: sermões comemorativos do nascimento dos príncipes, aniversários reais, ou nas exéquias dos grandes do reino, onde o pregador havia de elogiar o morto e lembrar aos vivos a vanidade das glórias e a fugacidade da vida, na igreja forrada de panos pretos; (89)

Vieira soube tirar o máximo proveito das ocasiões que teve de pregar na Capela Real para expor ao auditório formado pelos poderosos do reino os seus próprios projetos políticos; ora defendendo a entrega do governo dos indígenas aos missionários jesuítas do Maranhão (90), ora propondo medidas econômicas tais como a reforma no sistema tributário do reino (91) e restrições a ação da inquisição para atrair para Lisboa a riqueza de judeus e cristãos-novos refugiados em Amsterdã (92) ora indicando os critérios de escolha para os ministros do conselho do reino (93) e até mesmo recomendando ao rei o comportamento que deveria adotar em respostas aos pretendentes de cargos e favores. (94)

b) — nas missas, em qualquer igreja: sermões nas sextas feiras da paixão com os altares cobertos por véus; nas quartas feiras de cinzas em que se lembrava a todos que eram pó e

pó voltariam a ser; nos domingos do Advento quando se faziam descrições terríveis do fim dos tempos e do juízo final (95);

c) __ em conventos e casas semelhantes: sermões nas festas de profissão dos votos de uma religiosa; e em práticas privadas aos noviços e estudantes (96);

d) __ nas festas de devoções de diferentes grupos sociais, tais como a novena de S. Francisco Xavier na Igreja de São Roque, em Lisboa, onde comparecia a rainha D. Luísa de Gusmão ou as novenas de S. Benedito ou Nossa Senhora do Rosário, no Brasil, quando congados e maracatus dos negros dançavam à porta das igrejas de invocações correspondentes (97);

e) __ nas pregações ao ar livre antes da partida da frota, ou ao exército antes da batalha, durante ou ao fim das procissões mais importantes, nas missões por afastadas aldeias, e nos autos de fé, etc.(98)

De fato, não havia qualquer comemoração de interesse geral, ou particular a determinado grupo social, sem alguma espécie de cerimônia religiosa da qual fazia parte integrante o sermão, como verbalização dos fundamentos metafísicos e morais de uma religião presente em todas as ocasiões de vida ou para explicitar verbalmente a motivação da festa, as razões da alegria ou da tristeza coletiva, e o significado dos rituais.

Crítica e autocrítica dos Pregadores

Que imagem de si faziam então os pregadores solicitados a serem porta-vozes dos sentimentos coletivos e da mensagem das instituições de controle social?

Em alguns sermões, o pregador é qualificado pela reutilização de metáforas verbais retiradas dos profetas do velho testamento; que o designam como trombetas que anunciam a palavra divina (99); como nuvens com trovão e raio certo para castigo dos que se desviam das normas (100); como sentinelas alertas a darem alarme às cidades ameaçadas por desordem interna, pelo demônio ou pela heresia (101); ou o comparam a Davi, a quem coube derrubar o

inimigo do povo santo (102).

Dos Evangelhos vêm as imagens do pregador como semeador que lança sementes em terrenos de variada fertilidade ou como o trigo pisado pelos homens, comido pelas aves, sufocados pelos espinhos e mirrado pela terra infértil (103); como apóstolos de Cristo a pescarem almas em suas redes de palavras (104), como o sal da terra a impedir a corrupção dos homens tanto quanto a substância química impede a corrupção dos alimentos (105).

Outras expressões enfatizam a dignidade atribuída aos pregadores. Vieira os designa como “sucessores dos Apóstolos e Profetas”, no *Sermão da Dominga XIX depois de Pentecostes* (1639); “Ministros da palavra de Deus”, no *Sermão XII do Rosário* (1639); “sentinelas da igreja”, no *Sermão VII do Rosário* (s.d.); “Anjos da Paz” e “Ministros da União e Concórdia” no *Sermão da XXII Dominga Post-Pentecostes* (s.d.); além de outras expressões de valor semelhante cujo recenseamento exaustivo não parece necessário agora.

A alta dignidade que a si mesmo atribuem os pregadores é respaldada pelo conceito que gozavam na sociedade da época, e se reafirma pela prerrogativa do uso de dosséis sobre os púlpitos, além dos símbolos e emblemas que os decoram, como se comenta em capítulo específico do presente trabalho. Mas para fazer jus a estas imagens, verbais ou plásticas, o postulante há que atender não só às normas eclesiásticas que regulamentam a pregação, como também adequar-se a um modelo idealizado de pregador, do qual Antonio Vieira, Antonio das Chagas e Manuel da Conceição, traçam os contornos mais gerais, quais sejam; o pregador há de ser um modelo de virtudes pessoais (106), não buscará apenas a sua salvação pessoal, mas também, a do próximo (107), não pregará em busca de benefícios temporais (108), e deve pregar de maneira compreensível pelo auditório (109).

Antonio da Chagas, no *Sermão I da Escola de Penitência e Flagelo dos Viciosos Costumes*, define as características que há de ter o pregador “para ser verdadeiro Embaixador de Deus na terra”, designando cada uma dessas características como asas do Serafim Evangélico.

A primeira asa do Serafim corresponde a ter uma vida exemplar. A segunda asa é a prática frequente da oração, de que trata fazendo uso do duplo sentido da palavra orador:

S. Tomás não principiava o estudo, nem ia pregar sem preceder a oração; o mesmo Cristo primeiro que os dias fosse pregar às Cidades, passava em oração as noites: (...) porque como era exemplo e mestre de Pregadores (...) quis ensinar-nos, e dar-nos a entender, que sem termos da oração o estudo, nem para nós nem para os outros seríamos de proveito.

(...) E tão necessária é a oração ao Embaixador, e Legado de Cristo, que o mesmo é ser Pregador que Orador; e assim deve ser Orador, quem Pregador quiser ser. Por isso meu padre S. Francisco, falando nas condições do bom Pregador, diz: (...) primeiro com a oração deve tratar do seu interior, donde com Deus se fala, que da pregação das palavras, com que ao próximo se aconselha. (110)

A terceira asa é a prática de mortificação e da renúncia ao conforto pessoal; a quarta, é ter caridade sem a qual não será capaz de extinguir os ódios; a quinta, é ter pureza de intenção no seu ofício de pregar, para fugir da vaidade e da vangloria.

A sexta e última asa é ser dotado de zelo perseverante na salvação de almas para ser capaz de atacar o pecado e não o pecador:

Oh quantos Ministros da Igreja de Deus, e da Divina palavra metem nas pessoas a espada que Deus lhe deu para cortar pelos vícios, e não para retalhar as criaturas? Isto não é zelo, é vingança; não é amor, é ódio; não é ser Ministro do Céu, mas do Inferno: porque aqueles cortam, quando é necessário, a toda a força dos braços pelos vícios, para que as almas se salvem, e estes da salvação das almas não curam, mas só de cortar as pessoas tratam: E donde nasce isto? De ser falso o zelo; porque como diz S. Gregório Papa, a verdadeira justiça, o verdadeiro zelo compadece-se das faltas dos próximos para as curar, e remediar; mas a justiça falsa, o zelo fingido é pura indignação contra as pessoas que delinquiram. (111)

Em sermão pregado aos noviços do Colégio da Bahia, o padre Antonio Vieira indiretamente complementa o sermão de frei Antonio das Chagas justificando o método particular de treinamento espiritual pelo qual passavam os jesuítas para desenvolverem tais virtudes consideradas necessárias aos pregadores, disse ele:

Ordenou S. Inácio, que os Noviços fizessem doutrinas nesta Capela, & as fossem fazer àquela Portaria, & que assistissem todos à repetição dos tons, e que decorassem um quarto de hora cada dia: para que? Para que assim se ensiassem, e facilitassem a doutrinar, e pregar. Ordenou que no primeiro ano de Noviciado

tivessem quatro semanas de exercícios espirituais: na primeira meditando os motivos da via Purgativa, na segunda e terceira os da Iluminativa, na quarta os da Unitiva: para que? Para que ali ajuntassem cabedal de razões fortes, sólidas, & eficazes, com as quais, assim como se tinham persuadido, e convencido a si mesmos, depois persuadissem, e convencessem os do mundo. Ordenou, que um mês servissem nos Hospitais, e outro mês andassem em peregrinação, e mais tempo, quando convier: para que? para que abraçassem juntamente os dois pólos, em que se resolve, e resolve todo ministério de salvar almas, que são ensinar, e padecer. (112)

Muitos sermões porém vão além da caracterização genérica do pregador e refletem sobre as práticas concretas dos diferentes tipos de pregador. No *Sermão Preludial*, que abre a coletânea dos sermões de Frei Antonio das Chagas, frei Manuel da Conceição, tendo aplicado a imagem da rede de pesca ao sermão, compara o mau pregador à aranha e seu sermão a uma frágil teia. Em suas palavras:

Que outra coisa fazem esses pescadores, que das suas redes fazem ostentação aos ouvintes, senão desvelarem-se, consumirem-se, e desentranharem-se, e desentranharem dias e noites para armarem a rede do seu sermão de palavras mui escolhidas, de pensamentos mui delgados, de discursos mui finos; de provas mui sutis, estendendo-a no ar à vista dos ouvintes; em casas desertas e vazias; como são as almas dos que são ouvidores especulativos, como lhes chama Hugo Cardeal: *Homines desertia gratia*; e no fim, que caçam nessa sua rede tão fina? Quando muito a mosca de um aplauso, de uma vaidade que leva o vento por esses ares com a rede juntamente; & talvez nem essa mosca cai na rede, porque cuidando de achar aplauso, não o encontram muitas vezes, e assim se lhes fica baldado todo o trabalho. (113)

O pregador vaidoso, excessivamente preocupado com o brilho literário em detrimento da conversão dos ouvintes, é também duramente criticado pelo padre Vieira numa das mais poéticas passagens de sua obra, em que diz:

O mais antigo pregador, que houve no mundo, foi o céu. *Coeli enarrant gloriam Dei, & opera manuum ejus annuntiat firmamentum*, diz Davi. (...) E quais são estes sermões, e estas palavras do céu? As palavras são as estrelas: os sermões são a composição, a ordem, a harmonia, & o curso delas.



O pregar há de ser como quem semeia. e não como quem ladrilha, ou azuleja. Ordenado, mas como as estrelas (...). Todas as estrelas estão por sua ordem; mas é ordem que faz influência, não é ordem que faça labor. Não fez Deus o céu em xadrez de estrelas, como os pregadores fazem o sermão em xadrez de palavras.

Aprendamos do céu o estilo da disposição, e também o das palavras. Como hão de ser as palavras? Como as estrelas. As estrelas são muito distintas, e muito claras. Assim há de ser o estilo da pregação: muito distinto, e muito claro. E nem por isso temais que pareça o estilo baixo: as estrelas são muito distintas, e muito claras, e altíssimas. O estilo pode ser muito claro, e muito alto: tão claro que o entendam os que não sabem; e tão alto, que tenham muito que entender nele os que sabem. O rústico acha documentos nas estrelas para a sua lavoura, e o mareante para sua navegação, e o matemático para as suas observações, e para os seus juízos. De maneira, que o rústico, e o mareante, que não sabem ler, nem escrever, entendem as estrelas; e o matemático, que tem lido quantos escreveram, não alcança a entender quanto nelas há. Tal pode ser o sermão: estrelas: que todos as vêem, e muito poucos as medem.

Sim padre: porém esse estilo de pregar, não é o pregar culto. Mas fosse! Este desventurado estilo, que hoje se usa, os que o querem honrar, chamam lhe culto; os que o condenam, chamam lhe escuro; mas ainda lhe fazem muita honra. O estilo culto não é escuro, é negro, e negro boçal, e muito cerrado. É possível que somos Portugueses, e havemos de ouvir um pregador em Português, e não havemos de entender o que diz? (114)

O *Sermão da Sexagésima*, citado hoje em qualquer estudo sobre o Padre Vieira, foi polêmico em sua época. No domingo seguinte ao em que Vieira o pregou, o dominicano Frei Domingos de Santo Tomás, fez-lhe a réplica na mesma Capela Real e por toda a quaresma sucederam-se os pregadores dominicanos a contestá-lo. (115).

A crítica acerba que Antonio Vieira faz aos pregadores cultistas pela utilização de figuras de linguagem obscuras; redes de pescar mosca na imagem de frei Manuel Godinho; de cuja decifração só era capaz um restrito círculo de eruditos, é uma reclamação por uma oratória mais eficaz no sentido da reforma religiosa, de interferência efetiva na vida dos ouvintes, e é uma manifestação contra o sermão como puro exercício literário, manipulação lúdica das

possibilidades lingüísticas, transformado num espetáculo elegante, sutil, porém desprovido de função catequética.

O padre Antonio Vieira sabia, entretanto que o sermão era também uma forma de arte. Não bastasse esse mesmo sermão da sexagésima, concebido como uma espécie de tratado de oratória religiosa, ele implicitamente reafirmaria a componente estética da pregação verbal ao explicar, em sermão pregado no refeitório do colégio da Bahia, que:

As partes que constituem o perfeito orador são três: Ensinar, deleitar, mover.

E completa:

Para deleitarem as couzas, que diz o Orador, hão de ser novas, e hão de ser admiráveis; e se forem também engraçadas, então deleitará mais. (116)

Mas, para outros, como frei Manuel da Conceição, a novidade a originalidade do discurso não era uma exigência de maior importância, segundo se pode depreender do texto abaixo reproduzido:

Outra traça ou política diabólica introduziu o Demônio no mundo contra o uso das redes da divina palavra, & é dizerem os ouvintes, que se prezam de lidos, entendidos & de boa memória, que o bom pregador não há de pregar segunda vez o seu sermão no mesmo auditório; nem dizer o que outrem disse, & menos pregar sermão alheio; & julgam por grandíssima falta e afronta do pregador que apanharam em qualquer dessas cousas; & mui cheios de soberba, & presunção, todo seu cuidado põem neste fim, quando ouvem os sermões; (...) Digam-me logo: Será bom que os pregadores, que vivem sempre em uma terra, queimem o seu Sermão tanto que o pregaram a primeira vez? Será razão, que queimem os livros predicativos, que lhe custaram o seu dinheiro, ou a quem lhos deu, só para satisfazer tão desordenados apetites? Quem compôs os sermões, & os mandou imprimir, foi para só fugirem deles os pregadores porque vós os tendes? A cousa boa, que se disse no púlpito, não se há de repetir por outrem, como se fosse alguma heresia, ou blasfêmia? Claro está que seriam os maiores desatinos e as maiores sem razões: para que são logo essas censuras; para que esses reparos? (116)

O modelo ideal de pregador se dissolvia pois em diversos tipos em cuja prática concreta interferiam os interesses das diversas ordens religiosas, o envolvimento com os patronos, a

ambição de cargos de influência como o de bispo, de juiz do Santo Ofício, de Pregador Apostólico na corte papal, ou de pregador régio na Capela Real de Lisboa, além das peculiaridades de estilo, ou das idiosincrasias individuais. Até mesmo o padre Antonio Vieira, homem de ação intensamente comprometido com os objetivos da igreja reformista e com projetos de construção do império de Deus na terra, não esteve isento das tendências do período em que viveu como o demonstra tanto a fama de maior pregador de sua época, que gozou em vida, quanto a evidente elaboração formal que deu aos seus discursos.

E à proporção em que a sociedade barroca se desenvolve como estilo não só de arte como de vida, privilegiando a aparência, o encantamento dos sentidos como arma de persuasão e propaganda, o sermão acentua suas características de espetáculo verbal, afastando-se do estilo direto de comunicação de uma doutrina e valores morais, seja pela argumentação do padre Vieira, ou seja, pela demonstração teatral de arrependimento e piedade do frei Antonio das Chagas, para refinar-se em objetos de deleite ornamentados por artifícios de palavras, aos poucos escamoteando as menções sombrias o pecado e ao castigo sob a elegância um tanto fria e estereotipada que adotará em meio do século XVIII.

Contemporâneos do Padre Vieira.

Um estudo das formas de propaganda religiosa forçosamente há de ser sucinto na listagem e comentário do enorme grupo de indivíduos que exerceram a função de pregador em cada época histórica. Mesmo assim, não se há de restringir o século XVII à atuação do padre Antonio Vieira e ao franciscano Antonio das Chagas.

Contemporâneo de ambos foi o padre Manuel Bernardes (1644-1710) da Congregação do Oratório. Os estudiosos da literatura do século XIX costumavam se ocupar de comparações entre ele e o padre Vieira procurando determinar quem teria sido maior prosador na língua portuguesa; questão fútil que aqui não interessa. A obra do oratoriano, publicada entre 1686 e 1739, tem maior extensão em livros piedosos próprios a uma leitura solitária e meditativa do que em

número de sermões pregados do púlpito, e expressa um espírito religioso de caráter intimista, ilustrado por pequenas narrativas de milagres, casos curiosos e anedotas edificantes. Sua influência sobre a mentalidade coletiva de sua época de certo terá sido menor do que a de Vieira e a do frei Antonio das Chagas, pois seus escritos pouco ou nada refletem as questões do momento histórico em que vivia servindo mais a alimentar uma piedade individual afastada do mundo, como ele mesmo praticou recolhido em sua cela. (118)

O século XVII foi, sem dúvida, o momento de maior grandeza do sermão como forma de expressão da religiosidade. Entre tantos outros pregadores dessa época que a excessiva atenção sobre as obras de Manuel Bernardes, Antonio Vieira e Antonio das Chagas obscurecem, cabe lembrar ainda do Padre Antonio de Sá (1620-1678), e de Frei Eusébio da Soledade (1629-1692), que se chamava Eusébio de Mattos, quando era padre jesuíta, antes de se fazer frade carmelita.

Ambos foram pregadores admirados em vida, o primeiro tendo sido Pregador de Sua Majestade em Portugal e secretário geral dos jesuítas em Roma, antes de voltar ao Brasil e falecer na sua cidade natal, o Rio de Janeiro (119). A respeito do segundo, frei Eusébio, o organizador da coletânea de sermões publicada em 1923, encontrou, no exemplar da edição original, que consultara, uma nota manuscrita relatando que ao saber de sua saída da ordem jesuítica Vieira havia dito: Que tarde se criarão na Companhia outros Matos!. (120)

Uma nota anônima e imprecisamente datada nada atesta. Mais significativo da importância que tiveram é que os sermões de ambos continuaram a ser lidos por mais de um século após suas mortes, havendo edições póstumas do frei Eusébio em 1735 e diversas dos sermões do padre Antonio de Sá até 1750.

Os seis sermões do *Ecce Homo* de Frei Euzébio, em cada um dos quais o desenvolvimento do discurso se centra sobre um dos elementos de suplício visíveis nesse gênero de pintura; os espinhos, a capa de púrpura, as cordas que prendem as mãos do Cristo, a cana que lhe serve de cetro, os ferimentos produzidos pelos açoites, trazem como nota nova à oratória de língua portuguesa o tom sentimental que os caracteriza, a refletir certa peculiaridade do catolicismo luso-brasileiro, já destacada por sociólogos e historiadores, no qual os personagens

sagrados são tratados não com uma reverência respeitosa e distante mas com a intimidade de parente, de padrinho, com quem se conversa e a quem se faz confidências, e com quem se trocam favores por “promessas” ou pede-se auxílio.

Veja-se esse trecho da *Prática V*, do *Ecce Homo*:

Oh meu Deus do meu coração, que lastimado, que ferido, que despedaçado que estais; mas assim Senhor, assim lastimado vos quero, assim ferido vos amo, assim despedaçado vos adoro; busquem outros vossas glórias que eu adoro vossas Chagas, agora vos quero eu mais amar, quando estais menos para ver, que agora me pareceis mais gentilmente vestido, quando vos vejo mais miudamente golpeado; mas ah Senhor, que justo fora que aos golpes que se deram em vosso corpo, responderam os ecos em nossas almas, & que bem corresponderam a golpes de sentimentos, ecos de compaixão. Mas já que não sabemos nós compadecer-nos, vós Senhor vos compadecei de nós. Não permitais meu Deus que este sangue se malogre, não permitais que se percam os que vós remistes com este precioso sangue, que este é de muito valor, e a melhor moeda que corre. (121)

O sermão entretanto não é gênero propício a veicular a manifestação sentimental de seu autor, que em princípio fala em nome da igreja e não de si mesmo, de uma doutrina que se pretende universal, fundada numa tradição eclesiástica e em textos sagrados. Daí ser mais própria uma expressão em que se encadeiam argumentos demonstrativos, ou até mesmo o incitamento emocional à reforma dos costumes, ao arrependimento, ou a arrebatada condenação dos vícios. Mesmo assim, algum apelo sentimental, algum traço de lirismo pode ser detectado em sermões do século XVIII, como já se vira antes na obra do frei Eusébio e do padre Manuel Bernardes.

Que dificultosa, que admirável resolução ! Quem há que vendo o sol voltar todos os anos à mesma casa donde saiu, e vendo-se fora da sua, o não combatam as saudades da pátria? O coração se aperta e se angustia; os olhos apenas retêm as lágrimas, a memória nos aflige sem cessar; o sítio da pátria, as conversações, os amigos, as saídas, os divertimentos, tudo nos anda diante dos olhos, tudo nos martiriza.

Este ar era mais benigno; as águas mais puras; o inverno não era tão áspero; as árvores nunca eu as vi lá sem



folhas, os campos nunca estavam lá sem frutos. Que triste correm agora as fontes, e que alegres as vi eu já correr enquanto Deus quis. Ah! pátria, pátria, quão longe estás! As tuas mesmas pedras, os teus mesmos matos incultos e ásperos, que alívio me dariam agora, si pudesse vê-los. Que hei de viver tantos anos desterrado? Que peito há tão de bronze, que não arrebente de dor e de saudade.

Bartolomeu Lourenço de Gusmão: Sermão da festa de N^{ra}S^{ra} do Desterro.
Azulejos da Igreja de N^{ra}S^{ra} da Boa Viagem, Salvador, Bahia.

Sermonística do século XVIII.

Bartolomeu Lourenço de Gusmão (1685-1724), o “Padre Voador” expressou suas saudades da pátria distante e a vaidade do brilho acadêmico no sermão pregado no último dos três dias de festejos a Nossa Senhora do Desterro, promovidos pelos acadêmicos ultramarinos em Coimbra em 1718. Nesse sermão, o pregador, após descrever os primeiros habitantes do Brasil como tão primitivos que se chegou a duvidar se eram racionais ou feras, descreve os perigos da travessia marítima que os brasileiros enfrentavam para alcançar o conhecimento em Coimbra. E falando dos que deixaram a pátria, e, portanto de si mesmo, diz:

Que dificultosa, que admirável resolução! Quem há que vendo o sol voltar todos os anos à mesma casa donde saiu, e vendo-se fora da sua, o não combatam as saudades da pátria? O coração se aperta e se angustia; os olhos apenas retêm as lágrimas, a memória nos aflige sem cessar; o sítio da pátria, as conversações, os amigos, as saídas, os divertimentos, tudo nos anda diante dos olhos, tudo nos martiriza. Este ar era mais benigno; as águas mais puras; o inverno não era tão áspero; as árvores nunca eu as vi lá sem folhas; os campos nunca estavam lá sem frutos. Que triste correm agora as fontes, e que alegres as vi eu já correr enquanto Deus quis. Ah! Pátria, pátria, quão longe estás! As tuas mesmas pedras, os teus mesmos matos incultos e ásperos, que alívio me dariam agora, si pudesse vê-los. Que hei de viver tantos anos desterrado? Que peito há tão de bronze, que não arrebente de dor e de saudade. (122)

Um acentuado apelo sentimental marcava também os sermões da Soledade, pregados na procissão do Enterro, na sexta-feira santa (123). Mas nesses, mais do que revelarem seu próprio sentimento, os pregadores tentavam despertar por imagens um tanto artificiosas, a compaixão do público pelas dores da mãe de Cristo entre a morte e a ressurreição do filho. Serve de ilustração dessa série, entre tantos, o *Sermão da Soledade da Mãe de Deus*, pregado na Sé da Bahia pelo jesuíta baiano Ângelo dos Reis (1661-1723), impresso em Lisboa em 1719, no qual descreve os sofrimentos de Maria ao acompanhar seu filho até ao calvário como um mar tormentoso em que cada episódio levantava uma onda de dor, sendo a maior delas a dor da separação pelo sepultamento do filho, o sentimento da solidão. Eis como o padre Ângelo dos Reis conclui a

longa sucessão de ondas encadeadas no seu sermão:

Via levantar o madeiro da cruz e a seu filho pregado nela, suspenso no ar no meio de seus inimigos e rodeado por toda a parte por vitupérios, e passava outra maior onda. Via-o expirar e dar a vida entre tormentos e dores, bradando ao céu e lembrando-se repetidas vezes de sua mãe que tinha à vista, e passava outra onda ainda maior. Viu finalmente, quando o puseram na sepultura, onde se despediu dele com os últimos abraços, ainda que não com os últimos gemidos. Viu que o cobriam com uma pedra, tirando-lhes juntamente dos olhos e do coração a vida.

E aqui subiu a onda, e se levantou tão alta que chegou a ponto de naufragar aquele coração amante. (124)

E mais adiante, glosando o termo específico que dá nome ao sermão, definiria por comparações e figuras encadeadas ao gosto da época, a soledade:

Sabeis que cousa é soledade? É uma seta que fere a alma, uma espada que traspassa o coração, uma lança que abre a porta para que saia a vida, um acidente mortal que chega a ser morte. É uma saudade veemente que consome; um desejo ardente que lastima, um veneno mortífero que mata, um verdugo cruel que atormenta, e um tirano feroz que martiriza. É a nuvem de todas as consolações, o véu de todas as alegrias, o eclipse de todos os júbilos, a sombra de todos os gostos, a ausência de todas as doçuras, e a privação de todas as suavidades... É o auge de todas as agonias, o vale de todas as lágrimas, e a região de todos os tormentos. (125)

É visível como aqui se está distante do sentimento aparentemente mais sincero do Frei Eusébio e da maestria com que o padre Vieira encadeava as imagens que evocava. E também estará distante do padre Vieira, a nota anti-semita que o padre Ângelo dos Reis encontra meio de incluir no encerramento desse seu sermão. Diz ele, falando a Maria, não ao seu auditório:

E como podereis ter alívio ou consolação, quando vedes, que com ele desceu também à sepultura e se enterrou toda vossa alegria? Como podereis ter contentamento à vista de vosso filho morto inumanamente às mãos de seus inimigos, e no meio das maiores ofensas? (...) À vista destas costas rasgadas a açoites, e rotas multiplicadas vezes ao rigor da tirania judaica? Fazendo patentes que assim como vosso filho tem as suas misericórdias, assim o povo judaico, os seus furores. E acaba de confessar o céu e de confessar a terra, que não tem lenitivo a vossa dor, e é inconsolável a vossa soledade. (126)

O sentimento anti-semita, que aqui aparece como uma observação de passagem, será a característica comum dos sermões pronunciados nos autos-de-fé promovidos pelo Santo Ofício em Portugal, que serão comentados mais adiante neste estudo.

quer Cristo Senhor nosso, que se use das redes de sua palavra divina para pescar almas; e não para pescar riquezas, honras, dignidades, estimações e aplausos: Que outras coisas fazem estes pescadores, que das suas redes fazem ostentação aos ouvintes, senão desvelarem-se, consumirem-se, e desentranharem-se, e desentranharem dias e noites para do seu semão de escolhidas, de delgadas; de finos; de provas estendendo-a no ouvintes; em casas como são as almas especulativos, Hugo Cardeal: armarem a rede palavras mui pensamentos mui di: cur: o: mui mui sutis, ar à vista dos desertas e vazias; dos ouvidores como lhes chama Homines desertia gratia. E no fim, que caçam nesta sua rede tão fina? Quando muito a mosca de um aplauso, de uma vaidade que leva o vento por esses ares com a rede juntamente; e talvez nem essa mosca cai na rede, porque cuidam de adhar aplauso, não o encontram muitas vezes, e assim se lhes fica baldado todo o trabalho.”



Frei Manoel da Conceição. Sermão preludial. In Frei Antonio das Chagas *Escola de penitência e flagelo dos viciosos costumes que consta de sermões apostólicos do muyto venerável padre Frey Antonio das Chagas Tirados à luz por Frei Manoel da Conceyçam.* Lisboa: Miguel Deslandes, 1687.

Um novo período da história portuguesa se abre com o descobrimento das minas de ouro na região de Sabará, em 1695, (127).

A fabulosa riqueza das minas brasileiras então recém descobertas, possibilitou a manutenção de custosas embaixadas nas diversas cortes européias e junto ao papado e deu assento ao pequeno reino português nas negociações diplomáticas que conduziram ao rearranjo geopolítico da Europa após a guerra entre a França e a Espanha pelos direitos de sucessão do monarca espanhol Carlos II (128).

Nesta conjuntura, o relativo isolamento de Portugal e o fechamento do país às influências do pensamento humanístico e científico não se puderam manter com o rigor observado no século anterior.

D. João V (rei de 1706 a 1750) recrutou engenheiros, geógrafos, astrônomos e cartógrafos italianos, alemães e suíços, alguns dos quais vieram ao Brasil para traçarem mapas e determinar com precisão os limites entre as colônias portuguesa e hispânica na América, financiou a construção de fortalezas por toda a costa e nas fronteiras terrestres dos domínios americanos de Portugal, consolidadas diplomaticamente pelo tratado de Madri (1750) negociado pelo brasileiro Alexandre de Gusmão. Fundou bibliotecas e adquiriu por intermédio de seus embaixadores livros novos que se iam publicando por toda a Europa. Enviou às universidades européias diversos bolsistas, entre os quais, em 1736, Luis Antonio Verney à Itália para observar o ensino das escolas italianas, do que resultaria, dez anos depois, o livro *Verdadeiro Método de Estudar para Ser Útil à República e à Igreja: Proporcionado ao Estilo e à Necessidade de Portugal* no qual se preconiza a substituição dos métodos escolásticos pelos métodos científicos de observação da natureza como meio de conhecimento. (129)

Enfim, D. João V, o primeiro monarca absolutista português, introduziu em Portugal os elementos do pensamento que lhe era contemporâneo nos países mais desenvolvidos da Europa e criou as condições iniciais para a reforma modernizante do panorama cultural que só seria

plenamente realizada pela ação do Marquês de Pombal, ministro do seu sucessor, D. José I. Mas vale lembrar, que em paralelo ao apoio que dava à atualização do pensamento português, D. João V manteve-se cercado de frades obscurantistas e prestigiava com sua presença os autos-de-fé em que a inquisição portuguesa executava indivíduos por judaísmo, mas também por envolvimento com algumas das mesmas idéias que o rei importava. (130).

A Pregação como espetáculo.

O Monarca zelava pelo estado e pela fé. Obteve da Igreja Romana a instituição da Sé Patriarcal de Lisboa, a criação das dioceses de São Paulo e Mariana e das prelazias de Goiás e Cuiabá, com o que implicitamente a Santa Sé sancionava a expansão bandeirante além da linha de Tordesilhas. Não se poderia negar, porém que grande parte do ouro brasileiro foi gasto na ostentação, financiando o apelo sensorial da arte barroca, transformando a religião em espetáculo e o luxo em sinal de nobreza, prestígio, dignidade, ao ponto de ser necessário o estabelecimento de leis limitando o uso de sedas, rendas e jóias. (131)

As festas públicas, por sua vez, alcançaram uma complexidade simbólica de alto custo nas vestimentas; na confecção de carros alegóricos; no revestimento de igrejas por panos negros e construção de mausoléus cenográficos para as solenidades de exéquias dos grandes do reino; na transformação da paisagem urbana pela arquitetura efêmera de arcos do triunfo de madeira, gesso e telas para entradas de reis e bispos nas cidades que visitavam; na decoração temporária de ruas e praças onde passariam procissões com tecido e pinturas, tapetes de flores etc.

Os estudos de interpretação do barroco por Affonso Ávila já revelaram que essas festas tanto representavam um instrumento de persuasão a serviço do poder laico ou religioso, quanto um momento de evasão das tensões de uma época em que se confrontavam as possibilidades libertárias do pensamento e da ciência com “uma ordem política e ideológica perempta, sustentada pela tutela reacionária do absolutismo e da contra-reforma”. (132)

Essa é uma interpretação que se pode estender aos autos-de-fé promovidos pelo Santo Ofício embora lhes falte o impulso lúdico que caracteriza o ato festivo, posto que transcorressem segundo normas ritualísticas fixadas passo a passo desde a instalação da inquisição naquele reino em 1536 até sua abolição definitiva em 1821. (133).

Assim, com alguma restrição devida à ausência da componente lúdica coibida por um ritual preestabelecido, pode ler-se o auto-de-fé como uma festa macabra em que a seqüência dos atos, os gestos, as vestimentas, os lugares determinados a cada indivíduo durante a cerimônia, o cenário e todos os apetrechos cênicos serviam enfim, à demonstração do poder do Santo Ofício e a reafirmação de uma estrutura social que legitimava a existência daquele tribunal. Ao mesmo fim serviam as palavras do sermão então pronunciado, como exemplarmente ilustra aquele pregado por Francisco de Santa Maria (1653-1713), em Lisboa, em 1706:

Senhor... Vossa Divina Majestade foi servida de ordenar, dispor, ou permitir que eu nascesse em terra de cristãos, que fosse batizado, que vivesse entre homens que professavam a Lei de Cristo. Eu vi que muitos homens doutos, & versados em todas as ciências, seguiam aquela Lei. Vi, (pelo que os mesmos homens doutos me mostravam) que em Cristo concorriam todos os sinais, que do Messias apontaram os Profetas. Vi que nele se enchiam as escrituras... Vi a majestade, a pompa, a grandeza, a perfeição, o ornato, o asseio de suas igrejas. Vi o primor, & gravidade de suas cerimônias... Vi, que em defesa daquela Lei se empenhavam tantas Universidades florentíssimas... Vi, que a mesma Lei era a mais conforme a razão,... & de todas estas cousas formei um ditame, de que só nesta Lei me poderia salvar; se errei, Senhor, nas vossas permissões tenho as desculpas de meus erros.

(...) Pelo contrário se é culpa (como é na verdade) morrer na Lei de Moisés, que desculpa podereis dar a Deus? (...) Senhor, eu segui uma Lei abatida, ultrajada, & metida com sumo desprezo debaixo dos pés de todas as nações do Mundo. Segui uma Lei, que me ensinaram pelos cantos, & às escuras, um homem ignorante, ou uma velha tonta. (...) & serão boas desculpas estas? (134)

Em outra ocasião, no auto de fé de 1714, em Lisboa, o carmelita Frei Caetano de São

José (1657-1745) ensaiaria ressaltar a importância espiritual do mesmo evento de que participava como orador. Dizia ele:

Convencidos, & não obstinados: arrependidos, & não contumazes: confessos, & não profitentes: reconciliados, & não inimigos: contritos, & não impenitentes: compungidos, & não pertinazes: de boa vontade, & não obrigados; os Réus que temos presentes saem à publicidade deste agosto, & tremendo Teatro: vem diante deste Régio, Apostólico, Religioso, & Cristianíssimo Auditório: a que? A dar a Deus uma nova gloria: aos olhos do Céu o espetáculo mais alegre: à Igreja Católica o melhor dia: à Fé de Cristo mais um triunfo. Eis aqui a anatomia de um Ato da Fé: este é o papel, este os atos que a ele vem fazer esta gente.

(...)

Porque a eles viestes cegos, & dentro dele se vos abriram os olhos: entrastes nele ignorantes do que só importa saber-se, que é o necessário para a salvação; & dele saís doutrinados e instruídos: a ele viestes Judeus, & dele saís cristãos: a ele viestes hereges, & dele saís católicos: a eles viestes apóstatas, & dele saís reconciliados; a ele em fim viestes sem conhecimento do vosso pecado, & dele saís ditosamente arrependidos de vossas culpas (135)

Os autos-de-fé apresentaram alguma variação de detalhes ao longo dos dois séculos pelos quais se repetiram, mas podem ser descritos em suas linhas gerais, relativamente fixas. (136)

O ritual começava pela procissão dos réus, do palácio da inquisição até ao local onde se realizaria o auto da fé. A vestimenta que trajavam, uma espécie de bata denominada Sanbenito, indicava pela cor e símbolos pintados o veredito e a sentença de cada um deles. Os “relaxados” (137); isto é, os que seriam entregues à justiça civil e por ela seriam condenados à morte; além da bata usavam uma mitra de papel pintada com os mesmos motivos de sua túnica, o seu retrato rodados por chamas ou grifos. As chamas invertidas indicavam que o condenado arrependera-se dos seus erros após a condenação, portanto, se livrara do inferno, mas não, da sentença. O sambenito amarelo com uma cruz de Santo André em vermelho indicava os réus absolvidos das acusações levantadas contra ele; “reconciliados”, era o termo que os designava. Os fugitivos ou mortos antes do fim do processo eram representados respectivamente por estátuas ou urnas

transportadas no cortejo.

Após essa, uma segunda procissão era composta pelos juízes da inquisição vestidos de negro sobre cavalos brancos, e conduzidos por uma comitiva dos nobres e autoridades locais em roupa de gala e montados nos seus cavalos ricamente arreitados. (138)

Para o auto-de-fé propriamente dito construía; ora na nave das grandes igrejas, ora em alguma das praças mais importantes da cidade; um palco de grandes dimensões variando entre 44m. x 15m. (Lisboa, 1629) a 33m. x. 22m. (Lisboa, 1709) no centro do qual ficava o altar onde os arrependidos abjuravam seus erros (139). Nos extremos do palco; de um lado, uma arquibancada apoiava as cadeiras dos juízes sobre tapetes e sob baldaquinos decorados com os emblemas do Santo Ofício, da monarquia e às vezes, as armas do Papa ou a imagem do Espírito Santo, esta última a simbolizar a assistência divina às decisões do tribunal. Predominavam ali as cores vermelho e dourado. Do lado oposto, outra arquibancada decorada em tecidos negros, servia de assento aos réus.

O povo comum assistia a cena em pé, postado na praça e com boa visibilidade, pois que o nível do piso do palco variou entre 1,7m. e 4,8m. de altura, nas diversas ocasiões em que foi construído. Os nobres assistiam da janela dos palácios que rodeavam a praça. O Rei ou o Bispo poderiam assistir a cerimônia de uma das janelas da construção, acima do lugar onde sentava-se o Inquisidor Geral.

Após a chegada dos réus, dos juízes do Santo Ofício, e do Rei nas ocasiões em que esse assistiria ao auto, iniciava-se a missa que era interrompida logo no início, após o Intróito, para o pronunciamento do sermão. Lia-se a seguir o édito da fé, em que se exortava à denúncia e à confissão e a bula papal que legitimava o tribunal. Seguia-se a leitura do relato dos “crimes” e a correspondente sentença individual, quando cada preso era levado à frente do altar para ouvir de pé a que lhe dizia respeito. Essa parte do ritual podia durar dois ou três dias, dependendo do numero de réus.

A complexidade de todo o ritual, e sua longa duração, só aparentemente reduzia a importância do sermão pronunciado no seu início. Mas, considerando que durante um auto-de-fé

estava proibido o pronunciamento de qualquer outro sermão nas igrejas da cidade e a presença na solenidade das maiores autoridades da monarquia e da igreja; a designação de um pregador para a ocasião era sem dúvida uma forma de reconhecimento de seu talento oratório e a confirmação de sua fama. Além disso, o sermão seria impresso posteriormente, em volume do qual constariam também os pareceres elogiosos dos censores do Santo Ofício e a indicação, na folha de rosto, da presença do rei entre a audiência, quando era o caso.

Os sermões dos autos-de-fé chegaram a constituir gênero específico da oratória sacra, com características próprias que os diferenciam dos demais sermões em vários aspectos. (141)

O primeiro e mais evidente traço diferenciador é que, ao invés de terem por tema o trecho do Novo Testamento determinado pelo calendário litúrgico, como os demais sermões, os de auto-de-fé tomam passagens do Velho Testamento como tema, portanto textos aceitos como legítimos pelos judeus e cristãos-novos a quem pretensamente se destinava a pregação. (142)

Howard Wayne Norton, em sua tese de doutorado (USP, 1980), destaca uma segunda característica desses sermões: eles veiculam e reforçam o sentimento anti-semita pela deliberada identificação entre cristão-novos e judeus e pela insistência na afirmação da “culpa” dos judeus pela morte do Cristo. (143).

No ímpeto de extirpar o judaísmo, e com ele os cristãos-novos inconvenientes, alguns pregadores chegavam a contradizer o objetivo da pregação, a conversão do herege, como o faz frei Francisco de Santa Maria quando afirma:

Na fragilidade, & miséria de nossa natureza facilmente se pega a enfermidade, não assim a saúde. Um enfermo basta para infeccionar muitos sãos; muitos sãos não bastam para curar um enfermo. Assim vosso sangue, é mal hereditário, & contagioso; um quarto de judeu basta para infeccionar três quartos de Cristão Velho, & três quartos de Cristão velho não bastam para sarar um quarto de judeu. Acabai daqui de entender, que o sangue judaico é mal contagioso, & acabai finalmente de crer, que saístes de um mal, & entraste noutro; saístes do mal da idolatria, & entrastes no mal da apostasia; & nem no mal de que saístes, nem no mal em que entrastes, conhecestes, nem conheceis ao verdadeiro Deus, como o mesmo Deus disse de vós... (145)

O racismo não transparecia apenas nos argumentos apresentados sob aparência de raciocínio lógico. Também era exibido em ofensas diretas e expressões pesadamente adjetivadas como o fariam o dominicano Frei Miguel de Bulhões (1706-?), bispo do Pará, em sermão do auto-de-fé de 16 de outubro de 1746, em Lisboa.

Convosco falo, ó infelizes despojos de Israel, desgraçadas relíquias do Hebraísmo, e póstumos abortivos partos da Sinagoga. Vós sois, os que erradamente obstinados na vossa cegueira, praticais o detestável erro dos Ateístas; porque viveis sem Deus, sem lei. Sem Deus; porque nem adorais aos Deuses falsos, nem ao verdadeiro Deus. Não adorais os deuses falsos porque não tendes ídolos... Não adorais ao verdadeiro Deus; porque não conheceis ao Deus Encarnado, nem a Deus Trino, e Uno. Também não tendes Lei; porque nem observais a lei de Cristo, nem a Lei de Moisés (144).

Mas de que serviria converter-se e integrar-se ao mundo cristão se a culpa do judaísmo é hereditária e a mácula genética dos descendentes não seria perdoada?

O auto-de-fé servia pois, além da defesa da ortodoxia religiosa proclamada pelos seus promotores, para a reafirmação ideológica de uma sociedade estratificada em que o destino individual e o lugar social são determinados mais pelo nascimento do que pelas ações empreendidas. Daí que, salvo três exceções, não se tenha encontrado nos sermões neles proferidos qualquer referência a outras práticas tidas como criminosas pelo Santo Ofício, embora entre os réus também se contassem hereges luteranos e calvinistas, maçons, feiticeiros, blasfemadores e indivíduos de comportamento sexual desviante da moral admitida na época. (146)

Procissões Reais.

Outras solenidades religiosas também indicam a confluência entre crenças e ideologia política, entre religião e o pretendido caráter transcendental da organização da sociedade, especialmente a procissão de Corpus Christi, assim como as procissões do Anjo da Guarda, no terceiro domingo de julho e da Visitação de Nossa Senhora, no dia 2 de julho, que os Senados das Câmaras de todas as vilas e cidades do império português estavam obrigados a promover e

custear anualmente, por determinação contida nas Ordenações Filipinas (147).

Pelas mesmas Ordenações, todo morador da vila, ou em área rural a menos de uma légua de distância do limite urbano, era obrigado a comparecer sob pena prisão e multa de mil-réis. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707) não apenas repetem a obrigatoriedade de comparecimento a procissão de Corpus Christi como ainda acrescentam a excomunhão dos faltosos à pena determinada pela legislação civil (148).

A procissão acarretava ainda mais obrigações aos habitantes das ruas compreendidas no seu trajeto. Beatriz Catão Cruz Santos, que estudou os Editais do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, dos anos 1788 a 1821, afirma que as “prescrições aos moradores para a festa e procissão de Corpus Christi se repetem, quase literalmente a cada ano” e transcreve o edital relativo ao ano de 1825, que reza:

O Senado da Câmara faz saber que no dia 21 de Junho deste ano se há de fazer a procissão do Corpo de Deus nesta Corte e determina o mesmo Senado que os moradores da Rua Direita, dos Pescadores, da Quitanda, da Sucucarará e da Cadeia e das suas respectivas travessas, mandem cair as frentes de suas casas, armar de cortinados os seus portais, limpar as ruas ante as suas portas, deitar-lhes areia e folhas e o que assim não o executar ficará incurso na pena de seis mil reis e trinta dias de cadeia. (149).

Tais exigências transformavam a paisagem urbana no dia da festa, e apesar da despesa, devem ter sido atendidas com gosto pelos habitantes das cidades a julgar pela permanência do costume de se colocarem colchas bordadas nas janelas e cobrir de serragem colorida compondo desenhos complexos o piso das ruas de Sabará, Ouro Preto e outras cidades, para a procissão de Corpus Christi ainda hoje, quando já não se corre risco de punições tão drásticas por não fazê-lo.

Do ponto de vista estritamente religioso, a procissão de Corpus Christi é a mais importante dessas procissões obrigatórias, pois que nela desfila pelas ruas o Santíssimo Sacramento, o Corpo de Cristo, geralmente numa rica custódia de metais preciosos, transportada pela mais alta autoridade eclesiástica da cidade, sob pálio de damasco ou outros tecidos caros. Em Lisboa, o rei e membros da mais alta nobreza do reino portavam as varas da armação do pálio, e assim os espectadores do cortejo, quando se ajoelhavam a sua passagem, reverenciavam

simultaneamente a divindade e o monarca enquanto personagem sagrado e ungido.

Numa sociedade em que o simbolismo das representações tem o valor de realidade, é natural que o papel a ser desempenhado por cada participante da procissão tenha produzido diversos conflitos, alguns dos quais chegaram mesmo a gerar questões judiciais, como o processo que abriu a Ordem Terceira de São Francisco de Ouro Preto contra a Ordem Terceira do Carmo da mesma cidade exigindo que lhe fosse reconhecido o direito de precedência na procissão de Corpus Christi, alegando ter sido instituída na cidade antes do que a sua rival. Em 1769, a autoridade eclesiástica local tentou uma solução conciliatória determinando que as duas confrarias desfilassem lado a lado, dando aos franciscanos o lado direito considerado mais prestigioso. Nenhuma das confrarias aceitou a solução e a questão só ficou definitivamente resolvida mediante três sentenças da Casa de Suplicação de Lisboa, sendo a última delas datada de 14 de dezembro de 1784, quinze anos depois de iniciada a causa. (150)

Em 1795, uma controvérsia de menor duração, também relacionada à procissão de Corpus Christi, foi levantada pelo Senado da Câmara de Belém do Pará, que dirigiu uma carta ao Bispo solicitando que esse permitisse às autoridades leigas conduzirem as varas do púlpito desde a saída do Santíssimo Sacramento do altar, alterando o costume de ser o púlpito conduzido por dignitários eclesiásticos até a porta da igreja e ali entregue às autoridades civis que o conduziam pelas ruas. O bispo D. Manuel de Almeida respondeu negativamente ao Senado fazendo valer a tradição local. (151)

O Triunfo Eucarístico.

Mas, se as chamadas Procissões Reais (Corpus Christi, do Anjo da Guarda, e da Visitação de Nossa Senhora) eram obrigatórias e anuais, outras eram realizadas ocasionalmente por iniciativas da comunidade local ou de segmentos da população. Nestes casos a auto-afirmação da comunidade da vila frente às demais localidades, ou de um grupo particular frente aos demais extratos da população, exigia o máximo investimento possível de recursos financeiros e de imaginação. E para reafirmar o prestígio de seus promotores, a festa era, às

vezes, registrada em relato escrito a ser impresso posteriormente para memória do evento e dar conhecimento dele aos habitantes de outras partes do reino.

Assim se fez em Ouro Preto, na inauguração da nova matriz de Vila Rica, a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, cujos festejos tiveram a duração contínua de dezessete dias precedidos por quase um mês de eventos secundários relacionados à comemoração que iria se realizar (152).

Em 24 de maio de 1733 realizou-se a procissão de traslado do Santíssimo Sacramento Igreja de Nossa Senhora do Rosário para a igreja que se inaugurava (153). O aparatoso desfile foi aberto por dança de turcos e cristãos seguida por dança de romeiros; vinha depois um carro com serpente no qual se abria um compartimento donde saía um cavaleiro que dominava o animal, tudo isso a representar a história humana, como explica o cronista da festa. Após o carro, desfilaram montados a cavalo e acompanhados por pajens a pé; os quatro ventos; a Fama; Mercúrio; e a figura de Ouro Preto vestida com tecido de ouro com as armas reais realçadas por diamantes bordadas no peito e trazendo na mão uma bandeja de prata sobre a qual um morro de ouro e diamantes representava as montanhas auríferas da região. Desfilaram ainda os sete planetas, em memória da idolatria derrotada pelo cristianismo que se representava por mais um carro alegórico trazendo a maquete do novo templo.

Seguia o desfile dessas alegorias, a procissão em que vinham as Irmandades com os andores de seus santos-patronos, um carro com os ex-veredores do Senado da Câmara, todos os Clérigos da cidade e quatro anjos com bandejas de prata das quais lançavam flores pela rua para a passagem do Santíssimo Sacramento que vinha trazido pelo Vigário da Matriz sob pálio de *tela Carmesim, com ramos e franjas de ouro; de seis varas de prata, que levavam seis irmãos*. O governador Conde de Galveias, a nobreza da vila e as tropas militares encerravam o cortejo.

À noite deste dia, houve queima de fogos de artifício. Nos dias seguintes alternaram-se três dias de cavallhada; três dias de comédias num tablado junto à igreja inaugurada e três dias de touradas, para diversão da multidão. A elite celebrou em banquetes oferecidos todas essas noites pelo governador em honra de quem se fizeram, diariamente, serenatas.

O enquadramento de duas cerimônias religiosas, a benção do novo templo e seis dias

depois a procissão de traslado do Santíssimo Sacramento, em cerca de duas semanas de festejos; e seu minucioso relato impresso, aqui drasticamente resumido, a destacar o alto custo dos trajés de tecidos importados, jóias de prata, ouro e diamantes nos turbantes, os ricos arreios dos cavalos, a decoração dos carros e das ruas com arcos cenográficos, os banquetes, divertimentos e espetáculos, etc.; tudo isso evidencia que a cidade celebrava a si mesma, a fartura das minas e a riqueza de seus senhores, sob o pretexto religioso. O trecho introdutório do relato apóia essa interpretação quando o cronista, para dar aos seus leitores o conhecimento da cidade em que se realizou o evento, declara:

Nesta vila habitam os homens de maior comércio, cujo tráfico e importância excede sem comparação o maior dos maiores de Portugal (...) nela residem os homens de maiores letras, seculares, e Eclesiásticos: nela tem assento toda a nobreza, e força da milícia: é por situação da natureza cabeça de toda América, pela opulência da riqueza a pérola preciosa do Brasil.

Excede as povoações de toda a América este opulento Hemisfério das Minas, onde avulta, mais do que as riquezas, o fausto dos Templos, e a preciosidade dos Altares: e como o Sol, a cujas luzes ficam sombras de todos os astros os esplendores, a nobilíssima Vila Rica, mais que esfera da opulência, é teatro da Religião. Deve-lhe Portugal grandiosos auxílios, e quantiosos reditos; sem dúvida os maiores da Coroa do Monarca; a América a glória, e afluência das riquezas, que lhe reparte; todo o Mundo o copioso, e fino ouro, que recebe em seus Reinos; mas, sobretudo deve Portugal ao Brasil, e todo o Mundo um continuado, e de presente novo Exemplo de Críandade. (154)

O triunfo dos homens pardos.

Outro exemplo notável desta associação entre a religiosidade e auto-afirmação coletiva; nesse caso, de um determinado grupo, foi a festa que os pardos do Recife promoveram em 1745 em honra de São Gonçalo Garcia, santo mestiço de pai português e mãe hindu que morrera crucificado em Nagasaki, quando evangelizava no Japão em 1597 (155).

A dificuldade em admitir-se que um homem pardo pudesse alcançar a perfeição da santidade ficou documentada no sermão do frei José dos Santos Cosme e Damião que, em 1746

na festa de S. Gonçalo em Salvador, depois de comentar a origem genealógica do beato, o declara mulato ou mestiço afirmando antes que preferiria não ter de dizê-lo para “não escandalizar os vossos ouvidos” (156). O preconceito racial levaria parte do clero até a negar a condição mestiça de São Gonçalo, e a se negar a proferir o sermão na solenidade que planejavam os pardos pernambucanos (157), pois a santificação de um mestiço, e a promoção de seu culto nos altares, era a afirmação da dignidade do grupo racial discriminado pela exigência legal de pureza do sangue para acesso a diversas profissões e no convívio cotidiano da sociedade colonial.

Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão porém não se constrange com a impureza de sangue do santo mestiço, e aceita fazer o sermão na missa dominical do dia 12 de setembro de 1745, em meio aos dezenove dias de festejos que a Irmandade de Nossa Senhora do Livramento, confraria de homens pardos, promoveu para comemorar a entronização de sua imagem num dos altares da Igreja de Nossa Senhora do Livramento, na cidade do Recife. (158)

O Sermão do frei Jaboatão tem um longo título que resume adequadamente seu conteúdo: *Discurso Histórico, Geográfico, Genealógico, Político e Encomiástico, recitado em a nova celebridade que dedicaram os pardos de Pernambuco ao santo de sua cor, o B. Gonçalo Garcia*”. (159)

A intenção política desse sermão fica confirmada na explícita declaração de que a cor parda era tão respeitável quanto a branca, pois agora contava com um dos seus a representá-la entre os santos da cristandade, quando o pregador diz:

Crédito, lustre, honra, e glória, de todos, os que pela sua cor se chamam Pardos. Este é aquele nome, que proferido com outros termos, e tomado em linguagem vulgar, se vos lançava até agora em vosso rosto, quase por desprezo, como com menos política o faziam alguns, sem mais razão, ou só com a sem razão, de não terem os Pardos, um Santo, que canonizado, já o nome não vos pode servir de desdouro algum, antes sem [sic. por, ser] de muita glória, pois em o beato Gonçalo Garcia Santo, Santo de vossa cor, vos deparou Deus um Restaurador, ou Redentor das calúnias do vosso Nome. (160)

Entretanto revelando-se homem de sua época em que a pele negra se explicava como marca do castigo divino sobre o filho de Noé, numa espécie de justificativa teológica da

escravidão do africano, Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão atribui à mestiçagem a função de redimir a parcela da humanidade marcada pela negritude, dizendo:

(...) como a natureza aspira sempre a aperfeiçoar-se, e mais e mais, comunicando-se a cor preta, com a branca, por meio da mesma natureza assim se vai com a branca aperfeiçoando-se a preta até tornar ao princípio, e ficar no seu natural. (161)

No prosseguimento do discurso, o frade ainda reforça sua argumentação em favor do reconhecimento da categoria racial que elogia fazendo a enumeração objetiva dos homens dessa cor que até então se distinguiram na história eclesiástica e intelectual do reino português, como que indicando os caminhos possíveis de ascensão social dos membros grupo.

De fato, o extrato social dos homens pardos, intermediário entre os brancos senhores e a escravatura negra constituía a maioria dos oficiais mecânicos, dos músicos, construtores e artistas, estando reservadas aos portugueses a carreira eclesiástica, a burocracia, e as atividades do comércio varejista, nas quais a presença de alguns mulatos não alcançava número suficiente para negar a regra discriminatória. Mesmo assim, pelas vias que lhe foram permitidas, alguns desses mulatos amealharam fortunas consideráveis como foi o caso de José Rabelo de Vasconcelos (162) pintor, morador de sobrado a quem foi dedicada a *Summa Triunfal da nova, e grande celebridade do Glorioso e Invicto Mártir S. Gonçalo Garcia*, publicada em Lisboa em 1753, na qual Sotério da Sylva Ribeiro relata o desenvolvimento da devoção ao santo no Brasil, descreve os festejos de 1745 e transcreve o sermão feito na ocasião por frei Antonio de Santa Maria Jaboatão.

A *Summa Triunfal* nos informa que a festa durou de 30 de agosto a 19 de setembro e que atraiu gente moradora num raio de até vinte léguas de distância do Recife. (163)

Nos primeiros nove dias transcorreu a novena em louvor do santo com hasteamento de oito bandeiras em oito mastros, com música e fogueiras e luminárias públicas a manter o clima festivo durante a noite do burgo. No dia oito de setembro, dia da Natividade de Nossa Senhora, houve procissão atravessando o bairro de Santo Antonio para levar a imagem de São Gonçalo do convento franciscano até a Igreja de Nossa Senhora do Livramento. Missas, orações, visitas ao

novo altar do santo, e celebração de *Te Deum Laudamus* preencheram os dois dias seguintes.

Entre os dias 10 e 19 de setembro celebrou-se a festa de Nossa Senhora do Livramento. No adro fronteiro da sua igreja foi montado um jardim artificial circundado por três arcos cenográficos. No centro ficava um chafariz com um leão de cuja boca e olhos jorravam água (164). No cenário havia uma praia com a representação da fortaleza de Baçaim, a terra natal de S. Gonçalo, e uma nau na qual o santo navegara para o Japão onde fora morto. Três conjuntos escultóricos mostravam cenas da vida do Santo. No primeiro passo, ele aparecia como mercador de fazendas de cuja vara de medição jorrava água. No segundo, com as mãos amarradas era apresentado ao imperador do Japão de cujo cetro também jorrava água, assim como dos olhos do santo saíam lágrimas. O terceiro passo mostrava São Gonçalo já pregado à cruz e da lança dos verdugos jorrava água vermelha, imitando o sangue do mártir. O realismo e o artifício técnico associavam-se na criação do cenário que deslumbrava e comovia os visitantes com os sofrimentos do mártir.

No dia 12, domingo, realizou-se a missa solene em que pregou frei Jaboatão e a atração máxima do festejo, a procissão em que desfilaram dezessete figuras alegóricas (Ásia, Aplauso, Alegria, Meditação, Zelo, Pregação, Martírio, Merecimento, Prêmio, Anjo da Religião Seráfica, Júpiter, Amor Perfeito, Temor de Deus, Amor Divino, Conhecimento de Deus, Caridade, e Fé). Cada qual trazia na mão uma cartela com legendas identificatórias em latim.

Seguiam-nas os “carros de idéia”, isto é; carros alegóricos com cenários e maquinismos de movimento. Num deles vinha Nossa Senhora do Livramento sobre uma nuvem e dois anjos que cantavam louvores a santa “com acorde e suave melodia.” Nossa Senhora da Soledade vinha em carro puxado por oito negros vestidos em fraldão de Damasco com renda, camisas e gorros encarnados franjados a ouro. Após esses carros vinham as irmandades com suas varas de prata, cruces, etc., precedidas por ternos de charamelas (*). Por último vinham nove rapazes índios do

* Charamela = instrumento de sopro com palheta, uma espécie primitiva do que, uma vez aperfeiçoado, resultaria na clarineta atual.

país, nus da cintura pra cima, fazendo a dança de Caboclinhos ao som de tamborim e gaita, seguidos por uma apresentação de negros dançando ao som de violas, pandeiros e uma marimba. Depois da procissão houve cavalcada em frente ao palácio dos governadores abertas por ternos de charamelas e novas apresentações de danças. Disputaram argolas, torneio de lanças e fingimento de batalhas.

Os festejos encerraram-se com uma sessão acadêmica ou uma “academia” como se dizia então, na casa do Reverendo Doutor José Correia de Melo na qual a minoria letrada dos intelectuais da cidade declamava sua produção literária e musical em honra do santo.

Os homens pardos das confrarias de Nossa Senhora do Livramento e de Nossa Senhora do Guadalupe, conseguiram, pois, envolver toda a cidade na realização da festa ao santo de sua cor. Dela participaram os intelectuais no sarau acadêmico e na concepção das alegorias com inscrições latinas que certamente não eram de imediato compreendidas pelo povo comum da rua, mas cuja erudição os impressionava; participaram os artífices, na construção dos cenários, dos andores e carros de idéia com seus mecanismos de efeitos; os músicos de formação erudita, na execução do Te Deum; os músicos de prática intuitiva, na dança dos caboclinhos e dos negros; os cavaleiros, nas disputas de argola, etc. Ao menos por aqueles dias, a capacidade de organização e as qualidades intelectuais daquele grupo discriminado pela sua cor de pele foram admiradas pelos brancos do Recife.

O Triunfo da Morte.

No auge do barroco, até mesmo o luto é celebrado com pompa e espetáculo. A morte de D. João V em 1750 deu motivo a um sem-número de cerimônias fúnebres realizadas pelas vilas mais importantes de todo o império português. Em São João-del-Rei (MG) a exéquias foi realizada na Igreja-matriz de Nossa Senhora do Pilar tendo sido convidado a proferir o sermão necessário o padre Mathias Antonio Salgado (166).

A honrosa incumbência aparentemente não satisfez o sentimento de gratidão do pregador ao rei morto, que acrescentou ao sermão sua colaboração em versos latinos a serem inscritos em

tarjas que complementavam a decoração da igreja; segundo uma concepção cenográfica desenvolvida, ao que se sabe, a partir de uma idéia de Antonio Moraes Sarmiento.

O relato desse evento, o discurso panegírico, a descrição dos cenários e sua representação em gravura, bem como a identificação dos autores, foram convenientemente registrados no *Monumento de Agradecimento, Tributo de Veneraçam, Obelisco Funeral do Obséquio, Relaçam Fiel das Reaes Exéquias...* de autoria de Manoel José Corrêa e Alvarenga publicada em Lisboa, em 1751 (167).

Por meio dessa publicação, sabe-se que todo o interior da igreja foi recoberto por panos pretos e ornamentado por esqueletos inteiros vestidos com mantos da Ordem de Cristo, a que pertencia o rei, alguns deles segurando foices e tarjas com inscrições latinas. Do piso erguia-se um mausoléu simbólico de forma piramidal com base octogonal que atingia quarenta palmos de altura por vinte de largura. As faces laterais dos degraus superiores da pirâmide ostentavam tarjas em relevo com emblemas simbólicos e versos latinos do Pe. Mathias Salgado, além de festões e folhagens de ouro e prata. No ponto mais alto do monumento via-se uma coroa e um cetro de prata sobre uma almofada de veludo bordada a ouro; no pedestal, mais esqueletos, um dos quais com o manto da Ordem de Cristo segurava na mão direita outra coroa.

O luxo e exarcebação dos prazeres sensoriais evidentes nessas manifestações plásticas barrocas não eliminavam, pois, dessa cultura a angústia da morte, o sentido efêmero da vida, o culto do macabro, elementos vindos de séculos anteriores que se reafirmavam nos versos do sermonista-poeta traduzidos em tempos recentes pelo padre Lauro Palú, na forma abaixo transcrita:

A vida humana? É vento, flor, fábula, feno,

Hálito, cinza, sopro, poeira, sombra. Nada

Quem Choras, Lísia? O Rei.

Que pranto é esse? Amargo.

Ai de nós! Ai do reino! Ai de Minas Gerais. (168)

A Prevalência do visual sobre o verbal.

As festas religiosas do século XVIII confirmam a tese do primado do visual na cultura barroca mineira de que nos fala Affonso Ávila (169) e ampliam sua aplicação a todo o território do reino português. O poder de comunicação verbal certamente não era desprezado, mas mesmo a palavra se incorpora ao estímulo visual como marca gráfica, aparecendo nas procissões e no decor urbano, em inscrições que mais serviam de signos da erudição da classe letrada do que à efetiva comunicação do seu conteúdo à maioria da população incapaz de ler e compreender o significado de frases em latim.

Nos sermões proliferam jogos de palavras a valorizarem mais as semelhanças de sonoridade entre os vocábulos do que a criteriosa escolha das palavras pelo seu valor semântico. O excesso de figuras de linguagem, de metáforas rebuscadas e alusões sutis, assim como a intercalação de citações latinas, funcionam como uma sucessão de enigmas encadeados cuja compreensão pela parcela do público capaz de decifrá-los conferia a este mesmo grupo um grau de distinção superior ao dos demais ouvintes. Aos ignorantes do código restava o efeito mágico-encantatório de uma linguagem inacessível a lhes confirmar a erudição, a engenhosidade e a autoridade do pregador aclamado pela elite culta.

O sermão enfraquecia-se no seu potencial persuasório, doutrinário e moral sem deixar de ser expressão da ideologia dominante. Ao contrário do julgamento negativo que sobre eles emitiram os críticos e historiadores da literatura, no século XIX, ainda merecem ser admirados como exploração das virtualidades da língua portuguesa, como exercícios válidos da propensão lúdica inerente à criação artística.

As figuras da mitologia antiga que por sua vez aparecem nas alegorias, e as sessões literárias que fizeram parte da programação da festa recifense e da comemoração a posse do primeiro bispo de Mariana em 1748, já prenunciam o gosto classicista que viria a substituir o barroco a partir do reinado de D. José I, marcando com uma nova face Portugal no fim do século XVIII e o Brasil no regime monárquico.

2.II – Monarquia no Brasil.



A quem se deve o brilhantismo de vossa pátria?

Na província inteira, ainda muito além, chegam com a fama de seu nome as obras de seu gênio. Ele tem sido o crédito de sua pátria, a honra da província, a glória e as delícias dos ituanos.

A invenção, essa piedade, daquele sacerdote chamou mil vezes ao vosso país os povos circunvizinhos. Vistes com prazer anualmente vossas casas cheias de homens desconhecidos, mas tornados vossos irmãos e amigos, presos pelos laços de gratidão. Aumentaram-se vossas relações; o comércio prosperou; a civilização adquiriu um auge considerável. todos quantos aqui nos achamos desconhecíamos vossa pátria; a alegria transbordava em nossos corações, invejávamos vossa sorte; e sendo tudo devido ao padre Jesuíno, o padre Jesuíno só por si era a festa, era a mola, a pedra preciosa que refletia a nossos olhos, e que trazia as delícias dos que o conheciam.

Padre Feijó: Oração fúnebre ao padre Jesuíno do Monte Carmelo.

2. II - Monarquia no Brasil

A monarquia portuguesa no Brasil.

A ocupação de Portugal pelo exército napoleônico e a transferência da corte portuguesa para o Brasil resultaram em profundas transformações do quadro da vida em ambos os países.

Portugal, abandonado às pressas pelo corpo dirigente se divide em posições políticas que variam desde a adotada pelo grupo liderado pelo Reitor do Colégio dos Nobres, que solicitou a Napoleão a outorga de uma constituição e a designação de um novo monarca para reger a nação, até a eclosão de revoltas populares em diversos pontos do país que destituíram governantes locais estabelecidos após a ocupação, atacaram e saquearam propriedades de cristãos-novos, maçons e liberais, tidos como colaboracionistas do invasor.

Tais revoltas, iniciadas quando as tropas francesas deixaram a cidade do Porto para combater a insurreição deflagrada na Espanha, em maio de 1808, possibilitaram a penetração de tropas inglesas que se aquartelaram no litoral português.

A península ibérica torna-se então o campo de batalha de duas potências estrangeiras. O exército inglês impunha autoridade e drenava recursos para os objetivos de guerra, o exército francês saqueava os campos da área sob sua ocupação, para manutenção das tropas. Porto e Lisboa encheram-se de refugiados. A população do país apresentou decréscimo em termos absolutos. Houve fome, e as mortes em combates e chacinas de represália ultrapassaram cem mil pessoas. Desorganizou-se a administração do reino e destruíram as incipientes iniciativas de comércio e indústria (1).

As mudanças resultariam em geral benéficas ao Brasil. A corte se estabelece no Rio de Janeiro e com ela as representações diplomáticas e comerciais dos aliados, a biblioteca real e a Impressão Régia; e, superada a desordem da acomodação inicial, os demais signos de uma vida mundana mais variada do que até então a colônia conhecera.

O despejo de moradores obrigados a cederem suas casas para abrigarem os recém-

chegados será o aspecto mais visível da inevitável reorganização dos lugares e poderes que detinham os indivíduos na escala social da antiga colônia que seria elevada a reino em 1815.

O compositor brasileiro Padre José Maurício Nunes Garcia (2) é admitido, na qualidade de Inspetor, no corpo de servidores da Capela Real, dirigida pelo português Marcos Portugal.

Os cariocas frei Francisco de São Carlos (1763-1829), frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio (1778-1830), e o cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), cada qual a seu tempo, serão nomeados Pregadores- Régios e na mesma Capela Real exercerão o seu ofício, a serem confrontados e comparados aos pregadores portugueses. Seus sermões têm em comum o tom laudatório à Casa de Bragança. Pareceria natural em se tratando de discursos de Pregadores Régios, pronunciados em comemorações oficiais; no entanto Vieira usara de outros tons quando pregou na Corte de Lisboa proclamando que a honra decorre das ações e não do nascimento (1655) (3), lembrando que é mais fácil os ladrões levarem o rei ao inferno do que os reis levarem consigo os ladrões ao céu (s. d.) (4).

Os tempos entretanto são outros. Já se conheciam no Império Português notícias e idéias da revolução burguesa na França, das repúblicas americanas e do liberalismo inglês (5). A opinião pública, ainda que esta expressão correspondesse então à opinião de um grupo restrito, já tinha peso na política do reino, que não mais se decidia apenas pelo embate das facções palacianas, por acordos diplomáticos e sanções papais.

Os sermões oficiais servem, mais que nunca, de expressão das justificativas de manutenção do regime. Os bons sucessos da monarquia são apresentados como sinais da aprovação divina, a legitimidade do rei é mostrada como garantia de paz e segurança para um povo ordeiro e fiel aos seus dirigentes.

Essa é a ideologia subjacente aos sermões pregados em diversas cerimônias de Ação de Graças pela chegada incólume da família real ao Brasil que pregaram, entre outros, o Cônego José Pereira da Silva (1743-1818), no Rio de Janeiro em 1808; Frei Bento da Trindade (1768-?), no Recife em 1809; e Frei Francisco de São Carlos, na Capela Real no aniversário do evento (6).

Em 1815, na Bahia, frei Francisco de Paula de Santa Gertrudes Magna pregaria ainda o

Sermão em memória do faustíssimo dia em que Sua Alteza Real desembarcou nesta cidade da Bahia, no qual declara que as virtudes de D. João VI fizeram a misericórdia divina protegê-lo enquanto punia com a perda do trono os outros monarcas da Europa. O elogio ao rei servia simultaneamente para a reafirmação de uma política conservadora e censorial, abalada então pela cláusula do acordo pelo qual a armada inglesa possibilitara a fuga da corte, mas proibira a instalação da inquisição no Brasil. Na visão do pregador, as virtudes desse rei seriam, zelo em promover a glória do Altíssimo,

em conservar nos seus estados a pureza da Fé e dos costumes enfreado a língua do blásfemo, suspendendo a pena do incrédulo, e opondo às doutrinas corruptas as fortíssimas barreiras de austeros e vigilantes tribunais (7).

Wilson Martins ressalta o prestígio de gozavam os oradores sacros na corte de D. João VI que, segundo ele, entre as formas musicais interessava-se apenas pela missa cantada e, entre as formas literárias, apenas pelo sermão. E diz mais:

Se Vieira transformava a religião em literatura - e grande literatura, no reinado de D. João VI o púlpito erige a oratória em religião. (...) Institui-se rapidamente uma “formula” de sermão, praticadas com pequenas variantes por todos os oradores; o fundo reduz-se com grande freqüência a longas paráfrases; a imensa reputação de alguns raros pregadores, como Monte Alverne, explica-se, precisamente por introduzirem nessa retórica mecânica a contribuição distintiva do gênio pessoal.

Em geral, o orador anunciava, nas primeiras palavras, o texto latino das Santas Escrituras que lhe serviria de mote e, a partir daí, desenvolvia os seus comentários. (8)

O comentário é válido, mas inespecífico. Os sermões quase sempre se acomodaram a esquemas compositivos pré-estabelecidos pelo estilo literário do seu tempo, e sempre se iniciaram por citação dos textos sagrados em torno do qual desenvolviam considerações diversas e digressões mais ou menos distanciadas do tema central conforme a ocasião, o lugar e a capacidade inventiva do orador. Por isso, o que se poderia tomar como traço distintivo desses sermões do Brasil monárquico é a insistente afirmação da legitimidade dos governantes e fidelidade do povo, além de menções eventuais a uma identidade nacional.

Os discursos do Frei Francisco de São Carlos são exemplares da utilização da oratória religiosa para construir uma imagem benévola dos governantes. Na *Oração Fúnebre de D. Maria I*, rainha em nome da qual o Brasil conheceu a violenta repressão aos inconfidentes mineiros e à Rebelião dos Alfaiates baianos, descreve sua infância na casa dos pais entre profetas, irmãs virgens piedosas e tementes a Deus, onde

(...) ia vegetando a mística palmeira, que um dia carregada de frutos de bênção seria espetáculo dos anjos e dos homens. (...) É desta sorte que abrolhava a vergôntea preciosa da augusta raiz bragantina, que um dia cobrindo-se de flores, devia perfumar o Reino com o bom cheiro de suas virtudes. (9)

Mais adiante, ao ponderar sobre os perigos que cercam a realeza, entre os exemplos de antigos reis que se deixaram seduzir pela pompa, luxo e bajulação, alude a Napoleão Bonaparte, então exilado em Santa Helena, nestes termos:

É por isso enfim que um monstro, nascido em nossos dias para desgraça da humanidade, se arrogou com sacrílega boca o blasfêmico nome de Onipotente: mas ainda bem, que já os revezes da fortuna o advertiram de sua miséria, e sepultado no pó do esquecimento, e o objeto da execração pública. (10)

Os acontecimentos político-militares recentes na Europa são vinculados por Frei Francisco de São Carlos ao momento de morte da rainha e interpretados como confirmação de sua grandeza:

Agora que organizados nossos exércitos, os portugueses despertavam de seu letargo, e começavam a mostrar que não tinham degenerado dos Albuquerque e dos Castros, nem daqueles atrevidos argonautas, que arrancaram das mãos do gigante das tormentas as

Chaves com que fechavam as portas da aurora e que o vestido de glória que os trajavam no século 16º ainda se não tinha rompido no século 19º; agora que não tendo mais com quem combater dentro do Reino levaram sobre os seus ombros a imagem da Vitória em socorro dos aliados vizinhos; agora que marchando até as portas do usurpador, derribaram seu trono regicida e ditaram lei na sua mesma capital; enfim, que o tirano eclipsara-se, que tornara a entrar no pó donde saíra, e que toda a Europa ficava em paz; parece que assim como foi necessário, que todo o mundo se apaziguasse para nascer o seu Redentor para a terra, foi também necessário que se apaziguasse toda a Europa para ela nascer para o Céu. Ela viu forma-se a

revolução no seu reinado, sempre intacta no sagrado de sua pessoa; assim como a Santa Igreja vê nascer e morrer em seu seio as heresias, sempre a mesma e ilesa no seio de seus dogmas. (11)

Na *Oração de Ação de Graças pelo Nascimento da Princesa da Beira*, Frei Francisco de São Carlos insiste em justificar a fidelidade da nação à família real. O início desse discurso descreve a harmonia idealizada do mundo natural e de imediato transfere essa visão idílica para a monarquia cujo trono é ocupado por um soberano legítimo, no entender do pregador, aquele que o recebeu por sucessão hereditária. A inevitabilidade dos fenômenos naturais é atribuída implicitamente ao regime monárquico e perturbá-lo equivaleria a interferir na ordem natural, com nefastas conseqüências à saúde do organismo social:

O rei natural olha para os seus vassalos como seus filhos, e os vassalos para o rei, como seu Senhor e seu compatriota. A multidão dos braços que o cerca, toda concorre ou para sustentar-lhe o trono ou para perpetuar-lhe a glória. Então o Estado é um corpo vivo e animado, cujo coração que é o rei, leva até as extremidades a sístole e diástole do sangue vital da sociedade. O cidadão descansa à sombra das leis; o pai de família não receia que seu toro seja violado, (...) Dorme serenamente o rico a vista de seu tesouro, (...) Folga o camponês à sombra de sua copada mangueira, (...)

Enfim, anima-se a agricultura, protege-se o comércio, aguça-se a emulação, apuram-se as artes, correm os prêmios após o merecimento: e se há infelizes são os que se fazem a si mesmos. Ó Deus! será isto a imagem do Céu? Serão os dias de inocência dos nossos pais no Paraíso? Será mesmo verificado o século d'ouro? Não. Senhores é o reinado de um rei legítimo, de um trono ocupado por seu senhor natural, e que não está exposto ao ciúme da ambição alheia. (12)

Feitas essas considerações genéricas, Frei Francisco de São Carlos enfoca então a situação particular do Brasil alegando vislumbrar um grande futuro para a nação que haveria de ser próspera, participante do comércio internacional e com embaixadores de todo o mundo a solicitarem a amizade de seus soberanos. Admite que levanta hipóteses sobre cuja realização não poderia afirmar com segurança, contudo...

(...) Não sei, senhores, mas o que vos posso asseverar é que ela já é pátria de uma princesa da nação. O que vos posso dizer é que, quando pelas revoluções dos séculos futuros, segundo as vicissitudes das cousas

humanas, os outros povos da América tiverem também os seus tronos, nenhum será capaz de lhe disputar a preferência. O que sei é que essas princesas estranhas não nascerão pisando tantas areias de ouro, como a nossa, nem tanta cópia de pedrarias finas, nem debaixo de um céu tão benigno, nem no meio de uma vegetação mais fértil, e nem os seus berços serão apoiados em corações mais leais do que os nossos. (13)

Por último, o frade encerra seu sermão mencionando em separado as esperanças que depositam na princesa recém-nascida dois povos vassalos da mesma casa dinástica:

Seja este dia um céu sobre a terra nos fastos do povo português; perpetue-se a sua memória de pais a filhos, de boca em boca, de geração em geração, até o último porvir dos séculos mais remotos. (...)

E vós, Augusta recém-nascida, planta exótica que o céu climatizou neste terreno, ah! já daqui em diante não inóspito, nem estrangeiro, vegetai lisonjeira esperança do povo brasileiro, crescei, prosperai aos olhos de vossos augustos progenitores, sede o encanto de nossos olhos, a delícia de nossos corações, o ornamento de nossas solenidades. (...) (14)

Os constantes louvores do frei Francisco de São Carlos à casa reinante portuguesa não lhe parecem incompatíveis, nem aos seus ouvintes, com a expressão de uma identidade nacional, da então nascente consciência de interesses conflitantes entre brasileiros e lusitanos, que, entretanto conduziram o Brasil à independência política preservando-se a sucessão dinástica.

Mas aqui se introduziu na oratória sacra uma distinção de identidades entre brasileiros e portugueses que não se pode perceber nos sermões do período colonial. Daqueles, e sobretudo dos sermões do século XVIII, esse do Frei Francisco de São Carlos, também se distingue por uma linguagem desobstruída de metáforas e de formalismos vazios, mais objetiva do que a de seus antecessores ainda que prolixa na descrição da natureza e do futuro por ele imaginado.

Noutra ocasião, no *Sermão Panegírico de Santana*, o mesmo frade evocaria novamente as matas e cipós tropicais, como metáfora do casamento perfeito. Dizia frei Francisco de São Carlos:

Quando eu vejo, num bosque duas árvores enroscadas entre si, fazendo de seus troncos um tronco comum, oferecendo ao viajor fatigado uma sombra salutífera, e na fecundidade de seus frutos um espetáculo pomposo aos olhos do conhecedor, eu vejo o quadro perfeito do estado conjugal. (15)

Enfim, os sermões de Frei Francisco de São Carlos justificam, em parte, a opinião de Silvio Romero; que os sermonistas do século XIX ajudaram a modificação nacional da língua e concorreram para acentuação da idéia da independência. (16). Talvez tal afirmação seja exagerada, mas as imagens do *Sermão pelo Nascimento da Princesa da Beira* e do *Sermão Panegírico de Santana* lembram a exuberância da mata atlântica retratada em determinadas gravuras do francês Debret e, com certa liberdade, até o moro num país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza... do carioca Jorge Benjor.

A mensagem proclamada dos púlpitos ao mesmo tempo em que timidamente reconhece uma identidade nacional, manifesta anseio de uma independência sem quebra da ordem social vigente; que justifica ideologicamente a associação posterior entre Príncipe Regente D. Pedro, os proprietários rurais e a incipiente burguesia local para resistir às cortes de Lisboa e à constituição decorrente da revolução liberal iniciada na cidade do Porto em 1821.

O Império Brasileiro.

A marcha dos acontecimentos que resultaram na criação do Império do Brasil pode ser acompanhada nos sermões proferidos nas solenidades de ação de graças que invariavelmente os comemorava.

A unidade da nação e o reconhecimento internacional da independência eram vistos como decorrentes da legitimidade do imperador Pedro I, como se depreende do sermão que Frei Francisco de São Paio, pregador imperial, pronunciou na solenidade de ação de graças pelo restabelecimento da saúde do imperador que se acidentara caindo do cavalo (17). O pregador se apresenta à platéia como intérprete dos sentimentos da “respeitável corporação dos ourives desta corte”, que promovia a festa. No sermão o risco da morte de D. Pedro é apresentado como um susto que a Providência Divina dera à nação, que teria temido a perda de seu “Escudo Protetor”, o que seria um dano irremediável, mais grave do que a derrota em batalhas ou negociações internacionais que visassem conduzir a nação à “hierarquia das primeiras potências”. E prossegue pelo relato das

realizações de D. Pedro e dos progressos do país sob sua liderança.

Apesar do curioso motivo desta comemoração um tanto bajulatória, o pregador manteve alguma objetividade no relato dos feitos de seu homenageado. Mas isso nem sempre pode ser conseguido em outras ocasiões, sobretudo nos sermões de exéquias em que às vezes convinha distorcer ou omitir, em benefício da imagem pública, os dados biográficos, os traços de caráter, ações e aspectos do comportamento do morto. Do sermão não se haveria de exigir a objetividade do relato histórico ou da análise sociológica. Ao contrário, como fala sagrada pronunciada em lugar sagrado, ele havia de ser o veículo de expressão da imagem ideal à qual se deveriam adequar o governante, os governados e a nação.

Por isso Frei Francisco de Mont'Alverne na *Oração Fúnebre de D. Carlota Joaquina*, de quem toda a corte conhecia as aventuras extraconjugais e a participação em conspiração política contra D. João VI, poderia dizer que a rainha falecida era

(...) uma soberba coluna, o mais sólido apoio dum edifício arruinado e que ela encontrou no ardor de sua fé e no desempenho das mais heróicas virtudes consideração e renome (...) (18).

Aparentemente a contestação não cabia no púlpito, ou pelo menos, não se registraram em sermões impressos. Em 1830, o sermão pregado pelo padre João Dias de Quadros Aranha, em comemoração ao aniversário do descobrimento do Brasil deve ter surpreendido a audiência com afirmações aparentemente contestatórias, como estas:

O escravo, esse ente desgraçado e miserável, não pensa e não goza de si, e de todos os benefícios do Criador, se o seu senhor não quer que ele pense, que ele exista, e que ele goze. Infeliz daquele que rouba esse bem inapreciável a seu semelhante, ele comete o mais horrendo atentado contra Deus, e contra as criaturas, e se constitui por isso mesmo incurso no ódio do Criador, e no desprezo geral do governo humano; credor da Justiça Divina ultrajada, ele deturpa no homem escravizado a mais sublime de suas obras, a mais perfeita de suas criaturas. E como satisfará o homem os fins de sua criação sem liberdade? Debalde a razão lhe apresenta os meios mais convenientes para conseguir esses fins, se a liberdade os não pode escolher. (...)

Se o desejo, e as necessidades naturais do homem o levam a reunir-se em sociedade com seus semelhantes,

ele não podia por este ato positivo e espontâneo da sua vontade privar-se do maior bem da natureza, a liberdade: foi para aperfeiçoar suas faculdades, e nunca para as destruir, que ele deu esse passo, nascendo todos iguais, dotados das mesmas qualidades d' alma e corpo, sentindo em si as mesmas necessidades e os mesmos desejos, só outro ato de sua vontade era capaz de os sujeitar à direção de seus semelhantes. Chefes e súditos; Governantes e governados; Diretores e dirigidos, eis o que naturalmente se deve encontrar em toda a sociedade bem regulada; nunca porém senhores e escravos; opressores e oprimidos. Toda sociedade onde se der tão violento estado de coisas, está fora da ordem natural, (...) (19)

Mas o padre Aranha cuidará de aplacar o escândalo de suas declarações. No prosseguimento do discurso deixa claro que a condenação veemente à escravidão refere-se à escravidão do Brasil por Portugal, rompida no sete de setembro de 1822. Mais ainda, lembra que o dia 3 de maio era também aniversário da instalação de nossa Primeira Assembléia Constituinte, em 1823, para concluir:

Foi neste dia, senhores, que a nação nasceu pela segunda vez, na frase do Evangelho que temos presente: que ela se ostentou livre aos olhos do Universo formando o contrato que devia ligá-la com seus Chefes; estabelecendo de um modo claro e certo os mútuos deveres, que deviam vincular para sempre os povos entre si, e os Chefes com os Povos. (20)

A contradição entre o início libertário do sermão e seu arremate restringindo o desdobramento do argumento inicial à questão da independência nacional refletia a contradição presente na sociedade brasileira do primeiro império em que comerciantes e produtores agrícolas alardeavam princípios liberais para tentar limitar a ingerência do estado imperial sobre o poder que até aquela data haviam exercido em suas fazendas e nos governos provinciais, impossibilitados, entretanto, pelas condições concretas do sistema de produção vigente, de assimilar o liberalismo proclamado pelos teóricos ingleses e pelas revoluções burguesas européias em suas plenas conseqüências, entre as quais a abolição da escravatura e a adoção do sistema de trabalho assalariado.

O sermão do padre Aranha, iniciado por afirmações inconvenientes a uma sociedade baseada no trabalho escravo, arremata-se pois pela louvação da liberdade garantida pelo contrato

vigente entre os Chefes e os Povos, dos quais, para o pregador, os negros não fazem parte. Satisfeita e apaziguada deve ter ficado sua platéia.

Frei Joaquim do Amor Divino Caneca.

Entretanto o sermão *Sobre a Oração*, proferido por Frei Joaquim do Amor Divino Caneca (1780-1825) na Capela da Venerável Ordem Terceira do Carmo, que apenas condenava a carolice e o ócio característico do grupo patriarcal servido pela vasta clientela de agregados e escravos, foi causa de intensa campanha difamatória levantada contra o pregador por membros da confraria, cujo prior chegará a apresentar queixa contra ele ao Provincial da Ordem Carmelita. Contudo, o sermão não abriga qualquer contestação à ordem social vigente, nem aos interesses de classe do seu auditório, nem qualquer desvio da ortodoxia religiosa. Teve por mote o preceito evangélico *Vigiai e Orai, que não caiais em tentação* (Mateus, 16) e discorre sobre o que é lícito pedir em oração e sobre a disposição de espírito necessária ao ato de orar.

Haveria algum irmão se reconhecido em alusões veladas no trecho em que frei Caneca denuncia e censura a afetação de religiosidade para encobrir o ócio e a omissão do cumprimento das obrigações da vida profana, dos deveres familiares e profissionais?

Veja-se o texto do sermão:

Orará em tempo oportuno, e alcançará de Deus os favores, que intenta, o ministro que nas horas em que deve despachar e fazer justiça às partes, as deixa ficar nas escadas dos tribunais, para se ir entregar a uma fervorosa oração?

Orará em tempo oportuno, e será bem atendido, o general, que devendo defender a pátria, repulsar o injusto inimigo, recolhido nos templos, elevado em êxtases, deixa ao relento a vida de seus compatriotas, a sua propriedade, a liberdade da nação?

Orará em tempo oportuno, e alcançará as graças celestes o pai de família, que em vez de procurara a subsistência para si, sua mulher e filhos, gasta a manhã pelas igrejas, devorando quantas missas encontra, a tarde por confrarias assistindo a sermões, todo entregue a vias-sacras, disciplinas e outras obras de

supererogação?

Orará em tempo oportuno, e será bem despachada a matrona, que em lugar de imitar a diligência, o cuidado e o arranjo econômico daquela dos Provérbios, gasta todo um dia murmurando a pequena coroa das dores, ou outras devoções desta estofa, deixando a monte o penso do marido, a educação dos filhos, a regência das escravas e mais familiares, e toda a casa à matroca, arruinados todos aqueles negócios que estavam a seu cargo?

Orará em tempo oportuno o mancebo, que em lugar de se aplicar às ciências, às artes e aos ofícios, que o tornem útil à sociedade, prestadio ao estado, e membro digno de uma república, se entrega a um ócio pio, a carolices e hipocrisias, e quase sempre ao terrível fanatismo?

Orará, finalmente, em tempo oportuno todo o homem, que em lugar de empregar suas forças para dar inteira conta de si naquele emprego e estado, em que o colocou a providência na sociedade civil ou na igreja, gasta o tempo que lhe é destinado para seus deveres, em peregrinações, romagens, visitas a altares privilegiados, a festejos de santos, e outras cousas, que vulgarmente se têm por aquela oração, que nos é prescrevida pelo Divino Mestre?

Não, meus irmãos, nenhum destes ora em tempo oportuno; nenhum deles é justo, e de nenhum esta chamada oração é aceita do Deus Eterno, nem favorecida de seu filho Jesus Cristo. (21)

A citação foi longa, mas é válida por retratar comportamentos naturalmente freqüentes numa sociedade que via como sinais de distinção a fama de devoto, a ocupação de um lugar proeminente na direção de uma irmandade.

Para o revolucionário frei Caneca, o veículo mais freqüentemente utilizado foi o jornalismo. Mais de uma vez porém ele usou o púlpito para expor sua concepção política do bem do povo como fim último da organização do Estado. Por isso declara, logo na abertura do sermão pregado na *Solenidade de Aclamação de D. Pedro d'Alcântara em primeiro Imperador do Brasil, mandada celebrar pelo Senado da cidade do Recife a 8 de dezembro de 1823, na Matriz do Corpo Santo, com assistência da Junta Provisória, Relação, Clero, Nobreza e Povo.*

A salvação do povo é a primeira e a máxima das leis; a fonte, donde de derivam todas as outras; e o ponto de apoio, que sustenta os movimentos de toda a máquina política.

A estes fins se instituíram governos, que vigiassem pelo bem dos povos no interior das cidades, e fora delas repulsassem os males, que lhes procurava a ambição dos conquistadores, e outros opressores injustos. Por isso, com a maior sabedoria disse o grande Platão: 'que o povo não foi feito para o bem de quem governa sim os governantes foram instituídos para o bem do povo. (...)

Este fim, (...) foi a mola real que moveu os povos para sacrificarem tudo, profano e sagrado; empreenderem e executarem as mais funestas revoluções, a fim de arraigarem aquele governo, em que julgavam estar o caminho do bem, da felicidade, e a estrada da glória. (22)

São essas as passagens mais declaradamente libertárias dos poucos sermões que deixou impresso o frei Caneca. Mas ainda assim vieram emolduradas por demonstrações de gratidão e elogios ao Império Constitucional e ao Imperador, como se vê no início do mesmo sermão:

Sua Majestade, aquele príncipe justo, magnânimo, incomparável, que tocado de nossos males passados e das injustiças presentes do congresso lisboense a nosso respeito, e querendo colocar-nos naquela graduação, para que nos destinou a Providência, no meio das nações e do orbe, quebrou de uma vez os infames grilhões, que o velho e estonteado Tejo, no seu mais exaltado orgulho, forjava ao colossal Amazonas e ao rico Prata; e não dando tempo aos inimigos da justiça, os déspotas constitucionais do congresso a urdirem novas tramas, com a rapidez do raio, tocou aquele último termo político que nos dá a liberdade, afiança a reintegração dos nossos direitos postergados, assegura nossa felicidade e preconiza nossa glória. (23)

E na conclusão, após argumentar que não faltariam a D. Pedro I, para a fundação de um império que faria obscurecer a glória dos antigos, nem a sabedoria, nem espírito vasto, nem experiência na condução de negócios árduos; nem a extensão do território, nem um povo aguerrido, defende a implantação do Império Constitucional que;

Colocado entre a monarquia e o governo democrático, reúne em si as vantagens de uma e outra forma, e repulsa para longe os males de ambas. Agrilhoa o despotismo, e estanca os furores do povo indiscreto e volúvel.

O imperador podendo fazer todo o bem aos seus súditos, jamais causará mal algum, porque a constituição com sábias leis fundamentais e cautelas prudentes tira ao imperador o meio de afrouxar a brida às suas

paixões, e exercitar a arbitrariedade.

É nesta hipótese que o homem vive em um completo gozo de todos os seus direitos naturais e sociais, exercita na sua maior plenidão o doce e inapreciável dom da liberdade, e si acaso perde desta alguma porção, é porque a seu benefício outra igual porção perdem os seus concidadãos. (...) (24).

O Império Constitucional afinal se estabeleceria, embora não como o desejara Frei Caneca, que vê no projeto de constituição elaborado pelo Conselho de Estado e submetido à apreciação das províncias, sinais das tendências ditatórias de Pedro I e faz do jornal que criara e era redator, o *Typhis Pernambucano*, o veículo mais exaltado do liberalismo político. Seis meses depois do sermão pela Aclamação de Pedro I, o pregador e parte dos que promoveram aquela solenidade estariam entre os que proclamaram a Confederação do Equador em 2 de julho de 1824, convocando as províncias do norte do império a se unirem em república confederada, que valeu ao frade, ser condenado à morte e executado em 13 de janeiro de 1825. (25)

Padres e liberais.

O pensamento liberal entretanto se infiltrara no clero brasileiro nos tempos da independência e consolidação do Império do Brasil. É manifesto na atuação do grande número de padres deputados nas assembleias do império, ou ocupantes de cargos no governo das províncias. Na Assembleia Constituinte de 1823, o padre Muniz Tavares defendera a liberdade de escolha individual da religião pelos brasileiros. Em 1826, o deputado padre Custódio Dias propunha a perda de privilégios como foro e prisão especial para padres delituosos. Em 1827, na Câmara de Deputados o padre Feijó declarava que o dever de fidelidade do episcopado brasileiro à constituição do império era superior ao dever de fidelidade devida a Roma, enquanto príncipes da Igreja. Assim, com a conivência dos padres-deputados, quando não por sua iniciativa, a igreja no Brasil tornar-se-ia um serviço público transformando o clero em funcionários civis pagos pelo Estado Imperial. Por meio de dispositivos constitucionais, e decretos posteriores, estabeleceu-se a aprovação governamental dos compêndios de teologia

utilizados nos seminários, proibiu-se o estabelecimento de novas ordens religiosas no país e que os conventos já instalados recebessem noviços; e estabeleceu-se a pena de perda do cargo para o bispo que se ausentasse de sua diocese sem prévia licença governamental (26).

O *Ato Adicional* à Constituição de 1824, de 6 de agosto de 1834 estendeu às assembleias provinciais parte do poder de ingerência sobre a igreja, dando-lhes a atribuição de legislar sobre conventos e associações religiosas e sobre a divisão eclesiástica da província. O mesmo Ato Adicional transferia às assembleias provinciais o encargo de regular a instrução primária e secundária. Por todo o país proliferavam então aulas e liceus, colégios leigos ou religiosos que ampliavam o número de indivíduos capazes de leitura e de participação nas atividades intelectuais da nação. As faculdades de Olinda e São Paulo, inauguradas em 1828, diplomavam bacharéis em direito; o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, embora fosse instituição de ensino secundário, diplomava bacharéis em Letras. A Escola Militar, que será Escola Politécnica a partir de 1874, formava bacharéis em Ciências Físicas e Matemáticas ou em Ciências Físicas e Naturais. (27).

Os bacharéis leigos faziam carreira política ou na administração pública. E dividiriam com membros do clero as tribunas profanas dos senados, conselhos, tribunais, academias, lojas maçônicas, partidos políticos, agremiações científicas e literárias. Enfim as mudanças por que passara o país de colônia a nação com governo próprio; a imprensa e a circulação de livros livres de censura formal (28) e o surgimento de novos fóruns de debates desligados das instituições eclesiásticas, propiciavam a divulgação das novas correntes filosóficas e o conhecimento do desenvolvimento das ciências sociais na Europa burguesa e industrial, além de terem contribuído para a substituição dos púlpitos por outros meios e lugares de manifestação a respeito dos temas importantes para a coletividade tais como a relação entre Igreja e Estado, o trabalho escravo, e, no fim do século, a república.

Ao correr do século XIX, outros material de leitura tais como o jornalismo, o romance e a poesia disputam com os sermões impressos o interesse dos leitores, até se tornarem os gêneros mais representativos das letras brasileira do segundo império e início da república. Talvez por

isso, os historiadores da literatura em geral demonstram desinteresse pela sermônística brasileira da segunda metade daquele século (29). Mas, aqui não interessam apenas os valores literários dos sermões. Interessa sobretudo tomá-los como documento da importância do púlpito, como lugar onde se refletia, e se elaborava, a ideologia da comunidade, não só nos seus aspectos transcendentais e religiosos, como também nos seus aspectos sócio-políticos. Se os sermões remanescentes da segunda metade do século XIX têm apenas um interesse secundário é pelo flagrante descompasso entre sua temática e as questões importantes do momento em que foram pronunciados.

Tome-se como exemplo o sermão que frei Francisco de Monte Alverne pregou na Capela Imperial no dia 19 de outubro de 1854 (30). Nesse dia o que se celebrava de fato era a glória do pregador, um sobrevivente de outra época, cuja fama atraía a ouvi-lo tanto os velhos, que o conheciam, quanto os novos, que o conheciam como mito.

O frade tinha fama de eloqüente pregador e dizia-se que o ator João Caetano costumava observá-lo para aprender a declamar. Era tido como dotado de inteligência excepcional atestada pelos inúmeros ex-alunos dos cursos de filosofia que ministrara em São Paulo e no Rio de Janeiro, nos quais difundira o ecletismo de Victor Cousin que entendia como síntese capaz de compatibilizar o idealismo de Kant e o empiricismo de Locke. Além disso, o velho pregador, de setenta anos de idade, se retirara dos púlpitos desde 1836, quando ficara cego, e voltava agora para atender ao desejo expresso do imperador Pedro II que o conhecera ainda na infância. Em 1855, O imperador e a imperatriz visitaram Monte Alverne em sua cela e presentearam-no com uma cadeira que se dizia ter pertencido a Anchieta. Em 1856, o frade fez seu último sermão, novamente a convite do Imperador, na Capela Imperial, a atual Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro no Rio de Janeiro. (31)

José de Alencar presenciou o evento de 1854 e o relata com emoção; se assim prejudica o objetividade da descrição, revela mais profundamente o significado do acontecimento e reflete a comoção geral da platéia ali reunida.

No vão escuro da estreita arcada do púlpito assomou um vulto. É um velho cego, quebrado pelos anos,

vergado pela idade. Nesta bela cabeça quase calva e encanecida pousa-lhe o espírito da religião sob a tríplice auréola da inteligência, da velhice e da desgraça. (...)

Ajoelhou. Curvou a cabeça sobre a borda do púlpito, e, revolvendo as cinzas de um longo passado, murmurou uma oração, um mistério entre ele e Deus. (...)

O velho ergeu a cabeça; alçou o porte; a sua fisionomia animou-se. O braço descarnado abriu um gesto incisivo; os lábios, quebrantando o silêncio de vinte anos, lançaram aquela palavra sonora, que encheu o recinto, e que foi acordar os ecos adormecidos de outros tempos.

Fr. Francisco de Monte Alverne pregava! Já não era um velho cego, que a desgraça e a religião mandava (sic) respeitar. Era o orador brilhante, o pregador sagrado, que impunha a admiração com a sua eloquência viva e animada, cheia de grandes pensamentos e de imagens soberbas.

Desde este momento o que foi aquele rasgo de eloquência, não é possível exprimi-lo, nem sei dizê-lo. A entonação grave de sua voz, a expressão nobre do gesto enérgico a copiar a sua frase eloqüente, arrebatava; (...) Aqueles que em outros tempos ouviram Monte Alverne, e que podem comparar as duas épocas de sua vida cortada por uma longa reclusão, confessam que todas as suas reminiscências de tempos passados, apesar do prestígio da memória, cederam a esse triunfo da eloquência. (32)

O sermão recitado na ocasião, quase não tem importância, em relação aos objetivos do presente estudo. O texto foi incorporado à segunda edição de suas obras oratórias e versa sobre a heróica virtude do santo homenageado, São Pedro de Alcântara, homônimo do Imperador. O estilo é o da época, manejado por um escritor de talento.

Entretanto quando frei Francisco de Monte Alverne fizera seus últimos sermões, o país já contava com jornais diários no Rio de Janeiro (*Jornal do Comércio*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Jornal das Senhoras*); São Paulo (*O Constitucional*, *O Correio Paulista*); Recife (*Diário de Pernambuco*); havia revistas literárias e de amenidades (*Ilustração Brasileira*, *A Marmota*); teatros em funcionamento na Corte e outras cidades (33).

A Igreja no Brasil, administrada como serviço público pelo estado imperial já não detinha influência política enquanto instituição, ainda que alguns membros do clero detivessem, individualmente, poder e prestígio pessoal.

O púlpito perdera, em favor da tribuna legislativa e do jornalismo, a importância como lugar de manifestação do pensamento coletivo, ao menos de um determinado segmento da sociedade. As questões mais prementes no contexto social da época já não se refletiam nos sermões. Nem mesmo o grave confronto entre as instituições do Império e dignitários da Igreja, quando em 1874 o episcopado brasileiro e o clero omitiram-se em defender publicamente D. Macedo Costa e D. Vital, quando ambos foram condenados à prisão pelo governo imperial por aplicarem em suas respectivas dioceses a encíclica *Quanta Cura* (Pio IX, 1864) viria a repercutir no púlpito (34).

Ora, a condenação formal da maçonaria pela igreja romana contida naquela encíclica, e a interdição de participação de maçons nas cerimônias católicas era uma questão de difícil solução para o estado brasileiro considerado o caráter oficial do catolicismo, a prestar serviços públicos como a administração de cemitérios, realização do casamento, e registro de nascimentos, sob a forma do registro de batismo.

O Conselho de Estado pronuncia-se em 1873, declarando que a maçonaria, no Brasil, não conspirava contra a religião e, portanto era necessário, para se condenarem as sociedades maçônicas do Brasil, que primeiro se exibissem provas convincentes de que elas estavam incursas na razão determinativa das Bulas, que fulminaram a maçonaria em geral. (35)

Também para a igreja brasileira essa era uma questão delicada. Havia, além dos maçons membros das irmandades religiosas, padres membros de lojas maçônicas. Assim, os prelados do Brasil nenhuma medida tomaram contra a maçonaria ou seus integrantes, excetuando-se o bispo do Rio de Janeiro que em 1872 suspendera o padre Almeida Martins por ter feito um discurso em festa maçônica, depois publicado nos jornais, e recusara-se a abjurar a maçonaria segundo determinara o mesmo bispo.

Quando D. Vital Maria de Oliveira (1844-1878), Bispo de Olinda, e D. Antonio Macedo Costa, Bispo do Pará, foram condenados à prisão por contrariarem o parecer do Conselho de Estado do Império determinando a suspensão de atividades das confrarias leigas que abrigassem maçons entre seus associados, a discussão pública em torno do dever de fidelidade do clero ao estado brasileiro ou ao papa eclodiria no parlamento do império, no tribunal, nos jornais e em publicações avulsas. O exame da bibliografia que fundamenta o presente trabalho não registrou porém qualquer referência a que tal polêmica tenha sido mencionada nos púlpitos, e até que posteriormente se identifique algum manuscrito ou raridade bibliográfica afirmando o contrário, cabe admitir-se a hipótese de que os sermões da época não a comentaram.

Longe dos púlpitos também se desenrolaria a campanha abolicionista, embora se possa mencionar o padre José Anselmo de Oliveira, Arcipreste da Sé de São Paulo do qual Rodrigo Otávio, em *Minhas Memórias dos Outros*, diz que:

(...) pregava destemidamente e do púlpito dizia o que pensava; sendo Vigário em Campinas, em sermão que se tornou famoso, defendeu os cativos e profligou o modo por que eram tratados por alguns fazendeiros, o que lhe valeu a perseguição e a necessidade de abandonar a paróquia. (36)

A aprovação da Igreja à abolição da escravidão no Brasil será, no entanto, formalmente expressa no sermão pronunciado por D. Antonio Macedo da Costa, na solenidade de entrega da Rosa de Ouro, peça de ourivesaria enviada como presente do Papa Leão XIII à princesa D. Isabel por ter sancionado a Lei Áurea.

No exórdio do sermão (37), o bispo do Pará qualifica a cerimônia como grande pelo objeto, a entrega do presente; grande pela categoria do auditório, o casal imperial, os príncipes, o episcopado brasileiro, o corpo diplomático, os altos funcionários, etc; e grande pela novidade de se tratar de uma cerimônia pontifical, mandada celebrar pelo próprio pontífice.

Após esta introdução; para nós, documental; para os da época, uma afirmação explícita da importância do evento; o pregador afirma que, pelo ato de abolição da escravatura, a princesa homenageada se vira coroada pelo *diadema fulgurante* formado pelas *lágrimas de alegria dos escravos libertos*, e mais ainda:

E agora, pelas bênçãos, pelo louvor, e sobretudo pela sagrada e preciosíssima dádiva que recebeis do Pastor Supremo, do Vigário de Jesus Cristo, Vossa Alteza Imperial, Vosso Augusto Pai, a família Imperial, o Brasil todo inteiro, aparecem envoltos no esplendor de uma glória incomparável, que por ser assim comum, mais cara se torna ao coração de Vossa Alteza. (38).

A pretexto de louvar a princesa, o pregador afirmava pois a autoridade do papa, capaz de conceder à princesa, e por extensão, à nação, *glória incomparável*.

A segunda parte do sermão visa demonstrar a conveniência da intervenção do pontífice *nesta fase importantíssima da nossa vida nacional*. O argumento principal é que o Pontífice personifica o pensamento católico, nas suas palavras:

Senhores, o Sumo Pontífice, estabelecido por Jesus Cristo, é o centro da vida, a cabeça, o coração do Reino de Deus neste mundo. Nele se concentra, nele se personifica, deixai-me assim dizer, o pensamento católico, para dele expandir-se irradiar sobre toda a humanidade, e elevá-la a seus destinos providenciais. (39).

Após declamar uma resenha dos momentos históricos em que os pontífices intervieram nos acontecimentos da vida profana, continua:

Vedes o pensamento católico, enfim, no meio das revoltas da razão moderna, no meio dos abalos da grande Revolução, que agitou e agita ainda a Europa e o mundo, como permanece fixo, imóvel, sereno, como farol luminoso nas alturas do Vaticano, projetando ao longe o seu raio, apontando aos povos as condições do verdadeiro progresso, os princípios geradores da verdadeira liberdade? (40)

No dizer do pregador, o *farol luminoso* se manifestara de dois modos: pelo simbolismo da Rosa de Ouro, que decodifica para os ouvintes e pela encíclica *Im plurimis*, publicada por Leão XIII, em paralelo a concessão do presente.

D Antonio Macedo Costa anuncia:

A encíclica contém ainda uma exortação urgente ao episcopado brasileiro, para que trate com todo empenho da formação moral dos libertos, a fim de que a liberdade lhes seja de sólida utilidade. (...)

Não basta dar a liberdade; é preciso que os que recebem esse dom precioso saibam dele usar. Não basta atirar turbas proletárias e embrutecidas no meio das sociedade (*sic.*), dizendo-lhes: Sois livres! Fora

imprevidência, se não fora desumanidade! O benefício que lhes fizemos da Liberdade, está chamando por outros, que o complementem, que o tornem real. É preciso que fundemos escolas, colônias, asilos, estabelecimentos técnicos, em que se formem operários e agricultores. É preciso que os nossos ex-escravos, como os indígenas que ainda vagam selvagens nas nossas florestas, uns embrutecidos pela escravidão, outros pelo excesso de liberdade, sejam reduzidos a formar uma população homogênea, suficientemente instruída, que possa entrar com honra na grande faina do trabalho nacional. (41).

Mas o sermão de Dom Macedo Costa vai além do louvor à princesa e da preocupação com a inclusão social dos ex-escravos. Nele se documenta também a questão mais premente com que se defrontava a Igreja Católica naquele momento, no contexto mundial: a luta empreendida pela cúria romana contra o liberalismo e outras tendências do pensamento que conduziam ao estabelecimento do Estado Civil como instância de direito superior ao da igreja, na condução da sociedade e de cada povo.

Veja-se como ele encaminha a finalização do seu discurso:

Vós que tendes nos ombros as tremendas responsabilidades do poder, sabeis que não podeis governar sós o Brasil; precisais, não podeis prescindir do auxílio da religião (...)

Pois bem, Senhores! Já que o Sumo Pontífice, o maior representante da Religião, o homem que exerce a maior força moral neste mundo, em uma crise tão memorável de nossa vida social, vem a nós cheio de Benevolência e de amor pela nossa nação, vamos nós ao Sumo Pontífice! Estreitemos com ele laços de amor, de gratidão, de filial obediência. (42).

Ora, a filial obediência ao Sumo Pontífice reclamada pelo Bispo do Pará, acarretaria a alteração de dispositivos constitucionais que colocavam a igreja no Brasil sob a administração do estado, assim como em aniquilar a tolerância do estado brasileiro em relação à maçonaria, ao positivismo, às teorias socialistas, às igrejas protestantes, aos centros de espiritismo kardecista que então começam a se instalar no Brasil e à discussão de idéias como a separação entre igreja e estado, casamento civil, cemitérios laicos, etc (43).

Do Concílio do Vaticano I (1869-70), no qual participaram os bispos brasileiros, emanava o movimento de agregação da Igreja em torno do papado em campanha contra o

pensamento liberal, o estado leigo e a perda de influência da igreja nos países ditos católicos.

D. Macedo Costa, bispo do Pará, representava no Brasil o catolicismo ultramontano, denominação dada pelos franceses ao grupo conservador que então dominava a cúria romana, e defendia a submissão do episcopado mundial ao Papa, diferenciando-o dos grupos que defendiam uma relativa autonomia das igrejas nacionais no seu relacionamento com Roma. O sermão que ele pronunciou na presença da Princesa Regente e pretensa sucessora no trono do império, reafirmava as teses contidas na Encíclica *Quanta Cura*, de Pio IX e em obras de pensadores católicos que afirmavam a origem divina da instituição da sociedade, que o Estado, instituído pelos homens segundo as vicissitudes históricas, só se legitimava quando se conformava à orientação doutrinária da Igreja Católica (44).

O discurso de D. Antonio Macedo Costa, tendo sido pronunciado em 28 de setembro de 1888, serve como um dos poucos exemplos dos sermões do segundo império a atestarem o uso do púlpito como lugar de manifestações ideológicas de espectro mais amplo do que a simples propaganda da fé e dos dogmas.

2.III - Brasil Republicano



Alcides da Rocha Miranda, Elvin Mackey Dubugras e Fernando Cabral Pinto: Pavilhão do 36º Congresso Eucarístico Internacional

2. III - Brasil Republicano.

Igreja separada do Estado.

Em 7 de janeiro de 1890, o Governo Provisório da República recém proclamada decretava a separação entre o estado brasileiro e a igreja católica extinguindo o sistema de padroado pelo qual a coroa portuguesa e o império brasileiro, regeram os assuntos eclesiásticos no território do país, com a anuência da cúria romana e do papa. O mesmo decreto proibia ainda a proteção ou a perseguição de qualquer igreja pelos estados membros da república.

O decreto era a consolidação final do movimento de distanciamento entre as duas instituições iniciado ainda no período imperial, quando simultaneamente o estado brasileiro adotava medidas de tendências liberais, nos limites possíveis de um regime monárquico e escravagista, enquanto a alta hierarquia da igreja brasileira assumia as tendências do pensamento conservador, codificado pelo papa Pio IX na encíclica *Quanta Cura* (1864) e no *Syllabus*, que em anexo a aquela encíclica expressamente condenava o liberalismo e o estado leigo.

Na segunda metade do século XIX, as mudanças de composição étnica da população brasileira, principalmente nas províncias do sul que começavam a receber imigrantes vindos do norte e leste europeus, obrigavam à tolerância quanto ao estabelecimento de templos de igrejas protestantes, também presentes nos centros urbanos onde legações estrangeiras ou empreendimentos comerciais abrigavam indivíduos de outras profissões de fé que não a católica. (1)

Nos meios intelectuais do Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Salvador e outras cidades dotadas de instituições leigas de ensino secundário e universitário; de imprensa, de associações culturais e partidos políticos; difundiam-se outras correntes de

pensamento, agnósticas ou materialistas, sob o beneplácito da Constituição do Império que embora tendo o catolicismo como religião oficial, estabelecia liberdade de imprensa e associação dentro dos limites em que não se atentasse contra o Estado e seu representante, o Imperador.

Círculos liberais, positivistas, os primeiros centros espíritas e a maçonaria congregavam militares, bacharéis, políticos e burocratas, comerciantes e outros indivíduos de prestígio social, em contingentes de adeptos numericamente inexpressivos porém capazes de disputarem com a Igreja a liderança de opinião sobre a parcela do corpo social detentora do poder político (2).

A decadência da hegemonia ideológica do catolicismo, minada por correntes de pensamento que fundamentavam o direito do Estado no consenso dos cidadãos, era um fenômeno de âmbito mundial na segunda metade do século XIX. Penetrara mesmo até mesmo a instituição eclesiástica, provocando em reação o movimento ultramontano que no plano ideológico proclamava a infalibilidade do Papa e a supremacia de direito da Religião sobre o Estado. No plano prático, esse movimento conduziu ao incremento do controle da Cúria Romana sobre o clero mundial, reduzindo o grau de autonomia das igrejas nacionais e dos bispos, tanto pela divisão dos antigos bispados em novas dioceses quanto pela reorganização do aparelho administrativo da igreja estabelecendo em Roma a sede de colegiados, congregações e outras instâncias decisórias (3).

A separação entre Igreja e Estado decretada pela república deve ser considerada portanto num contexto mais amplo do que aquele demarcado pelos conflitos eventuais entre os corpos dirigentes das duas instituições, mesmo que estes tenham atingido a gravidade da questão dos bispos condenados à prisão pelo império Tal separação, afinal, era vantajosa para a igreja que assim se libertava da tutela até então exercida sobre ela pelos governos civis.

Pelo decreto do Governo Provisório, a Igreja adquiria uma autonomia desconhecida nos tempos da monarquia, facilitando sua vinculação direta com o

papado e a cúria romana, que se refletiu na instituição de novas dioceses e no aumento considerável de padres estrangeiros enviados a suprirem as deficiências de nossas paróquias, a revitalizarem os seminários e a repovoarem os conventos desembaraçados das restrições impostas pelo governo imperial.

Essas vantagens não foram percebidas de imediato pelos católicos brasileiros, como indica o redator anônimo do semanário católico de São Luis do Maranhão, *A Civilização*, que em artigo de 4 de janeiro de 1890 declara o governo provisório incompetente para abolir a religião oficial do estado, sendo tal matéria de competência da Constituinte a ser eleita; e que proclama com veemência:

Estado sem Religião é Estado ateu, e Estado ateu é o absurdo perante a razão e uma monstruosidade em Moral. O Evangelho foi promulgado para os indivíduos como para as nações; ele deve ser a norma dos atos particulares como dos atos públicos. Esta é a ordem de Deus, não há para onde fugir.

Os católicos, sendo a imensa maioria de uma nação, como acontece entre nós, não podem em consciência pedir que a sua Religião seja abolida como instituição pública. (...)

Católicos, repelimos com nobre energia a separação da Igreja do Estado, porque queremos a nossa Religião acatada pelo Governo, como o é pelos indivíduos.

Promovam os ateus, os sectários de falsas religiões, essa funestíssima reforma, mas homens, que são católicos, não podem trabalhar para que a Igreja seja privada de suas regalias, ou apeada do posto de honra, que ocupa na sociedade. (4)

A igreja privada de suas regalias, para preservar sua influência sobre a vida da nação, precisou buscar outros meios de reforçar, por convencimento, os vínculos entre a hierarquia e os fieis, entre a instituição e a generalidade da população, que dela não mais dependeria nos atos da vida profana depois de instituídos os registros civis de nascimentos e óbitos, o casamento civil e o sepultamento em cemitérios municipais.

De certo, na área rural e nos centros urbanos de menor porte, a inércia dos costumes e a riqueza das manifestações de cultura popular associadas aos cultos do

catolicismo ainda garantiriam à igreja sua autoridade moral sobre a população, em grande parte analfabeta, que consulta e segue o clero a respeito de assuntos tanto pessoais como políticos. Tanto os partidos políticos locais como os indivíduos ainda buscam ostentar a boa convivência com os padres, representantes de uma organização ramificada além dos limites territoriais do município, convidando-os a participarem de cerimônias desde as de inaugurações de obras públicas às de entronização do Sagrado Coração de Jesus na sala principal das residências.

Mas para intervir na vida social da província ou da nação como um todo, a igreja católica, desprovida dos privilégios da anterior condição de religião oficial, necessitaria ser referendada pelo apoio manifesto da grande massa dos cidadãos católicos, necessitaria assumir a liderança da opinião pública reunindo em torno da hierarquia eclesiástica, e sob sua orientação, a comunidade leiga na qual se apoiaria e a qual solicitaria a participação ativa na propaganda da doutrina e na promoção de novas práticas devocionais que congregassem o *povo de Deus* ou a *nação católica*, duas imprecisas expressões que por essa época passarão a ser utilizadas como se designassem categorias sociais, para se referir à totalidade dos fieis.

Cartas Pastorais.

Esse esforço da igreja para arregimentação de uma nova força política é exemplificado pelo conteúdo da *Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro*, assinada em 19 de março de 1890 pelos bispos de onze dioceses brasileiras e o vigário capitular do Rio Grande do Sul. (5).

As Cartas Pastorais constituem uma segunda forma de comunicação verbal da igreja aos seus fieis. Também eram lidas do alto dos púlpitos (6), mas não são sermões de um pregador; são a manifestação oficial da igreja-instituição sobre a conjuntura político-social, em assuntos de ordem doutrinária, comportamental ou até mesmo

relativos à administração da própria igreja.

A *Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro* de 1890 é um documento essencial para compreender como a Igreja se posicionava em relação à proclamação da república e a ordem a ser instaurada no novo regime. O documento critica o decreto do Governo Provisório da República que estabeleceu a separação entre Igreja e Estado, instaurara a liberdade de culto e equiparava a Igreja Católica às demais igrejas; e delinea o comportamento a ser adotado pelos católicos em face desses fatos consumados pelo decreto.

A Primeira Secção da *Pastoral...* traz uma declaração de princípio: Os católicos não podem admitir a separação entre igreja e estado porque tal separação fora incluída no rol dos erros contemporâneos condenados pelo papa Pio IX, em documento anexo à Encíclica *Quanta Cura*. Segue-se o desenvolvimento de uma argumentação em que se definem os fins diferentes aos quais visam o estado e a igreja. Ao primeiro caberia conduzir os povos à felicidade na terra; à segunda, à felicidade eterna. Por isso, estado e igreja deverão manter autonomia enquanto buscam fins peculiares, mas não podem ser separados, pois ambos exercem ação sobre os mesmos indivíduos, simultaneamente cidadãos e fiéis, que em caso de conflito entre os dois poderes haveriam forçosamente de optar pela obediência a um deles em detrimento do outro. E conclui:

Vede agora a conseqüência: opressão pungente de sua consciência religiosa, se a lei violada for a da Igreja a que pertence; vindita inexorável da lei civil, se esta for a menosprezada. Em tão dolorosa contingência, não há para ele nem meio termo, nem conciliação possível: Ou Apostasia ou Perseguição!

(...) não pode ser este o ideal que um estadista sensato, ainda que não partilhe as nossas crenças, deve querer para a sua pátria! Fora introduzir nela um elemento perpétuo de perturbação e discórdia, que a todo momento, é capaz de irromper e produzir longa série de males incalculáveis. (7).

A segunda secção repudia a equiparação da Igreja Católica às demais igrejas

instaladas no país. Reclama um tratamento privilegiado argumentando com os serviços prestados durante o período colonial e que a Igreja Católica Apostólica Romana é a única verdadeiramente instituída por Cristo, que delegou seu comando a Pedro e seus sucessores. Além disso, que o princípio liberal de decisão por maioria havia sido contrariado pelo decreto, pois, na época, os brasileiros eram 11, 5 milhões de católicos e apenas 500 mil filiavam-se a outras religiões.

Pois bem! Depois desse ligeiro exame podeis acaso compreender que a Igreja Católica, a verdadeira igreja de Jesus Cristo, consinta em ser equiparada a qualquer seita, e aprove, e tome como regra sua a chamada tolerância moderna, proclamando ela própria a igualdade dos cultos?(...)

Não, a Igreja Católica não pode admitir semelhante enormidade. (8).

A terceira secção passa à análise das consequências da separação entre Igreja e Estado. Menciona a lista dos contratempos advindos à igreja quando fora administrada pelo estado imperial e após refletir sobre cada artigo do decreto do governo provisório, afinal o enaltece como garantia de liberdade da igreja em terras brasileiras.

O trecho final do documento, que ao contrário dos anteriores não se demarcou como secção específica, conclama os católicos a retomarem com redobrado entusiasmo *OS nossos deveres cristãos*.

Aos sacerdotes recomenda:

É Tempo de sairdes do abatimento, de ressuscitardes a graça que recebestes por imposição das mãos, de vos reanimardes no espírito de vosso augusto Sacerdócio. (...) inflamai-vos no grande Amor! Fervor de piedade! Pureza imaculada de Vida! Zelo ativo e empreendedor! Solitude incansável pelo bem das almas! Gravidade, recolhimento, compostura angélica na celebração diária dos Santos Mistérios! Assiduidade no tribunal das misericórdias, onde tanta luz, tanto conforto podeis dar às consciências atribuladas! O púlpito está desgraçadamente e quase por toda a parte mudo, ai! mudo, ressoe de novo com os acentos da palavra evangélica. (9).

Aos fieis:

Mas não esqueceréis de dar ao vosso amor pela Igreja as manifestações que convém para ser real e efetivo. Assim tomareis a peito todos os interesses dela, considerando-os como os vossos próprios interesses. As injúrias que lhe forem irrogadas irão ferir-vos o coração, como repercutem num coração filial os agravos dirigidos a uma mãe extremosa e dedicada: *Opprobia Exprobrantium tibi ceciderunt super me* (Salmo 68.10). A defesa constante dos seus direitos conculcados será a vossa maior glória, e se Deus vos tiver comunicado o dom de falar e a ciência do escrever, a vossa voz e a vossa pena estarão a serviço da Igreja: Mais que tudo sentireis vivamente as suas dores e as suas aflições. (...)

Há, porém, uma forma de que quiséramos ver-vos revestir hoje mais particularmente o vosso amor para com a Igreja; quiséramos ver-vos todos empenhados na difusão da imprensa católica, como um meio de atalhar quanto possível os estragos da imprensa ímpia. (10).

Os bispos lembram ainda aos fieis que, entre outras consequencias concretas da perda de sua condição de Religião Oficial, à comunidade caberá providenciar os meios materiais para manutenção da Igreja

Já que ela não conta mais com auxílios oficiais, uni-vos, congregai-vos em associações paroquiais e diocesanas para sustentar a formosura, a majestade, o esplendor de seu culto; para assegurar a decorosa subsistência aos seus ministros, furtando-os a humilhações que tanto degradam a dignidade do Sacerdócio; para alimentar seus seminários, seus institutos, suas boas obras e criar muitas outras, em proveito das crianças, dos pobres, de todos os infelizes, a impulsos da caridade cristã que deve agora tomar entre nós uma nova expansão. (11).

O parágrafo final, enfim revela as preocupações da hierarquia eclesiástica em face aos dispositivos que haveriam de compor a constituição da república, ainda a ser definida naquela ocasião.

Ah! Não se consigne, pois, na carta Constitucional da República Brasileira uma palavra que ofender possa a liberdade da consciência religiosa do país que é, na sua quase totalidade, Católico Apostólico Romano! Não tolham os altos poderes da república o direito que temos, e já nos reconheceram, de sermos absolutamente livres, nós, Católicos, de crer nos nossos dogmas, de

praticar a disciplina de nossa Religião, sem a mínima oposição do poder civil. Não ponha a república estorvos às nossas profissões religiosas e às vocações sacerdotais; não condene os Sacerdotes católicos ao exercício das armas, violando a consciência deles e as leis da Igreja, que lhes proíbem tais exercícios, como incompatíveis com as funções sagradas e pacíficas de seu sagrado ministério; não nos prive da posse e administração de nossas propriedades, não estabeleça escolas sem Deus. (12)

A Constituição da República, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, não contrariaria esses anseios dos bispos, exceto quanto à incorporação do ensino religioso ao programa das escolas públicas, reivindicação que haveria de ser constantemente reafirmada pelos escritores católicos e pelo clero durante toda a República Velha.

Uma segunda *Pastoral Coletiva* de 6 de Janeiro de 1900 (13), assinada por dezesseis bispos e o Vigário Capitular de São Luís do Maranhão, é mais sucinta do que a primeira, de 1890, embora como aquela trate dos percalços sofridos pela igreja ao longo da história brasileira, especialmente durante o período imperial; condene a instituição do casamento civil, a que chama de concubinato; e reclame mais uma vez contra a separação entre estado e igreja. O que a diferencia, em parte, é a insistência sobre a necessidade da pregação e a maior ênfase dada à promoção de atos devocionais sob pretexto do Ano Santo, jubileu que se comemora nas igrejas de Roma a cada 25 anos, acrescido de importância desta vez por coincidir com a passagem do século XIX para o XX. Por isso recomenda:

Não bastará muitas vezes um só padre na freguesia, ou em muitas freguesias para ensinar a todos que hão mister doutrina. (...). Em muitas de nossas dioceses faltaram (sic) missionários em numero suficiente para as percorrerem todas; por isso façam-se missionários os mesmos párocos e vigários, ajuntando-se aos dois e três para darem alguns dias de pregação eficaz e simples, de doutrina e sacramento às freguesias e capelas que estiverem a seu cargo.

(...) Repitam nesses dois anos com mais insistência os exercícios de devoção mais próprios para tornar conhecido e amado Nosso Divino Redentor. Nessa classe entra o Rosário, que mandamos

se cante ou se reze em todas as matrizes, ao menos a terça parte dele, todos os domingos, desejando muito que o mesmo se pratique todos os dias; entre a Via Sacra, que recomendamos se faça ao menos todas as sextas-feiras destes dois anos, (...) Preguem os Revds. Vigários e mais sacerdotes a devoção ao Santíssimo Coração de Jesus eficazmente em suas freguesias. Procurem propagar a Guarda de Honra e o Apostolado da Oração, duas principais ramificações da grande devoção ao Coração de Jesus, e com elas a comunhão das primeiras sextas-feiras de cada mês em desagravo ao Redentor.

Repitam com os fiéis o ato de consagração do gênero humano ao Coração Divino, mandado pelo Sumo Pontífice diante do Senhor exposto à adoração dos fieis, o que podem fazer todas as primeiras sextas-feiras de cada mês. Permitimos que em todas as matrizes do Brasil se exponha o Santíssimo Sacramento em custódia, e se conserve exposto algum tempo à adoração dos católicos o primeiro domingo de cada mês durante os anos de 1900 a 1901, para com este solene ato de desagravo terminarmos cristãmente o século XIX e começarmos o XX da era cristã.

São de singular efeito como Homenagem a Nosso Senhor Jesus Cristo as romarias, quando movidas e executadas com verdadeiro espírito de fé. Desejamos que o clero as promova e dirija aos principais santuários do Brasil, e que se incorporem nelas os que não puderem ir a Roma e aos outros santuários do mundo católico para termo de peregrinação nessa homenagem a Jesus Cristo. (14).

Todas estas práticas devocionais efetivamente foram implantadas e persistiram além dos dois anos iniciais, funcionando como meio de estreita aglutinação da comunidade, promovendo uma identificação mais profunda do que a passiva adesão ao catolicismo por batismo involuntário na infância. Como marca identificatória de uma família católica, a imagem do Coração de Jesus em litografias ou baixos relevos de gesso passou ser encontrada na parede da sala de suas casas, quase sempre instaladas em solenidade familiar a que era convidado o pároco da região para “entronizá-la”, com o testemunho dos vizinhos, parentes e amigos dos donos da casa.

Os sermões perderam a exclusividade como meio de persuasão e propaganda da

doutrina, os fieis são envolvidos por uma participação mais ativa nas devoções do que a de passivos ouvintes. São instados a responder em coro ladainhas aos santos, os cânticos de romaria, as orações do rosário.

Conferências e Cursos: Padre Júlio Maria.

A pregação verbal expandiu-se entretanto, por ocasiões independentes dos rituais litúrgicos, em cursos ou séries de conferências como aquelas pronunciadas pelo padre João Gualberto do Amaral (1873 - 1948), na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1908. (15). Maior repercussão tiveram porém as conferências do padre Júlio Maria, nome adotado pelo advogado Júlio César de Moraes Carneiro (1850-1916), após receber a ordenação sacerdotal em 1891.

O Pe. Júlio Maria foi possivelmente o mais ativo pregador de sua época, o que lhe valeu o título de Missionário do Brasil, concedido pelo papa Pio X. Percorreu o país do Rio Grande do Sul aos estados do Norte fazendo conferências em câmaras municipais e igrejas. Combateu o positivismo na primeira série de suas Conferências da Assunção, proferidas na catedral do Rio de Janeiro, mas sobretudo insistiu na necessidade da igreja contribuir ao aperfeiçoamento das instituições republicanas pronunciando-se a respeito das questões sociais de sua época

O Pe. Júlio Maria publicou dezenas livros e opúsculos nos quais não se furtou a criticar a omissão do clero e o esvaziamento de sentido espiritual das cerimônias religiosas.

Na *Memória sobre a Religião, Ordens Religiosas, Instituições Pias e Beneficentes no Brasil*”, texto destinado a constituir o segundo capítulo do *Livro do Centenário*, obra coletiva publicada em comemoração do quarto centenário do descobrimento do Brasil, expressa a síntese mais característica de suas concepções sobre a igreja e o papel que esta deve desempenhar na vida social da nação brasileira. (16). Nela, o Pe. Júlio Maria,

após exaltar a ação dos jesuítas na catequese do povo brasileiro e condenar a ação da monarquia como asfixiante ao desenvolvimento da igreja, referindo-se ao período republicano afirma que:

... separada a Igreja do Estado, a religião tem no Brasil uma nova e tão enérgica afirmação que não é lícito apontar os erros e excessos dos legisladores republicanos sem reconhecer ao mesmo tempo os proveitos e vantagens do novo regime. (17).

Entretanto, a Igreja com que se depara, por apatia do clero e ignorância dos fieis, não lhe parece reconhecer a oportunidade de afirmação que anuncia. Assim a descreve:

Cerimônias que não edificam, devoções que não apuram a espiritualidade; novenários que não revelam fervor, procissões que apenas divertem; festas, enfim, que não aproveitam às almas nem dão glória a Deus – eis ao que está reduzido, geralmente, nas paróquias brasileiras, como se lê no citado Estado, o grande e majestoso, divino culto católico (...)

A principal necessidade das paróquias brasileiras é a doutrinação; mas o nosso púlpito, se ainda fala, isto é, se faz panegíricos e sermões de festa, não ensina. (18)

Mas a doutrinação pela qual reclama comportava objetivos mais amplos do que ensinar o valor dos sacramentos, ou convencer da verdade dos dogmas. Sem desprezar esses aspectos, que ele mesmo tratou em pregações quaresmais na Catedral do Rio de Janeiro (19), o Pe. Júlio Maria exerceria intensa campanha no sentido de comprometer a igreja com as questões sociais de sua época, na mesma direção preconizada pelo papa Leão XIII e expressa por este último na encíclica *Rerum Novarum*, de 1891.

Assim o veremos afirmar, na *Memória sobre a Religião...*, como programa obrigatório ao catolicismo de sua época:

(...) substituir às questões políticas, erroneamente predominantes nos governos, nos parlamentos e nos jornais, a questão social; (...) não mais pleitear privilégios que já não têm razão de ser; (...) mostrar aos pequenos, aos pobres, aos proletários que eles foram os primeiros chamados pelo Divino Mestre, cuja igreja foi logo, desde seu início, a igreja do povo, na qual os grandes, os poderosos, os ricos também podem entrar, mas se têm entranhas de misericórdia para a pobreza;

sujeitar o despotismo do capital às leis da equidade; exigir dele, não só a caridade, mas a justiça a que tem direito o trabalho; dignificar o trabalhador; cristianizar a oficina; levar o ensino cristão, os supremos postulados da consciência humana, às fábricas, onde a máquina absorve o homem, não lhe deixando tempo senão de ganhar dinheiro, queimar carvão, ou aperfeiçoar a raça dos animais; (...) fazer da palavra de Deus, não só a estrela que conduz as almas ao céu, mas também a bússola que guia as sociedades, não só o ensino que regenera os corações, mas também a doutrina que ensina às pátrias os direitos e os deveres dos cidadãos; enfim – Unir a Igreja ao povo. (20)

E mais adiante, no mesmo texto, expõe os deveres que atribui particularmente ao clero:

A Autoridade tendo passado das classes às massas e o futuro pertencendo como pertence à democracia, uma missão nova é imposta ao clero, o qual não é um instrumento do reino ou um apoio dinástico, mas uma força social. (...) Amigo do povo, o clero não deve ficar indiferente a nenhuma das questões sociais, políticas ou econômicas que dizem respeito ao interesse e prosperidade da nação, podendo e devendo tratar de todas, porque o Padre é um reformador social. (...) (21)

D. Sebastião Leme.

O padre Júlio Maria morre em 1916. No mesmo ano, o padre Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942), paulista de São José do Pinhal, doutor em filosofia e teologia pela Universidade Georgiana de Roma, é nomeado bispo de Olinda.

Na primeira pastoral que dirige aos seus diocesanos, D. Sebastião Leme, como antes o Pe. Júlio Maria, alerta para a necessidade de a Igreja participar da vida sociocultural do país. O tom porém é outro. Ambos foram padres da mesma igreja, mas tiveram percursos diferentes. O Pe. Júlio Maria fora antes bacharel em direito e chegara a ser promotor em Minas Gerais; propõe à Igreja a busca de uma resposta à “questão

social”. O Bispo Leme era um teólogo piedoso com uma concepção definida da ordem a ser alcançada pela sociedade. Em linguagem figurada e numa caracterização um tanto imprecisa, se poderá ver no padre o sociólogo; no bispo, o moralista. Para o padre é preciso unir igreja ao povo; para o bispo, a Igreja deve conduzir o povo numa cruzada por um Brasil católico obediente às leis de Deus e da Igreja.

Tome-se como exemplo o que D. Sebastião Leme, na sua *Pastoral de 1916*, aponta como causas do declínio do catolicismo no Brasil:

a) fraqueza e covardia dos católicos em exteriorizar a sua consciência religiosa na prática dos deveres correspondentes;

b) o hedonismo, a fome dos prazeres a enfraquecer o espírito do que resultaria entre outras conseqüências *a inexplicável facilidade com que se realizam traças despudoradas em verdadeiros assaltos aos poderes públicos e a excessiva tolerância da opinião pública.* (22);

c) a falta de instrução religiosa, causa da *facilidade com que se levantam as turbas fanatizadas em torno de um aventureiro qualquer que se lhes apresente em nome de Deus. Canudos e Juazeiro são uma página rubra da história de nossos dias* (23).

Assim, o fanatismo de sertanejos miseráveis e a corrupção oligarquias republicanas são atribuídos exclusivamente a razões de natureza psicológica – ignorância ou hedonismo - reduzindo a uma única causa determinante a complexa interação dos aspectos econômicos, culturais e psicológicos nos acontecimentos da vida coletiva.

Padre Cícero, do Juazeiro.

E no entanto os acontecimentos transcorridos em Juazeiro, poucos anos antes da Pastoral de D. Sebastião Leme são ainda hoje objeto de estudos de história, de psicologia social e outros campos das ciências sociais. O padre Cícero, por sua vez, é ainda hoje figura polêmica; ora visto como santo milagroso perseguido pela hierarquia

eclesiástica que o suspendeu do exercício das atividades sacerdotais, ora apresentado como execrável mistificador a apaziguar a revolta dos explorados da terra, oferecendo-lhes a esperança do milagre e da justiça divina a se realizar num futuro indeterminado.

A liderança das massas populares, a propriedade de terras e a associação com os políticos locais fazem de Pe. Cícero prefeito da cidade de Juazeiro. Nessa condição presidiu, em 4 de Outubro de 1911, a reunião de caciques políticos de 17 cidades do Vale do Cariri, da qual resultou o Pacto dos Coronéis pelo qual os participantes da reunião comprometiam-se a prestar fidelidade política a Antonio Pinto Nogueira Acciolly, então Governador do Estado do Ceará.

Poucos meses depois, em 24 de janeiro de 1912, o governador Antonio Acciolly é deposto e substituído pelo Tenente-Coronel Franco Rabelo, que exonera o Pe. Cícero do cargo de prefeito e sabendo que se prepara um levante armado em Juazeiro, manda invadir a cidade.

Juazeiro se rebela e, após romper o cerco das tropas governamentais em janeiro de 1914, contra-ataca conquistando a cidade do Crato, então a mais importante de região. Em 19 de março os rebeldes entram em Fortaleza. É declarado o estado de sítio no Ceará, Franco Rabelo é deposto, o general Setembrino de Carvalho assume como interventor federal. (24)

O contra-ataque dos rebeldes fora capitaneado por Dr. Floro Bartolomeu, sócio e amigo pessoal do Pe. Cícero, que na ocasião assim discursou para a tropa:

Não matem quem estiver baleado. Tragam-no antes para ser confessado. Quem correr deixem correr: não é covardia procurar salvar a própria vida. Quem se entregar, tem de ser respeitado. Não roubem, nem deflorem. Não passem por debaixo de porteira nem de cerca de avelós. Nunca atravessem riacho tendo que molhar os pés (25)

O padre Cícero a liderar revolta de coronéis, a permitir a crença em seus poderes milagrosos, em conflito com a hierarquia da igreja, por sua vez, revela a permanência de um catolicismo popular, às vezes messiânico e exaltado, articulado em torno dos

capelões de fazendas ou do pároco de vilas afastadas das sedes das dioceses, em confronto com as transformações por que passava a igreja no Brasil em direção a uma adequação mais estreita às orientações emanadas de Roma desde o Concílio do Vaticano I (1869-1870); incrementadas após a proclamação da república com a instalação no Brasil de dezenas de novas congregações religiosas de freiras e padres estrangeiros, divulgadores de novas devoções como a do Sagrado Coração de Jesus, à N.S. de Lourdes e de Fátima a substituíram as tradicionais devoções luso-brasileiras ao Cristo da Paixão, o Bom Jesus, e às invocações de N.Sra. da Penha, da Conceição ou do Rosário. (26).

Igreja ao lado do Estado.

D. Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942), ao contrário do padre Cícero, é o padre integrado às novas orientações da igreja romana. Em 1930 sucede ao Cardeal Arcoverde no arcebispado do Rio de Janeiro e é nomeado Cardeal. O alto posto que ocupa, sua cultura formal, sua titulação acadêmica e possivelmente as características particulares de sua personalidade, possibilitam-lhe o acesso tanto aos círculos políticos como aos intelectuais da capital da república. Assim, quando os revoltosos de 1930 ocupam o Palácio do Catete e o presidente Washington Luís recusa-se a deixar com vida a Presidência, ele haveria de ser o mediador confiável aos envolvidos no impasse; que convenceria o presidente a renunciar ao cargo e o acompanharia até o navio que o levaria para o exílio.

Em 1932, o Cardeal Leme funda a Ação Católica Brasileira, instituição que congregava os leigos envolvendo-os nas tarefas do apostolado católico, e a Liga Eleitoral Católica que promoveria campanha política suprapartidária no sentido de eleger-se uma ampla bancada católica na Assembléia Constituinte de 1934. Seu intento sendo bem sucedido, a Constituição de 1934 atende a importantes demandas da igreja

contrariadas pela Velha República tais como a implantação do ensino religioso católico nas escolas públicas primárias e secundárias, embora em caráter facultativo; autorização de assistência religiosa às forças armadas, nas penitenciárias e asilos; reconhecimento de validade jurídica ao casamento religioso e manutenção da indissolubilidade do matrimônio. (27)

Implantado o Estado Novo, seus dirigentes cuidarão de evitar a oposição da Igreja, como se pode deduzir da carta por este enviada pelo Chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Muller, a Getúlio Vargas na qual o autor relata entendimentos mantidos com o Diretor Geral das Confederações Marianas do Brasil, o jesuíta Monsenhor Dainese. (28).

Na conversa inicial, o chefe de polícia manifesta a insatisfação do governo com o comportamento de membros do clero, citando como exemplo o então jovem padre Hélder Câmara que chegou a ser intimado a comparecer à Polícia por causa de um sermão pelo mesmo pronunciado na Igreja de N.Sra. da Paz. (29).

Indagado pelo Monsenhor Dainese sobre o que deveria fazer a igreja, responde Filinto Muller:

Respondi que o governo ficaria satisfeito se o Cardeal [Leme] determinasse a todo o clero que nas suas pregações acentuassem (sic) a necessidade de ser cumprido o que manda a Igreja no que se refere ao respeito, à obediência e ao acatamento às autoridades constituídas. (30)

Posteriormente o Cardeal Leme demonstrara interesse em estabelecer uma concordata entre a Igreja e o Estado Novo a ser assinada no Concílio de Bispos do Brasil que se realizaria no Rio de Janeiro no ano seguinte, no qual se prestaria uma homenagem a Getúlio Vargas. Além disso, (...) determinou imediatamente a todas as congregações e ao clero que fosse feita por ocasião dos sermões severas recomendações a todos os fieis no sentido de acatamento e obediência às autoridades constituídas. (31).

A concordata pretendida pelo Cardeal Leme não se concretizou, que seria, talvez, em molde semelhante às estabelecidas na mesma época entre o Vaticano e os governos

de diversos países totalitários, garantindo liberdade de ação à Igreja e a adequação da legislação às normas católicas relativas ao ensino e a família. Mas da aproximação do Cardeal Leme com os círculos dirigentes do Estado Novo, resultou o acordo tácito, designado pela expressão “concordata moral” (32), pelo qual a Igreja gozaria de privilégios duradouros, e favores ocasionais, como resultado das boas relações pessoais entre autoridades civis e eclesiásticas, dotados de uma aversão comum à participação efetiva das classes populares na condução da Igreja ou do Estado.

Nesse acordo de elites, a Igreja católica ainda que não tenha recuperado a categoria de religião oficial obteve isenção de impostos sobre suas propriedades e subvenções estatais para suas instituições de ensino e assistência social; apoio financeiro e logístico para realização de congressos e encontros, doações de terrenos públicos para a construção de templos, transporte aéreo gratuito nas viagens a Roma para participar de concílios, conclaves, recebimento de títulos de cardeal, etc., ou em aviões da FAB sobre o território nacional. Em retribuição, a Igreja supria, em parte, a deficiência dos serviços públicos de assistência social em obras de beneficência mantendo asilos de idosos, orfanatos, hospitais, escolas e campanhas de alfabetização de adultos, com a contribuição financeira e ou o trabalho voluntário dos católicos participantes.

Não menos importante, terá sido o empenho de amplos segmentos dos quadros eclesiásticos em minimizar a influência das ideologias de esquerda, principalmente o comunismo, sobre setores específicos da sociedade brasileira, organizando e permanente animando as atividades dos Círculos Operários Católicos, cuja influência declinaria com o desenvolvimento do movimento trabalhista após 1945 (33), e outras organizações tais como a Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Estudantil Católica (JEC).

O arcebispo do Rio de Janeiro, o cardeal Leme, não limitaria sua ação aos acordos com os dirigentes políticos. Também se aproximaria dos grupos intelectuais promovendo por meio destes contactos a renovação da imprensa católica no país, até então caracteristicamente piegas e devocional.

Em 1921, Jackson de Figueiredo (1891-1928), cuja conversão ao catolicismo deve-se em parte aos seus contactos com D. Sebastião Leme, lidera o grupo de intelectuais católicos que fundaria a revista *A Ordem*. No ano seguinte, o mesmo grupo fundaria o centro de estudos católicos denominado Centro D. Vital, do qual participariam posteriormente, entre os mais respeitados pensadores católicos do Brasil; Alceu Amoroso Lima (1893-1983) Heráclito Fontoura Sobral Pinto (1893-1991) e Gustavo Corção (1898-1978).

Em sua primeira fase, a revista sob direção de Jackson de Figueiredo divulgaria um pensamento marcadamente conservador, com expressa simpatia pelas personalidades mais autoritárias da Velha República como Artur Bernardes e declarada oposição ao movimento tenentista, à maçonaria, e a qualquer tendência política liberalizante ou humanística.

Tome-se como exemplo, entre tantos, o artigo *O Laicismo e o México* no qual Perillo Gomes definirá com clareza os conceitos de Direito Católico e Direito Moderno. Nas suas palavras:

O Direito Moderno é baseado sobre o homem. O Direito Católico é baseado sobre Deus. O Direito Católico se coloca sob o ponto de vista do fim último e supremo do homem. O Direito Moderno adota o ponto de vista do homem fim supremo de si próprio. (34)

Segundo ele, ao tomar como premissa o homem como fim supremo de si mesmo, o direito moderno deifica o homem, e é portanto inadmissível do ponto de vista católico. Mais adiante, no mesmo artigo, evoca a autoridade de Leão XIII e argumenta

contra os católicos de tendências liberais nos seguintes termos:

Ele tenta uma obra de aproximação dos pólos, de assimilação de substâncias cuja natureza mutuamente se repele: tenta esta empresa simplesmente absurda e sacrílega: que Deus convenha num acordo com o mal, para evitar, aos homens, aqui na terra o trabalho e canseiras.

O liberalismo católico é, afinal de contas, uma doutrina de conchavos, de egoísmo, de renúncia e covardia. É a doutrina dos comodistas, dos medrosos de não parecer suficientemente adiantados e progressistas. (...)

Esse liberalismo recusa admitir o conflito real, insofismável, existente entre o Direito Cristão e o Direito Moderno, revolucionário e pagão. (35)

Mais tarde, sob a direção de Alceu Amoroso Lima, a revista assumiria um caráter menos vinculado ao contexto político momentâneo para privilegiar estudos e artigos de maior aprofundamento filosófico nos quais não é de estranhar os reflexos da renovação do pensamento católico mundial sob a influência do francês Jacques Maritain.

Nem a revista nem o centro cultural eram órgãos oficiais da Igreja, no entanto seus estatutos haviam sido previamente aprovados pelo Cardeal Leme e revista era assistida informalmente por membros do clero entre os quais o beneditino D. Tomás Keller (1904-1962), que daria no Centro D. Vital em 1932 o primeiro curso regular de teologia para leigos (36) e o padre Leonel Franca (1893-1948), filósofo jesuíta e primeiro reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Apesar de seu caráter não oficial e da maioria leiga de seus articulistas foi o veículo mais importante na pregação católica pela imprensa no Brasil republicano.

Pela atuação direta e indireta do Cardeal D. Sebastião Leme, a Igreja Católica voltara a ser uma força significativa na política e na cultura brasileira. As associações de jovens – J.U.C., J.E.C. e J.O.C., os Círculos Operários Católicos e a Liga Eleitoral Católica recomendavam aos eleitores os candidatos comprometidos com as diretrizes da igreja; a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro fundada em 1941 e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo fundada em 1945 pelo Cardeal D. Carlos Carmelo;

o Centro D. Vital e a revista *A Ordem* agregavam colaboradores de prestígio nos meios intelectuais. O objetivo de inserção da igreja na vida nacional anunciado pelo ele quando bispo de Olinda, na pastoral de 1916, fora alcançado.

O XXXVI Congresso Eucarístico Internacional.

Por morte de D. Sebastião Leme, sucede-o na arquidiocese do Rio de Janeiro o Cardeal D. Jaime de Barros Câmara (1894-1971). Não teria a mesma influência sobre a intelectualidade, nem a mesma liderança sobre o episcopado e o clero nacionais que exercera seu antecessor. Mas saberia como ele manter o prestígio da Igreja junto às classes dirigentes do estado e da economia nacionais. Ampliou a presença da Igreja na vida da nacional conjugando os acordos de gabinete à conquista da classe média urbana pela participação ou organização de grandes manifestações de massa como o Congresso Eucarístico Nacional (1948), no qual comparece na qualidade de Legado Papal, e o XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, no Rio de Janeiro (1955).

A preparação do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional envolveu durante cerca de um ano todas as paróquias do país; a prefeitura do Distrito Federal, que realizou um aterro para sediá-lo, onde hoje se localiza o Museu de Arte Moderna, com dois milhões de metros cúbicos de terra retirada do morro de Santo Antonio no centro da cidade; o Arcebispado, que construiu no terreno do Palácio São Joaquim uma vila de casas pré-fabricadas e promoveu a adaptação de prédios públicos para abrigar uma multidão prevista de um milhão de visitantes. Colégios, clubes esportivos, edifícios públicos e prédios em etapa final de construção e até mesmo navios, foram transformados em hospedarias improvisadas. Alimentos foram estocados, e instalaram-se cozinhas de emergência, os para evitar risco de desabastecimento da cidade. (37)

Sobre o aterro construiu-se o altar-monumento, um pavilhão desenhado pelos arquitetos Alcides da Rocha Miranda, Elvin Mackay Dubugras e Fernando Cabral Pinto

para abrigar o altar propriamente dito, o legado papal, quatrocentos cardeais e bispos, vinte cabines de radio transmissão, e serviços de apoio às cerimônias religiosas. O edifício, construído em madeira, era definido pelas linhas horizontais do talude gramado sobre o qual se assentava e de sua cobertura plana, compondo ambas uma fachada voltada para o público com cerca de 120 metros de extensão, contrastada por um mastro vertical de 38 metros de altura dotado de uma vela branca com a insígnia de São Pedro estampada em amarelo, as cores do Estado do Vaticano. Essa efêmera obra prima da arquitetura moderna brasileira, a lembrar uma jangada tendo por fundo o céu e o mar da Baía de Guanabara, em sua simplicidade formal terá certamente contrastado com os paramentos sobrecarregado de bordados confeccionados por freiras e senhoras católicas para serem utilizados especialmente nas cerimônias do congresso, e com as mitras e chapéus cardinalícios, trajes, báculos outras insígnias de poder usados pelos dignitários da igreja sentados de ambos os lados do altar, ao longo da plataforma elevada que constituía o piso do pavilhão. Os representantes do Estado; presidente da República, prefeito e demais autoridades civis e militares, ocupavam as primeiras filas da platéia no plano inferior, correspondente ao nível do terreno (38). O espaço coberto do altar-monumento era pois um espaço sagrado, tal como a capela-mor dos templos tradicionais, destinados apenas aos sacerdotes.

Em julho de 1954, uma solenidade demarcando a abertura do Ano Eucarístico de preparação para o congresso lotou inteiramente o estádio do Maracanã. Nessa ocasião, o Núncio Apostólico hasteou a bandeira da Santa Sé e o Ministro da Guerra hasteou a Bandeira Nacional. Uma primeira missa foi celebrada no aterro antes da construção do altar-monumento, no dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião, padroeiro da cidade, congregando uma multidão estimada em quinhentos mil participantes pelos jornais da época. (39)

Finalmente, de 16 a 25 de julho de 1955, realizou-se o XXXVI Congresso Eucarístico Internacional. Durante uma semana a capital da república foi ocupada por

manifestações da cultura católica: concertos de música sacra, representações de peças de Paul Claudel e George Bernanos, filmes de caráter moralizante, reuniões de estudo, conferências, exposições de arte sacra nacional e estrangeira, vigílias nas igrejas, confissões em massa, procissões pedestres e marítimas, rituais religiosos nos ritos romano, maronita e bizantino, etc.

As emissoras de rádio e televisão entrevistaram cardeais estrangeiros que utilizam a oportunidade para denunciar perseguições à igreja na Argentina peronista e nos países sob regime comunista. (40) Jornais e revistas semanais traziam fotos das multidões presentes nos eventos do Congresso, que foi, sem dúvida, a maior demonstração da capacidade de mobilização de massas do catolicismo em terras brasileiras, que só encontraria paralelo em 1980 quando João Paulo II visitaria o país.

No entanto, o reconhecimento do poder de mobilização de massas da igreja e o gradativo envolvimento desta nas questões político-sociais vividas pelo país nos anos finais do período populista vieram mais tarde a revelar pontos divergências entre setores do clero e entre os fieis, correspondentes a diferentes concepções da religião, ora vista como instância de vivências puramente espirituais ora vista como compromisso pela realização terrena da mensagem evangélica de justiça e igualdade fraternal; designando-se por Conservadores os adeptos da primeira e por Progressistas, os adeptos da segunda dessas posições. Tal diferenciação de posturas começara a se fazer sentir em todo o mundo no final da década de 1950 e agravara-se consideravelmente em decorrência das reformas litúrgicas e definições emanadas do Concílio do Vaticano II e, no Brasil, do movimento pelas Reformas de Base no final do governo João Goulart e das questões colocadas à consciência cristã pela ditadura militar.

D. Hélder Câmara.

D. Hélder Câmara (41), se tornaria, para admiradores e detratores, a personagem símbolo da igreja progressista. Foi responsável pela organização do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, do qual foi Secretário Geral, e de outras grandes manifestações de massa que organizava em comemoração a Semana Santa no Estádio do Maracanã, que chegaram a ser transmitidas por uma cadeia de cerca de 300 emissoras de rádio e televisão, em 1958. (42) Mas, sobretudo exerceu grande influência nos rumos da igreja brasileira e mundial organizando encontros, sem publicidade, de bispos latino-americanos durante o referido congresso, que conduziram à criação da Conferência Episcopal Latino-Americana - CELAM, nos moldes da CNBB da qual já participara da criação e da qual foi Secretário Geral por três mandatos consecutivos, de 1952 a 1964. (43). Durante o Concílio do Vaticano II, promovia reuniões semanais entre o episcopado brasileiro, representantes do CELAM e cerca de dezoito bispos da África, Ásia, América do Norte e Europa para discussão prévias dos temas em debate e planejamento de uma atuação conjunta na definição das decisões do conclave. (44)

Ao final da primeira sessão do Concílio, D. Hélder dirige a todos os padres participantes uma carta aberta intitulada "*Intercâmbio de idéias com nossos irmãos no episcopado*" propondo; a) estabelecer uma efetiva contribuição dos bispos à administração e magistério da igreja através da organização de colegiados episcopais nacionais e continentais; b) promover o diálogo sistemático entre o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido sobre as questões de desenvolvimento com justiça; c) reformular a catequese e a evangelização levando em conta os problemas das populações em estado de subdesenvolvimento; d) estabelecer relações de diálogo mais igualitário entre os bispos e o clero e maior participação dos leigos na vida da Igreja, e) busca permanente de uma igreja servidora e pobre. (45)

Tais proposições, que talvez se tenham gestado nas reuniões que promovera no

alojamento brasileiro, e em outras semelhantes promovidas pelo Cardeal Suenens, Primaz da Bélgica; foram acolhidas pelos participantes do Concílio e se refletiram na Constituição *Gaudium et Spes*, promulgada por Paulo VI ao fim do conclave.

O terceiro vetor da atuação de D. Hélder, além da propaganda religiosa em eventos de massa e da articulação nos meios eclesiais para a adequação da igreja à problemática do pós-guerra, se fazia consoante à ideologia desenvolvimentista que caracterizou a política brasileira, sob o signo da industrialização no governo Juscelino Kubitschek e sob o signo das reformas de base no governo João Goulart. Como Secretário Geral da CNBB, convoca um encontro dos bispos do nordeste entre 21 a 26 de maio de 1956, em Campina Grande, Paraíba, e obtém do Presidente da República, a participação efetiva de diretores e técnicos de agências governamentais na discussão dos problemas socioeconômicos da região. O discurso de encerramento do encontro é feito pelo presidente Kubitschek, que posteriormente encomendaria a Celso Furtado a elaboração de programas de desenvolvimento da região. O economista tomará por dados iniciais os estudos realizados no Encontro dos Bispos de Campina Grande, que voltariam a ser reunidos em Natal, R.N. com o Presidente da República e o Núncio Apostólico, para apreciarem o relatório governamental. Todas essas articulações resultariam finalmente na criação da SUDENE (46), e por elas se iniciava uma nova modalidade das relações entre a Igreja e Estado no Brasil, ultrapassando a anterior modalidade de troca de benefícios recíprocos em direção a uma prática de discussão conjunta dos problemas nacionais e mútua colaboração no encaminhamento de soluções.

Ainda como exemplo dessa colaboração, vale lembrar o programa de alfabetização de adultos por meio de escolas radiofônicas implantado inicialmente na sua arquidiocese por D. Eugênio Sales, Arcebispo de Natal, R.N., abrangendo numa segunda etapa mais quatro dioceses nordestinas. Na Presidência da República, Jânio Quadros cria o Movimento de Educação de Base e estabelece convênio com a CNBB,

com duração de cinco anos para instalar 75.000 escolas radiofônicas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste (47). O programa governamental e eclesiástico, sob ataque de setores da igreja que o viam como veículo doutrinação comunista, é mantido durante a presidência de João Goulart, e enriquecido pela participação do educador Paulo Freire, (48). Também colaborava com o governo João Goulart, o provincial dos dominicanos no Brasil, Frei Mateus Rocha, nomeado reitor da recém criada Universidade de Brasília por indicação de Darcy Ribeiro. (494)

A Reforma Agrária.

Um segundo ponto de conflitos entre católicos progressistas e conservadores, ou entre *comunistas e reacionários*, segundo os termos da época, decorre do envolvimento de setores da igreja nas questões colocadas pelo sistema de propriedade rural e pelas condições de vida do homem do campo no Brasil.

Tanto o clero progressista como os grupos de leigos participantes dos movimentos de Ação Católica - JUC, JEC, JOC - começaram por volta de 1960 a denunciar a situação de miséria da população rural e dos marginalizados das cidades, a apoiarem as reformas, a se engajarem decididamente no Movimento de Educação de Base (MEB) e nas campanhas de sindicalização dos trabalhadores rurais promovidas, entre outros, por D. Fernando Gomes, arcebispo de Goiânia; D. Edmundo Kunz, bispo auxiliar de Porto Alegre, D. Eugênio Sales, arcebispo de Natal, com apoio de D. Hélder, Secretário Geral da CNBB e do Ministério do Trabalho, nos últimos anos do governo de João Goulart. (49)

Ao contrário da acusação que lhes faziam os conservadores, os bispos progressistas compreendiam a necessidade da reforma agrária e a incorporação dos trabalhadores no sistema sindical nos moldes oficiais, não só como uma reivindicação sincera de justiça social mas também como meio de deter o crescimento das Ligas

Camponesas, de orientação marxista.

Tome-se, por exemplo, o texto *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma agrária*, de autoria do franciscano D. Inocêncio Engelke, bispo de Campanha, Minas Gerais, no qual expunha as conclusões da Primeira Semana Ruralista, iniciativa promovida pelo próprio bispo e realizada pela Ação Católica Brasileira na sua diocese.

O documento revela simultaneamente a indignação dos participantes em relação às condições de vida da população rural e o temor de perda da liderança tradicional exercida pela igreja entre os camponeses e que outras influências produzissem tumulto ou revoluções em detrimento d classe proprietária de terras. A citação abaixo resume de forma mais completa o entendimento dos participantes do encontro, nas palavras do bispo que o redigiu:

É sabido que a situação do trabalhador rural é, em regra, infra-humana entre nós. Merecem o nome de casas os casebres em que moram? É alimento a comida de que dispõem? Pode-se chamar de roupa os trapos com que se vestem? Pode-se chamar de vida a situação em que vegetam, sem saúde, sem anseios, sem visão, sem ideais? (...)

Houve tempo em que o campo ficava preservado pela distância, pela falta de comunicações, pela índole conformista e rotineira dos trabalhadores rurais.

Hoje estradas se rasgam levando ao recesso do país a locomotiva, os automóveis, e sobretudo os caminhões. (...) O jornal, o cinema e o rádio estão informando no mesmo dia e por vezes na mesma hora o que se passa no país e no mundo. Em breve será a hora da televisão. Nada mais explicável, pois, que a receptividade para as idéias mais arrojadas e revolucionárias.

E os agitadores estão chegando ao campo. Se agirem com inteligência nem vão ter necessidade de inventar coisa alguma. Bastará que comentem a realidade, que ponham a nu a situação em que vivem ou vegetam os trabalhadores rurais. Longe de nós, patrões cristãos, fazer justiça movidos pelo medo. Antecipai-vos à Revolução.

Fazei por espírito cristão o que vos indicam as diretrizes da Igreja. (50)

A declaração final do encontro de Campanha, apesar da ambivalente em sua

motivação, é um marco pioneiro das inúmeras manifestações posteriores de outros membros do clero a reclamarem pelos direitos do homem do campo e a insistir sobre a responsabilidade social da propriedade de bens fundiários ou do capital. Nele, como em outras declarações da igreja brasileira nas duas décadas seguintes, são perceptíveis os mesmos princípios que conformam a doutrina social da igreja, formalmente expressa nas encíclicas papais.

A Doutrina Social da Igreja, como é denominada, condena a ganância e o lucro como fim último das atividades econômicas, mas condena também, como erro conceitual e moral, a luta de classes e a violência revolucionária. A distribuição mais equitativa dos benefícios da civilização é reclamada por via de reformas sociais promovidas pelas autoridades governamentais ou como ação voluntária dos detentores do poder político ou dos meios de produção, por solidariedade, caridade ou ato de justiça para com as camadas mais humildes da população. (51)

A Campanha Anticomunista.

Entretanto, a participação de comunistas, ou mesmo de intelectuais marxistas sem filiação partidária, no movimento pelas reformas de base e na administração pública brasileira, no início da década de 1960, deu motivo à intensa pregação anticomunista levada a efeito por membros do clero e dirigentes de associações de leigos. O tom dessa pregação variava da serena afirmação da incompatibilidade entre o catolicismo e o materialismo, seja este capitalista ou comunista, ao delírio paranóico dos conservadores radicais como se exemplifica nessa *Carta Pastoral* do Arcebispo da Bahia, Cardeal Augusto Álvaro da Silva, dirigida ao clero e aos fieis de sua diocese, em 1 de dezembro de 1963.

A ninguém, com efeito, será dado, já agora, desconhecer o desditoso e miserando estado em que se nos apresenta o panorama econômico, político, social e até religioso do Brasil. (...)

Com as mãos ambas, quase algemadas pelos grilhões da fome e das greves, das calamidades naturais, morais e políticas, sobre o rosto, entre confuso e envergonhado, por terem-no obrigado a repartir comendas gloriosas com vilões e malfeitores, e, até sido forçado a abrir os braços de amizade a quem somente quer beber-lhe o sangue e roubar-lhe a vida!

Tanto vem alcançando enfim, na Pátria estremeçada, o malfadado comunismo ateu! (...)

Se triunfar no Brasil, que fará de nós? “Intrinsecamente mau”; assassinará sacerdotes, incendiará igrejas, arrasará conventos, violará religiosas, fuzilará líderes católicos, atacará famílias, confiscará propriedades, ferirá, matará, martirizará com requintes de barbaridade e fereza bestial; renovará os “tiros na nuca”, as “lavagens de cérebro”, os “paredões” de fuzilamento, os “campos de concentração”.

E pensar que essa é a ameaça que pesa sobre nós!

Para o Arcebispo da Bahia, entretanto a ameaça pode ser evitada, se abrem os olhos *os que dormem ainda*. E ameniza o perigo citando declarações anticomunistas de diversos líderes militares, entre os quais o marechal Eurico Dutra, o marechal-do-ar Eduardo Gomes,

Não é certo que não faltou quem declarasse que ‘no momento preciso, não ficará ociosa, na bainha, a espada de um soldado brasileiro’?

E assim conclui sua pastoral, publicada três meses antes do 1º de abril de 1964:

Meus caros filhos, a possibilidade dessa tormenta foi prevista e a hora da refrega vem chegando na doce calma da nossa confiança em Deus. Ao ouvirmos o chamamento ao combate, façamo-nos presentes. (52)

Por sua vez, em 24 de janeiro de 1964, D. Jaime Câmara pregava pelo rádio:

Uma onda vermelha avassaladora se precipita sobre o país (...) o comunismo ainda não tomou em armas, já mobilizou, contudo, muita gente para o combate, mediante uma doutrina anticristã, antibrasileira, nitidamente absolutista e totalitária.

Com lógica férrea continua o comunismo em seus intentos prejudiciais ao povo, que não tem como se defender, já que tudo isso se passa sob as vistas complacentes das autoridades.

E prossegue, citando nota publicada anteriormente pelo Episcopado Nacional em que os bispos brasileiros, após denunciarem injustiças da ordem social vigente, declaravam:

A angústia do momento presente se acentua, ainda, pelo fato de se tentar a substituição dessa ordem anti-humana, por soluções marxistas, não menos desumanizadas, pois atentam contra os direitos fundamentais da pessoa humana. (53)

No sermão do dia de cinzas, na igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, o Cardeal Câmara ainda mencionaria:

(...) pecadores públicos do governo que estão entregando 70 milhões de brasileiros ao domínio comunista e não querem se penitenciar desses pecados. (54)

As organizações leigas, não constrangidas como a hierarquia pela prudência necessária para evitar um confronto entre a igreja e o estado, ampliaram os limites de ação da campanha de oposição ao governo que já se percebia nos sermões radiofônicos de D. Jaime Câmara e na Carta Pastoral do Arcebispo da Bahia, o Cardeal Augusto Álvaro da Silva.

No Rio de Janeiro, sob inspiração do Frei Leovigildo Balestri, pároco da Igreja de Nossa Senhora da Paz, desponta em 14 de julho de 1962, o movimento de mulheres católicas denominado Campanha da Mulher Brasileira em Defesa da Democracia - CAMDE -, que rapidamente se difunde pela criação de núcleos em outros estados, tendo adotado em Minas Gerais o nome de Liga da Mulher Democrática - LIMDE - como precaução contra, no entender de sua presidente Amália Molina Bastos, possíveis represálias governamentais ou de grupos esquerdistas. (55)

As Congregações Marianas, em especial a facção autodenominada Catolicismo, sob orientação do arcebispo de Diamantina, D. Geraldo Sigaud e do Bispo de Campos, D. Antonio de Castro Mayer, a CAMDE, os bispos e padres animadores e representantes dessas agremiações na instituição eclesiástica, foram mais eficientes do que os partidos políticos formais na promoção de maciças manifestações públicas de

grande repercussão nos meios de comunicação da época, fornecendo o respaldo da opinião pública das classes médias urbanas ao golpe militar que derrubaria o governo civil. (56)

Dois episódios ilustram as formas de atuação e o poder desses grupos: o encontro internacional de líderes trabalhistas que se pretendeu realizar em janeiro de 1964 em Belo Horizonte e a reação ao comício pelas reformas de base realizado em 13 de março do mesmo ano, no Rio de Janeiro.

A Reunião da CUTAL em Belo Horizonte.

Em janeiro de 1964, planejara-se em Belo Horizonte a reunião de representantes trabalhistas de 24 países que articulavam a criação da Central Única de Trabalhadores da América Latina – CUTAL.

O Arcebispo-Coadjutor de Belo Horizonte, D. João de Rezende Costa, envia ao Governador do Estado de Minas Gerais telegrama em que classifica o encontro como um congresso nitidamente comunista cuja realização significaria uma afronta a nossos foros de capital da Democracia e do Catolicismo da terra mineira e uma tentativa de ludibriar nossa digna classe operária. Após manifestantes católicos marcharem ao palácio do governo para obter o impedimento do encontro trabalhista, e não o conseguirem, D. João de Rezende distribuiu nota à imprensa na qual após considerar com alegria a expressiva manifestação do povo cristão e democrata de Belo Horizonte condena publicamente o congresso, mas recomenda aos fieis que não criem na cidade um clima de agitação e paixão, que nenhum proveito traria para a consecução dos ideais de justiça e de liberdade.

Ainda assim continuaram os comícios e passeatas contra o encontro, que finalmente foi transferido para Brasília, por sugestão do Comando Estadual dos Trabalhadores Mineiros alegando as dificuldades de sua realização no clima de intranqüilidade reinante em Belo Horizonte. (57).

O Comício pelas Reformas de Base.

Em 13 de março realizou-se no Rio de Janeiro o Comício pelas Reformas de Base. No seu pronunciamento, o presidente João Goulart, refere-se à oposição às reformas dizendo que seriam ineficientes os terços na mão ou a macumba para impedi-las. Aludia, portanto à campanha lançada pelas mulheres da CAMDE para que os católicos pusessem velas acesas em suas janelas no momento de início do comício como forma de manifestarem-se contrários à sua realização. Era também uma alusão velada à atuação do padre norte-americano Patrick Peyton que meses antes percorrera o Brasil pregando, em concentrações públicas semelhantes a comícios, a devoção ao rosário como defesa contra o comunismo e a desagregação da família, sob o slogan *A família que reza unida permanece unida*.

As alusões inconvenientes, ou assim compreendidas na época, provocaram a reação católica que promoveu, seis dias depois, no dia 19 de março em São Paulo, a primeira das *Marchas com Deus pela Família e pela Liberdade*, sob pretexto de desagravo ao rosário e novamente invocando a proteção divina contra o comunismo. No Rio de Janeiro foi proclamada uma manifestação semelhante, mas dado ao rápido desenrolar da crise política, foi realizada como *Marcha da Vitória*, no dia 2 de abril (58).

Entretanto os católicos brasileiros se encontravam divididos nesse período de transição entre populismo e ditadura militar. Parte deles arregimentara multidões pregando a oração do rosário, o combate à *onda vermelha* nos escalões de governo; e pouco tempo depois, à *penetração comunista* no clero e nos movimentos da Ação Católica. Por outro lado, padres e leigos se haviam associado ao governo deposto em movimentos de promoção social, campanhas de alfabetização, de sindicalização de trabalhadores; ou denunciaram em sermões e documentos episcopais as injustiças sociais.

A ordem dominicana desenvolvia então a reflexão filosófica que anos depois, e com outras contribuições, resultaria na Teologia da Libertação. No Brasil as referências eram os escritos de Jacques Maritain, as encíclicas *Mater et Magistra* (1961), *Gaudium et Spes*, e *Populorum Progressio* e os contactos diretos com o dominicano francês Louis-Joseph Lebret, (59) que em sua obra escrita associava economia e humanismo e postulava um modelo de sociedade capaz de integrar satisfatoriamente as dimensões política, econômica e cultural dos homens.

Em 1961, Frei Carlos Josaphat (1922 - ...) (60) entusiasmado inicia um intenso trabalho de divulgação da *Encíclica Mater et Magistra*, em palestras por todo o interior de São Paulo, nos seus sermões dominicais que lotavam a capela, em cursos para mais de mil pessoas, no Convento Dominicano das Perdizes e em conferências nos seminários e conventos do Brasil.(60). Sua pregação por uma religião de ação comprometida com a reforma do mundo assustava os bispos mais conservadores, que o qualificavam como comunista, e alguns diretores de seminários que a consideravam prejudicial à formação eclesiástica. Frei Carlos Josaphat, tendo conhecimento que se preparava uma reunião de superiores de ordens religiosas e diretores de seminários em Porto Alegre, naquele ano, propõe-lhes dois dias de debates sobre os temas que pregava e a assinatura de um acordo sobre os pontos de concordância. O texto desse acordo, em seguida desenvolvido por Frei Josaphat por incentivo do Arcebispo de São Paulo, daria origem ao livro *Evangelho e Revolução Social*. onde esse dominicano expõe sua concepção de renovação cristã:

Atualmente, no momento em que vivemos, o movimento de renovação cristã leva necessariamente à preocupação social: “descobrir” Jesus Cristo, a Bíblia, a participação sacramental e litúrgica, implica uma procura lúcida e corajosa dum mundo renovado segundo a Justiça e a Fraternidade. Tal atitude significa uma luta (sem ódio, mas eficaz) contra as injustiças no plano social (nacional e internacional), mesmo que tais injustiças gozem de legalidade (que

será aparente e farisaica). JOSAPHAT, Carlos, frei. *Evangelho e Revolução Social*. (61)

Em março de 1963, frei Carlos Josaphat e um grupo de leigos percebem a necessidade de um veículo de comunicação que ultrapasse o bloqueio dos jornais de grande tiragem à divulgação de suas posturas cristã e revolucionária, bem como de fatos e acontecimentos significativos do crescimento dos movimentos populares. Fundam pois, o jornal *Brasil Urgente* no qual uma variada representação das diversas forças de esquerda; sindicato dos metalúrgicos, partido comunista, Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Ação Popular (AP), compunha cada edição semanal. Respaldados por um programa comum e evitando pronunciar-se sobre os pontos em que divergiam, cada número do jornal era aprovado por unanimidade nesse conselho de redação. Não era portanto um jornal da Igreja, nem da Ordem Dominicana, como declararam o Capítulo Provincial da Ordem Dominicana no Brasil e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1963. (62).

Ao lado das notícias e comentários dos fatos da semana, o jornal contava com colaboradores fixos como Paulo Emílio Salles Gomes a fazer a crítica de cinema e Aracy do Amaral, a crítica de arte; além da colaboração constante de Tristão de Athaíde, de Otto Maria Carpeaux e, episodicamente, de Antonio Candido e Alfredo Bosi. Tinha também a parte doutrinária, formativa, em secções fixas como o ABC Social Cristão em que se tratavam temas como direitos e deveres do trabalhador, a dimensão social da propriedade, alienação, religião e os direitos fundamentais do homem, e as Cartilhas Sociais como a Cartilha da Reforma Agrária sob a responsabilidade de Chico Whitaker.

A distribuição era precária, baseada numa rede informal de colaboradores que vendiam e divulgavam o jornal de Manaus ao Rio Grande do Sul. Apesar disso alcançou tiragens de 30.000 exemplares, a atenção de intelectuais e políticos pelos seus conteúdos e a oposição ativa dos setores mais conservadores da igreja e do empresariado paulista, pelo apoio freqüentemente manifestado aos movimentos

grevistas.

Mas Frei Carlos Josaphat contava com a amizade pessoal e o apoio tácito do Arcebispo de São Paulo, Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota. Seus opositores precisaram agir por intermédio da Secretaria de Estado do Vaticano que obteve do Mestre Geral da Ordem a transferência do frade para a Europa; onde viria a doutorar-se em Teologia com uma tese sobre Ética da Comunicação Social e a ensina, por 27 anos, na Universidade de Friburgo, Suíça. Apesar de seu afastamento O Brasil Urgente continua a ser publicado até seu último número que circulou no dia 1º de Abril de 1964, após o que foi sumariamente fechado pela polícia.

O golpe militar de 1964.

A Igreja brasileira manifestaria reações desencontradas em relação à deposição do Presidente João Goulart em 1º de Abril de 1964. Enquanto o Arcebispo do Rio de Janeiro peregrinava ao santuário de Aparecida para agradecer à santa pela vitória da rebelião militar e, no dia 3 de abril, dizia que sem a punição dos culpados, arriscamos a perder a batalha final, que é a salvação da Pátria (63); os bispos do nordeste, reunidos em 10 de abril para a cerimônia de posse de D. Hélder Câmara como Arcebispo de Olinda e Recife, publicavam um comunicado em que diziam:

A Igreja de Deus, no exercício de sua missão, não está vinculada a Regimes e Governos. No que está ao seu alcance colabora para o Bem Comum. Não se identifica com derrotas ou vitórias, mas somente com o Evangelho.

(...)

As necessárias reformas tantas vezes lembradas pela Igreja devem ser promovidas. (...) Apoiamos os autênticos líderes cristãos que militam nos sindicatos, pois o movimento sindical é, por sua natureza, atividade de promoção humana, de reivindicação e defesa, sem quebra dos deveres profissionais. (64)

Os bispos paulistas também sentiram necessidade de comunicar à posição que adotavam conjuntamente e declaram:

A Igreja de Deus condena concepções materialistas que se digladiam entre si e se chocam, ao mesmo tempo, contra sua Doutrina Social, haurida da fonte pura do Evangelho. Não é válido supor, quando impugnamos o comunismo ateu, que o fazemos em defesa do Capitalismo Liberal. Como não é lícito concluir que somos comunistas porque rejeitamos com desassombro cristão, a posição egoísta do Capitalismo Liberal. (65)

Nesse panorama de posições e pronunciamentos desencontrados, a unidade da igreja brasileira se manteria por meio da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), (66)

Embora de fato essa instituição não tenha na estrutura geral da igreja católica qualquer ascendência hierárquica sobre os bispos, que a rigor só devem obediência ao Papa, o sistema democrático interno que adota para a tomada das decisões, o interesse dos seus membros na boa imagem pública da igreja católica, e os ideais de fraternidade da ideologia cristã, são algumas das razões por que apenas uma vez, entre 1964 e os dias atuais, as discordâncias em relação à decisão coletiva tenham vindo a público em manifestação formal do bispo ou facção derrotado nas votações internas. Assim, seus comunicados passaram a ser compreendidos pelos católicos, e pela opinião pública em geral, como a manifestação oficial da igreja brasileira na sua unidade.

Os inúmeros Comunicados e Notas da Comissão Representativa da CNBB, e as declarações finais de cada Assembléia Geral que realizou desde 1962 a 1985 documentam o desenrolar de nossa história política e social desse período, pois todos os fatos e situações mais importantes do período ali se registram; quer seja em documentos comedidos onde se percebe, ora a tentativa de equilíbrio entre posições divergentes, ora a prudência de evitar confronto declarado entre governo e igreja; quer seja em manifestações mais incisivas de condenação às torturas, à falta de liberdade de expressão, às injustiças sociais decorrentes ou agravadas pelo modelo de desenvolvimento econômico que então era imposto.

Alguns poucos exemplos serão suficientes para indicar o espectro temático das comunicações da CNBB durante o período ditatorial, bem como para deixar perceber o gradativo afastamento da Igreja em relação aos governos militares, à proporção em que a igreja católica como um todo e a igreja latino-americana em especial recuperaram a vertente mais libertária do pensamento cristão e da mensagem evangélica.

O primeiro exemplo a considerar é a *Declaração da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos*, reunida no Rio de Janeiro em 27 a 29 de maio de 1964, e dada a público em 2 de junho do mesmo ano (67). Assim se pronuncia:

O Brasil foi, há pouco, cenário de graves acontecimentos, que modificaram profundamente os rumos da situação nacional. Atendendo à geral e angustiosa expectativa do Povo Brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra. Seria, além do mais que se pode imaginar, a supressão das liberdades as mais sagradas, e, de modo especial, da liberdade religiosa e da civil. (...) Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente.

A gratidão aos militares não traz consigo a confiança tranquila no desenrolar dos acontecimentos que outro trecho do mesmo documento afirma ser manifestação insofismável da Proteção Divina sobre o Brasil. E o que se pode depreender do trecho seguinte:

Não há dúvida que a ação militar deve consolidar a vitória, mediante o expurgo das causas da desordem. Entretanto o critério da correção, os métodos a serem empregados na busca e no trato dos culpados, as medidas saneadoras e as penalidades não são atribuições da força, com tal, mas de outros valores, sem os quais a força não passaria de arbitrariedade, de violência, de tirania. Que os acusados tenham o sagrado direito de defesa e não se transformem em objetos de ódio ou de vingança. Mercê de Deus, muito nos tem tranquilizado a palavra oficial, quer a do Comando

Revolucionário, logo após a vitória, quer a do Senhor Presidente da República, desde que eleito pelo Congresso Nacional, assumiu toda a responsabilidade de Supremo Magistrado. Contudo, ao reconhecer as inevitáveis dificuldades do momento e as melhores intenções do governo, cumpre-nos declarar que não podemos concordar com a atitude de certos elementos, que têm promovido mesquinhas hostilidades à Igreja, na pessoa de Bispos, sacerdotes, militantes leigos e fieis.

Vale ressaltar no trecho acima a postura paternal, de quem aconselha, a indicar uma aparente isenção de interesses particulares do grupo que se pronuncia preocupado apenas com o bem comum. Mas o trecho seguinte da Declaração já permite entrever os problemas reais que surgiam e ameaçavam diretamente a igreja.

(...) Por outro lado, não aceitamos, nem jamais poderemos aceitar a acusação injuriosa, generalizada ou gratuita, velada ou explícita, de que Bispos, Sacerdotes e fieis ou organizações, como, por exemplo, a Ação Católica e o Movimento de Educação de Base (MEB) sejam comunistas ou comunizantes. (...)

Contra essa abominação levantamos nossa voz de autênticos Pastores. Estamos onde sempre estivemos, em defesa dos sagrados direitos de Deus e da Pátria. Insistimos na necessidade e na urgência da restauração da ordem social, em bases cristãs e democráticas. Mas esta restauração não será possível apenas com a condenação teórica e a repressão policial do comunismo, enquanto não se extirparem as injustiças sociais e outras modalidades do materialismo, tão perniciosas, que geram o próprio comunismo, e, sobretudo, enquanto o espírito sobrenatural autêntico não impregnar todas as pessoas e todas as atividades humanas. Nossas tradições cristãs e a sagrada instituição da família, assim como o sentimento religioso do povo não devem servir para acobertar aqueles que deturpam a verdade e corrompem os costumes, ou se entregam aos abusos do capitalismo liberal. (68).

O documento conclui fazendo um apelo de colaboração geral com as autoridades na reconstrução da Pátria, e agradecendo a proteção da Virgem Imaculada Aparecida ao Brasil.

Quatro anos depois a *Declaração Final da IX Assembléia Geral da CNBB (1968)* teria outro tom; afirma; que os acontecimentos trazem sinais indicadores do plano de Deus, mas cabe aos crentes interpretá-los e estabelecerem suas perspectivas de ação, que é dever dos bispos dizer uma palavra de orientação sobre os imperativos evangélicos do desenvolvimento integral de nossa pátria neste momento histórico. (69)

Essa atribuição de responsabilidade da igreja face aos acontecimentos sociais não era nova no Brasil. Era assumida pelos setores progressistas, pelos dominicanos, alguns franciscanos, uns poucos bispos e padres. Fora pregada pelo padre Júlio Maria em 1897 (70), por frei Carlos Josaphat, D. Helder e outros, mas aparentemente fora esquecida por uma igreja demasiadamente próxima das classes dominantes, que oferecia uma religião consoladora das misérias presentes pela promessa de uma felicidade futura.

O Concílio do Vaticano II, as encíclicas de Paulo VI, os encontros do episcopado latino americano, e mesmo o embate brutal com as ditaduras e a miséria dos povos deste continente, traziam de volta ao primeiro plano o mandato evangélico de construir o reino da justiça, de solidariedade e paz, aqui, na terra dos homens. E esse é o espírito que informa a *Declaração Final da IX Assembléia Geral da CNBB*.

Como ilustração, vale recortar desse documento, que certamente merece ser lido por inteiro, os trechos seguintes:

a) Sobre as exigências do desenvolvimento:

A situação brasileira está a exigir urgentes e corajosas reformas de mentalidade e de estruturas, que assegurem a todo o povo, sem discriminação, a participação consciente, livre e solidária no processo de desenvolvimento nacional.

(...) Não concordamos com o desrespeito aos direitos fundamentais do homem, principalmente ao direito de livre expressão e reunião, ao direito de justa remuneração e defesa.

b) sobre a violência:

A violência subversiva ou repressiva parece a certos grupos a única solução. Aos que optam pela violência dirigimos um apelo no Senhor: Ponderem as consequências de tal opção! O radicalismo de posições ideológicas, que impede um diálogo construtivo e a busca solidária de soluções a serviço de todos, contradiz o Evangelho.

c) sobre a segurança nacional, cerne da justificativa ideológica do governo militar:

A participação consciente de todos no processo de desenvolvimento integral é indispensável à segurança que a Nação aspira.

Este programa exige coerência com os princípios de civismo e de consciência evangélica, incompatíveis com a ineficiência burocrática, com a corrupção e com a cupidez que faz do lucro o critério supremo da vida econômica.

d) sobre a educação:

A promoção das massas marginalizadas mediante a educação de base e a atuação sindical é tarefa importante para tornar um povo capaz de participar efetivamente do processo de desenvolvimento nacional. A reforma do ensino elementar, médio, universitário, o incentivo à pesquisa científica e tecnológica devem igualmente estar voltados para as exigências desse desenvolvimento. (...)

Conclamamos os responsáveis pelos meios de comunicação social para que resistam aos abusos do sistema econômico vigente, e, fieis à verdade e à moral, cumpram seu papel relevante e decisivo na educação do povo. (71)

Após estas considerações o episcopado brasileiro comunica que na mesma assembléia elaborou um documento mais amplo a ser discutido, no regresso dos prelados, com o clero e os fieis de cada diocese, para juntos decidirem sobre o exercício do ministério pastoral. Era o abandono da postura autoritária pela qual a hierarquia, e só ela, decidia os rumos da igreja.

Quarenta e oito bispos assinaram a Declaração Final dessa IX Assembléia. Doze outros, também presentes, não o assinaram e encaminharam uma carta conjunta ao

Presidente da República, que fizeram publicar no jornal católico *A Cruz*, na qual afirmam que os pronunciamentos recentes, *emanados dos meios católicos* causam a impressão de que as opiniões *esquerdistas e subversivas* sejam a opinião generalizada entre os bispos, sacerdotes e leigos católicos. Mas eles, os signatários da carta ao Presidente, estão persuadidos de que a maioria dos católicos do país está em desacordo com esta corrente de pensamento.

Principalmente estamos convictos de que as soluções [dos problemas nacionais] devem ser inspiradas pelos princípios católicos entendidos segundo seu legítimo significado, e não interpretados torcidamente, de maneira a dar a impressão de que a Doutrina Católica não é senão uma modesta expressão, em termos religiosos, do que ensinam Marx e outros doutores do comunismo e do socialismo. (72)

Por essa carta, parte do episcopado brasileiro contestava em público uma declaração da CNBB. O episódio é significativo, mas não voltou a se repetir. No escândalo causado pelas denúncias de “infiltração comunista” no corpo eclesiástico, as declarações de solidariedade aos acusados multiplicavam-se provindas de fontes mais variadas desde as reuniões de padres de um determinado município ou movimentos de leigos católicos até moções assinadas por diretórios acadêmicos, agremiações profissionais, etc. Ela contribuiu, pois, mais do que teriam desejado seus signatários, para a manifestação favorável da opinião pública à reformulação pela qual passava a igreja católica em âmbito mundial e nacional.

Sem aludir diretamente à polêmica suscitada pelos documentos decorrentes da IX Assembléia Geral, a Comissão Central da CNBB lança uma nota esclarecedora da posição da entidade tanto em relação aos problemas internos da igreja como aos de sua relação com o estado e à generalidade da sociedade brasileira. Nessa nota, datada de 25 de outubro de 1968, declara:

É com grande alegria que vemos nossos irmãos do Episcopado, cada qual em seu setor, procurar aplicar com seriedade e determinação os princípios de justiça, de fraternidade e de promoção

humana emanados de documentos como a *Gaudium et Spes*, a *Populorum Progressio*, as conclusões da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino Americano. (...)

Alegra-nos ver, é justo proclamar, que tais movimentos não são inspirados por nenhum personalismo ou desejo de autopromoção, nem se armam contra pessoas ou instituições, nem visam criar comoções ou rebeldias. Suas raízes são pastorais. Animados de forte impulso evangélico, querem, isto sim, dar condições mais humanas e mais dignas ao homem brasileiro, libertá-lo das peias da ignorância, do pauperismo, da doença, da marginalização (...)

Denunciamos, por isso mesmo, a intenção sectária de quantos opondo-se, tenazmente, ao processo de renovação da Igreja, como fermento de humanização no campo social, exageram fatos, deturpam notícias ou visam denegrir, no seu conjunto, instituições e pessoas que se devotam a levar ao Povo os princípios de justiça social.

Causa-nos profunda apreensão pastoral a posição que vem sendo assumida nos últimos tempos por grupos radicalizados de tendência terrorista em nossa Pátria. O problema está a merecer um estudo sério de suas causas e providências imediatas.

Lamentamos profundamente que o problema grave, e de âmbito mundial, como o da juventude, ainda não tenha sido encarado entre nós nos seus devidos termos e que devamos assistir a conflitos trágicos como o da Guanabara, recentemente verificados. (73)

A Comissão Central, a CNBB proclama-se, pois, como a voz legítima da igreja católica no Brasil, ao invocar simultaneamente sua fidelidade ao Concílio Vaticano II, às conclusões da reunião do Episcopado Latino Americano e à encíclica papal; desmonta as acusações de desvio marxista na ação dos setores ditos progressistas da igreja brasileira ao declará-las animadas de forte impulso evangélico. Enfim, insiste no direito e dever da igreja de opinar sobre os fatos da vida profana e relembra, na expressão “conflitos trágicos como o da Guanabara”, a morte do estudante Edson Luis de Lima Santos baleado pela polícia no restaurante universitário do Calabouço, cujas missas de exéquias promovidas pelo movimento estudantil por todo o Brasil resultaram em espancamento dos participantes à saída da igreja da Candelária e invasão policial das

catedrais de Brasília, Goiânia e de igrejas de Recife e Belo Horizonte.

No Rio de Janeiro, a Igreja pronuncia-se por dois manifestos: o primeiro, assinado pelos celebrantes da missa conturbada pela repressão policial, descreve os acontecimentos, condena a ação policial e o movimento militar de 1964 (74); o segundo, assinado por trinta e dois padres e dezesseis freiras, começaria por endossar o primeiro, mas seria mais contundente. Trazia expressões como:

O assassinato do Jovem Édson Luis de Lima Souto - ato de violência que não se explica nem justifica sob argumento algum - constituiu-se num impacto nacional; transformou-se por si só num libelo contra aqueles a que caberia assegurar os direitos fundamentais do homem, e agravou profundamente a crise, (...)

A violência do aparelho repressor já não encontra freios nem limitações; agrava-se a cada dia o terrorismo e atinge agora os cultos religiosos. Instalou-se o terrorismo religioso, que invade os templos sagrados.

(...)

Sabidamente, nós devemos ser contra a violência pela violência. Só a legítima defesa justifica a violência, na medida em que ela se faz necessária à preservação do direito à vida.

(...)

A violência não está apenas na morte de um estudante causada por alguns policiais. Ela foi implantada e está sendo utilizada pelo regime vigente, que a pratica em nome da preservação de uma suposta ordem e de uma suposta segurança nacional, com tal desprezo, paradoxalmente, pelo direito fundamental do homem de expressão e de reunião - apenas teoricamente assegurado pela Constituição; na prática, entretanto, condicionado ao arbítrio de uma classe dominante, que outorgou a si mesmo a função de definir o bem e o mal..

A ordem não é um valor absoluto. A ordem não é um conceito subjetivo, a critério dos que controlam o poder público.

A ordem é a sociedade organizada com justiça e paz; são os direitos fundamentais do homem respeitados.

A tranquilidade, a justiça, a paz, é que constituem a ordem. (75)

A imagem do templo como um território sagrado, o lugar de reunião da igreja e do encontro com a divindade, pela força dos acontecimentos, se desfazia. Ele era invadido tanto pelos manifestantes que buscavam refúgio, quanto pela polícia que os perseguia.

Em 13 de dezembro daquele ano decretava-se o AI-5, a respeito do qual a Comissão Central da CNBB publicaria em 18 de fevereiro de 1969 o documento intitulado *Presença da Igreja*. É um texto sucinto, talvez porque os princípios que o informam já haviam sido suficientemente expostos poucos meses antes, nas duas declarações de julho e outubro do ano anterior. Mas ainda assim pareceu necessário reafirmar:

a) a necessidade das reformas sociais;

Reformas que não significam subversão da ordem, mas, mudanças de estruturas arcaicas, flagrante empecilho ao desenvolvimento. Reformas que em absoluto aceitam postulados marxistas ou comunistas, mas, que não podem, por outro lado, visar à defesa e à melhoria acidental de um status quo, no qual o lucro é o valor supremo do progresso econômico, a concorrência é a lei única da economia, a propriedade privada dos meios de produção é o direito absoluto. Não é a partir de uma concepção materialista da vida - em que o fator eficiência, a economia, a produção, a técnica situam-se no centro, mas, a partir do homem, que consideramos autêntico o desenvolvimento (...);

b) o direito da igreja de manifestar-se sobre o destino terreno dos homens;

Repudiamos a tese marxista de que a religião realiza uma espoliação do homem, consolando-o com uma felicidade futura, compensadora da inevitável frustração terrena. Afirmar que a missão religiosa dos Bispos não deve ultrapassar os limites da chamada "vida espiritual" é praticamente aceitar a concepção marxista da religião. Proclamar a defesa da civilização cristã e ao mesmo tempo coarctar a missão docente da igreja na defesa dos valores humanos significa defender um paganismo disfarçado.

c) e alertar sobre as consequências previsíveis da supressão de todas as garantias democráticas;

A situação institucionalizada no mês de dezembro último possibilita arbitrariedades, entre as quais a violação dos direitos fundamentais, como o de defesa, de legítima expressão do pensamento, de informação; ameaça a dignidade da pessoa, de maneira física ou moral; institui um poder que, em princípio, torna muito difícil o diálogo autêntico entre governantes e governados e poderá levar muitos a uma perigosa clandestinidade. (76)

A atuação política clandestina de fato já existia desde 1964, com eventuais envolvimento da igreja, não enquanto instituição eclesiástica, propriamente dita, mas pela ação efetiva de muitos dos membros do clero que deram abrigo a fugitivos e até a instituições postas na ilegalidade pelas leis e decretos dos governos militares.

Em julho de 1968, por exemplo, o convento beneditino de Campinas deu abrigo ao Congresso da União Nacional de Estudantes _ UNE _ do que resultou a prisão do superior do convento e mais dez frades (77). Em Ribeirão Preto, em 25 de outubro de 1969, foi presa a madre Maurina Borges da Silveira, diretora do orfanato Lar Sant'Ana no qual se abrigaram integrantes da FALN [Forças Armadas de Libertação Nacional] (78). Na caça a Carlos Marighela, dirigente da ALN (Ação Libertadora Nacional), foram presos os dominicanos Frei Tito de Alencar Lima, Frei Ivo (Yves do Amaral Lesbaupin) e frei Fernando, o convento dominicano de Perdizes fora invadido pela polícia. Do desdobramento das investigações resultou a prisão no Rio Grande do Sul, em 9 de novembro de 1969, de Frei Carlos Alberto Libânio Cristo, Frei Beto, e o Padre Marcelo Carvalheira (79). Dois anos antes, *O Estado de São Paulo* já havia pedido a expulsão dos dominicanos do país.

A ameaça sobre a Ordem Dominicana; a prisão de religiosos; invasões e buscas em conventos, seminários, casas paroquiais e residências episcopais, exigiam porém. o pronunciamento das autoridades eclesiásticas, quer fosse para dar ao público a necessária explicação da posição da Igreja em relação aos graves acontecimentos, quer

fosse em defesa solidária dos seus confrades aprisionados.

Às exortações reclamando genericamente respeito aos direitos humanos e correção das injustiças sociais, comuns nos pronunciamentos anteriores da CNBB, acrescentam-se então a denuncia objetiva das torturas a que eram submetidos os presos políticos, ouvida possivelmente pela primeira vez, na homilia de D. João Resende Costa, Arcebispo de Belo Horizonte na missa do Terceiro Domingo do Advento (15 de dezembro de 1968), referindo-se aos três sacerdotes da Congregação dos Padres Assuncionistas presos em 29 de novembro de 1968, em Belo Horizonte, que, segundo relatório da 4ª Região Militar, confessaram a preparação de guerrilhas da qual poderiam vir a participar cerca de quarenta mil integrantes da JOC.

Diria D. João Resende:

E agora, irmãos, com a minha Autoridade de Pastor da Arquidiocese de Belo Horizonte e com a anuência unânime do nosso Clero, devo denunciar o que sei por ciência direta pessoal e segura: Os depoimentos dos sacerdotes e do diácono presos não podem ser aceitos como expressão da verdade, porque foram usados com eles espancamentos e torturas.

(...)

Ao fazer essa denúncia, faço-o também para que em qualquer tipo de inquérito, se eliminem de uma vez para sempre tais processos, que desonram os que os praticam e lançam uma terrível mancha de suspeição sobre o exercício da justiça. (80)

O Bispo Auxiliar de Belo Horizonte, D. Serafim Fernandes de Araújo, utilizava também de um novo recurso de comunicação que lhe forneciam as reformas litúrgicas propiciadas pelo Concílio do Vaticano II: a missa na língua vernácula e celebrada em diálogo entre o sacerdote e os fieis. No folheto distribuído na missa do 1º domingo do Advento (1º de novembro) era direta na referência à situação então vivida; os textos selecionados para as leituras rituais _ Intróito, Epístola, Evangelho _ aludiam todos ao amparo divino e a glória dos perseguidos por causa da justiça, e a Oração do Fieis, rezada em coro pela comunidade após a homilia.

Assim dizia:

Oremos irmãos caríssimos, pela Santa Igreja de Deus, que, atribulada por perseguições e contradições, participa da Paixão do Senhor.

(...)

3) Por todos aqueles que são perseguidos por causa da justiça e por todos aqueles que trabalham pela convivência fraterna e pela paz, rezemos ao Senhor.

4) Por todos os operários presos, despedidos e desempregados, por lutarem por condições mais humanas e cristãs no mundo do trabalho, rezemos ao senhor.

5) Por todos os jovens e estudantes, que aspiram a um mundo novo e se comprometem na sua realização, rezemos ao Senhor.

6) Pelos padres que estão impedidos de pregar o Evangelho, para que recuperem a liberdade de servir à palavra de Deus que não pode ser acorrentada, rezemos ao Senhor

7) Pelos mortos, que imolando suas vidas ajudam a construção de uma sociedade mais justas e fraterna, rezemos ao Senhor. (81)

Durante o período de vigência do AI-5, suspensas todas as garantias de direitos individuais, inclusive o recurso jurídico do habeas corpus e prazos máximo de incomunicabilidade dos presos, a tortura se generaliza com prática corrente de investigação policial. Continuará a longa campanha difamatória contra os setores progressistas da igreja, em especial contra D. Hélder, D. Waldir Calheiros, Bispo de Pirai e Volta Redonda, D. Jorge Marcos, bispo de Santo André, e contra as ordens beneditina e dominicana encetada pelo jornal *O Estado de São Paulo* (63) em seus editoriais, e pelos artigos de Gustavo Corção, Nelson Rodrigues em diversos jornais, por Abreu Sodré e D. Sigaud, bispo de Diamantina por qualquer veículo que lhe fosse acessível. (82)

A censura imposta desde as publicações de abrangência nacional ao jornal *O São Paulo* da Arquidiocese de São Paulo e aos boletins de paróquia, impedia a defesa dos ofendidos. Mais ainda; passou-se da difamação à intimidação por sequestro do bispo de

Volta Redonda, por atentado à residência do bispo de Olinda e Recife e assassinato do seu auxiliar padre Antonio Henrique Pereira Filho, suspensão e fechamento de emissoras católicas, etc.(82).



Por estranho que a alguns pareça, afirmo que, no Nordeste, Cristo se chama Zé, Antonio, Severino... Ecce Homo: Eis o Cristo, Eis o Homem! Ele é o homem que precisa de justiça, que tem direito à justiça, que merece justiça.

Para conseguirmos que os oprimidos não se entreguem a violências estéreis e destruidoras, é preciso superar a aparência de concórdia que consiste na impossibilidade de diálogo.

Longe de indignar-se vendo os trabalhadores se apoiarem em associações, o patrão, honestamente, lealmente, haverá de reconhecer que, sem seus irmãos operários, o trabalhador, só por exceção consegue ser escutado e atendido. Mas as associações, por sua vez, se enfraquecem moralmente quando esquecem limites justos. É preciso que não se passe do abuso de força dos patrões para o abuso de força dos trabalhadores. Diálogo supõe respeito mútuo e um mínimo de confiança e boa-vontade

D. Helder Câmara: Mensagem ao assumir o Arcebispado de Olinda e Recife. 1964
Foto: Reinaldo Guedes Machado.

Sermões “subversivos”.

Os sermões eram vigiados, e por eles vários padres foram indiciados em processos nos tribunais militares de que resultaram algumas condenações. A condenação de Frei Geraldo Bonfim, pároco de Mundaú no Ceará, por um sermão considerado atentatório à segurança nacional ou à dignidade das forças armadas motivou o Vigário Geral da Arquidiocese, D. Raimundo de Castro e Silva, a decretar a suspensão de todas as missas e cerimônias litúrgicas com fechamento de todas as igrejas da arquidiocese por dois dias, (24 e 25 de maio de 1969, Festa de Pentecostes) para que o clero permanecesse reunido com o bispo no Seminário da Prainha; repetindo-se assim concreta e simbolicamente o primeiro Pentecostes quando os apóstolos se reuniram a portas fechadas em Jerusalém temerosos da perseguição dos judeus. O decreto do Vigário Geral informa também que, do sermão pelo qual o frade fora condenado *não ficou nenhum registro escrito ou gravado e a sua recomposição se tornou dúbia e quase impossível.* (83)

D. Hélder Câmara, cujo nome era vetado pronunciar ou imprimir em veículo jornalístico no território brasileiro (84), publicaria livros de crônica, sermões e poesias que, se eventualmente eram apreendidos em livrarias, ao menos não estavam submetidos à censura prévia. E fazia conferências a convite de instituições dos Estados Unidos e Europa. Em 26 de maio de 1970, frente a uma platéia de cerca de dez mil pessoas, no Palácio dos Esportes, em Paris, disse:

A tortura é um crime que deve ser abolido. Os culpados de traição ao povo brasileiro não são os que falam, mas sim os que persistem no emprego da tortura. Quero pedir-lhes que digam ao mundo todo que no Brasil se tortura. Peço-lhes porque amo profundamente a minha pátria e a tortura a desonra. (85)

Como o padre Vieira, três séculos antes, o padre Hélder precisava dos auditórios estrangeiros para pregar contra a opressão do povo pelo governo local, também tinha um modelo de nação a construir, embora não o mesmo, e também conheceria o

prestígio configurado em platéias lotadas e em mais de uma dezena de títulos de Doutor Honoris Causa concedido por universidades do mundo. Sua obra impressa é demasiado volumosa para ser comentada aqui, mas cabe destacar alguns temas recorrentes:

a) a condenação moral das desigualdades entre países pobres e ricos, entre o nordeste e o sul do Brasil; e do *colonialismo interno*, expressão pela qual se refere ao enriquecimento de uma camada social em detrimento das demais, nos países latino-americanos; (86)

b) rejeição das teorias e projetos de desenvolvimento econômico que não contemplam a correspondente distribuição dos benefícios auferidos; (87)

c) a condenação da guerra e da fabricação de armamentos; (88)

d) insistência pelo abandono pela Igreja de todas as formas de ostentação de riqueza, aí se incluindo a construção de templos grandiosos e os símbolos tradicionais do poder hierárquico como a coroa papal, cruz peitoral, báculo e anel de bispos etc.(89)

e) proposição do convívio igualitário entre bispos padres e leigos na condução da igreja enquanto instituição; (90)

f) proclamação da fraternidade universal dos católicos, crentes de todas as religiões conhecidas, agnósticos e ateus; (91)

g) condenação de todas as formas de exclusão social e discriminação racial. (92)

Na trajetória de D. Hélder se ilustra a transformações pelas quais passava a igreja católica no papado de Paulo VI, e em especial a evolução da igreja no Brasil que abandonava o estilo triunfal de suas manifestações, o luxo das vestimentas e o formalismo dos rituais e afastava-se das benesses do poder ao condenar as práticas totalitárias, a tortura e os programas tecnocráticos de desenvolvimento que mais agravavam as condições de vida no campo, dos operários e dos marginalizados da cidade.

A pregação contra a tortura e em defesa dos direitos fundamentais da pessoa, no

tenso ambiente de prisões e processos judiciais causados por sermão, foi por vezes substituída por uma simples nota de comunicação a ser afixada nas portas das igrejas sem qualquer comentário de viva voz. Assim determinava Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, em nota que, no dia 4 de fevereiro de 1971, rebatia as notícias publicadas em jornais da cidade com manchetes difamatórias referentes à prisão de um padre e da secretária da Região Episcopal Sul.

Os jornais diziam *Dois subversivos presos na favela* e *Preso padre subversivo* ao que respondia a nota de D. Paulo Evaristo:

1) nem o Revdo. Pe. Giulio Vicini, nem d. Yara Spadini podem ser tachados de subversivos, sem que sejam julgados em tribunal competente e com direito de ampla defesa.

(...)

3) infelizmente, o Revdo. Pe. Giulio e d. Yara foram torturados de maneira ignominiosa, no DEOPS de nossa capital, como o Vigário Episcopal da Região Sul [e] nós pudemos verificar pessoalmente.

(...)

9) Esta nota deve ser afixada, neste Domingo, nas portas da [s] igrejas paroquiais e dos oratórios públicos de nossa arquidiocese, sem leitura ou comentário nos atos religiosos.

10) A nota foi apresentada ao Conselho de Presbíteros, que é por definição o Senado da Arquidiocese, recebendo dele apoio unânime.

11) Pedimos a todos os fieis orações pela Paz na Justiça e na Caridade. (93)

Outro caminho que restava para a mensagem humanística da Igreja era o pronunciamento dos seus representantes formais, isto é, cardeais e bispos e de seus órgãos colegiados tais como a CNBB, a - CRB (Conferência de Religiosos do Brasil) ou o Conselho de Presbíteros de uma arquidiocese. De fato a prisão de um ou outro padre sempre poderia ser entendida como a ação repressora do estado contra indivíduos de comportamento anômalo dentro da instituição a que pertencia. Pelo contrário uma ação contra um colegiado ou uma autoridade eclesiástica significaria o confronto declarado

entre o Estado e a Igreja, com previsíveis complicações das relações entre o Estado do Vaticano e o Brasil, e a inconveniente repercussão na imagem internacional do país.

A consciência das autoridades governamentais dos limites da ação repressora fica indicada pela atuação diplomática do governo brasileiro da época visando impedir a concessão do chapéu cardinalício a D. Hélder Câmara, e pelo estabelecimento de fóruns extra-oficiais onde se encontraram sigilosamente representantes da alta hierarquia da igreja e do regime militar na tentativa de minimizarem as divergências entre ambas as instituições. (94).

D. Paulo Evaristo Arns.

Tais articulações políticas permitem compreender o impacto que tinham sobre a opinião pública os pronunciamentos da CNBB, de D. Paulo Evaristo Arns, D. Pedro Casaldáliga, D. José Maria Pires, na estreita faixa que restava à fala da Igreja. Se não se podia fazê-los calar, procurava-se impedir o acesso dos ouvintes, intimidando-os como foi feito nas cerimônias fúnebres na Sé de São Paulo em memória do estudante Alexandre Vannucci Leme, em 27 de março de 1973 (95), e do jornalista Vladimir Herzog, em 31 de outubro de 1975. (96)

Em ambas as ocasiões a igreja esteve sitiada por força policial, que no segundo caso, instalou controles de passagem nas principais avenidas de São Paulo e revistou todos os carros que naquele dia saiam do Campus Universitário da USP. (97). Na missa pelo estudante, D. Evaristo, no fim de sua fala, menciona a presença de agentes policiais no interior da igreja e aconselha aos seus ouvintes *que saiam de braços dados, em grupos de quatro ou cinco para evitar qualquer problema aí fora*. Em ambas as ocasiões, o tema da pregação seria o mesmo: Deus é o senhor da vida e só a Ele cabe decidir sua duração. Mas o desenvolvimento da argumentação e a forma dos discursos apresentam alguma diferença, em razão de sua adaptação ao caso específico e ao tipo de solenidade no qual

se insere cada um deles.

Em 1973, tratava-se de uma homilia da missa pela morte de um estudante católico cujo cadáver fora negado à família. O pregador fala a uma platéia predominantemente juvenil, e discorre sobre a responsabilidade coletiva pela vida de cada indivíduo, e sobre a dignidade do homem a ser preservada mesmo após a morte, aí se compreendendo o direito da família e amigos dar-lhe sepultamento condigno. (98)

Em 1975, o morto era um jornalista judeu. A Igreja de São Paulo lhe prestava homenagem não por ser membro de seu rebanho, mas pela igualdade de direitos e dignidade que reconhecia inerente à condição humana em si mesma, sem distinção de categoria. Não cabia a realização de uma missa, por impedimentos canônicos e respeito à confissão religiosa do morto e seus familiares. Realizou-se portanto uma cerimônia ecumênica em que pregaram, além do Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, o rabino Henry Sobel e o pastor presbiteriano Jaime Wright. A catedral de São Paulo realizava, em ato concreto, o espírito ecumênico anunciado pelo Concílio do Vaticano II, não sem causar mal estar entre os setores mais conservadores das três igrejas ali representadas. (99)

O Pastor Jaime Wright leu o *Salmo 23* e comenta:

Este salmo tem sido cantado por almas sofrendo as bofetadas da perseguição e enfrentando o desalento do solitário exílio. Os santos ao morrerem encontraram nesse salmo o suave travesseiro para seus últimos sonhos (100)

O rabino Henry Sobel:

(...) para Wladimir Herzog ser judeu significava ser brasileiro. Sou rabino. Mas, mais importante ainda, aqui estou porque um homem morreu. E como rabino não me preocupo apenas com os judeus, mas com todos os homens. Direitos humanos para todas as pessoas, de todos os credos, raças e cores, vivam elas no Brasil ou em qualquer outro país do mundo. (101)

Entre um e outro, discursou D. Paulo desenvolvendo três afirmações:

1) De fato, Deus é dono da vida. (...)

Desde as primeiras páginas da Bíblia Sagrada até a última, Deus faz questão de comunicar

constantemente aos homens que é maldito quem mancha as mãos com o sangue de seu irmão.

(...) A liberdade humana nos foi confiada como tarefa fundamental, para preservarmos, todos juntos, a vida de nosso irmão, pela qual somos responsáveis tanto individual como coletivamente.

(...)

2) Deus é também o Senhor da História. Ao longo de toda a experiência humana, incentivou Ele os homens a se unirem e a marcharem juntos para construir um mundo de paz, onde os pobres não fossem oprimidos e ninguém fosse opressor.

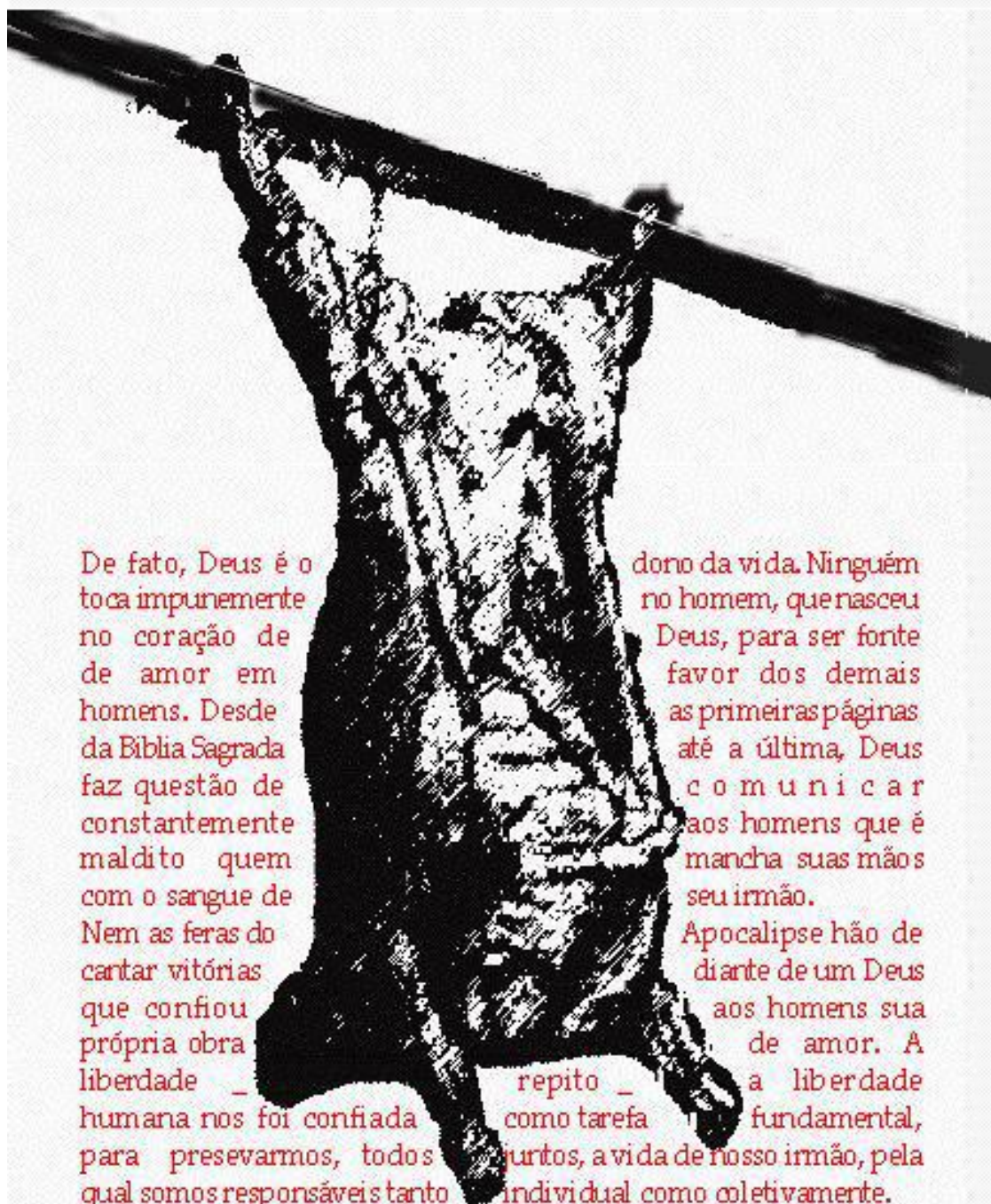
E no meio do Decálogo, aparece a ordem, como imperativo, inarredável, princípio universal, indiscutível: Não matarás. Quem matar se entregará a si próprio nas mãos do Senhor da História e não será apenas maldito na memória dos homens, mas também no julgamento de Deus.

(...)

3) Nosso Deus é um Deus de esperança. (...) Neste momento, o Deus da esperança nos conclama para a solidariedade e para a luta pacífica, mas persistente, crescente, corajosa, em favor de uma geração que terá como símbolos os filhos de Wladimir Herzog, sua esposa e sua mãe.

O Deus da vida, o Deus da História e o Deus da esperança coloca em nossas mãos a missão, exigente mas pacífica, oposta a qualquer arbitrariedade e a qualquer violência, no que temos em nós de divino e de mais humano. Construamos a Paz, na Justiça e na Verdade. (102)

O engajamento da Igreja na construção da Paz na Justiça e na Verdade, entretanto, teria que ir mais longe do que a denuncia da tortura e do assassinato. Na década de 1970, a expansão da fronteira agrícola, os incentivos fiscais e as facilidades de crédito para projetos agrícolas e pecuários agravaram consideravelmente as condições de vida dos pequenos agricultores; posseiros de terras até então inexploradas pelos proprietários ou arrendatários de pequenos sítios, agora tornados valiosos para a exploração intensiva em moldes empresariais.



De fato, Deus é o
toca impunemente
no coração de
de amor em
homens. Desde
da Bíblia Sagrada
faz questão de
constantemente
maldito quem
com o sangue de
Nem as feras do
cantar vitórias
que confiou
própria obra
liberdade _
humana nos foi confiada
para preservarmos, todos
qual somos responsáveis tanto

dono da vida. Ninguém
no homem, que nasceu
Deus, para ser fonte
favor dos demais
as primeiras páginas
até a última, Deus
c o m u n i c a r
aos homens que é
mancha suas mãos
seu irmão.
Apocalipse não de
diante de um Deus
aos homens sua
de amor. A
a liberdade
como tarefa fundamental,
furtos, a vida de nosso irmão, pela
individual como coletivamente.

D. Paulo Evaristo Arns. Culto Eumênico por Vladimir Herzog. 31 de outubro de 1975

D. José Maria Pires.

Na Paraíba, D. José Maria Pires, arcebispo de João Pessoa, escreveria uma série de cartas pastorais sobre o conflito entre as pequenas comunidades de lavradores e os proprietários de terras. Essas pastorais têm por características iniciarem-se quase sempre por um relato objetivo do fato ou situação que a motivou, trazendo a indicação precisa do número de famílias envolvidas na questão, e serem redigidas numa linguagem simples, direta, de modo a serem utilizadas como material de discussão nas comunidades rurais. Encerram-se, com uma única exceção, pela recomendação de que seja lidas na primeira missa e primeira reunião da Comunidade de Base após o seu recebimento. (103)

A quarta *Carta Pastoral*, de março de 1976, serve de exemplo das questões comuns às demais. O arcebispo a inicia por se dizer temeroso de que sobre os proprietários da Paraíba recaísse a ira de Deus como acontecera ao Rei Acab de Israel, que destruíra a vinha de Nabot para ampliar os jardins do palácio. Depois compara a narrativa bíblica ao está acontecendo em fazendas da Paraíba para, por fim, generalizar:

A política da SUDENE está sendo nociva à agricultura da Paraíba e é péssima à imagem dessa instituição diante do povo. Muitas lágrimas têm sido derramadas por causa da SUDENE. Muitas famílias ficaram desamparadas por causa da SUDENE. Para o povo em geral, a SUDENE é a proprietária de todas as terras que têm sua placa (...). Consta mesmo haver proprietários que, para se justificarem diante dois moradores, chegam a afirmar: 'Isso agora é da SUDENE; vocês têm que sair porque ela mandou plantar capim'. A SUDENE não é a proprietária, mas foi ela que financiou o proprietário e este pagou indenizações insignificantes, fez acordos muitas vezes iníquos, derrubou fruteiras, passou o trator em roças e lavouras, destruiu casas, expulsou o homem e introduziu o boi. 'A SUDENE colabora com esse empreendimento (!). (104)

D. José Maria Pires não temia fornecer argumentos aos seus opositores que, por ignorância da relativização do direito de propriedade expressa por Paulo VI na

Populorum Progressio, ou por má fé, o classificavam como comunista para descaracterizar sua ação pastoral. Assim diria na sua quinta *Carta Pastoral*, motivada pela questão judicial que se arrastava entre cerca de dez mil famílias que recentes compradores das terras tentavam despejar, negando-se a cumprir contratos do antigo proprietário:

A igreja da Paraíba tomou posição. Ela está do lado dos agricultores de Alagamar. E o faz por fidelidade ao Evangelho e por amor ao povo. (...) Sustentamos que a compra por dinheiro não pode ser a única nem a principal fonte do direito de propriedade. A necessidade e o trabalho são títulos mais nobres e mais legítimos. (...) Alega-se que o nosso Direito só reconhece como dono quem comprou. Só ele tem título legal. Mas é preciso reconhecer também que nem tudo que é legal é legítimo ou é mais legítimo. (105).

O arcebispo não teme nem mesmo admitir a semelhança entre seus princípios e os comunistas embora procure esclarecer aos seus diocesanos os pontos de contacto e as diferenças, entre a doutrina da igreja e a visão marxista.

Pode ser até que os comunistas cheguem a dizer coisas parecidas com essas. Pode ser. Eles também são pessoas humanas, podem aproximar-se do povo e não estão impedidos de ver a realidade que está aí. Mas o ponto de partida deles e o método de trabalho são muito diferentes dos nossos. O nosso ponto de partida é a fé em Jesus Cristo Salvador. (106)

D. Pedro Casaldáliga.

Conflitos de natureza semelhante aos da Paraíba ocorriam no território da Prelazia de São Félix do Araguaia entre os antigos ocupantes e as empresas nacionais e estrangeiras que se valendo dos incentivos fiscais e financiamentos públicos facilitados implantavam projetos de criação do gado bovino. A região permanecia sob intensa vigilância do exercito brasileiro que a utilizava nos programas de treinamento anti-guerrilha, e, rio abaixo, em Marabá, combatera guerrilheiros do PC do B.(107)

O bispo de São Felix do Araguaia era o espanhol D. Pedro Casaldáliga, padre claretiano, de espírito apaixonado e autor prolífico de poemas mais interessantes como manifestação de determinadas concepções ideológicas do que pelas qualidades intrinsecamente literárias. Sua radical condenação ao sistema capitalista expressa em entrevistas e nos livros *Tierra Nuestra, Libertad e Yo creo em la Justicia y em la Esperanza*, bem como nos textos das celebrações religiosas que conduziu, o puseram em evidência e sob a mira do governo militar que em diversas ocasiões tentou remove-lo do país. Tais tentativas, nunca formalizadas oficialmente, invariavelmente eram abortadas por prelados como D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo (SP.), D. Vicente Sherer, Arcebispo de Porto Alegre (RS.), D. Fernando Gomes, Arcebispo de Goiânia (Go.), D. Tomás Balduino, bispo de Goiás (Go) que em notas oficiais de suas dioceses ou entrevistas em jornais lembravam ser prerrogativa exclusiva do papa nomear ou remover bispos. (108)

Em 4 de maio de 1977, a ação pastoral de D. Pedro Casaldáliga torna-se de conhecimento público muito além dos limites de sua prelazia, das reuniões privadas da hierarquia eclesiástica e dos órgãos de segurança nacional, pela publicação no *Jornal do Brasil* do relatório encaminhado por D. Sigaud, Bispo de Diamantina (MG), ao Núncio Apostólico D. Carmine Rocco, como dossiê comprobatório das denúncias de infiltração comunista na igreja brasileira, que fizera anteriormente em entrevistas ao mesmo jornal e ao *O Estado de São Paulo*, quando também recomendara ao Governo Brasileiro tentar obter da Santa Sé a remoção de D. Pedro Casaldáliga do Brasil.(109)

Ao acusador causavam estranheza os processos de comunicação empregados por D. Pedro, entre os quais a montagem de um espetáculo teatral em que participaram um sacerdote, o próprio bispo e leigos da prelazia, no ato de inauguração da catedral de São Félix. O texto da peça escrita por D. Pedro caracteriza o sertanejo como um povo de retirantes sempre tocados pelos poderosos latifundiários ou empresários recém chegados à região, como se vê nessa cena em que entra *O Poderoso* com revólver à mão e

empurrando dois peões e uma moça:

Coro/homens _ Chegou a civilização!

Coro/mulheres - Chegou o progresso!

Coro/ todos _ Chegou a integração nacional!

Homem _ Chegou Inda, Ibra, o Inora, a Sudene, a Sudeco, a Sudam, o Proterra, o Poloamazônica .

Sertanejo _ e dez milhões de famílias brasileiras continuamos sem terra para viver.

Mulheres - Chegou a Spi, a Funai, o Parque, a Reserva, o Estatuto do Índio ...

Índio: e todos os índios do Brasil vamos morrendo despojados, cercados, desintegrados!

Sertanejo - Os poderosos cortaram de estradas a mata, queimaram a mata, despiram enlouquecidos a terra, cercaram de arame a terra, empestaram a terra de capim, carimbaram a terra com a bosta do boi...!

Índio - os poderosos riscaram a paz do céu com as asas de seus aviões, esfaquearam o corpo da terra com as lâminas de suas máquinas e envenenaram a terra-mãe com a doença mortal do lucro!

No final da representação entra um padre que, depois de pedir perdão ao povo pela cumplicidade da igreja com os poderosos no passado, tira a batina e diz:

Padre _ Isso é verdade... era de menos ...Tiramos a capa do orgulho e do poder ...e entramos na vida do povo e começamos a entrar na vida do povo!

E, mesmo continuando com as nossas fraquezas, como todos os humanos, descobrimos com nova fé que o Reino de Deus se constrói, agora, sobre a terra dos homens, para se viver, plenamente, um dia, lá no céu.

Largamos a aliança com os poderosos (joga a batina aos pés do Poderoso) e ganhamos a inimidade de tudo que é poder - o dinheiro, a polícia, as armas, e caímos na mesma luta e na mesma perseguição em que vocês, irmãos, viviam, dia a dia, século após século. (110)

Seguia-se então a celebração da fraternidade entre o padre e o povo, simulando-se a comunhão da hóstia e café servido em canecas.

A utilização do teatro pela igreja, como se sabe, já fora praticada pelos jesuítas no

Brasil no século XVI, e ainda subsiste em algumas igrejas da Espanha a representação de autos medievais. D. Pedro retomou certos aspectos dessa tradição, como por exemplo, que os personagens não tenham nome próprio e sejam identificados como tipos ou pela categoria social a que pertencem. Por outro lado, na encenação de inauguração da catedral de São Felix, não comparece qualquer personagem do imaginário religioso, como São Miguel, demônios, a virgem ou santos; comuns nos autos medievais ou jesuítas. Pelo contrário, nesse caso o espetáculo prendia-se estreitamente a situação concreta vivida pela platéia no seu cotidiano.

Tal incorporação de elementos da realidade cotidiana na representação - a caneca de café substituindo o cálice do vinho - reforça a mensagem de uma igreja inserida na comunidade que em outra ocasião mais solene, o ritual de sua sagração como bispo, D. Pedro Casaldáliga comunicou pela substituição do báculo e da mitra por um remoborduna indígena e um chapéu de palha comum da região. (111). A mesma intenção se pode perceber na substituição da epístola bíblica pela leitura da *Carta da Comunidade de Ribeirão Bonito, Cascalheira e redondezas aos cristãos* na missa de sétimo dia do Pe. Penido Bournier, assassinado na delegacia de Ribeirão Bonito quando em companhia de D. Pedro tentou suspender as torturas a que eram submetidas duas prisioneiras (112)

Igreja pela redemocratização

A polêmica suscitada pelas declarações de D. Sigaud, entre outros inconvenientes, contribuiu para desviar a atenção da opinião pública do pronunciamento da XV Assembléia Geral da CNBB, o documento intitulado *Exigências Cristãs de uma Ordem Política* fundamentado na premissa que A ordem política está sujeita à ordem moral. (§.5), portanto, é dever da igreja definir a ordem moral que oriente a ordem política.

O texto define o Estado de Direito e seus deveres:

16. É dever do Estado respeitar, defender e promover os direitos das pessoas, das famílias e das instituições.

(...)

17. (...) Um Estado de direito se caracteriza, pois, por uma situação jurídica estável, na qual as pessoas, as famílias e as instituições gozam de seus direitos, e tem possibilidades concretas e garantias jurídicas eficazes para defendê-los e reivindicá-los legalmente. (113)

Mas acusa que o estado se afasta da realização do bem comum quando as decisões são tomadas em função dos interesses de classes ou grupos, resultando disso a marginalização dos demais:

23. A marginalização manifesta-se através de situações que favorecem aos beneficiários privilegiados do despojamento, da paciência e da miséria dos outros. Ser marginalizado é ser mantido fora, à margem; é receber um salário injusto, e ser privado de instrução, de atendimento médico, de crédito; é passar fome, é habitar em barracos sórdidos, é ser privado da terra por estruturas agrárias inadequadas e injustas. Ser marginalizado é, sobretudo, não poder libertar-se destas situações. Ser marginalizado é não poder participar livremente do processo de criatividade que forja a cultura original de um povo. Ser marginalizado é não dispor de representatividade eficaz, para fazer chegar aos centros decisórios as próprias necessidades e aspirações; é ser contemplado, não como sujeito de direitos, mas como objeto de favores outorgados na medida necessária à redução das reivindicações, é ser manipulado pela propaganda. Ser marginalizado é não ter possibilidade de participar é ser privado do reconhecimento da dignidade que Deus conferiu ao homem.

O contrário de marginalização é participação. O direito de participação de todos a coletividade vem reivindicado com clareza:

29. A participação, embora diversificada, não pode ser discriminatória, aberta sem restrições a certos grupos e categorias sociais e limitada para outras categorias, como por exemplo, as dos estudantes, intelectuais, artistas, operários, lavradores e líderes populares.

Em seguida, os bispos dedicam toda uma secção do documento à reflexão sobre

as relações entre liberdade, segurança e desenvolvimento e de antemão desautorizam qualquer restrição ao direito de participação em nome da segurança nacional ou do estado. Afirmam:

36. A segurança não deve ser o privilégio de sistemas, classes e partidos; é uma responsabilidade do Estado a serviço de todos. Por isso não pode sacrificar direitos fundamentais para garantir interesses particulares.

37. A segurança, como bem de uma Nação, é incompatível com uma permanente insegurança do povo. Esta se configura em medidas arbitrárias de repressão, sem possibilidades de defesa, em internamentos compulsórios, em desaparecimentos inexplicáveis, em processos e inquéritos aviltantes, em atos de violência praticados pela valentia fácil do terrorismo clandestino e numa impunidade freqüente e quase total.

Um segundo argumento era usado então para justificar a restrição a participação coletiva nas grandes decisões nacionais: A urgência da atuação do estado na promoção do desenvolvimento econômico e o caráter técnico das ações a serem empreendidas. Contra este tipo de argumento, proclama a CNBB:

43. O desenvolvimento que responde às exigências do bem comum é o desenvolvimento integral, não apenas econômico, mas social, cultural e religioso. (...) O crescimento econômico a qualquer preço determina a concentração da renda em áreas geográficas limitadas e em estratos restritos da população, gerando assim, dentro da mesma Nação, contrastes de riqueza e de miséria que são por si próprios uma afronta à justiça e à eqüidade.

47. (...) Um povo se desenvolve quando cresce em liberdade e em participação, quando tem seus direitos respeitados ou ao menos dispõe de recursos primários de defesa, como os expressos no "habeas corpus", quando dispõe de sistemas que disciplinam e asseguram mecanismos de controle à ascendência do Executivo, quando pode contar com o respeito à representação das comunidades intermédias e ao direito de auto-organização das instituições sociais, como os partidos, os sindicatos e as universidades; quando seu direito à informação e à circulação das idéias não é limitado por formas arbitrárias de censura; quando pode escolher com liberdade

aqueles aos quais delegue o exercício da autoridade. (113)

Considerando-se o contexto e a data em que foi publicado, *Exigências Cristãs de Uma Ordem Política* era uma decisiva contestação à situação vigente no país. No entanto, se examinado nas características internas do seu texto, entre eles; o encadeamento lógico de suas premissas e conclusões, a molde atemporal dos seus enunciados, a ausência de qualquer referência a acontecimento particular ou instituições; o documento se apresenta como texto teórico, de reflexão e exposição de princípios morais e filosóficos, mais do que um documento de denúncia ou protesto ligado especificamente a acontecimentos da hora.

Talvez por isso não tenha tido o mesmo impacto e a mesma exploração sensacionalista dadas pelos jornais à *Comunicação Pastoral ao Povo de Deus* (114), na qual três meses antes a comissão representativa da CNBB relata e analisa a série de atos de violência praticados contra membros da igreja progressistas e outras instituições tais como; a morte do padre Rodolfo Lubenkein e dos índios Simão e Aloísio no assalto por fazendeiros e capangas à Missão Salesiana de Merrure, no Mato Grosso; o seqüestro de D. Adriano Hypólito, Bispo de Nova Iguaçu (RJ); a morte do padre João Bosco Burnier alvejado por policial da Delegacia de Ribeirão Bonito (MT); e os atentados a bomba contra a Ordem dos Advogados do Brasil e à Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, ao CEBRAP em São Paulo, e a sede da Auditoria Militar de Porto Alegre. Após o relato sucinto desses fatos aponta alguns dos fatores que gerariam tal onda de violência, entre os quais;

Os pobres sem justiça.

São os pobres, os indefesos que enchem as cadeias, as delegacias, onde as torturas são freqüentes em vítimas que ai se encontram sob a acusação de não trazerem documentos de identidade ou presos durante o “arrastão” das batidas policiais. Somente pobres são acusados e presos por vadiagem

Para os poderosos, a situação é bem diferente. Há criminosos que não são punidos, porque

protegidos pelo poder do dinheiro, pelo prestígio e pela influência na sociedade que acoberta e, portanto, é cúmplice deste tipo de injustiça.

Esse duplo tratamento parece sugerir que, em nossa sociedade, só, ou acima de tudo, o dinheiro e não o ser gente é fonte de direito.

O segundo fator de geração da violência seria a impunidade dos policiais criminosos; o terceiro, a má distribuição da terra que

(...) se acentuou, porém, nos últimos anos com resultado da política de incentivos fiscais às grandes empresas agropecuárias. Como resultado negativo além da desenfreada especulação imobiliária levada ao interior do país, surgem as grandes empresas que, aparelhadas com recursos jurídicos e financeiros, acabam com os pequenos proprietários, expulsando os indígenas e posseiros de suas terras. (...)

Quando resistem dão margem aos conflitos que se multiplicam, especialmente nas regiões amazônica e matogrossenses.

Outros demandam às (sic) cidades mais próximas, provocando a vasta migração interna, que termina por “inchar” as grandes cidades onde têm de se alojar em casebres miseráveis, levando vida desumana, até que sejam varridos para mais longe, quando as áreas, nas quais se instalaram, passam a ser de interesse para a especulação imobiliária ou para a implantação de grandes projetos de urbanização.

A lenta demarcação das reservas indígenas e a exploração dos recursos naturais da região são outros fatores apontados como causa da violência. Assim como a ideologia da Segurança Nacional colocada acima da segurança individual.

A quarta e última seção desse documento procura deduzir princípios de ação pastoral; e conclui, conjugando o sentido extraído dos fatos e afirmações metafísicas:

A Igreja reconhece que em todos os campos agem tanto as forças do mal como as do bem e, portanto não discrimina nenhum grupo social quando trata de distribuir a todos os meios da salvação, mas não pode ficar indiferente ao sofrimento dos humildes. Daí o seu dever de tomar a sua defesa numa ação pacífica, paciente e permanente. (114)

A Comunicação Pastoral ao Povo de Deus data de outubro de 1976 e Exigências Cristãs da Ordem Política, de fevereiro de 1977. São, pois, produtos do mesmo momento histórico, mas como se terá observado nos trechos de ambos acima reproduzidos, o segundo é como que um amadurecimento do primeiro, a transposição da reflexão do plano factual para o plano conceitual.

A Igreja depois da anistia.

Em 13 de outubro de 1978, a evolução dos acontecimentos políticos no Brasil resultou na aprovação de emenda constitucional que revogava o AI-5 a partir de 1º de janeiro de 1979. Em outubro de 1979 foi aprovada a Lei de Anistia e em dezembro, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos que extingue o bi-partidarismo obrigatório instituído em 1964.

Em 16 de outubro de 1978, João Paulo II foi eleito, após a morte de Paulo VI e de seu sucessor João Paulo I. Em 1980, o papa João Paulo II visitou o Brasil, e pronunciou uma série de discursos, nos quais abordaria a questão do operariado industrial em São Paulo, e as questões dos trabalhadores do homem do campo no Recife, dentro dos limites convenientes a um chefe de estado em visita a outro país. Em Belo Horizonte, se dirigiria aos jovens, em Salvador louvaria o pluralismo cultural brasileiro e no Rio de Janeiro discursava tendo por tema a família e as ameaças que a ela decorriam de uma legislação permissiva, talvez se referindo ao divórcio e às técnicas de controle de natalidade, mas sem mencioná-las explicitamente. (115)

A eleição de João Paulo II sinalizava entretanto, a retomada do controle mais efetivo dos organismos centrais sobre a atuação das igrejas locais e das conferências nacionais do episcopado, assim como de uma tendência a uma orientação mais marcadamente espiritualista do que sócio-política, em comparação aos tempos de Paulo VI. (116)

Alguns fatos são indicadores dos novos rumos que tomava a igreja a partir do Vaticano:

a) a desaprovação da Teologia da Libertação, pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, em março de 1984, impondo silêncio ao franciscano Leonardo Boff, simultaneamente desligando-o da cátedra de Teologia que lecionava e da função de redator da Revista Eclesiástica Brasileira, publicação da Editora Vozes de Petrópolis (117);

b) a subdivisão da Arquidiocese de São Paulo em cinco dioceses autônomas, retirando cerca de sete milhões de diocesanos e 178 padres da orientação do Cardeal D. Paulo Evaristo Arns (118);

c) a designação de bispos mais conservadores para as novas dioceses que se foram criando ou no preenchimento dos postos que ficavam vagos por renúncia dos bispos que completavam 75 anos de idade (119).

Assim, os setores progressistas da igreja perdiam terreno dentro da CNBB, e os partidos e organizações civis, então com maior grau de liberdade de expressão, a substituiriam na reivindicação por justiça e liberdades democráticas.

Movimento de Renovação Carismática Católica (RCC)

A inflexão de rumos da igreja da igreja brasileira, e latino-americana, se manifestou também pela implantação e desenvolvimento do Movimento de Renovação Carismática Católica (RCC), cujo objetivo declarado é renovar a igreja na promoção de retiros de estudo, oração e meditação à semelhança das práticas das igrejas pentecostais. (120)

Os cultos de Renovação Carismática chegaram ao Brasil no início dos anos 70, trazidos por padres jesuítas norte-americanos que promoveram em Campinas (SP) os primeiros retiros espirituais para padres e freiras de outros estados do Brasil, os quais

ao voltarem para suas dioceses animavam grupos de oração, difundiam os métodos, ampliando o número de adeptos do movimento. (121)

Em 2002, o RCC já congrega cerca de 40 mil grupos de oração no território nacional. Curiosamente os participantes desses grupos negam constituírem em movimento embora tenham objetivo definido e estabeleçam metas tais como a de se fazerem presentes em ao menos noventa e cinco por cento das paróquias brasileiras, além de contarem com uma estrutura burocrática que organiza encontros regionais e nacionais, promovem feiras anuais de serviços e artigos religiosos.

Os métodos de oração dos grupos da Renovação Carismática, com a exteriorização eloqüente do sentimento religioso, a crença na manifestação dos dons do Espírito Santo por intermédio dos participantes, e o sentimento de estar inserido numa comunidade de fé entusiasmada, têm contribuído para a reconquista de católicos que aderiam a outras religiões como espiritismo, umbanda, igrejas evangélicas e pentecostais, à procura de práticas religiosas que possibilitam vivenciar o sobrenatural, o milagre, o transe, enfim, uma série de fenômenos que o catolicismo institucional, não estimula e põe sob investigação antes de admitir a eventual ocorrência (122).

Os grupos da Renovação Carismática (RCC) diferenciam-se pois dos grupos animados sob a égide da Teologia de Libertação, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), por insistirem no caráter intimista e individual da experiência religiosa, e na submissão resoluta do fiel à manifestação do Espírito Santo, como caminho de salvação pessoal; enquanto as CEB, sem descurar da oração, dão especial atenção aos fatos e contingência da vida coletiva vistos como os indícios dos planos divinos cuja realização exigiria a participação do homem como colaborador.

No entanto, tanto as CEB como os Grupos de RCC, representam um outro espaço aberto à pregação pelos impulsos renovadores do Concílio do Vaticano II. Em ambos, a doutrina da igreja se transmite em reuniões cujos participantes são na maioria membros permanentes de determinado grupo e podem se realizar em outros locais que não o

corpo do templo, tais como sacristias, salões paroquiais, centros comunitários ou mesmo a residência de algum dos membros do grupo. Também têm em comum a participação ativa do leigo na interpretação da mensagem religiosa, diferentemente do antigo sermão em que cabia apenas ao pregador autorizado falar em nome da igreja.

Os métodos de evangelização também têm sido renovados por meio de uma nova geração de padres que se apropriou das modernas técnicas e meios de comunicação de massas, da televisão ao site na Internet, passando pelo CD e os recursos tecnológicos de produção de megashows.

O púlpito eletrônico.

Na verdade, a Igreja já usa os recursos eletrônicos de comunicação desde os anos 50 quando começaram a operar as primeiras estações de rádio sob sua administração. Nas emissoras comerciais D Hélder, por exemplo, manteve, em 1980, o programa radiofônico *Um Olhar sobre a cidade* de grande audiência na Rádio Olinda, em que lia suas crônicas marcadas por uma contemplação lírica do cotidiano, numa linguagem simples acessível ao público, dirigido especialmente os pobres habitantes dos morros e alagados de sua diocese. A Arquidiocese do Rio de Janeiro manteve durante anos *A Voz do Pastor*, programa radiofônico pelo qual se comunicaram os cardeais Jaime Câmara e Eugênio Sales.

A novidade entretanto é a adequação da nova geração as técnicas modernas de marketing, conjugando o uso da música popular introduzida na liturgia desde o Concílio do Vaticano II, com a freqüentação de programas de auditório e transformando a missa em celebração festiva com cânticos acompanhados por guitarras elétricas e com movimentos corporais comandados pelo celebrante, assim como o fazem os grupos de Axé-music e os instrutores de ginástica das academias.

Se a princípio essas práticas causaram algum escândalo entre os católicos mais

conservadores, esse rapidamente foi desfeito pela constatação de uma postura moral também conservadora e pela afirmação de fidelidade à hierarquia declarada reiteradamente pelo mais bem sucedido desses padres-astros, o Padre Marcelo Rossi (123), e pelo testemunho entusiasmado de D. Fernando de Figueiredo, bispo de Santo Amaro (SP), diocese onde aquele padre atua e à qual revertem os benefícios financeiros da vendagem dos discos, que duplicou o número de paróquias, de trinta e oito para sessenta e oito, e cujo número de seminaristas cresceu de cinco para cento e quinze desde que o padre Marcelo iniciou seu ministério (124).

As composições do padre Marcelo Rossi, tratam de temas como amor no casamento, violência, insônia e mau humor, em baladas, blues e animadas canções próprias para acompanhar os movimentos da “aeróbica da Fé”, termo cunhado pelo padre para designar os movimentos que a platéia executa sob seu comando. Têm harmonia simples e melodias curtas, tão facilmente memorizáveis quanto os versos, como exemplifica a canção *Anjos de Deus*:

Se acontecer um barulho perto de você
É um anjo chegando para receber
Suas orações e levá-las a Deus
Então abra o coração
Comece a louvar
Sinta o gozo do céu se derramar no altar
Que um anjo já vem com a bênção nas mãos
Tem anjos voando neste lugar
No meio do povo e em cima do altar (...) (125)

Alguns dados numéricos indicam a eficácia de seus métodos: A missa dominical que ele celebra no Santuário do Terço Bizantino, um galpão industrial de vinte mil metros quadrados de área, atrai em média sessenta mil fieis, quinze mil hóstias são dadas em comunhão (126). No dia 10 de novembro de 1999, o padre Marcelo Rossi

celebrou missa para uma platéia estimada em 600 mil fiéis. Talvez haja exagero nos números noticiados pela imprensa, mas certamente terá sido numerosa a multidão que compareceu se considerarmos que o culto foi realizado sobre um palco de doze metros de altura, ao qual compareceram também os astros Roberto Carlos, Agnaldo Rayol, Sérgio Reis e as duplas Sandy & Júnior e Chitãozinho e Chororó, tendo sido instalado para conveniência do público, um sistema de som de 150 mil Watts de potência e dois telões de alta-definição (127). Segundo a mesma fonte, a missa do dia 31 maio de 1998, que foi transmitida pela TV Globo durante o programa dominical do Faustão teve novecentos e cinqüenta mil telespectadores no Rio de Janeiro e a presença do padre Marcelo, em 25 de outubro do mesmo ano no programa Domingo Legal, do Gugu Liberato no SBT teria elevado a audiência do programa a dois milhões e meio de telespectadores em São Paulo (128).

O padre Marcelo Rossi, ordenado em 1994, é sem dúvida o mais visível desses padres a incorporarem os recursos tecnológicos mais recentes à pregação, mas não é o único. O Pe. Zeca, da Arquidiocese do Rio de Janeiro dirige sua pregação aos jovens cariocas por meio da música pop e de uma linguagem a qual incorpora a gíria do seu público como o exemplifica o CD gravado ao vivo na praia de Ipanema, *Deus é Dez..* O padre Antonio Maria gravou ao vivo no Ginásio da Portuguesa de Desportos, o CD *Festa da Fé*, enquanto a Irmã Inês, freira da Comunidade da Copiosa Redenção em Ponta Grossa, Paraná, que se dedica ao trabalho de recuperação de viciados em drogas, compôs, gravou e vendeu dez mil cópias do *RAP da Copiosa*; número quase insignificante se comparado ao total dos discos vendidos do Padre Marcelo Rossi, estimado em mais de cinco milhões de cópias (129)

O decano dessa galeria de padres cantores/compositores é padre Zezinho (José Fernandes de Oliveira), da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, que começou a utilizar a música popular como forma de pregação em 1964. Já gravou mais de 98 discos, promoveu inúmeros shows com frequência média entre 15 a 40 mil pessoas. Sua

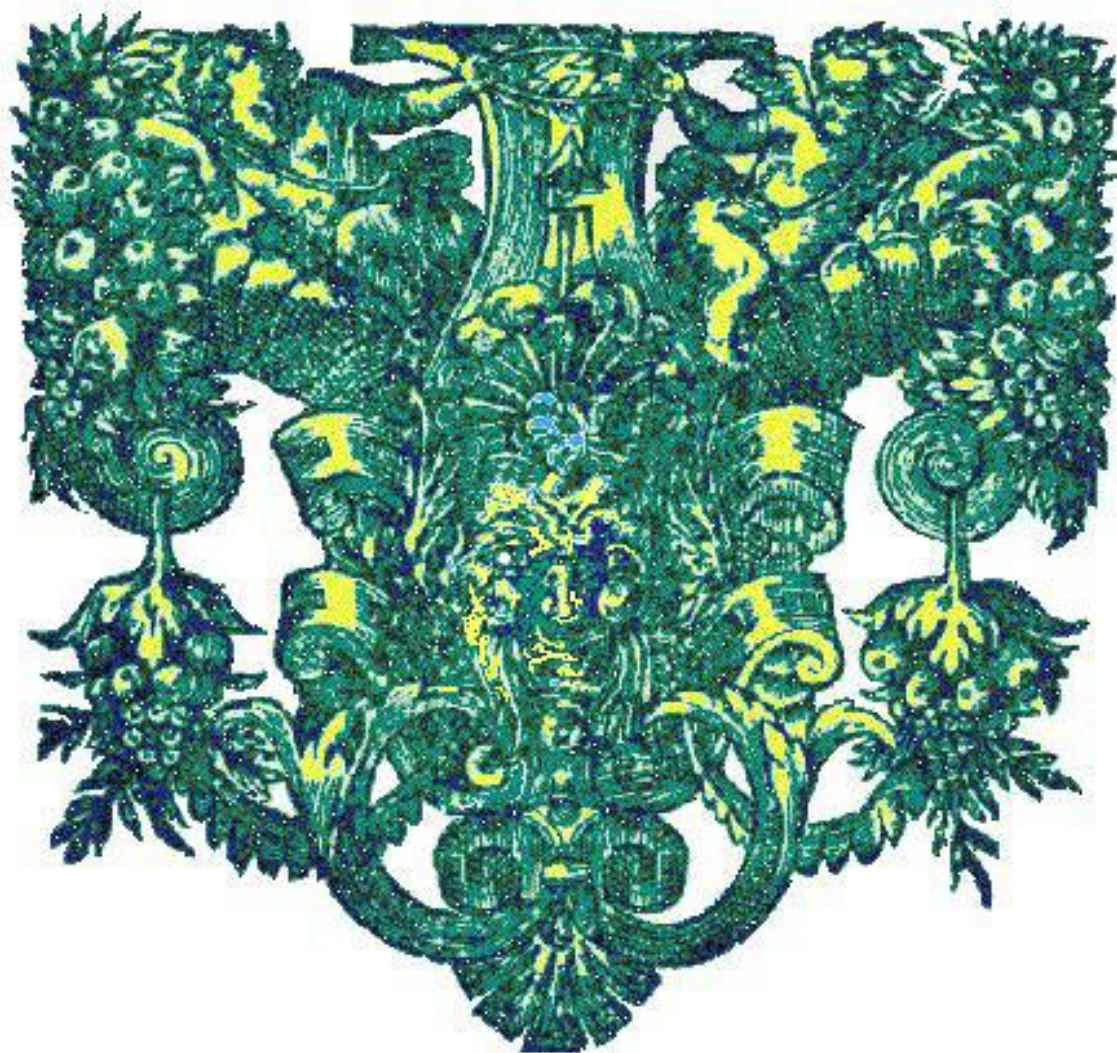
produção musical é paralelamente acompanhada por uma prolífica produção escrita publicada em artigos de revistas e em livros. O texto de sua canção *Ilumina, ilumina*, apenas ilustra muito parcialmente toda essa obra:

Minha prece de pai é que meus filhos sejam felizes
Minha prece de mãe é que meus filhos vivam em paz
que eles achem os seus caminhos
amem e sejam amados
vivam iluminados

nossa prece de filhos é prece de quem agradece
nossa prece é de filhos que sentem orgulho dos pais
que eles trilhem os teus caminhos
louvem e sejam louvados
sejam recompensados

ilumina ilumina
nossos pais nossos filhos e filhas
ilumina ilumina
cada passo de nossas famílias. (...) (130)

Vê-se, pois hoje, a Igreja a conviver com as formas da indústria cultural e do espetáculo próprias da cultura pós-moderna; o CD, a Internet e o palco dos mega-shows; como conviveu outrora com a oratória, com a literatura e o jornalismo.



Capítulo 1- Definição do objeto de estudo.

- 1 - VILAS-BOAS, Manuel do Cenáculo. *Memórias históricas do ministério do púlpito, por um religioso da Ordem Terceira de S. Francisco*. Lisboa: Regia Oficina Tipográfica, 1776.
- 2 - GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. *O púlpito no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Instituto dos Bacharéis em Letras, 1867.
- 3 - Estranha desatenção se considerarmos a trama de relações espaciais e litúrgicas que se estabelecem entre o altar, o púlpito e o corpo da nave; entre o celebrante, o pregador e a comunidade de fieis, durante a celebração das cerimônias para as quais se construíram aqueles edifícios.
- 4 - Em realidade, o número de púlpitos identificados nesta pesquisa, ultrapassa os oitocentos e sessenta e seis registros mencionados visto que 180 desses referem-se a dois exemplares semelhantes instalados simetricamente em relação ao eixo longitudinal dos templos, como se pode verificar nos quadros classificatórios dos púlpitos luso-brasileiros, que constituem o Apêndice I desta tese.

Capítulo 2 - O Púlpito (objeto verbal).

2. I - Metrópole e Colônia.

- 1 - VASCONCELOS, Simão. *Crônica da Companhia de Jesus*. Terceira edição. Petrópolis: Vozes, 1977.

E advirto aqui, que nas cousas particulares deste nosso primeiro pai da Província [o Pe. Nóbrega], e seus companheiros, seguirei com principal cuidado uns apontamentos, que em meu poder tenho, do venerável Padre José de Anchieta, escritos de sua própria mão, e letra: volume pequeno de corpo, porque é só de quatro cadernos; mas na substância grande, porque contém notícias de cousas muito grandes. [VASCONCELOS, Simão. *Op.Cit.*, p.173.]

- 2 - PAULO III, *Bula de 9 de Junho de 1537*. Apud. VASCONCELOS, Simão. *Crônica da Companhia de Jesus*. Terceira edição. Petrópolis: Vozes, 1977, p.117

(...) com autoridade Apostólica, pelo teor das presentes determinamos, e declaramos, que os ditos índios, e todas as demais gentes que daqui em diante vierem à notícia dos Cristãos, ainda que estejam fora da Fé de Cristo, não estão privados, nem devem sê-lo, de sua liberdade, nem do domínio de seus bens, e que não devem ser reduzidos à servidão. Declarando que os ditos índios, e as demais gentes não de ser atraídas, e convidadas à dita Fé de Cristo, com a pregação da palavra divina, e com o exemplo de boa vida. E tudo que em contrário desta determinação se fizer, seja em si de nenhum valor, nem firmeza; não obstante quaisquer cousas em contrário, nem as sobreditas, nem outras, em qualquer maneira. Dada em Roma, no ano de 1537 aos 9 de junho, no ano terceiro do nosso Pontificado. [PAULO III. *Op.cit.*, p.117.]

- 3 - GOMES, Eugênio. *Viera: Sermões*. Rio de Janeiro: Agir, 1968, p.4.
- 4 - VASCONCELOS, Simão. *Crônica da Companhia de Jesus*. Terceira edição. Petrópolis: Vozes, 1977, p.195-196.

- 5 - VASCONCELOS, Simão. *Crônica da Companhia de Jesus*. Terceira edição. Petrópolis: Vozes, 1977. P. 221.
Descrevendo as atividades do Padre João Aspiculeta Navarro, nas aldeias, diz o Pe, Simão de Vasconcelos:

Ia esperá-los sobre a tarde, a tempo que vinham carregados com suas caças; dava-lhes as boas-vindas, e os parabéns do sucesso aos que tiveram boa dita. Dizia-lhes, que descansassem, e ceassem muito embora com suas famílias: e quando já estavam descansados, e satisfeitos, em começando a noite a desenrolar seu manto, começava ele a despregar a torrente de sua eloquência, levantando a voz, e pregando-lhes os mistérios da fé, andando em roda deles, batendo o pé, espalmado mãos, fazendo as mesmas pausas, quebras, e espantos costumados entre seus pregadores, para mais os agradar e persuadir. Arrebatavam-se de sua grande eloquência, e da destreza de sua língua, convenciam-se, domesticavam-se, e adestravam-se desta maneira facilmente para o batismo, que recebiam quase aos centos. [VASCONCELOS, Simão. Op.cit., p.221.]

- 6 - NÓBREGA, Manuel da. Diálogo da Conversão do Gentio. In: DOURADO, Mecenas. *Ensaio crítico e transcrição integral do Diálogo da conversão do gentio do Pe. Manuel da Nóbrega*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s.d., p. 181-216.

O diálogo é obviamente uma construção literária do Pe. Manuel de Nóbrega, os interlocutores porém recebem o nome de membros da Companhia de Jesus que de fato viveram no Brasil. Gonçalo Álvares era “língua”, isto é, era capaz de falar em língua indígena servindo de intérprete entre os padres e o grupo tribal ao qual pregavam nas aldeias do atual estado do Espírito Santo.

- 7 - NÓBREGA, Manuel da. Op.cit., p.208-9.

- 8 - Ibidem, p.210-11.

- 9 - Em 24 de agosto de 1554, o Pe. Nóbrega envia os irmãos Pedro Correa, João de Sousa e Fabiano para pacificar tupis e carijós em guerra entre si, na região de Cananéia. Assim relata Pe. Simão de Vasconcelos:

(...) Chegados ao porto principal dos Tupis (era então o que hoje chamam Cananéia, e donde se arreceavam os castelhanos) entrou pregando àquela gente, e com sua graça e eloquência cativou o ânimo de todos, fez officio de Anjo da Paz, prometeram de não fazer mal aos espanhóis, e assim o cumpriram à risca. (...) e o que é espanto, que chegaram a entregar-lhes os cativos, que tinham já em cordas, como a engordar para pasto; primor mais raro a que podem chegar.

(...) Chegou o irmão Correa, depois de largos e ásperos caminhos, à terra dos Carijós: e como era tão conhecido seu nome, graça, e eloquência, ouviram de boa vontade seus sermões, e vieram em tudo o que pedia, assim das pazes com os tupis, como do receber a doutrina da fé; com tal facilidade, que disse o mesmo irmão a um português que ali se achou que nunca vira índios tão dispostos. [VASCONCELOS, Simão. *Crônica da Companhia de Jesus*. Terceira edição. Petrópolis: Vozes, 1977, v.1, p. 263-4.]

- 10 - VASCONCELOS, Simão. *Crônica da Companhia de Jesus*. Terceira edição. Petrópolis: Vozes, 1977. , v.2, p.42.

- 11 - BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

A transposição para o Novo Mundo de padrões de comportamento e linguagem deu resultados díspares. À primeira vista, a cultura letrada parece repetir, sem alternativa, o modelo europeu; mas, posta em situação, em face do índio, ela é estimulada, para não dizer constringida, a inventar. Que o primeiro aculturador dê exemplo: Anchieta compõe em latim clássico o seu poema à Virgem Maria quando, refém dos tamoios na praia de Iperoígue, sente necessidade de purificar-se. O mesmo Anchieta aprende o tupi e faz cantar e rezar nessa língua os anjos e santos do catolicismo medieval nos autos que encena com os curumins. Uma antiga forma literária, a epopéia, nobilitada pela Renascença italiana, molda conteúdos de uma situação colonial, no primeiro caso. No segundo, porém, o jesuíta aguilhado pelas urgências da missão precisou mudar

de código, não por motivos de mensagem mas de destinatário. O novo público e, mais do que público, participante de um novo e singular teatro, requer uma linguagem que não pode absolutamente ser a do colonizador.

E há mais: Anchieta inventa um imaginário estranho sincrético, nem só católico, nem puramente tupi-guarani, quando forja figuras míticas chamadas *Karaibebé*, literalmente *profetas que voam*, nos quais o nativo identifica talvez os anunciadores da Terra sem Mal, e os cristãos reconheciam os anjos mensageiros alados da Bíblia. Ou *Tupansy*, mãe de Tupã, para dizer um atributo de Nossa Senhora. De mãos dadas caminhavam a cultura-reflexo e a cultura-criação. [BOSI, Alfredo. *Op.cit.*, p.31.]

12 - CARDIM, Fernão. Informação da Missão do P. Christovão Gouvea às partes do Brasil - Anno de 83. In: *Tratados da terra e gente do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional / MEC., 1978., p.171-223.

Obs. Visitador era o padre designado pelo superior Geral da Companhia de Jesus para realizar visitas de inspeção aos estabelecimentos da ordem jesuíta nas colônias.

13 - CARDIM, Fernão. *Op.Cit.*

- entrada do visitador nas aldeias, p. 183, 176 e 204;
- prestação e renovação de votos religiosos, p.174 e 200.

14 - Procissões:

- em Salvador, [CARDIM, Fernão. *Op.Cit.*, p.174, 195-196, 202-203];
- no Rio de Janeiro, [CARDIM, Fernão. *Op.Cit.*, p.208-209];
- em Piratininga (SP), [CARDIM, Fernão. *Op.Cit.*, p.212];
- na aldeia do Espírito Santo, atual município de Abrantes (BA.), [CARDIM, Fernão. *Op.Cit.*, p.183, 195];
- "em aldeia a três léguas da atual vila do Espírito Santo", atual município de Vitória (ES.), [CARDIM, Fernão. *Op.Cit.*, p.204].

15 - CARDIM, Fernão. Informação da Missão do P. Christovão Gouvea às partes do Brasil - Anno de 83. In: *Tratados da terra e gente do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional / MEC., 1978, p.174.

16 - *Ibidem*, p.208-9.

17 - O trecho "De algumas janelas falaram à cidade, colégio, e uns anjos todos mui ricamente vestidos" parece truncado ou mal transcrito na edição que utilizei. Não me foi possível acesso ao documento original ou fac-símile do mesmo para confirmar a interpretação que faço dessa passagem.

Suponho que na nau iam personificações da Cidade e do Colégio e me apoio em outro trecho dessa mesma carta em que Fernão Cardim descreve a entrega pelo visitador ao Colégio da Bahia de uma relíquia das Onze Mil Virgens que trouxera, onde se lê:

A Sé, que era um estudante ricamente vestido, lhe fez uma fala de contentamento que tivera com sua vinda; a Cidade lhe entregou as chaves; as outras duas virgens, cuja cabeça já cá tinham, a receberam na porta de nossa igreja; alguns anjos as acompanharam, porque tudo foi a modo de diálogo. [CARDIM, Fernão. *Op.Cit.*, p.202-3.]

18 - CARDIM, Fernão. Informação da Missão do P. Christovão Gouvea às partes do Brasil - Anno de 83. In: *Tratados da terra e gente do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional / MEC., 1978., p.182.

19 - A procissão do enterro ainda se realiza anualmente em diversas cidades brasileiras e portuguesas, com especial aparato em São João del Rei (MG). Desenrola-se como um espetáculo operístico, ou melhor dizendo, como uma cantata ambulante em que se alternam coros e solistas vocais.

A cerimônia se inicia com a pregação do Sermão do Descendimento da Cruz ao fim do qual a imagem de Cristo morto é despregada da cruz por atores que representam José de Arimateia e Nicodemos enquanto três cantoras (ou meninos) representando Maria Madalena, Maria Salomé, e Maria Cléofas, entoam lamentos respondidos pelo coro sem acompanhamento orquestral. O Cristo morto é colocado em esquife e

conduzido em procissão seguida por personagens bíblicos em trajes característicos, pelas confrarias religiosas, clérigos e fieis até outra igreja onde será depositado em frente a uma imagem de Nossa Senhora da Soledade, isto é, a representação de Maria, mãe do Cristo, chorando a morte do filho com o coração transpassado de punhais. Um segundo sermão é então pronunciado; é o Sermão da Soledade de Nossa Senhora.

Antonio de São Luís, no *Mestre de cerimônias, que ensina o rito romano, e seráfico aos religiosos da Reformada e Real Província da Conceição no Reyno de Portugal, exposto em duas únicas classes para a utilidade também dos mais eclesiásticos que praticão os mesmos ritos*. [Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 1789, Lição LXX, §1025, p.306] diz que em algumas partes de Portugal a imagem de Cristo era substituída por uma hóstia consagrada na quinta-feira santa, mas diz ser preferível o uso da imagem para "nem se inverter a ordem dos ritos da Igreja, nem se desprezarem as determinações da Sagrada Congregação [dos Ritos] (...) [Apud. CASTAGNA, Paulo. A Procissão do Enterro. In: István Jancsó; Iris Kantor (Org.). *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Huicitec / EDUSP / Fapesp / Imprensa Oficial, 2001. v.2, p.831.]

O esquife é usualmente colocado em local que permite aos fieis desfilarem respeitosos frente ao "cadáver" e manifestarem condolências à sua mãe. Na semana-santa de 2002 presenciei o fim dessa cerimônia na Igreja de Santa Cecília, na capital paulista. A imagem do Cristo morto foi colocada na horizontal, sobre cavaletes, no transepto do templo. A imagem de Nossa Senhora da Soledade estava colocada sobre uma mesa a cerca de dois metros de distancia da cabeça do Cristo. Uma longa fila de fieis lentamente desfilava, cada um parava em frente ao Cristo, orava em voz baixa enquanto os demais pacientemente esperavam sua vez. Alguns ao saírem abraçavam a imagem de Nossa Senhora, passavam a mão sobre sua cabeça como que a consolando.

Sobre a procissão do enterro, ver:

CASTAGNA, Paulo. A Procissão do Enterro. In: Is van Juncos; Iris Kantor (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Huicitec/ EDUSP/Fapesp/Imprensa Oficial, 2001, v.2, p.831- 856.

20 - GONÇALVES, Antonio, Carta ao Padre Diego Míron, Lisboa. Porto Seguro, 15/2/1566. In: LEITE, Serafim. *Monumenta Brasiliae*. Roma: Monumenta Hitórica S.J. 1960, v.4, doc.31, p.316-18. Apud. CASTAGNA, Paulo. A Procissão do Enterro. In: István Jancsó; Iris Kantor (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Huicitec/EDUSP/Fapesp/ Imprensa Oficial, 2001. v.2, p.836.

21 - CARDIM, Fernão. Informação da Missão do P. Christovão Gouvea às partes do Brasil - Anno de 83. In: *Tratados da terra e gente do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional / MEC., 1978., p.195.
Obs.: Endoenças: cerimônia religiosa da quinta-feira santa.
Mandato: cerimônia do lava-pés.
"Paixão na língua", isto é, na língua indígena.

22 - CARDIM, Fernão. *Op. Cit.*, p.184.

As procissões do enterro hoje em dia já não incluem essas danças, mas ainda se podem ver participantes se ajoitarem em penitência naquelas que se realizam em algumas cidades de Goiás e do interior da Bahia. Em São João del Rei, o canto de apresentação da verônica constitui um dos pontos altos da solenidade; cantoras líricas de renome consagrado são convidadas para interpretá-lo a cada ano.

Obs.: o termo verônica (vero-icon = verdadeira imagem) designa a peça de pano em que teria ficado imprensa com sangue a face de Cristo quando uma mulher anônima enxugou o rosto, na subida do Calvário, segundo textos apócrifos.

23 - Frei Vicente do Salvador. *História do Brasil*. Apud MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira; Vol. I (1750-1794)*. São Paulo: Cultrix, / EDUSP, 1976. p.127-128.

- 24 - NÓBREGA, Manuel da. Padre. Carta ao padre Luis Gonçalves da Câmara, em 15 de junho de 1553. Apud MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira. Vol. I (1550- 1794)*. São Paulo: Cultrix, / EDUSP, 1976, p. 47.
Nesta terra está um João Ramalho. É o mais antigo dela e toda a sua vida e a dos seus filhos é conforme à [sic] dos índios e é uma ‘petra scandali’ para nós, porque a sua vida é principal estorvo para com a gentildade que temos, por ser ele muito conhecido e muito aparentado com os índios. Tem muitas mulheres. Ele e seus filhos andam com irmãs e têm filhos delas, tanto o pai como os filhos. Vão à guerra com os índios e as suas festas são de índios e assim vivem andando nus como os mesmos índios. [NÓBREGA, Manuel da, Pe. Apud MARTINS, Wilson. Op.Cit., p.47.]
- 25 - ANCHIETA, José de, Pe. Carta da Casa de São Paulo, em Piratininga, no ano de 1554. Apud THOMAZ, Joaquim. *Anchieta*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1954, p. 186. [Biblioteca do Exército, v. 193]
Obs.: Joaquim Tomaz não indica a fonte de sua citação.
- 26 - VASCONCELOS, Simão. *Crônica da Companhia de Jesus*. Terceira edição. Petrópolis: Vozes, 1977, v.1, p.231-2.
- 27 - *Ibidem*, v.1, p.261.
- 28 - CARDIM, Informação da Missão do P. Christovão Gouvea às partes do Brasil - Anno de 83. In: *Tratados da terra e gente do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional / MEC., 1978., p.199, 208 e 212.
- 29 - CARDIM, Fernão. Op.Cit., p.194.
- 30 - MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira. Vol. I (1550- 1794)*. São Paulo: Cultrix, / EDUSP, 1976.p.204.
- 31 - ANCHIETA, José. Sermão da Conversão de São Paulo. Apud MARTINS, Wilson. *Op.Cit.*, p.204-5.
O mesmo sermão pode ser encontrado integralmente em:
ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do padre José de Anchieta, s.j. (134-1597)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.
- 32 – SARAIVA, José Hermano. Os Cristãos Novos e a Inquisição. In: _____. (Dir.) *História de Portugal 1245-1640*. Lisboa: Alfa, 1983. , p.457-474.
[Datas e informações objetivas aqui mencionadas sobre a assimilação dos judeus na sociedade portuguesa do século XVI têm por fonte esse texto de José Hermano Saraiva.]
- 33 - GOIS, Damião. *Crônica d’El-Rei D. Manuel*. I parte, cap. 102. Apud SARAIVA, José Hermano. Os Cristãos Novos e a Inquisição. In: _____. (Dir.) *História de Portugal 1245-1640*. Lisboa: Alfa, 1983. p.462.
- 34 - GOIS, Damião. *Crônica d’El-Rei D. Manuel*. I parte, cap. 102. Apud SARAIVA, José Hermano. Os Cristãos Novos e a Inquisição. In: _____. (Dir.) *História de Portugal 1245-1640*. Lisboa: Alfa, 1983. p.462.
- 35 - SARAIVA, José Hermano. Os Cristãos Novos e a Inquisição. In: _____. (Dir.) *História de Portugal 1245-1640*. Lisboa: Alfa, 1983. p.464.
- 36 - A visão mais completa sobre o funcionamento da inquisição na idade moderna pode ser encontrada em:
BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições - Portugal, Espanha e Itália - Séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Não se instalaram tribunais da inquisição no território do Brasil, entretanto foram enviados visitantes, que após o recolhimento de confissões e denúncias encaminhavam ao tribunal de Lisboa, os réus indiciados. Bethencourt indica as datas destas visitas do Santo Ofício ao Brasil: 1591-5, 1618-20, e 1763-9, [BETHENCOURT, Francisco. Op.Cit., p. 215].

São estudos clássicos sobre a inquisição portuguesa:

AZEVEDO, João Lúcio de. *História dos cristãos-novos portugueses*. (1ª ed. 1921) . Lisboa: Livraria Clássica, 1975.

HERCULANO, Alexandre. *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. (1ª ed. 1854-59). Lisboa: Bertrand, 1975.

SARAIVA, Antonio José. *Inquisição e cristãos-novos*. Porto: Inova, 1969.

SARAIVA, Antonio José. *A inquisição portuguesa*. Lisboa: 1956.

NOVINSKY, Anita. *Cristãos-novos na Bahia: 1624-1654*. São Paulo: EDUSP / Perspectiva, 1972.

NOVINSKY, Anita; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Eds.). *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte*. São Paulo: EDUSP, 1992.

Sobre a atuação da inquisição e a presença de judeus e cristãos-novos no Brasil colônia, leia-se:

WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil colonial*. São Paulo: Pioneira / Edusp, 1960.

LIPINER, Elias. *Os Judaizantes nas capitânicas de cima. (Estudos sobre os cristãos-novos do Brasil nos séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue. Uma fraude genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

37 - MIGUEL, Antonio Dias. Século e meio de Cultura Portuguesa. In SARAIVA, José Hermano (Dir.) *História de Portugal 1245-1640*. Lisboa: Alfa, 1983, p.760.

38 - MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira. Vol. I (1550- 1794)*. São Paulo: Cultrix / EDUSP, 1976, p.23-24.

39 - MIGUEL, Antonio Dias. Século e meio de Cultura Portuguesa. In SARAIVA, José Hermano. *História de Portugal. 1245-1640*. Lisboa: Alfa, 1983, p.749-771.

Antonio Dias Miguel, às páginas 760-761 desse estudo, informa que apoiavam André Gouveia, o canonista Martinho Aspicleta Navarro (1492-1586) e o jurista Aires de Pinhal (1512-1562). Formavam o grupo contrário, além de Diogo de Gouveia, o bispo D. Baltasar Limpo (1478-1548) e os teólogos Francisco Ferreiro (1522-1581) e Jerónimo Azambuja (? - 1563). Diz ainda que em 1550 foram presos pela Inquisição os professores João da Costa, George Buchanam e Diogo de Teive, acusados de atividades heréticas por não guardarem jejuns, questionarem o culto dos santos e outras práticas semelhantes. Em 1551, Marcial de Gouveia, irmão de André, é acusado à inquisição por ter convivido com Erasmo de Rotterdam em Basiléia.

40 - MIGUEL, Antonio Dias. Século e meio de Cultura Portuguesa. In SARAIVA, José Hermano (Dir.) *História de Portugal 1245-1640*. Lisboa: Alfa, 1983, p.751.

41 - MARTINS, Wilson, *História da inteligência brasileira. Vol. I (1550-1794)*. São Paulo: Cultrix / EDUSP /Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976, p.26-27.

Wilson Martins cita algumas das regras do *Ratio Studiorum*, significativas do caráter conservador do ensino jesuítico em Coimbra, e nos colégios da colônia.

Os [professores de Filosofia] que forem inclinados a novidades ou demasiado livres nas suas opiniões deverão, sem hesitações, ser afastados do magistério.

O assunto das tragédias e comédias, que convém sejam raras e só em língua latina, deve ser sagrado e piedoso; nada deve haver nos entreatos que não seja em latim e conveniente; personagens e hábitos femininos são proibidos.

Livros que se devem dar aos estudantes. - Nas mãos dos estudantes de Teologia e Filosofia não se ponham todos os livros mas somente alguns, aconselhados pelos professores com o conhecimento do Reitor: a saber, além da Suma de Santo Tomás para os teólogos e de Aristóteles para os filósofos, um comentário para consulta particular. Todos os teólogos devem ter o Concílio Tridentino e um exemplar da Bíblia, cuja leitura lhes deve ser familiar. Consulte o Reitor se convém se lhes dê algum Santo Padre.

Evite-se a novidade de opiniões. - Ainda em assuntos que não apresentem perigo algum para a fé e piedade, ninguém introduza questões novas em matéria de certa importância, nem opiniões não

abonadas por nenhum autor idôneo, sem consultar os superiores; nem ensine coisa alguma contra os princípios fundamentais dos doutores e o sentir comum das escolas. Sigam todos de preferência os mestres aprovados e as doutrinas que, pela experiência dos anos, são mais adotadas nas escolas católicas.

(...) *Autores infensos ao Cristianismo*. - Sem muito critério não leia nem cite na aula os intérpretes de Aristóteles infensos ao Cristianismo; e procure que os alunos não lhes cobrem afeição. (...) A preleção grega de oradores, historiadores e poetas verse exclusivamente sobre autores antigos e clássicos. Demóstenes, Platão, Tucídes, Homero, Hesíodo, Píndaro e outros semelhantes (contanto que sejam expurgados), entre os quais, a bom direito, se devem incluir S. Gregório Nazianzeno, S. Basílio e S. Crisóstomo.

(...) Quanto às leituras, poderão explicar-se no primeiro semestre dos prosadores, as cartas mais importantes de Cícero aos parentes, a Ático, ao irmão Quinto; no segundo, o livro da Amizade, da Velhice, os Paradoxos e outros assim; dos poetas, no primeiro semestre, algumas elegias ou Epístolas de Ovídio, escolhidos e expurgados; no segundo, trechos, também escolhidos e expurgados, de Catulo, Tibulo, Propércio e das Éclogas de Virgílio, ou ainda, do mesmo Virgílio, os livros mais fáceis. [MARTINS, Wilson. Op.Cit., p.26-27.]

42 - BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições - Portugal, Espanha e Itália - Séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

O Regimento do Conselho Geral, elaborado ainda sob a administração do cardeal D. Henrique, em 1570, apresenta várias novidades: pela primeira vez é definida a estrutura geral desse organismo, (...) as visitas de livrarias e organização de catálogos de livros proibidos (...) [BETHENCOURT, Francisco. Ob.Cit., p.46.]

[livreiros e tipógrafos]

As visitas começaram em 1551, bastante cedo em relação à data de fundação da Inquisição portuguesa. Em 12 de agosto desse ano, o inquisidor de Lisboa frei Jerónimo de Azambuja, que tinha a responsabilidade de controlar os livros proibidos, chama os livreiros da cidade ao tribunal, ordenando-lhes que apresentem as listas de todos os livros que possuem, para facilitar o trabalho da próxima visita às livrarias _ essa intimação é assinada por onze livreiros. (...) A inspeção das livrarias é em seguida estendida às tipografias: em uma carta de 29 de abril de 1575, o cardeal ordena a visita anual das tipografias, justificada pela informação de existir uma prática regular de impressão de livros sem autorização, com o recurso à falsificação de marcas de tipógrafos e à indicação de falsos locais de edição. (...) A visita de 1606 é a mais documentada: (...) Os livros confiscados são sobretudo romances de cavalaria, livros de prognósticos ou de segredos da natureza, textos de Cervantes (o *Quijote*) ou de Lope de Vega, a *Celestina*, o *Orlando furioso*, o *Cancioneiro geral*, o *Cortegiano* e um livro de comentários de Erasmo, entre outros. [BETHENCOURT, Francisco. Ob.Cit., p.199- 200.]

[bibliotecas]

É preciso acrescentar que até sua extinção (salvo em um curto período, entre 1768 e 1794) a Inquisição portuguesa assegurou o exercício da censura prévia, partilhado com o Desembargo do Paço e as instâncias da Igreja.

(...) em um trabalho sobre a biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa, cujo acervo do século XVI provém, em grande medida, do Colégio de Évora, da Companhia de Jesus, pudemos constatar a relativa frequência das visitas ordenadas pela Inquisição, pois os revisores inscreviam nos próprios livros as datas de inspeção: nesse caso, 1566, 1573, 1574, 1575, 1625, 1626, 1629, e 1633. [BETHENCOURT, Francisco. Ob.Cit., p.201.]

[navios]

O último mecanismo de controle de livros, a visita aos navios, começa a ser posto em prática em Portugal por volta de 1550. Em uma carta de 21 de outubro, os inquisidores de Lisboa queixam-se de vários livreiros que teriam retirado os seus livros da alfândega da cidade sem autorização do comissário nomeado pelo inquisidor - geral _ e ameaçam os futuros prevaricadores com a excomunhão e uma pena de cinquenta cruzados. Em 1561 o cardeal d. Henrique publica um

regimento sobre a forma das visitas de navios estrangeiros. O visitador, acompanhado pelo solicitador e pelo notário, devia interrogar o capitão e os oficiais do navio sobre o eventual transporte de livros proibidos; em seguida, eles deviam recensear os clérigos recém chegados, ordenando-lhes que se apresentassem no tribunal; além disso, deviam fazer uma lista de todos os estrangeiros residentes na cidade e de todas as pessoas que os alojavam; os hospedeiros eram avisados da obrigação de denunciarem à Inquisição a posse de livros por seus hóspedes; por fim, os inquisidores deviam publicar um édito sobre os livros proibidos de três em três meses. [BETHENCOURT, Francisco. Ob. Cit., p.201]

- 43 - BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições - Portugal, Espanha e Itália - Séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

A criação, nos portos do Reino, de uma verdadeira rede de comissários com uma atividade regular é feita sobretudo a partir da década de 1580, quando os bispos das dioceses com portos de mar são abordados pelo inquisidor-geral no sentido de nomearem comissários responsáveis pela visita de navios (o rei, simultaneamente, escrevia aos juízes das alfândegas para apoiarem esse trabalho de inspeção).[BETHENCOURT, Francisco. Ob. Cit., p.202.]

- 44 - Nascido em Lisboa em 1608, morto no Brasil em 1694, o Padre Antonio Vieira domina o século inteiro e é ainda hoje unanimemente considerado o maior prosador que teve a língua portuguesa. Pregou internamente nos colégios da Companhia de Jesus e publicamente nas igrejas da Bahia, Pernambuco e Maranhão, aos colonos portugueses e a seus escravos negros ou índios, nos engenhos de açúcar; pregou ao rei e à nobreza portuguesa na Capela Real de Lisboa; na Universidade de Coimbra aos doutores, teólogos e estudantes; em Roma, aos cardeais na corte papal e ao círculo intelectual formado em torno da rainha Cristina da Suécia, recém convertida ao catolicismo e ali exilada. Foi conselheiro particular do rei D. João IV a serviço do qual realizou missões diplomáticas em França, Holanda, Inglaterra e Itália visando à consolidação da monarquia portuguesa restaurada após o domínio dos Felipes espanhóis.

As atitudes e pronunciamentos do padre Vieira em defesa de cristãos-novos exilados, pretendendo limitar a ação da inquisição portuguesa para atraí-los e ao capital de que dispunham como solução à grave crise econômica por que passava a nação, assim como a utilização de profecias bíblicas ou crenças populares para demonstrar que então se gerava o quinto império mundial no qual toda a humanidade convertida ao catolicismo seria comandada pelo monarca português nos assuntos temporais e pelo papa, nos espirituais, conduziram-no a ser processado pelo Santo Ofício que o condenou ao silêncio e recolhimento em Coimbra; sentença implicitamente anulada pelo papa Clemente X que, em Breve de 17 de abril de 1675, isenta Vieira da jurisdição dos inquisidores de Portugal e seus representantes, ficando sujeito unicamente à Congregação do Santo Ofício de Roma. No entanto, após a morte de D. João IV, o prestígio do jesuíta declina na corte dos sucessores daquele monarca e em 1681 ele volta definitivamente ao Brasil onde continua a reescrever e organizar a publicação dos seus discursos.

Serviram de fonte das datas e dados biográficos relativos ao Padre Antonio Vieira, aqui utilizados, as seguintes obras:

GOMES, Eugênio. *Vieira: Sermões*. 5 ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1968. [antologia didática acompanhada de estudos críticos, biografia e informações bibliográficas sobre o autor focado como os demais volumes da coleção Nossos Clássicos, da qual faz parte]

LISBOA, João Francisco. *A Vida do Pe. Antonio Vieira*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., s.d.

LINS, Ivan. *Sermões e Cartas do Padre Antonio Vieira*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s.d. [Trata-se da reformulação para publicação impressa de seis conferencias pronunciadas pelo autor, em 1945, no Instituto de Estudos Portugueses do Rio de Janeiro.]

MENDES, João, S.J. *Padre Antonio Vieira*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972. [antologia didática acompanhada de estudos críticos, iconografia, biografia e informações bibliográficas sobre o autor focado como os demais volumes da coleção Gigantes da Literatura Universal, da qual faz parte]

Ao leitor interessado num conhecimento mais profundo de Vieira e sua época recomenda-se, além dos acima citados, a leitura dos trabalhos a ele dedicados por Afranio Peixoto, Hernani Cidade, Antonio Sérgio, e, mais recentes, de Alcyr Pécora, Luiz Felipe Baêta Neves, Magno Vilela, Antonio José Saraiva e Alfredo Bosi; também consultados e listados na bibliografia da presente tese.

- 45 - VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão pelo Bom Sucesso de Nossas Armas, tendo El Rei Dom João o I V, passado a Além-Tejo, pregado na Capela Real (Lisboa, 1645). In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo, Anchieta, 1945. v.9.
- 46 - VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão da terceira 4ª feira da quaresma. Pregado na Capela Real (Lisboa, 1651). In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.3
[A mãe dos Zebedeus pede a Cristo lugares privilegiados para seus filhos.]
- VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão do Bom Ladrão. Pregado na Igreja da Misericórdia (Lisboa, 1655). In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.3
[Nem os reis podem ir ao paraíso sem levar consigo os ladrões, nem os ladrões ao inferno sem os reis.]
- VIEIRA, Antonio, S.J. Sermões em honra de São Francisco Xavier. Xavier Acordado: Sermão Quarto - Pretendentes.
[As cartas escritas pelo santo da Índia a Portugal. Quatro meios apontados ao Rei para emendar na Índia os descuidos na propagação da fé. Cuidados com os despachos e provimentos.]
- 47 - VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão da sexta 6ª feira da quaresma. Pregado na Capela Real (Lisboa, 1662). In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.2
[Escrever, remédio da ausência. Papel, flagelo do mundo. A corte e o conselho que julgou Cristo]
- VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão do Sábado antes da Dominga de Ramos. Pregado na Igreja de Nossa Senhora do Desterro, (Bahia, 1634). In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.2. [Como foram condenados os Juizes de Cristo.]
- 48 - VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão da Dominga Vigésima - Segunda Post-Pentecosten na ocasião em que o Estado do Maranhão se repartiu em dois governos, & estes se deram a Pessoas particulares moradores da mesma terra. S.l., s.d. In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.7
[A obrigação que tem os pregadores de promover a união. Governadores, imagens de seus príncipes. As dificuldades desta representação.]
- 49 - VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão da Epifania. Pregado à Rainha Regente na menoridade d'El Rei, em presença de ambas as Majestades: na ocasião em que o Autor, & outros religiosos da Companhia de Jesus chegaram a Lisboa expulsos das Missões do Maranhão pela fúria do povo, por defenderem os injustos cativeiros dos Índios, que tinham a seu cargo. (Lisboa, 1662). In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. . São Paulo: Anchieta, 1945. v.4
[Portugueses, instrumentos de Deus na criação do Novo Mundo. Perseguição de Herodes e perseguição aos missionários pelos portugueses. Perseguição dos colonos aos jesuítas no Maranhão. Compara os índios aos reis magos e os jesuítas à estrela guia.]
- VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão do Espírito Santo, Igreja da Companhia. (São Luis, Maranhão, s.d.) In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.3
[Dificuldades das línguas indígenas. Os escravos e senhores em face de Deus no juízo final.]
- 50 - VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão de Santo Antonio em Roma. Pregado na Igreja dos Portugueses, em Roma & na ocasião, em que o Marquês das Minas, Embaixador Extraordinário do Príncipe nosso Senhor fez a Embaixada de Obediência à Santidade de Clemente X. In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.2. [o reino português, luz do mundo político]
- VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão de São José. Pregado na Capela Real. (Lisboa, 1642). In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.12.
[No dia de aniversário de D. João IV. O nascimento de D. João, o Encoberto, sob os cuidados de São José.]
- VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão dos Bons Anos. In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.11.
[pregado na presença do rei, em 1641, sem indicação de local. Futuro de Portugal, com o novo rei.]
- VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão de Santo Antonio. Pregado na Igreja das Chagas, (Lisboa, 1642). In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.11.
[Santo Antonio procurador dos céus à corte de Portugal. O que dirá a respeito da conservação do reino.]

- 52 - VIEIRA, Antonio, S.J. Carta LVII: A Duarte Ribeiro Macedo, 1675 __ Janeiro, 1. In *Cartas do Padre Antonio Vieira coordenadas e anotadas por J. Lúcio D'Azevedo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, t.3, p. 137-140.
- 53 - FRANCASTEL, Pierre. A Contra-Reforma e as Artes na Itália no fim do século XVI. In *A realidade figurativa*. São Paulo: Perspectiva / EDUSP, 1973. p. 371-421.
Ver também: SANTIAGO, Sebastian. *Contrarreforma y barroco*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.
- 54 - HOORNAERT, Eduardo. *Formação do catolicismo brasileiro; 1500-1800. Ensaio de interpretação a partir dos oprimidos*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- 55 - PONTES, Maria de Lourdes Belchior. *Frei Antonio das Chagas - um homem e um estilo do Séc. XVII*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1953.

Frei Antonio das Chagas, esse, pregava, precisamente aos ouvidos e aos olhos de seus ouvintes. Pregava aos ouvidos com gritos - a sua voz era como trombeta, que ecoava forte; sabemos como enrouquecia e se esgotava com a pregação. Pregava aos olhos, mostrando ao auditório, estarecido, a caveira que tinha no púlpito e o Cristo horrivelmente chagado que trazia consigo. Contam os biógrafos que, às vezes, se esbofeteava e atirava à multidão pávida e comovida o Crucifixo. [PONTES, Maria de Lourdes Belchior. Op.Cit., p.283.]

[As fontes não estão indicadas nesta passagem, mas estas afirmações se confirmam em várias das *Cartas Espirituais* do Frei Antonio das Chagas, cerca de 500 páginas manuscritas dos *Apontamentos do venerável P. Fr. Antonio das Chagas Pregador Missionário Apostólico e Instituidor deste Seminário de Stº Antonio do Varatojo o qual faleceu neste mesmo Seminário aos 22 de Outubro de 1682*. (BNL: VAR 3.274), e na *Vida... do padre Manuel Godinho*]

- 56 - Tais como no Brasil o frei Eusébio da Soledade (ou Eusébio de Mattos, seu nome de batismo), e o padre Antonio de Sá; em Portugal, o dominicano Frei Domingos de Santo Tomás, e tantos mais.
- 57 - VIEIRA, Antonio, S.J. Leitor. In *Sermões do Padre Antonio Vieira*; São Paulo: Editora Anchieta Limitada, s.d. [c. 1943]. v.1.
[Reprodução fac-similada da edição de 1679].]

Sobre estas duas razões acrescentavam outros outras, para mim de menos momento. E não era a menor delas a corrupção, com que andam estampados debaixo do meu nome, e traduzidos em diferentes línguas muitos sermões, ou supostos totalmente, não sendo meus; ou sendo meus na substância, tomados só de memória, e por isso informes; ou finalmente impressos por cópias defeituosas e depravadas, com que em todos, ou quase todos, vieram a ser maiores os erros dos que eu conheci sempre nos próprios originais”. [VIEIRA, Antonio, S.J. Op.Cit., p. sem numeração]

- 58 - PROJETO VERCIAL. Disponível em < <http://www.ipn.pt/literatura/fchagas.htm>>

Frei António das Chagas (1631-1682), cujo nome secular era António da Fonseca Soares, era frade da Ordem de São Francisco, filho de um juiz, participou na guerra da Restauração, escapando de ser condenado devido a um crime que cometera. É nesse período que se dedica à poesia, ganhando o cognome de Capitão das Boninas. Parte entretanto para o Brasil, regressando em 1656 e continuando a carreira das armas. Em 1663 deixa a vida militar e decide tomar ordens. Tornou-se pregador e fundou o seminário do Varatojo. O seu trabalho como pregador foi criticado pelo Padre António Vieira, que o achava excessivo e teatral. Dos tratados espirituais que escreveu destacou-se o *Tratado dos Gemidos Espirituais, vertidos de um pedernal humano a golpes de Amor Divino*. As suas cartas foram compiladas no volume *Cartas Espirituais* e os seus poemas foram publicados na *Fênix Renascida*.

Para um conhecimento mais completo a respeito do frei Antonio das Chagas e de sua produção ver:

PONTES, Maria de Lourdes Belchior. *Frei Antonio das Chagas - um homem e um estilo do Séc. XVII*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1953.

- 59 - ALMEIDA, João de, S.J. Censura. In ANTONIO das Chagas, Frei. *Escola de Penitência e Flagelo dos Viciosos Costumes, que consta de Sermões Apostólicos do muito Venerável Padre Frey Antonio das Chagas*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1687. Página sem numeração.

A maior parte dos escritos religiosos do Frei Antonio da Chagas só foi impressa postumamente em coletâneas organizadas pelos seus confrades franciscanos.

A Biblioteca Central da Universidade de Brasília possui exemplares das primeiras edições das obras de Antonio das Chagas.

- 60 - Diversas coletâneas de textos do frei Antonio das Chagas foram publicadas na Oficina de Miguel Deslandes “às suas custas” como informa a folha de rosto das mesmas, entre elas; a *Escola de Penitência...* referida na nota anterior e as *Obras Espirituais do Espiritual e Venerável Padre Frei Antonio das Chagas, Primeiro Missionário Apostólico Franciscano no reino de Portugal, Fundador do Seminário do Varatojo* (1771).

- 61 - Dentre um sem-número de referências encontradas na bibliografia especializada, dou como exemplos alguns dos títulos a cujos exemplares tive acesso:

na Biblioteca Central da Universidade de Brasília:

CEITA, João. *Quadragesma de Sermões em Louvor da Virgem e May de Christo Nosso Senhor seu filho*. Lisboa: P, Craesbeeck, 1619.

CEITA, João. *Quadragesma segunda em que se contem os dous sanctos tempos do anno; con vem a saber, Advento & Quaresma.de Sermões em Louvor da Virgem e May de Christo Nosso Senhor seu filho*. Lisboa: P, Craesbeeck, 1625.

PAES, Baltasar. *Sermões da Semana Santa*. Lisboa: L Craesbeeck, 1634.

PAES, Baltasar. *Marial de Sermoens*. Lisboa: M. da Silva, 1649.

GALVÃO, Francisco Fernandes. *Sermões das festas dos Santos*. Lisboa: P. Craesbeeck, 1613.

GALVÃO, Francisco Fernandes. *Sermões das festas de Christo Nosso Senhor*. Lisboa:..., 1616.

na Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo:

CORDOVIL, Antonio da Costa. *Sermões da Conceição da Virgem N. Senhora pregados em os três dias que neles mesmos se apontam*. Lisboa: Off. de Antonio Rodriguez D'Abreu, 1673.

SILVA, Antonio da, Pe. *Sermões das tardes das domingos da quaresma, pregadas na matriz do arrecife de Pernambuco no Ano de 1673*. Lisboa: Off. Ioam da Costa, 1675.

LUIS de São Francisco, frei. *Dous sermões do desagravo do Santíssimo Sacramento de Odivelas pregados em o tríduo que faz todos anos a irmandade...* Coimbra: Oficina de Ioseph Ferreyra, 1676.

na Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo:

MATTOS, Eusébio de. *Ecce Homo. Práticas pregadas no Collegio da Bahia as sextas feiras à noite; mostrandose em todas o Ecce Homo: pello Padre Eusebio de Mattos, religioso da Companhia de Jesus, Mestre de Prima na sagrada Theologia*. Lisboa: Oficina de Ioam da Costa, 1677.

na Biblioteca Municipal Mário de Andrade:

ANTONIO das Chagas, frei. *Escola de Penitência e Flagelo dos viciosos costumes, que consta de sermões apostólicos do muyto venerável Padre Frey Antonio das Chagas... Tirados à luz por Frei Manoel da Conceçãam*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1687.

ANTONIO das Chagas, frei. *Sermoens Genuínos e Praticas Espirituais*. [organizados pelo Padre Manuel Godinho]. Lisboa: M. Deslandes, 1690.

- 62 - VIEIRA, Antonio, S.J. Leitor. In *Sermões do Padre Antonio Vieira; Reprodução facsimilada da edição de 1679*. São Paulo: Editora Anchieta Limitada, s.d. [c. 1943]. Não paginado. v.1

63 - Ibidem

64 - Ibidem

65 - PONTES, Maria de Lourdes Belchior. *Frei António das Chagas, um homem e um estilo do séc. XVII*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1953, p.280

66 - GODINHO, Manuel, Prólogo ao leitor. In ANTONIO das Chagas, frei. *Sermoens Genuínos e Praticas Espirituais*. Lisboa: M. Deslandes, 1690. Página sem numeração

67 - GODINHO, Manuel, Prólogo ao leitor. In ANTONIO das Chagas, frei. *Sermoens Genuínos e Praticas Espirituais*. Lisboa: M. Deslandes, 1690. Página sem numeração.

68 - ANUNCIACÃO, Luis da. Censura. In ANTONIO das Chagas, frei. *Sermoens Genuínos e Praticas Espirituais*. Lisboa: M. Deslandes, 1690. Página sem numeração.

69 - BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições - Portugal, Espanha e Itália - Séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000., , p.245-246.

Os sermões dos autos-de-fé, ritual em que se publicavam as sentenças dos réus da inquisição, presenciavam-se as abjurações solenes dos arrependidos e eram entregues à justiça civil para execução os condenados à fogueira, chegaram a constituir um subgênero literário “caracterizado pela glorificação da atividade inquisitorial e pelo recurso aos temas da polêmica antijudaica. [BETHENCOURT. Op.Cit., p.245-246]

70 - Documentos do Concílio de Trento.

In Disponível em < <http://history.hanover.edu/texts/trent/ct22.html>

71 - VIEIRA. Antonio, S.J. Sermão da Sexagésima. In *Sermões do Padre Antonio Vieira*; São Paulo: Editora Anchieta Limitada, s.d. [c. 1943]. v.1, [colunas 61-63.] [Reprodução facsimilada da edição de 1679.]

72 - VIEIRA. Antonio, S.J. Leitor. In *Sermões do Padre Antonio Vieira*; São Paulo: Editora Anchieta Limitada, s.d. [c. 1943]. Não paginado. v.1

73 - VIEIRA. Antonio, S.J. Sermão da Sexagésima. In *Sermões do Padre Antonio Vieira*; São Paulo: Editora Anchieta Limitada, s.d. [c. 1943]. v.1[colunas 64-65]

74 - LOBO, Francisco Alexandre, Bispo de Viseu. Memória histórica e Crítica acerca do P. Antonio Vieira, e das suas obras. In *Obras de D. Francisco Alexandre Lobo, Bispo de Viseu*, T.2, p.196 e 197. Apud LISBOA, João Francisco. *Vida do Padre Antonio Vieira*. Rio de Janeiro: W.M.Jackson Inc. s.d. [1952] p.23-24

75 - VIEIRA, Antonio, Pe. *Cartas*. Rio de Janeiro: W.M. Jackson Inc. s.d.

Sobre Duarte Ribeiro de Macedo, nos informa:

Desembargador da Relação do Porto. Foi secretario do Embaixador de Portugal em Paris, D. João da Costa, Conde de Soure e a ele se atribui o manuscrito intitulado; *Razões poderosíssimas que a França tinha para defender os interesses de Portugal no tratado de paz*, escrito por ocasião do tratado de paz com a Espanha, e que o Cardeal Mazarino mandou apreender, queixando-se à Rainha D. Luiza de Gusmão do procedimento do seu embaixador. Mais tarde, Duarte Ribeiro de Macedo exerceu ele próprio a Embaixada em Paris, assim como a de Madrid. [VIEIRA, Antonio, Pe. Op.Cit., p. 258, nota 1.]

76 - VIEIRA. Antonio, S.J. Carta LVII: A Duarte Ribeiro Macedo, 1675 __ Janeiro, 1. In *Cartas do Padre Antonio Vieira coordenadas e anotadas por J. Lúcio D’Azevedo*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928. t.3, p. 137-140.

- 77 - VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão da Sexagésima. In: VIEIRA, Antonio, S.J. *Sermões do P. Antonio Vieira*. . São Paulo: Anchieta, 1945. v.1, p.31- 32.
Ver também sobre olhar e termos correlatos na obra de Vieira:
PÉCORA, Antonio Alcor Bernárdez. O Demônio mudo. In NOVAES, Adauto (Org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.301-316.
- 78 - SILVA, Jerônimo Peixoto Da. *Sermão da quarta - feira de Cinzas na cidade do Porto. No fim se mostrou o Esse Homo. Pregara o Doutor Jerônimo Peixoto da Silva*. Lisboa: Oficina de Antonio Craesbeeck de Melo, 1658.
- 79 - MATOS, Euzébio. *Ecce Homo. Práticas pregadas no Collegio da Bahia as sextas feiras à noite; mostrandose em todas o Ecce Homo: pello Padre Eusebio de Mattos, religioso da Companhia de Jesus, Mestre de Prima na sagrada Theologia*. Lisboa: Oficina de Ioam da Costa, 1677.
[Edição fac-símile: Rio de Janeiro: Revista de Língua Portuguesa, 1923]
[O padre Euzébio de Matos (1629 - 1692), irmão do poeta Gregório de Matos, ingressou na ordem jesuíta em 1644, que trocou pela Ordem Carmelita em 1680 recebendo então o nome de Frei Euzébio da Soledade.]
- 80 - VILAS-BOAS, Manuel do Cenáculo. *Memórias históricas do ministério do púlpito, por um religioso da Ordem Terceira de S. Francisco*. Lisboa: Regia Oficina Tipográfica, 1776.

Na Espanha em o século décimo sexto se pregava com uma caveira nas mãos; quando os assuntos eram de Penitência. (...) Em Portugal não me lembro de ter lido uso de espetáculo sensível, a que vulgarmente chamam Passo, quando se prega a Paixão de Jesus Cristo, antes do fim do século décimo sexto. O doutor Francico Fernandes Galvão no Sermão da sexta feira da Semana Santa, no Descendimento da Cruz, pregado no convento da Anunciada de Lisboa em 1585, conclui com o exemplo de Marco Antonio, o qual para mover o Povo na morte de Júlio César, lhe mostrou a roupa cheia de sangue. Diz pois Galvão fol.128: Esse Senhor Crucificado, que vos mostram, acabe convosco, que vos enterneçais, Etc. No ano 1672, o Padre Ardizzone, Fundador da Casa da Divina Providência, nas cinco tardes da Quaresma que pregou, fez aparecer ao Povo a Imagem de Cristo nas figuras dos cinco Passos da sua Paixão Sacrossanta, respectivos ao Sermão.

Desta condescendência com a percepção do vulgo, se abusou muito nos anos seguintes: o que era abuso se acha abolido quase geralmente.

Costumavam também os Antigos, que pregaram a Paixão de Cristo, concluir os seus discursos, mostrando a Imagem do Senhor impressa no Sudário, sobre o que se formavam discursos patéticos.

(...) Persevera em algumas igrejas o uso de mostrar o Sudário.

O primeiro uso que encontrei, é no sermão do Pe. Macedo na Capela Real em 1645. É crível que já viesse derivado. Regularmente o Sudário mostra-se nos sermões da Paixão; outras vezes omitia-se ainda nesse mesmo assunto. [VILAS-BOAS, Manuel do Cenáculo. Op.Cit., p.233-234.]

- 81 - VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão da Segunda Quarta-Feira da Quaresma. Na Misericórdia, Bahia, 1638.
In: VIEIRA, Antonio, S.J. *Sermões do P. Antonio Vieira*. . São Paulo: Anchieta, 1945. v.9.
- 82 - VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão da Sexagésima. In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945, p.23 -24. v.1.
- 83 - ANTONIO das Chagas. Frei. Sermão IV. In: ANTONIO das Chagas, frei. *Escola de Penitência e Flagelo dos viciosos costumes, que consta de sermões apostólicos do muyto venerável Padre Frey Antonio das Chagas... Tirados à luz por Frei Manoel da Conceçam*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1687. p.305-306.
- 84 - VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão de Dia de Ramos, pregado na Matriz do Maranhão. Ano 1656. In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. p.314. v.3.

85 - Prossegue o Frei Lucas de Santa Catarina a descrição do comportamento do faceira no domingo à tarde:

(...) Dará consigo na festa que estiver mais a mão, ou se for Quaresma, não me falte na novena de S. Francisco Xavier, para fazer uma cortesia à Rainha, e outra às damas, que elas como são senhoras, não hão de faltar, e a gente cuidará que tem grande conhecimento; e se for no Carnaval, vá à novena de S. Gonçalo em S. Domingos, ou onde houver mais concurso de fêmeas (...) entrando sempre na igreja com os pés arrastos, fazendo cortesias a todo o bicho vivo; deixará cair as luvas, por-se-á de joelhos a modo de caçador, com um pé no ar, e outro no chão, bufando, e enchendo as bochechas de vento; isto não esqueça. Benzer-se-á de espirro, e daí irá para o altar mor, aonde se mostre ao povo cara alegre, pernas largas; se cantarem dê à cabeça, tire o lenço, que como vem batizado não há de estranhar a igreja; corra com ele o rosto, e quando chegar ao nariz detenha-se quanto for possível, para que cuidem todos que cheira; sacuda as orelhas a modo que lhe dá a mosca; empenhe-se de barriga, desencalme-se de gravata, e dê um arrotto surdo para mostrar que jantou, o que pode ser mentira; senão houver povoação de raparigas, sairá com a cerimônia costumada.

Na sexta feira à tarde:

Irá direito a São Bento, e entrando na igreja emborcando cortesias, e rangendo solas, posto no adro, se entulhará no concurso dos que aí governam em seco, para que se dilate a prática. Isto é se tiver fêmea que namorar; se não, não se lhe dê que ele dure nem um credo.

[LUCAS de Santa Catarina, Frei. *Torina Cotidiana composta pelo Licenciado Nada Lhe Escapa*. Disponível em < <http://www.ipn.pt> >]

86 - VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão do Rosário I. In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.5, p.2.

[O Evangelho ao qual se refere o sermão é o capítulo 11, de S. Lucas.]

87 - VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão do Demônio Mudo, no Convento de Odiveias, Religiosas do Patriarca S. Bernardo. Ano de 1651. In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.11, p.299.

88 - VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão de Santo Antonio. Pregado na Cidade de S. Luis do Maranhão, ano de 1654. In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.2.

VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão da quinta dominga da Quaresma. Na Igreja Maior, da Cidade de São Luis no Maranhão, Ano de 1654. In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.4.

89 – Ver Sermões comemorativos de aniversários e nascimentos:

VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão dos Bons Anos. Capela Real, 1641. In: *Sermões do Padre Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.11.

VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão de São Roque. Capela Real, 1644. In: *Sermões do Padre Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.12.

[Panegírico e apologético no aniversário do Príncipe D. Afonso]

VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão de Ação de Graças pelo felicíssimo nascimento do novo Infante, de que a Majestade Divina fez mercê às de Portugal em 15 de março de 1695. S.l, 1695. In: *Sermões do Padre Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.14.

VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão Gratulatório a São Francisco Xavier, pelo nascimento do quarto filho varão, que a devoção da Rainha nossa Senhora confessa dever a seu celestial patrocínio. S.d., s.l. In: *Sermões do Padre Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.11

VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão do Felicíssimo Nascimento da Sereníssima Infanta Teresa Francisca Josefa. S.d., s.l. In: *Sermões do Padre Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.11.

Sermões de Exéquias:

ANTONIO de Sá, S.J. (1620-1678). *Oração fúnebre das exéquias da Sereníssima Rainha de Portugal Dona Luisa Francisca de Gusmão* 1ª ed. 1735.

GUERREIRO, Bartolomeu. *Sermão que fez o... nas exéquias do ano que se fizeram ao... Príncipe D. Theodosio, segundo duque de Bragança em...* Lisboa: Mathias Rodrigues, 1632.

GOMES, André. *Sermão que pregou... nas suntuosas exéquias que ao senhor D. Theodosio, segundo Duque de Bragança; fez o prior...* Lisboa: Antonio Alvarez, 1631.

- SOUSA, Manuel Caetano. *Oração fúnebre nas exéquias do reverendíssimo padre Antonio Vieira. que na igreja de S. Roque fez celebrar o conde...* Lisboa Occidental: Off. Joseph Antonio da Silva, 1730.
- VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão nas exéquias de D. Maria de Ataíde, filha dos Condes de Atougia, Dama do Palácio. Lisboa, Conv. de S. Francisco de Enxobregas, 1649. In: *Sermões do Padre Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.4.
- 90 - VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão da Epifania (1662). In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.4.
[compara a perseguição dos inocentes por Herodes à perseguição dos missionários pelos colonos portugueses no Maranhão]
VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão da Sexagésima (1655) e no Sermão da Terceira Domenica da Quaresma (1655). Ambos In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.1.
- 91 - VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão de Santo Antonio. Pregado na Igreja das Chagas de Lisboa, 1642. In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.11.
[Igualdade dos impostos sobre os três estados]
- 92 - VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão de São Roque (1644). In VIEIRA, Antonio, S.J. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.12.
[O dinheiro dos judeus]... é o remédio por todas circunstâncias não só aprovado, mas admirado das nações mais políticas da Europa, exceto somente a portuguesa, na qual a experiência de serem mal reputados na Fé alguns de seus comerciantes, não a união de pessoas, mas a mistura do dinheiro menos cristão com o católico, faz suspeito todo o mesmo remédio, e por isso perigoso.
- 93 - VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão da Terceira Domingo do Advento de 1644. In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.8.
[Os pretendentes não devem ser as pessoas mas os ofícios. Quão venturoso seria Portugal se seguisse a política de Cristo nas escolhas de ministros.]
VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão da Sexta Sexta Feira da Quaresma (1662). In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.2.
[escrever, remédio da ausência. papel flagelo do mundo. os homens buscam descanso. Qual a forma de escolher o melhor conselho?]
VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão da Primeira Domingo do Advento. (1650). In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.3.
[Os pecados de cada estado. e a escolha dos que distribuem os poderes. “Quem quer mais do que lhe convém, perde o que quer e o que tem.”]
VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão da Terceira Quarta Feira da Quaresma (1651). In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.3.
[O pedido da mãe dos Zebedeus e a escolha dos ministros]
- 94 - VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão da Terceira Quarta feira da Quaresma (1670). In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.2.
- 95 - Ver:
- PEDRO do Rosário, frei. *Sermão das saudades da Virgem Maria Senhora Nossa pregado em a noite da sexta feira santa em o Real Convento de Belém*. Lisboa: Oficina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1668.
- CARLOS de São Francisco, frei . (d.1727). *Sermão da paixão que pregou o p. fr... no Real Convento de Belém...* Lisboa : Off. de Domingos Carneyro, 1679.
- SILVA, Jerónimo Peixoto da. *Sermão da quarta - feira de cinzas na cidade do Porto. No fim se mostrou o Ecce Homo. Pregara o Doutor Jerónimo Peixoto da Silva*. Lisboa: Oficina de Antonio Craesbeeck de Melo, 1658.
- VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão Primeiro de Quarta Feira de Cinzas. Roma, 1670. In: _____. *Sermões do Padre Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.1.
- VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão da primeira domingo do Advento. Capela Real, 1652. In: _____. *Sermões do Padre Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.2.

- VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão da primeira domingo do Advento. Capela Real, 1650. In: _____. *Sermões do Padre Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.3
[o mais belo sermão de Vieira, sobre o tema do juízo final.]
- VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão das Quarenta Horas. S. Roque, Lisboa, 1642. In: _____. *Sermões do Padre Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.4.
[trata do Carnaval e quaresma, da Companhia de Jesus e a solenidade das quarenta horas.]

96 - VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão da Exaltação da Santa Cruz, no Convento da Anunciada em Lisboa, 1645. In: *Sermões do Padre Antonio Vieira*. São Paulo: Editora Anchieta, 1945. v.12.

Um grupo de sermões recebe o nome de *práticas* nas coletâneas então publicadas. Essas práticas são sermões ditos no refeitório, salas de aula, consistório de confrarias leigas, capítulos de um convento, em reunião privada de determinada categoria de fieis. Assim o pregador não falava do púlpito mas da cadeira, como indica Vieira no Sermão da Exaltação da Santa Cruz:

Uma prática espiritual com acidentes de sermão é o que temos hoje para ouvir. Encomendaram-me ao princípio que fizesse neste dia uma prática da Exaltação da Cruz, encaminhada somente a Espíritos Religiosos; & depois, mudando-se de parecer, ou estendendo-se a caridade, & a devoção, ordenaram que a cadeira se trocasse com o púlpito, que as portas se abrissem, & o que havia de ser prática particular, fosse Sermão para todos. Assim será: pregaremos à Religião, & pregaremos ao mundo, mas da Cruz espiritual a ambos. [VIEIRA, Antonio.S.J. *Op. Cit.*, pp54.]

Como exemplos dessa pregação em reuniões privadas, ver:

- VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão de São João Batista, Na profissão da Senhora Madre Soror Maria da Cruz, filha do Excelentíssimo Duque de Medina Sidonia, religiosa de S.Francisco, no Mosteiro de N. Senhora da Quietação, das Framengas, em Alcântara. Esteve o Santíssimo Sacramento exposto. Ano de 1644. In: _____. *Sermões do Padre Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.7.
- VIEIRA, Antonio, S.J. VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão de Santa Catarina. Coimbra, na universidade, 1663. In: _____. *Sermões do Padre Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. p. 252 -289. v.3
- VIEIRA, Antonio, S.J. Exortação I em Véspera do Espírito Santo. Capela interior do colégio jesuíta da Bahia. In: _____. *Sermões do Padre Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.8.
- VIEIRA, Antonio, S.J. Exortação II, em Véspera da Visitação, na Capela Interior do Noviciado [do colégio jesuíta da Bahia]. In: _____. *Sermões do Padre Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.8.
- VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão Doméstico na Véspera da Circuncisão e Nome de Jesus. S.l. 1689. In: _____. *Sermões do Padre Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.9.
[sobre os votos religiosos e sua pouca observância.]
- VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão do Demônio Mudo. Convento Beneditino de Odivelas, 1651. In: _____. *Sermões do Padre Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.11.
- VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão de Santo Estevão, na primeira oitava do Natal. Colégio da Bahia, s.d. In: _____. *Sermões do Padre Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.16.

Ver também:

- MANUEL de São Plácido, frei. *Sermão na profissão de duas irmãs, que vieram da cidade da Bahia tomar o hábito de religiosas neste reino de Portugal...* Lisboa: Oficina de Manoel Lopes Ferreyra, 1699.
- ANTONIO da Chagas. *Sermoens genuínos e praticas espirituais*. [organizador: Padre Manuel Godinho] Lisboa: M. Deslandes, 1690.

97 - Ver:

- VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão de São Roque. Tendo o Autor pregado no dia do mesmo Santo em S. Roque Igreja da Casa Professa da Companhia de Jesus. Lisboa, Capela Real, 1652 In: _____. *Sermões do Padre Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.4.
- VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão décimo-quarto do Rosário, pregado a Irmandade de Pretos em um Engenho, 1633. In: _____. *Sermões do Padre Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.5.

98 - Ver:

- JOSÉ de Santa Maria, frei. *Sermão que pregou... na solene procissão do resgate geral que se celebrou em 23 de dezembro de 1655*. Lisboa: Antonio Craesbeck, 1656.

ANTONIO de Sá ,S.J. (1620-1678). *Sermão dos passos que pregou ao recolher da procissão o p...* Lisboa: Oficina de Ioam da Costa, 1675.

JOÃO de Deus, frei. *Sermão que pregou na solene procissão que fez o reverendo cabido, & câmara de Coimbra à rainha santa,...* Coimbra: Oficina de Manoel Dias, 1664. Coimbra: Oficina de Tomé Carvalho, 1672.

PANTALEÃO do Sacramento, frei. *Sermão da penitencia que pregou... em o Real Convento do n. p. S. Francisco da cidade de Lisboa ao recolherem a procissão...* Coimbra: Impressão de Manoel Diaz, 16-?

SIMÃO da Luz, frei. *Pregação que fez o padre mestre frei Simão da Luz na procissão de fazimento de graças...* Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1619.

VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão pelo Bom Sucesso da Armas de Portugal contra as de Holanda. Salvador, 1640. In: _____. *Sermões do Padre Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.3.

[pregado no último dos quinze dias em que se tinham feito sucessivamente as mesmas deprecações em todas as igrejas da cidade]

- 99 - ANTONIO das Chagas, frei. *Escola de penitência e flagelo dos viciosos costumes, que consta de sermões apostólicos do muyto venerável Padre Frey Antonio das Chagas... Tirados à luz por Frei Manoel da Conceçãam*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1687.

Disse Deus a Isaías: Clama e não cesses de clamar, seja a tua voz, como o som de uma trombeta, e anuncia ao meu povo suas maldades, seus disformes pecados, e seus mais graves delitos: (...) Não posso deter-me na presente ação nas razões que tem Deus para mandar, que nos púlpitos não cessem os clamores; só digo, que neste seu lugar quer que não cessem os clamores, enquanto nos pecadores não cessam as ofensas de Deus. Não me detenho também na causa, porque quer, que os pregadores clamem como trombetas, e não como homens; baste dizer por agora, que assim como na trombeta não se ouve mais que o que lhe inspira quem a toca; assim convém, que nos pregadores se não ouça mais que aquele toque, que Deus lhe inspira, para que não falem como homens, senão como homens inspirados por Deus: convém também, que o pregador ao modo de trombeta não deleite com o canto, mas entristeça com o estrondo, e fira com o somido. Convém que não só penetre os ouvidos, mas trespassse os corações, para que deste modo os bons se espertem, e os maus se atemorizem: assim o diz o grande lume da Igreja Santo Agostinho: (...) Sermão VII, § 311, p. 472-473

- 100 - VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão da Sexagésima. In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.1.

E como os brados do mundo podem tanto, bem é que bradem alguma vez os pregadores; bem é que gritem. Por isso Isaías chamou aos pregadores nuvens: *Qui sunt isti, qui ut nubes volant?* A nuvem tem relâmpago, tem trovão, & tem raio: relâmpago para os olhos, trovão para os ouvidos, raio para o coração: com o relâmpago alumia, com o trovão assombra, com o raio mata. Mas o raio fere a um, o relâmpago a muitos, o trovão a todos: Assim há de ser a voz do pregador, um trovão do Céu, que assombre, & faça tremer o mundo.

- 101 - VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão VII do Rosário. In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.5

Os Pregadores são as sentinelas da Igreja, os Templos, as suas fortalezas, as guaritas destas fortalezas os púlpitos, & as pregações de verdadeira, zelosa, & importante doutrina os rebates com que avisam, & admoestam aos ouvintes do estado perigoso de sua salvação.

- 102 - VIEIRA, Antonio, S.J. As cinco Pedras da Funda de Davi: Exórdio. In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.14.

Admirável foi Davi na harpa, & admirável na funda; com a harpa afugentava demônios, com a funda derrubava Gigantes. (...) Tais são hoje as duas ações, ou verdadeiramente as duas cenas deste grande teatro, harpa, & funda; coro, & púlpito; música, & Sermão. A música como harpa de

Davi, não é só para recreiar ou divertir os sentidos, senão para lançar do corpo, & alma de Saul o espírito mau, que como pai de discórdia, ainda por antipatia natural é inimigo de toda a consonância. O Sermão como funda de Davi, não é para fazer tiro ao ar, ou espantar com o estalo; é para ferir, para derrubar; para prostrar aos pés de Cristo seus contrários, & tanto mais, quanto maiores. Dividindo pois estes dois instrumentos, & dando a cada um o que lhe toca, aos Cantores deixo a harpa, & para mim tomarei a funda.

- 103 - VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão da Sexagésima.§27. In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.1.

(...) uma coisa é o semeador, e outra o que semeia: uma coisa é o pregador, e outra o que prega. O semeador, e o pregador é nome; o que semeia, e o que prega é ação: e as ações são as que dão ser ao pregador. Ter nome de pregador, ou ser pregador de nome, não importa nada; as ações, a vida, o exemplo, as obras, são as que convertem o mundo. O melhor conceito que o pregador leva ao púlpito, qual cuidais que é? É o conceito que de sua vida têm os ouvintes.

- 104 - MANUEL da Conceição, Frei. Sermão Preludial. In: ANTONIO das Chagas, frei. *Escola de penitência e flagelo dos viciosos costumes, que consta de sermões apostólicos do muyto venerável Padre Frey Antonio das Chagas... Tirados à luz por Frei Manoel da Conceçãam*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1687.

Porém não basta só usar dos sermões; é necessário usar deles como Cristo quer; e como S. Pedro fez das redes figura deles: quer Cristo, senhor nosso, que se use das redes de sua palavra divina para pescar almas; e não para pescar riquezas, honras, dignidades, estimações e aplausos.

- 105 - VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão de Santo Antonio no Maranhão, § 1. São Luis do Maranhão, 1654 In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.2.
[O pregador é o sal da terra]. os peixes são melhores ouvintes porque ouvem e não falam].

Vós, diz Cristo Senhor nosso, falando com os Pregadores, sois o sal da terra: e chama-lhe sal da terra, porque quer que façam na terra, o que faz o sal. O efeito do sal é impedir a corrupção, mas quando a terra se vê tão corrupta como está a nossa, havendo tantos nela, que têm ofício de sal, qual será, ou qual pode ser a causa desta corrupção? (...) p.309.

- 106 – VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão da Sexagésima. In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.1

O melhor conceito que o pregador leva ao púlpito, qual cuidais que é? É o conceito que de sua vida têm os ouvintes. [VIEIRA, Antonio, S.J.*Op.Cit.*] [ver nota 108]

ANTONIO das Chagas. Frei. Sermão XI, do Juízo. In _____. *Sermoens genuínos e praticas espirituais*. [organizador: Padre Manuel Godinho] Lisboa: M. Deslandes, 1690.

Quem prega a penitência deve fazê-la; ainda que fomos Santos devíamos fazer penitência para a pregar. porque mais prega no pregador a vida que a eloquência. [ANTONIO das Chagas. Frei. *Op.Cit.*, p.283]

ANTONIO das Chagas, Frei. Sermão I,§17. In ANTONIO das Chagas, Frei. *Escola de penitência e flagelo dos viciosos costumes, que consta de sermões apostólicos do muyto venerável Padre Frey Antonio das Chagas. Tirados à luz por frey Manoel da Conceçãam*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1690.

São os pregadores como os que vendem triaga, ninguém lha compra, sem que primeiro a prove quem a vende: quereis vender a virtude no púlpito, provai-a primeiro no corpo; quereis persuadir penitência, fazei-a; quereis induzir ao perdão das injúrias, sofrei-as; quereis abominar a soberba, a avareza, a luxúria, a ira, a gula, a inveja, a preguiça; sede primeiro humilde, liberal, continente. sofrido, temperado, caritativo e diligente. [ANTONIO das Chagas, Frei. *Op.Cit.*, p.33.]

107 - VIEIRA, Antonio, S.J. Exortação II, em Véspera da Visitação, na Capela Interior do Noviciado [do colégio da Bahia], s.d. In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v. 8.

Que faz o que vai ao Céu: e que faz o que vai converter almas? O que vai ao Céu vai receber o Céu para si: o que vai converter almas vai dar o céu aos que converte: logo isto é o melhor, e mais melhor, e isto sobre o bem-aventurado o mais bem aventurado. [VIEIRA, Antonio, S.J. *Op.Cit.*, p.537]

Esta é, Irmãos caríssimos, a nossa, & vossa vocação, a qual muitos não conhecem quando pedem ser admitidos a ela. (...) Se só quereis salvar a vossa alma, & ir ao Céu, ide a outras Religiões muito santas, mas não à Companhia. O espírito da Companhia não é só salvar a alma própria, senão as alheias: não é só ser bem-aventurado, mas fazer bem-aventurados: não é só ir ao céu, mas levar, & meter no Céu todos os que por falta de fé, ou de graça andam longe dele. [VIEIRA, Antonio, S.J. *Op.Cit.*, p.539]

ANTONIO das Chagas, Frei. Sermão I,§42. In: _____. *Escola de penitência e flagelo dos viciosos costumes, que consta de sermões apostólicos do muyto venerável Padre Frey Antonio das Chagas. Tirados à luz por frey Manoel da Conceição*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1690. [os pregadores devem em si e nos outros pôr virtude e tirar vícios.]

108 – ANTONIO das Chagas, Frei. Sermão I,§50. In: _____. *Escola de penitência e flagelo dos viciosos costumes que consta de sermões apostólicos do muyto venerável Padre Frey Antonio das Chagas. Tirados à luz por frey Manoel da Conceição*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1690. [com que intenção se há de pregar]

MANUEL da Conceição, Frei. Sermão Preludial. In ANTONIO das Chagas, Frei. *Escola de penitência e flagelo dos viciosos costumes, que consta de sermões apostólicos do muyto venerável Padre Frey Antonio das Chagas. Tirados à luz por frey Manoel da Conceição*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1690.

Porém não basta só usar dos sermões; é necessário usar deles como Cristo quer; e como S. Pedro fez das redes figura deles: quer Cristo, senhor nosso, que se use das redes de sua palavra divina para pescar almas; e não para pescar riquezas, honras, dignidades, estimações e aplausos. [MANUEL da Conceição, Frei. *Op.Cit.*, §3.]

109 – VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão da Sexagésima, §43. In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*: São Paulo: Editora Anchieta Limitada, s.d. [c.1943] v.1.

É possível que somos portugueses, e havemos de ouvir um pregador em português, e não havemos de entender o que diz? assim como há Lexicon para o grego, e Calepino para o latim, assim é necessário haver um vocabulário do púlpito. Eu ao menos o tomara para os nomes próprios; porque os cultos têm desbatizado os santos, e cada autor que alegam é um enigma. §43

ANTONIO das Chagas, Frei. Sermão III, §106. In: _____. *Escola de penitência e flagelo dos viciosos costumes, que consta de sermões apostólicos do muyto venerável Padre Frey Antonio das Chagas. Tirados à luz por frey Manoel da Conceição*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1690.

110 – ANTONIO das Chagas, Frei. Sermão I,§21 e 23. In: _____. *Escola de penitência e flagelo dos viciosos costumes, que consta de sermões apostólicos do muyto venerável Padre Frey Antonio das Chagas. Tirados à luz por frey Manoel da Conceição*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1690. [pp37 e 39.]

111 - ANTONIO das Chagas, Frei. Sermão I,§ 66 e 67. In: _____. *Escola de penitência e flagelo dos viciosos costumes, que consta de sermões apostólicos do muyto venerável Padre Frey Antonio das Chagas. Tirados à luz por frey Manoel da Conceição*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1690. [conferir e copiar] p.82-83

112 - VIEIRA, Antonio, S.J. Exortação II, em Véspera da Visitação, na Capela Interior do Noviciado [do colégio da Bahia], s.d. In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.8
[O que ensina a solenidade da Visitação aos noviços. Batista precursor e exemplo dos novos missionários.]

113 - MANUEL da Conceição, Frei. Sermão Preludial. In: ANTONIO das Chagas, frei. *Escola de penitência e flagelo dos viciosos costumes, que consta de sermões apostólicos do muyto venerável Padre Frey Antonio das Chagas... Tirados à luz por Frei Manoel da Conceççam*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1687.

114 - VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão da Sexagésima. In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.1.

115 - Lúcio de Azevedo, em sua Vida de Vieira, informa que os dominicanos se reconheceram como alvo dessas criticas de Vieira ao estilo culto. No domingo seguinte frei Domingos de Santo Tomás desafiou

(...) a classe com um ataque direto ao confrade, dissidente dos métodos consagrados. (...) Seguiram-se outros oradores da Ordem, e por toda a quaresma, nas igrejas de Lisboa soaram dos púlpitos remoques ásperos e alusões não veladas ao agressor”. [AZEVEDO, João Lúcio. *História de Antonio Vieira*. Vol. I. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1918. p. 265-266. Apud LINS, Ivan. *Sermões e cartas do Padre Antonio Vieira*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s.d., p.112.]

Vieira confirma o episódio em documento que dirige ao papa Clemente X, no qual alega suspeição do teólogo que o julgou quando réu do Santo Ofício

(...) por ser religioso dominicano, religião publicamente suspeita, não só a Companhia de Jesus, senão também a ele próprio, por causas notórias em toda a Corte, na qual uma quaresma inteira pregaram contra ele os religiosos da dita religião dominicana, por ocasião em demonstrou o modo de pregar mais douto e mais apostólico, e mais útil, de que os ditos religiosos se deram por ofendidos.” [VIEIRA, Antonio, S.J. *Obras escolhidas*. Lisboa: Sá da Costa, 1951. v.1, p.238. Apud LINS, Ivan. *Sermões e cartas do Padre Antonio Vieira*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s.d., p.113.]

116 - VIEIRA, Antonio, S.J. Sermão do Nascimento do Menino Deus. Pregado Domesticamente no Colégio da Bahia, da Companhia de Jesus s.d. In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1945. v.16.

117 - MANUEL da Conceição, Frei. Sermão Preludial. In: ANTONIO das Chagas, frei. *Escola de penitência e flagelo dos viciosos costumes, que consta de sermões apostólicos do muyto venerável Padre Frey Antonio das Chagas... Tirados à luz por Frei Manoel da Conceççam*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1687.

“*Invenções, que de redes tem traçado a ociosidade das mulheres*” são as rendas e bordados sobre malhas quadradas típicas de Portugal que ainda hoje lá se fazem, como em Alagoas, Ceará, Santa Catarina e outros estados brasileiros.

118 - O padre Manuel Bernardes nasceu em Lisboa em 1644 e morreu na mesma cidade em 1710. Foi aluno dos jesuítas no Colégio de Santo antão e na Universidade de Coimbra onde obteve os títulos de Mestre em Filosofia e Bacharel em Teologia e Cânones. Entrou posteriormente para a Congregação do Oratório, de São Felipe Nery, recolhendo-se ao Convento do Espírito Santo em Lisboa, onde escreveu sua vasta obra na qual se destacam os cinco volumes da *Nova floresta*, (publicados de 1706 a 1728); dois volumes de *Exercícios espirituais e meditações da via purgativa* (1706); *Sermões e práticas* (1º Vol. 1711; 2º Vol. 1723).

119 - CAMPOS, J. L. de. O Padre Antonio de Sá. In: *Antonio de Sá*. Estante Clássica da Revista de Língua Portuguesa, Rio de Janeiro: 1924. v.12, p. s./n.

120 - NUNES, J.J. Eusebio de Mattos. In: *Eusebio de Mattos*. Estante Clássica da Revista de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: 1923. v.11, p. s./n.

121 - MATOS, Eusébio de. Padre. *Ecce Homo _ Prática V, Das Chagas*. Estante Clássica da Revista de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: 1923. v.9, p.53-54.

122 – GUSMÃO, Bartolomeu Lourenço de. Sermão que na última tarde do tríduo com que os Acadêmicos

Ultramarinos festejaram a Nossa Senhora do Desterro pregou o Pe. Bartolomeu Lourenço de Gusmão, pregado na paróquia de S. João de Almadina. Apud. GALVÃO, Ramiz. O Púlpito no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 92, Vol.146, (1922). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926. p.61.

Cristina Ávila, doutoranda da Universidade Federal de Minas Gerais, em comunicação apresentada no IV Colóquio Brasileiro de História da Arte, também vê a saudade expressa na dedicatória do *Sermão, que na quarta domingo da quaresma expoz em a Catedral de Mariana nas minas do ouro ano de 1748, e dedica à Virgem Mãe de Deus, quem no singular título de Senhora da Porta se venera na sua perigrina imagem colocada em tabernáculo primoroso, que se erigiu a impulsos de devoção sobre a porta principal do suntuoso Templo da Misericórdia da Vila dos Arcos na Província do Minho, Joseph de Araújo Lima, presbítero secular, e missionário apostólico por Sua Santidade, &c.* (Lisboa: Oficina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1749).

Não me foi possível a leitura do deste sermão para verificar se o mesmo sentimento se manifesta ao longo do texto

123 - Fizeram sermões de Nossa Senhora da Soledade, entre outros; o franciscano Francisco Xavier de Santa Teresa (1686-?); em 1701, 1702 e 1709, o carmelita Manuel da Madre de Deus Bulhões (1666-1731); e em 1719, o Pe. Ângelo dos Reis (1664-1723).

A invocação Nossa Senhora da Soledade é pouco freqüente em Portugal e no Brasil. Entretanto sua representação iconográfica é a mesma de Nossa Senhora das Dores, isto é, a Virgem com o coração à mostra transpassado por sete punhais, e a expressão facial marcada pela dor. É possível portanto que se tratem ambas da mesma devoção. Até recentemente havia em Sabará uma pequena capela de Nossa Senhora da Soledade instalada desde 1704 sobre um outeiro isolado do núcleo urbano, que servia de guia e abrigo aos tropeiros que demandavam aquela cidade. No Recife, em Pernambuco, ainda há uma igreja a ela dedicada.

124 - REIS, Ângelo do, S.J. *Sermão da soledade da Mãe de Deus, que pregou na Sé da Bahia...* Lisboa: Off. Antonio Pedrozo Galram, 1719. Apud: ALVES, José Luiz. Os Cláustos e o Clero no Brasil. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LVII, P.II, p.81-83.

125 - *Ibidem*, p.81-83.

126 - *Ibidem*, p.81-83.

127 - FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/ Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

128 - Ao fim da guerra, pelo tratado de Utrecht, Felipe V é reconhecido como rei de Espanha e das colônias americanas, perdendo contudo Milão, o reino de Nápoles, a Sardenha e as possessões holandesas para o imperador austríaco; a Sicília para o rei da Sabóia, a colônia do Sacramento, na foz do rio da Prata, para Portugal; Gibraltar e Minorca para a Inglaterra que além disso obtém o monopólio do tráfico negreiro para as colônias espanholas. A França, por sua vez, perde para a Inglaterra a bacia e o estreito do Hudson, a Acádia, a Terra Nova e a ilha de São Cristovão nas Antilhas.

129 - A caracterização do longo e rico reinado de D. João V exigiria uma longa digressão que afastaria este texto do seu objetivo central. Recomendo pois aos interessados a leitura dos mesmos textos nos quais colhi as informações que aqui resumi:

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, s.d.

PEREIRA, José da Costa. Vectors culturais portugueses do seiscentos e setecentos. In SARAIVA, José Hermano (Dir.) *História de Portugal*. Vol.3, p.323-367.

130 - Francisco Bethencourt informa que D.João V esteve presente nos autos-de-fé em Lisboa em 1716, 1725, 1728, 1729, 1731, 1746, 1748. [BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália: Séculos XV - XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000., p.225.]

- 131 - MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira: Vol. I (1750-1794)*. São Paulo: Cultrix, / EDUSP, 1976. p.253.

Nos fins do século, em 1696, a ordem régia de 20 de fevereiro proibia às escravas “de todo esse Estado do Brasil, em nenhuma das Capitânicas dele” usarem “vestido algum de seda, nem se sirvam de cambraias ou holandas, com rendas ou sem elas, para nenhum uso, nem também guarnições de ouro ou prata nos vestidos.” [MARTINS, Wilson. Op.Cit., p.253]

- 132 - ÁVILA, Affonso. Festa Barroca: Ideologia e Estrutura. *Barroco*. Belo Horizonte: 1986-89, v.14, p.70-91.

A festa constituiria mesmo, atrás de sua aparente componente lúdica, uma transgressão ao rigor da história, naquele ponto em que esta traduzia a agonicidade de uma encruzilhada entre o novo, marcado pelas descobertas marítimas e o apelo científico da liberdade cósmica, e uma ordem política e ideológica perempta, sustentada pela tutela reacionária do absolutismo e da contra reforma. A disponibilidade para a festa, para esse instante de exceção, para essa instância de suspensão do cotidiano da realidade histórica corresponderia, pois, vista deste ângulo, a uma válvula de evasão da “mentalité pathétique”, como ao espírito do período se refere Robet Mandrou.

Encarada sob outro ângulo, ou seja, sob a ótica de análise das forças ideológica e políticas dominantes, a festa significaria antes, mais objetivamente, uma estratégia de enunciação triunfaleza do poder laico ou religioso, ao mesmo tempo que um instrumento encantatório-persuasivo a serviço das correntes diretas

- 133 - BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália: Séculos XV - XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Instalação do Santo Ofício em Portugal: Bula *Cum ad nihil magis*. (23 de maio de 1536) nomeando os bispos de Ceuta, Coimbra e Lamego inquisidores-gerais e concedendo ao rei D. João III nomear um quarto inquisidor-geral. [BETHENCOURT. Op.Cit. p.24.]

Abolição: em março de 1821. [BETHENCOURT. Op.Cit., p.388.]

- 134 - FRANCISCO de Santa Maria. Frei. Sermão do Auto da Fé, que se celebrou na Praça do Rocio desta cidade de Lisboa junto dos Paços da Inquisição. Anno de 1706. Lisboa: Na Oficina de Manoel & Joseph Lopes Ferreyra, MDCCVI. , p.38-39. Apud: NORTON, Howard Wayne. *Sermões anti-judaicos pregados nos autos- de- fé em Lisboa de 1706 a 1750*. São Paulo: s.n., 1980. Tese (Doutorado) - FFLCH/USP. [Orientadora Dr^a Anita Novinsky.]

Francisco de Santa Maria nasceu em Lisboa em 1.12.1653, morreu na mesma cidade em 13.11.1713.

Doutor em teologia pela Universidade de Coimbra. Foi Jesuíta, depois passou à Congregação de São João Evangelista. Ao auto de fé em que pregou o sermão aqui mencionado, estiveram presentes o rei e os príncipes. [NORTON. op.Cit.. Anexo 1. p.376.]

- 135 - CAIETANO de São Joseph. Frei. Sermam no Acto Público da Fé que se celebrou na Praça do Rocio desta Corte em domingo 14 de Outubro de 1714. Lisboa: Oficina de Joseph Lopes Ferreyra Impressor da augustissima Rainha Nossa Senhora. Anno do Senhor M.DCC.XV. , p.54. Apud: NORTON, Howard Wayne. *Sermões anti-judaicos pregados nos autos- de- fé em Lisboa de 1706 a 1750*. São Paulo: s.n., 1980. Tese (Doutorado) - FFLCH/USP. , p.253.

Caetano de São José. Carmelita Descalço. (Lisboa, 7.08.1657 - Figueiró dos Vinhos, 15-05-1745). O sermão aqui citado foi pregado em auto-de- fé celebrado na Praça do Rocio em Lisboa, em 14 de outubro de 1714, na presença do rei D. João V. [NORTON. Op.Cit., Apêndice 1, p.378]

- 136 - BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália: Séculos XV - XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000., p. 235-254.

137 - NORTON, Howard Wayne. *Sermões anti-judaicos pregados nos autos- de- fé em Lisboa de 1706 a 1750*. São Paulo: s.n., 1980. Tese (Doutorado) - FFLCH/USP, p.149

Diz Norton,

No ponto em que a Inquisição relaxava o condenado às autoridades seculares e pedia que “se haja com ele benigna e piedosamente e não proceda à pena de morte nem efusão de sangue”, a sentença de morte era virtualmente um fato consumado.

138 - BETHENCOURT, Francisco. Op.Cit., p. 235-242.
[Descrição das procissões]

139 - BETHENCOURT, Francisco. Op.Cit, p.231-232
[Descrição do cenário]

140 - BETHENCOURT, Francisco. Op.Cit., p.249-254.
[Descrição dos procedimentos do ritual]

141 - Desde Diogo Barbosa Machado (1682-1772) que os reuniu em seis grossos volumes, dos quais se perdeu o segundo contendo aqueles pronunciados entre 1621 e 1629, até Rosemarie Erika Horch que em 1969 publicou uma pesquisa bibliográfica sobre os sermões impressos dos autos-da-fé, tais sermões têm sido considerados como constituintes de um gênero específico da oratória sacra. Assim também os considerou Howard Wayne Norton em sua tese de doutorado aprovada em 1980, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, a qual tomamos aqui como referência básica para esse assunto.

Ver, a respeito:

NORTON, Howard Wayne. *Sermões anti-judaicos pregados nos autos- de- Fé em Lisboa de 1706 a 1750*. São Paulo: s.n., 1980. Tese (Doutorado) - FFLCH/USP. [Orientadora Dr^a Anita Novinsky.]

HORCH, Rosemarie Erika. *Sermões impressos dos autos da fé*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.

142 - Norton (1980) indica apenas duas exceções a esta regra, a saber:

BERNARDO de Castelbranco. Frei Sermão do auto da fé que se celebrou publicamente no terreiro de S. Miguel da Cidade de Coimbra em 6 de agosto do anno de 1713. Coimbra, Oficina das Artes do Real Collegio da Companhia de Jesus. Anno de M.DCC. XIV., com tema do Novo Testamento;
VIEYRA, Francisco. Padre. Sermão do auto da fé que se celebrou no pátio de S. Miguel da Cidade de Coimbra em 19 de junho do presente anno de 1718. Coimbra, No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus. Anno de 1718, sobre tema de livro apócrifo para os judeus.

143 - Norton intenta demonstrar a identificação feita pelos pregadores entre os dois grupos, os cristãos-novos heréticos e os judeus, através do uso do pronome vós dirigido aos primeiros, pra introduzir a lista dos erros dos antigos judeus e acrescenta:

O pregador que difama o herético ligou-o de tal forma com o povo judeu que um ataque ao cristão-novo acusado de heresia é um ataque aos judeus, e a agressão a estes faz deteriorar a posição do cristão-novo, quer seja ele um verdadeiro convertido ao cristianismo ou um cripto judeu real. [NORTON, Howard Wayne. Op.Cit., p. 229]

144 - MIGUEL de Bulhões, Frei. *Sermão do auto da fé celebrado na Igreja de S. Domingos desta Corte, que recitou em 16 de outubro de 1746*. Lisboa: Oficina de Pedro Ferreyra Impressor da Augustissima Rainha Nossa Senhora. Anno do Senhor M.DCC.L..... p.11.
Apud. NORTON, Howard Wayne. Op. Cit. p. 266-274.

[MIGUEL de Bulhões. Dominicano. (Verde-Milho? -?). Seu nome no século era Miguel José Correia da Silva. No *Dicionário bibliográfico português* de Innocêncio Francisco da Silva (1870), aparece com o nome de D. Fr. Miguel de Bulhoens e Sousa. Foi Membro da Academia

Real de História Portuguesa, Bispo de Málaga e do Grão-Pará, em 1745, Bispo de Leiria em 1761. Pregou no auto-de-fé celebrado na Igreja de São Domingos, em Lisboa, em 16 de outubro de 1746. [Norton, anexo 1, p.379.]

145 - FRANCISCO de Santa Maria. Frei. *Sermão do auto da fé, que se celebrou na Praça do Rocio desta cidade de Lisboa junto dos Paços da Inquisição*. Anno de 1706. Lisboa: Na Oficina de Manoel & Joseph Lopes Ferreyra, MDCCVI. Apud. NORTON, Howard Wayne. Op.Cit., p. 233-234.

146 - Norton (USP. 1980) ao comentar o sermão pregado por Caetano de São José no auto de fé em Lisboa, em 1714 aponta:

Ele faz menção de heresias em outros países, tais como o luteranismo e o calvinismo, mas o seu sermão se assemelha aos outros porque tem como alvo os cristãos-novos. [NOTON, Howard Waiyne, Ob.Cit., p. 252]

Por sua vez, Francisco Bethencourt na *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália: Séculos XV - XIX comenta:*

Na verdade quando se lê a série impressionante de sermões de autos da fé impressos desde o início do século XVII em Portugal, é evidente a presença esmagadora e constante do judaísmo. A grande maioria dos sermões organiza-se quase exclusivamente em torno desse assunto, repetindo os exemplos e as citações recolhidos no Antigo Testamento, mesmo quando existem outras heresias importantes nas listas de condenados. Evidentemente, trata-se de um gênero literário que não procura adaptar-se às novas circunstâncias, apesar dos pedidos dos inquisidores nesse sentido: os primeiros sermões que incluem outros *tópoi*, sobretudo o molinismo, são escritos já entre 1710 e 1720. Mas o aspecto significativo é que eles não falam quase nunca de cristão-novos, designados exclusiva e depreciativamente como “judeus”. [BETHENCOURT, Francisco. Op.Cit., p. 343]

Nas notas relativas ao capítulo 7 do livro de Francisco Bethencourt encontramos:

(...); e dr.Francisco Torres, *Sermão do acto público da fee*. Coimbra, s.d. [1720] (nesse caso os temas do judaísmo são explicitamente abandonados em favor do molinismo). Maria Lucília Goncalves Pires (“Sermões de auto da fé. Evolução dos códigos parenéticos”, em Maria Helena Carvalho dos Santos [ed.], *Inquisição*, vol. 1, Lisboa: Universitária Editora, 1989, p.269- 76) encontrou um sermão pregado em Coimbra pelo bispo d. Afonso de Castelbranco, em que este se ocupa de todas as heresias, escapando ao monopólio da temática antijudaica. [BETHENCOURT, Francisco. Ob.Cit., p.456.]

[A referência exata deste sermão é:

TORRES, Francisco de. *Sermão do acto público da Fee, que se celebrou no Pátio de São Miguel da Cidade de Coimbra em sette de julho de 1720*. Coimbra. No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus.]

147 - Ordenações, Liv.1, tit. 66, § 48. Apud ARAÚJO, Emanuel. *O Teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997, p.131.

148 - VIDE, Sebastião Monteiro da. Arcebispo da Bahia. Da Solene Procissão do Corpo de Deus, e que pessoas a devem acompanhar. In *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*, tit. XVI, § 496-501.

149 - SANTOS, Beatriz Catão Cruz. Unidade e Diversidade através de Corpus Christi. In: István Jancsó; Iris Kantor (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Huicitec / EDUSP / Fapesp / Imprensa Oficial, 2001. Vol.II, p.527.

150 - BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Tradução de Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Record, s.d. [1983], p.33.

Informa Bazin que a Casa de Suplicação manifestou-se sobre essa causa em três sentenças; a primeira delas é datada de dois de janeiro de 1781 , a segunda de 3 de junho de 1783 e a terceira, e definitiva , de 14 de

dezembro de 1784.

[em nota de pé de página, Bazin recomenda consultar sobre esse assunto o livro *São Francisco de Assis de Ouro Preto*, do Cônego Raimundo Trindade]

- 151 - SANTOS, Beatriz Catão Cruz. Unidade e Diversidade através de Corpus Christi. In: István Jancsó; Iris Kantor (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Huicitec / EDUSP / Fapesp / Imprensa Oficial, 2001. Vol.II, p. 539-541.
- 152 - MACHADO, Simão Ferreira. *Triumpho eucarístico exemplar da christandade lusitana em publica exaltação da fé na solemne trasladação do divinissimo sacramento da igreja da senhora do Rosario para um novo templo da senhora do Pilar em Villa Rica*. Lisboa Occidental: Oficina da Musica, M.DCC. XXXIV. [1734]
- ÁVILA, Affonso. *Resíduos seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais, 1967. (com edição crítico-fac-similar do Triunfo Eucarístico e do Áureo Trono Episcopal)
- Há uma edição de fragmentos do texto do Triunfo Eucarístico mais acessível em ÁVILA, Affonso. *O lúdico e as projeções do mundo barroco*. São Paulo: Perspectiva, 1971 que foi aqui utilizada como fonte para a descrição da festa.
- 153 - ÁVILA, Affonso. *O lúdico e as projeções do mundo barroco*. São Paulo: Perspectiva, 1971. , p.239-253.
- 154 - MACHADO, Simão Ferreira. Triunfo Eucarístico (fragmentos) In ÁVILA, Affonso. *O Lúdico e as Projeções do mundo barroco*. São Paulo: Perspectiva, 1971, p.241.
- 155 - ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. A Redenção dos Pardos: A festa de São Gonçalo Garcia no Recife, em 1745. In: István Jancsó; Iris Kantor (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Huicitec / EDUSP / Fapesp / Imprensa Oficial, 2001. Vol. I, p.419 - 444.
- 156 - LINS, Raquel Caldas & ANDRADE, G. Osório. São Gonçalo Garcia: um culto frustrado. Recife: Fundaj - Ed. Massangana, 1986, p.50. Apud ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. Op.Cit., p.428.
- 157 - RIBEIRO, Sotério da Sylva. *Summa triunfal da nova, e grande celebridade do glorioso e invicto mártir S. Gonçalo Garcia*. Lisboa: Oficina de Pedro Ferreira, [1753]. p.16. Apud ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. Op.cit., p.428.
- 158 - ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. A Redenção dos Pardos: A festa de São Gonçalo Garcia no Recife, em 1745. In: István Jancsó; Iris Kantor (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Huicitec / EDUSP / Fapesp / Imprensa Oficial, 2001. Vol. I, p. 419-444.
- Um eclesiástico, a quem fora encomendado um sermão e cuja opinião chegou até nós, recusou-se prontamente a fazê-lo. Protestou que “não faria pelo mais crescido interesse por não haver aprendido a pregar impossíveis, pois não se moldava com tal acidente a santidade”. [ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. Op.Cit., p.424.
- [o acidente a que se refere o pregador é a cor do santo]
- 159 - ANTONIO de Santa Maria Jaboatão, Frei. *Discurso histórico, geográfico, genealógico, político e encomiástico, recitado em a nova celebridade que dedicaram os pardos de Pernambuco ao santo de sua cor, o B. Gonçalo Garcia*. Lisboa: Oficina de Pedro Ferreira, 1751.
- 159 - ANTONIO de Santa Maria Jaboatão, Frei. Op.Cit., p.82. Apud ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. Op.Cit., p.426
- 160 - ANTONIO de Santa Maria Jaboatão, Frei. Op.Cit., p.98. Apud ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. Op.Cit., p.426.
- 162 - MELLO, José Antonio Gonsalves de. Manuel Ferreira Jácome - arquiteto, juiz do ofício de pedreiro. *Revista da Escola de Belas Artes de Pernambuco*, vol.1, p.19-32. Recife: 1957.

- MELLO, José Antonio Gonsalves de. Rebelo, pintor setecentista do Recife. In _____. *Tempo de jornal*. Recife: Fundaj, Massangana, 1998, p.221-5.
- 163 - ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. A Redenção dos Pardos: A festa de São Gonçalo Garcia no Recife, em 1745. In: István Jancsó; Iris Kantor (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Huicitec / EDUSP / Fapesp / Imprensa Oficial, 2001. Vol. I, p.419-444.
[O texto de Rita de Cássia Araújo, que resume e analisa a *Summa Triunfal* foi a fonte aqui utilizada para a descrição da festa]
- 164 - O chafariz foi fabricação de José Rabelo de Vasconcelos junto com o padre Pedro da Silva Carneiro e José Mateus, informa Rita de Cássia Araújo. Ob. cit. p.432.
- 165 - O mais ilustre dos pregadores franceses, Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704) que se tornaria o modelo invocado para atestar a grandeza do brasileiro frei Francisco de Mont'Alverne no século XIX, se celebrou por seus sermões de exéquias dos grandes da corte francesa, sobretudo aquele pronunciado por ocasião da morte da cunhada de Louis XIV, Henriette d'Anglaterra, em 26 de outubro de 1670.
- 166 - Affonso Ávila se refere freqüentemente às exéquias do Rei D. João V em Minas Gerais. Aqui utilizamos como fonte, o texto:
ÁVILA, Affonso. Festa Barroca: Ideologia e Estrutura. *Barroco*. Belo Horizonte: 1986-89, v.14, p.71-89.
- Para um conhecimento mais amplo ver também;
- ÁVILA, Affonso. As barroquíssimas exéquias de D. João V. In _____. *O lúdico e as projeções do mundo barroco*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- ÁVILA, Affonso. *Resíduos seiscentistas em Minas; Textos do século do ouro e as projeções do mundo Barroco*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967. 2. vol.
[o segundo volume traz a edição fac-símile do *Monumento de agradecimento,... Relaçam das reaes exéquias...* de Manoel José Corrêa e Alvarenga]
- 167 - ALVARENGA, Manoel José Corrêa e. *Monumento de agradecimento, tributo de veneraçam, obelisco funeral do obséquio, relaçam fiel das reaes exéquias...* Lisboa: Oficina de Francisco da Silva, [1751]
- 168 - SALGADO, Mathias Antonio. [Dísticos latinos]. Tradução de Lauro Palú. Apud ÁVILA, Affonso. Festa Barroca: Ideologia e Estrutura. In *Barroco*. Belo Horizonte, s.i. 1986-89. v.14, p.71-89
- 169 - ÁVILA, Affonso. O Primado do Visual na Cultura Barroca Mineira In: ÁVILA, Affonso. *O lúdico e as projeções do mundo barroco*. São Paulo: Perspectiva, 1971, p.197-233

2. II - Monarquia no Brasil.

- 1 - SARAIVA, José Hermano. As invasões francesas e a crise do fim do regime. In: _____. (Dir.). *História de Portugal*. vol. 3, p. 131-143.
- 2 - MURICY, Andrade. *Música na Corte Brasileira Vol. 2*. São Paulo: EMI-Odeon, 1957. LP - SC10. 119.
Em 1811, já a Capela Real, para a qual José Maurício fora nomeado Inspetor, possuía 197 composições de sua autoria. [MURICY, Andrade. *Op.Cit.*]
- 3 - VIEIRA, Antonio, S. J. Sermão da Terceira Dominga do Advento. In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. Vol. VII. São Paulo: Anchieta S. A., 1945.
- 4 - VIEIRA, Antonio, S. J. Sermão do Bom Ladrão. In: _____. *Sermões do P. Antonio Vieira*. Vol. III. São Paulo: Editora Anchieta S. A., 1945.

- 5 - Em 1804, José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, publica os seus *Princípios de Economia Política*, pelo qual divulga, em português, as teorias de Adam Smith.
- 6 - SILVA, José Pereira. *Sermão no Te Deum em Ação de Graças pela chegada da família real, na Igreja de Nossa Senhora do Parto*. Apud MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira. Vol. II (1704-1855)*. São Paulo: Cultrix / EDUSP /Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976. p. 77.
 FRANCISCO de São Carlos, frei. *Sermão em comemoração do aniversário da chegada da família real portuguesa, na Capela Real*. [1809 - Em 7 de março]. Apud MARTINS, Wilson. *Op.Cit.*, p. 78.
 FRANCISCO de São Carlos, frei. *Oração sagrada que na solene ação de graças pelo muito feliz e augusto nascimento da Sereníssima Senhora D, Maria da Glória Princesa da Beira, celebrada na Igreja de São Francisco de Paula recitou no dia 12 de maio de 1819, o P. M. Fr. Francisco de São Carlos*. [1819]. In: LIMA, Vicente Ferreira Lustosa de. *Anthologia dos pregadores brasileiros*. Rio de Janeiro: Garnier, 1902. v. 1
 FRANCISCO de São Carlos, frei. *Oração fúnebre nas exéquias de D. Maria I*. [1816]. Apud MARTINS, Wilson. *Op.Cit.*, p. 62.
 BENTO da Trindade, Frei. *Sermão em ação de graças pela vinda do Príncipe Regente Nosso Senhor para os estados do Brasil*, pregado na Igreja do Sacramento do Recife. - Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1809.
- 7 - FRANCISCO de Paula de Santa Gertrudes Magna, Frei. Sermão em Memória do faustíssimo dia em que Sua Alteza Real desembarcou nesta cidade da Bahia. Recitado no antigo Colégio dos Jesuítas na festa que celebrou o ilustre Senado em 23 de Janeiro de 1815 e no dia da inauguração da pirâmide erecta no Passeio Público.
 In: LIMA, Vicente Ferreira Lustosa de. *Anthologia dos pregadores brasileiros*. Rio de Janeiro: Garnier, 1902. v. 1, p. 23-42.
- 8 - MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira. Vol. II (1794-1855)*. São Paulo: Cultrix / EDUSP, 1977, p.77.
- Dom João VI, é bem sabido, dormia no teatro e deliciava-se na igreja: a missa cantada era a sua forma de música, a sua forma de literatura era o sermão. Não admira, em consequência, que tenham sido incontáveis em seu reinado brasileiro, os oradores sacros, cujos nomes e obras em sua maior parte se perderam; mas, de Frei Antonio de Santa Úrsula Rodovalho (? - 1817), mestre de São Carlos, Sampaio e Monte Alverne, até ao próprio Monte Alverne (1784-1858), há uma evidente continuidade em nossa parenética, tanto no que se refere ao evidente prestígio intelectual de que gozava o sermão, quanto ao número e estéril fecundidade dos oradores sacros. (...) [MARTINS, Wilson. *Op.Cit.*, p.76-77.]
- 9 - FRANCISCO de São Carlos, Frei. Oração fúnebre nas exéquias de D. Maria I. Apud GALVÃO, Ramiz. O Púlpito no Brasil. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 92 - V. 146. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922, p. 81.
- 10 - FRANCISCO de São Carlos, Frei. Oração fúnebre nas exéquias de D. Maria I. Apud GALVÃO, Ramiz. O Púlpito no Brasil. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 92 - V. 146. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. p. 82.
- 11 - *Ibíd*em, p. 83.
- 12 - *Ibíd*em, p. 88.
- 13 - *Ibíd*em, p.90.
- 14 - *Ibidem*, p. 91.
- 15 - FRANCISCO de São Carlos, frei. *Panegírico de Santa Ana*. Apud GALVÃO, Ramiz. O Púlpito no Brasil. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 92 - V. 146. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. p.78.

- 16 - ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960, t.2, Formação e desenvolvimento da Literatura Nacional. p.495.
- 17 - FRANCISCO de São Paio, frei. Sermão de ação de graças que na igreja de São Pedro da corte do Rio de Janeiro pelo restabelecimento de sua Magestade Imperial, pregou o P. M. pregador imperial Fr. Francisco de S. Paio. In: LIMA, Vicente Ferreira Lustosa de. *Op.Cit.*, p. 61-80
- Observação: Vicente Ferreira Lustosa Lima é o único a grafar “Frei Francisco de S. Paio”. Silvio Romero, Wilson Martins e Ramiz Galvão usam de “Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio” referindo-se ao mesmo pregador.
- 18 - FRANCISCO de Monte Alverne, frei. Oração fúnebre de S. M. F. a senhora D. Carlota Joaquina de Bourbon, Rainha de Portugal e dos Algarves. In FRANCISCO de Monte Alverne, frei. *Obras Oratórias de Frei Francisco do Mont'Alverne*. Rio de Janeiro: Garnier, s. d. p. 382-393.
- 19 - ARANHA, João Dias de Quadros, Padre. Sermão pregado no dia 3 de maio de 1830, aniversário do descobrimento do Brasil pelo Padre João Dias de Quadros Aranha. Apud LIMA, Vicente Ferreira Lustosa de. *Op.Cit.*, p.113-115.
- 20 - Ibidem, p.120
- 21 - CANECA, Joaquim do Amor Divino, frei. Sobre a oração. In CANECA, Joaquim do Amor Divino, frei. *Obras Políticas e Literárias*. Recife: aos cuidados de Antonio Joaquim de Melo, 1875. p. 231-232.
- 22 - CANECA, Joaquim do Amor Divino, frei. Solenidade de aclamação de D. Pedro d'Alcantara em primeiro imperador do Brasil, mandada celebrar pelo Senado da cidade do Recife a 8 de dezembro de 1823, na Matriz do Corpo Santo, com assistência da Junta Provisória, Relação, clero, nobreza e povo. In CANECA, Joaquim do Amor Divino, frei. *Op.Cit.*, p. 243.
- 23 - Ibidem, p.236.
- 24 - Ibidem, p.247-248.
- 25 - HOLANDA, Sérgio Buarque (supervisão). *Frei Caneca*. São Paulo: Abril Cultural, 1969. [Col. Grandes Personagens da Nossa História. v.18.]
- 26 - Ver em MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira. Vol. II (1704- 1855)*. São Paulo: Cultrix / EDUSP /Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
- a) Pe. Muniz Tavares e a liberdade religiosa. [MARTINS, Wilson. *Op.Cit.*, vol.II, p.147.]
- b) Pe. Custódio Dias e abolição das prisões especiais para o clero. [MARTINS, Wilson. *Op.Cit.*, vol.II, p.161]
- c) Pe. Diogo Feijó, a abolição do celibato clerical como matéria de competência da Constituinte e da Coroa. [MARTINS, Wilson. *Op.Cit.*, vol.II, p. 164]
- 27 - AZEVEDO, Fernando de. *A Transmissão da Cultura: Parte Terceira da 5ª edição da obra A Cultura Brasileira*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1976. p.61- 114
- 28 - Em 21 de setembro de 1820, D. João VI abolia censura prévia aos impressos do reino unido. Em 18 de outubro de 1820, a importação de livros ficara isenta de impostos alfandegários, e em consequência, fazia-se mais difícil o controle dos títulos que penetravam no país. Cerca de uma dúzia de livrarias vendiam livros na Rua do Ouvidor, e imediações, no Rio de Janeiro. Não era ainda a liberdade de imprensa como hoje a imaginamos, pois havia livros, autores e assuntos proibidos, que podiam ser confiscados de bibliotecas particulares, livreiros e impressores, além de outras sanções legais aos seus possuidores. A Constituição das Cortes de Lisboa, em 1821 trazem a primeira declaração formal de liberdade de

Imprensa, ainda que limitada, nos territórios de língua portuguesa.

Em 23 de Janeiro de 1823, estabelece-se por decreto a Lei sobre a liberdade de imprensa, no Brasil, extinguido explicitamente a censura prévia ou posterior a qualquer impresso. Definia, porém os crimes de abuso de liberdade de imprensa entre os quais os excessos contra a forma de governo representativo, monárquico e constitucional, difamar ou injuriar a Assembléia Nacional, atentar contra a religião, os bons costumes, as pessoas públicas ou particulares.

Ver:

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira. Vol. II (1704- 1855)*. São Paulo: Cultrix / EDUSP /Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976. p. 94.

NEVES, Lúcia Maria Bastos. Um silêncio perverso: censura, repressão e o esboço de uma primeira esfera pública de poder (1820-1823). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias Silenciadas*. São Paulo: EDUSP /Imprensa Oficial /FAPESP, 2002. p. 121-154.

29 - José Veríssimo aponta a repetitividade dos processos de composição, de estilo, de gestos dos oradores, “a miopia do Pensamento, como alguns dos fatores” que acabaram com o sermão como gênero literário estimável.

Ver a respeito:

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. p. 46-47.

Ramiz Galvão, em estudo datado de 1865, conclui com uma longa lamentação da decadência do púlpito após a atuação de Monte Alverne, cujas causas atribui “a impiedade no povo, e a impiedade no Governo; aquela, passiva, resultante das teorias subversivas que invadem a sociedade atual, resultado de uma propaganda vergonhosa que ofende a Moral, o bom senso e os espíritos retos; esta, indiferença ativa, má vontade decidida que põe peias a todo o progresso da religião (...)”

Ver a respeito:

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. O Púlpito no Brasil. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 92 - V. 146. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. p. 9-160.

Sílvio Romero, por sua vez, afirma que os sermonistas do século XIX contribuíram para o abramileiramento da língua e acentuação da idéia da independência, mas comenta apenas exemplos do início do século.

Ver a respeito:

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. t.2

30 - FRANCISCO de Monte Alverne, Frei 2º Panegírico de S. Pedro de Alcântara. In: _____. *Obras Oratórias de Frei Francisco do Mont'Alverne*. Rio de Janeiro: Garnier, s. d., p. 405-419.

31 - Em 1858, após a morte de Monte'Alverne, Machado de Assis dirá dele:

Pátria, curva o joelho ante esses restos
Do orador imortal!
Por esses lábios não falava um homem,
Era uma geração, um século inteiro,
Grande, monumental!

ASSIS, Machado. Monte Alverne. In: _____. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editora, 1973. Vol. 3, p. 202-204.

32 - ALENCAR, José. Ao correr da pena, p. 57-58. Apud: MARTINS, Wilson. *Op.Cit.*, p.468.

33 - Enciclopédia Mirador. Verbete “A Imprensa brasileira” Vol. 11, p.6002-10.

34 - Sobre a omissão do episcopado brasileiro em manifestar apoio público aos bispos de Olinda e do Pará, processados pelo governo imperial, ver:

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira. Vol. II (1704- 1855)*. São Paulo: Cultrix / EDUSP /Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976, p.382-392.

35 - MARTINS, Wilson. Op.Cit., p. 384.

36 - OTÁVIO, Rodrigo. *Minhas Memórias dos Outros*, t.2, p.14-18. Apud. MARTINS, Wilson. Op.Cit., p. 386.

37 - COSTA, D. Antonio Macedo, Bispo do Pará. Discurso pronunciado pelo Excelentíssimo Senhor D. Antonio de Macedo Costa, Bispo do Pará, em 28 de setembro de 1888, na Capela Imperial por ocasião da entrega da Rosa De Ouro a sua Alteza Senhora Princesa D. Isabel. In LIMA, Vicente Ferreira Lustosa de. *Op.Cit.*, p.277-295.

38 - *Ibidem*, p.280.

39 - *Ibidem*, p.280.

40 - *Ibidem*, p.281.

41 - *Ibidem*, p.284.

42 - *Ibidem*, p.291-292.

43 - MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira. Vol. II (1704-1855)*. São Paulo: Cultrix / EDUSP / Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

Wilson Martins menciona os seguintes fatos, indícios de penetração de outras correntes religiosas e ideológicas no Império do Brasil:

- a) a fundação da *Colônia Industrial Francesa*, de inspiração fourieirista, pelo médico homeopata francês Benoit-Jules Mure, em 1842. [MARTINS, Wilson. Op.Cit., p.265]
- b) a publicação de *O socialismo*. (Recife: Tipografia Universal, 1855). Livro pelo qual o general José Inácio de Abreu e Lima (1794-1865) combate simultaneamente Fourier, Owen, Babeuf, Saint-Simon e todas as facetas do comunismo europeu que lhe eram contemporâneas. [MARTINS, Wilson. Op.Cit., p.457 - 460].
- c) e, em 1873, a instalação do primeiro centro espírita no Brasil e a publicação do livro *O espiritismo* de Júlio César Leal (1837-1897). [MARTINS, Wilson. Op.Cit., p.441]

44 - ROMANO, Roberto. *Brasil: igreja contra estado. (Crítica ao populismo católico)*. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.

Sobre o movimento ultramontano no interior da igreja católica mundial, e de sua repercussão na história da igreja no Brasil diz que o reforço autoritário do poder curial correspondeu a um movimento em duas direções:

No cimo, a ação dos bispos e dos altos funcionários eclesiásticos: “em baixo”, o trabalho intenso de propagandistas reconhecidos pelas massas imensas de católicos, procurando restaurar o poder da Igreja, apelando para o aval legitimador do Povo e da Tradição. (...)

Esse processo de fortalecimento do papado no plano espiritual, enquanto transcorriam os últimos instantes do poder terreno da Igreja, teve como símbolo a publicação da Encíclica *Quanta Cura* e do *Syllabus* (1864). Na primeira, Pio IX desvela o problema da legitimidade do poder, quando se afastou o altar da sociedade e do pensamento político. Sem a garantia da religião, diz o Pontífice, só restaria a força física coercitiva. Ou, em outras palavras: ‘Lá, onde a religião é banida da sociedade civil, a doutrina e a autoridade de Revelação divina repudiadas, a verdadeira noção de justiça e do direito humano se obscurece e se perde, e a força material toma o lugar da justiça e do direito legítimo’. (...)

A infalibilidade do Papa é proclamada, pois, em 1870, tendo como alvo mortal a soberania imanente do Estado e sua razão sobre as almas. Inicia-se a partir daí, oficialmente, a busca de todos os bispos no sentido de recuperar sua autoridade nas dioceses, a fim de tornar preponderante a Cúria Romana em relação ao todo da Igreja. A infalibilidade caracteriza-se, portanto, como um

sinal de partida *público*, neste movimento disciplinador do clero e dos fieis. Trata-se de conseguir, contra o Estado liberal e contra os últimos resquícios de regalismo em alguns países, entre eles, o Brasil, a autonomia da Instituição como um todo. Ou na linguagem pastoral e solícita dos bispos, trata-se de conseguir finalmente a liberdade da Igreja.

A luta contra a Maçonaria brasileira na Questão Religiosa, que deslanchou a celeuma contra a Igreja, inscreve-se, portanto, nesta recuperação do seu poder decisório.

[ROMANO, Roberto. Ob. citada, p.85-86].

2. III - Brasil republicano.

- 1 - HUGON, Paul. *Demografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, s.d. Apud *Nosso Século*, São Paulo: Abril Cultural, 1980. Vol.1, p.XII.

[De 1820 a 1890, entraram no Brasil 313 025 portugueses, 360.224 italianos, 45 834 espanhóis, 75 299 alemães, 193 079 indivíduos de outras procedências.

De 1890 a 1910, entraram 389 665 portugueses, 894 647 italianos, 286 523 espanhóis, 30 042 alemães, 1 809 japoneses, 167 206 de procedências diversas.]

- 2 - Ver nota 43, na página 251.

- 3 - Ver nota 44, na página 251.

- 4 – CIVILIZAÇÃO. A religião do Estado. São Luís (Ma): Civilização, 4 de Janeiro de 1890. In: RODRIGUES, Anna Maria Moog. (Org.). *A igreja e a república*. Brasília: Câmara dos Deputados / Editora da Universidade de Brasília, 1981. p.89-92.

A civilização foi um jornal fundado em 1880 em S. Luiz do Maranhão por Monsenhor João Tolentino de Guedelha Mourão, com o apoio de Dom Antonio Candido de Alvarenga, bispo do Maranhão. A Civilização durou de 1880 até 1890. [RODRIGUES, Anna Maria Moog. (Org.). *Op.Cit.*, p.8-9.]

- 5 – EPISCOPADO BRASILEIRO. *Pastoral coletiva*. Rio de Janeiro: Tip. Montenegro, 1890. In: RODRIGUES, Anna Maria Moog. (Org.). *A igreja e a república*. Brasília: Câmara dos Deputados / Editora da Universidade de Brasília, 1981. p.17-58.

- 6 - A pastoral coletiva do episcopado brasileiro de 1890 determina no seu último parágrafo que:

Será lida esta nossa presente Carta Pastoral coletiva, em três sessões, nas missas ou outros atos religiosos em que houver maior concurso de fiéis, distribuídas em impressos e explicada depois detidamente e com toda a clareza para conhecimento de todos.[Apud. RODRIGUES, Anna Maria Moog. (Org.). *Op.Cit.*, p.57.]

A Pastoral coletiva do episcopado brasileiro de 1900 também determina:

Esta será lida em todas as matrizes e capelas filiais, comunidades religiosas, seminários, casa de educação; será explicada uma e muitas vezes aos fieis, e registrada nos livros competentes. [Apud. RODRIGUES, Anna Maria Moog. (Org.). *Op.Cit.*, p.69]

- 7 - EPISCOPADO BRASILEIRO. *Pastoral Coletiva...* [1890] Apud: RODRIGUES, Anna Maria Moog. (Org.). *A igreja e a república*. Brasília: Câmara dos Deputados / Editora da Universidade de Brasília, 1981, p.24.

- 8 - *Ibidem*, p.32-33.

- 9 - EPISCOPADO BRASILEIRO. *Pastoral Coletiva...* [1890] Apud: RODRIGUES, Anna Maria Moog. (Org.). *A igreja e a república*. Brasília: Câmara dos Deputados / Editora da Universidade de Brasília, 1981, p.49.
- 10 - *Ibidem*, p.52.
- 11 - *Ibidem*, p.53.
- 12 - *Ibidem*, p.57.
- 13 - EPISCOPADO BRASILEIRO. *Pastoral coletiva*. São Paulo: Escola Tipográfica Salesiana, 1900. In: RODRIGUES, Anna Maria Moog. (Org.). *A igreja e a república*. Brasília: Câmara dos Deputados / Editora da Universidade de Brasília, 1981. P.59-70.
- 14 - *Ibidem*, p.67-68.
- 15 - MOURA, Odilão, O.S.B. *As idéias católicas no Brasil. Direções do pensamento católico do Brasil no século XX*. São Paulo: Convívio, 1978. p.47-49.
- 16 - JÚLIO MARIA, Pe. *A igreja e a república*. 3ª ed. Introdução de Anna Maria Moog Rodrigues. Brasília: Câmara dos Deputados / Editora da Universidade de Brasília, 1981.
[Trata-se da reedição mais recente e mais acessível de: JÚLIO MARIA, Pe. Memória sobre a Religião, Ordens Religiosas, Instituições Pias e Beneficentes no Brasil. In: *O livro do centenário*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. A mesma obra foi também publicada com o título *O catolicismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1950.]
- 17 - JÚLIO MARIA, Pe. *A igreja e a república*. 3ª ed. Introdução de Anna Maria Moog Rodrigues. Brasília: Câmara dos Deputados / Editora da Universidade de Brasília, 1981. p.9.
- 18 - *Ibidem*, p.86.
- 19 - As conferências quaresmais do padre do Júlio Maria na catedral do Rio de Janeiro foram publicadas em volumes separados com os títulos que se seguem e as respectivas datas de publicação: 1895 - *A Paixão*; 1907 - *O Decálogo*; 1908 - *Os Pecados*; 1909 - *As Virtudes*, 1915 - *O Credo*.
- 20 - JÚLIO MARIA, Pe. *A igreja e a república*. 3ª ed. Introdução de Anna Maria Moog Rodrigues. Brasília: Câmara dos Deputados / Editora da Universidade de Brasília, 1981, p.120-121.
- 21 - *Ibidem*, p.121-122.
- 22 - LEME, Sebastião. *A carta pastoral de Sua Eminência o Senhor Cardeal Dom Leme, quando Arcebispo de Olinda, saudando os seus diocesanos*. Petrópolis: Vozes, 1916.
- 23 - *Ibidem*
- 24 - A Política das Salvações. In: *Nosso Século*, (1910-1930). São Paulo: Abril Cultural, 1981, v. 2, p.1-28.
- 25 - BATISTA, Cícero Romão, padre. *Discurso*. Apud: A Política das Salvações. In: *Nosso Século*, (1910-1930). São Paulo: Abril Cultural, 1981, v.2, p.10.
- 26 - Catolicismo e Cristianismo. Disponível em < <http://www.edeus.org/port/CatholicBR.htm> >

A partir de meados do século XIX, uma série de bispos, tendo à frente D. Viçoso (1844-1875) de Mariana, empreende a reforma do clero, afastando-o da política e da sociedade, para concentrá-lo na missão religiosa, compreendida como a esfera do espiritual e do sacramental. A espinha dorsal da atividade religiosa desloca-se das Ordens para o Episcopado e para o clero secular. Uma ordem, a dos capuchinhos, tem maior liberdade de movimentos e assume tanto o trabalho de missões

populares como a catequese indígena a partir de 1843.

Em 1869-70 o Concílio Vaticano I aproxima os bispos brasileiros de Roma e leva rapidamente ao conflito com a emergente elite liberal e com o Estado, durante a questão religiosa (1872-1874).

A Igreja monta toda uma estratégia repressiva em relação ao catolicismo mais popular e de estilo luso-brasileiro, incrustado nas áreas de economia de subsistência ou de refluxo da economia açucareira ou de mineração, nas irmandades, nas capelas rurais, nos santuários, nas festas e devoções populares. Os santos tradicionais enfrentam a concorrência dos novos santos trazidos pelas congregações européias e as antigas irmandades são substituídas por associações religiosas cuja principal preocupação é a santificação de seus membros, através de uma prática sacramental mais amiudada da confissão e comunhão. A devoção ao Cristo desloca-se dos Cristos da Paixão, os Bom - Jesus das Igrejas e santuários coloniais para a do Sagrado Coração de Jesus, propagada e sustentada pelo Apostolado da Oração. As nossas Senhoras tradicionais, as da Conceição, as da Penha e do Rosário cedem lugar à Virgem de Lourdes e a outras virgens de aparições: Salette, Fátima.

27 - *Nosso Século*. São Paulo: Abril Cultural, 1981, v.3, p. 94.

A ferramenta de ação política da Igreja não é um partido católico, mas a Liga Eleitoral Católica (LEC), poderoso instrumento de pressão que recomendava aos eleitores os candidatos de qualquer partido, desde que se comprometessem com a defesa das "reivindicações" católicas.

No campo social religioso a Igreja apóia numa estratégia de ampla mobilização do laicato através da Ação Católica, primeiro no estilo italiano (1935) e no pós-guerra (1950) através do modelo francês, com a JAC, JEC, JOC, JUC, JIC para a juventude agrária, estudantil, universitária, operária e independente, com os respectivos ramos para os adultos.

Bancada católica na Assembléia Constituinte de 1934: Luís Sucupira, Anes Dias, Plínio Correia de Oliveira e Moraes Andrade. [ABRIL CULTURAL. *Op.Cit.*, p.94.]

28 - CARONE, Edgar. *A terceira república (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976, p.13-14.

29 - *Ibidem* p.13-14.

30 - *Ibidem*, p.13-14.

31 - CARONE, Edgar. *A terceira república (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976, p.13-14.

32 - GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.82 e 450.

33 - BEOZZO, José Oscar, Padre. *História da igreja no Brasil*.

Disponível em < [http:// www. edeus.org/port/CatholicBR.htm](http://www.edeus.org/port/CatholicBR.htm)

No meio operário, os Círculos Operários Católicos se multiplicam, sobretudo, no período do Estado Novo (1937 - 1945), quando o Estado aposta nas lideranças católicas para diminuir a influência de esquerda no operariado. Mas a incidência na colaboração entre os patrões e operários, o apoio ao modelo corporativista, a prática paternalista e assistencialista dos Círculos, seu caráter confessional e de sindicato paralelo, fez com que sua influência declinasse, após 1945. [BEOZZO, José Oscar. Padre. *Op.Cit.*]

34 - GOMES, Perillo. O Laicismo e o México. A Ordem. Rio de Janeiro: 1926, n.52. Apud RODRIGUES, Anna Maria Moog (Org.). *A igreja na república*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, p.131-136.

35 - *Ibidem*.

36- MOURA, D. Odilão. O.S.B. *As Idéias Católicas no Brasil - Direções do Pensamento Católico do Brasil no Século XX*. São Paulo: Editora Convívio, 1978, p.. 143

37 - GASPAR, Carlos. Como se Preparou o Congresso. *O Cruzeiro*, 28 de julho de 1955, p.2029.

- 38 - XXXVI Congresso Eucarístico Internacional. *Manchete*. Rio de Janeiro: s.d., n. especial [julho de 1955]
[Há reprodução fotográfica dos paramentos, vestimentas litúrgicas e alfaias em *O Cruzeiro* de 28 de julho, p.26-7]
- 39 - XXXVI Congresso Eucarístico Internacional. *Manchete*. Rio de Janeiro: s.d. n. especial. [julho de 1955]
- 40 - O XXXVI Congresso Eucarístico Nacional. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v.15, fasc.3, setembro de 1955, p.769-71
- 41 - BARROS, Raimundo Caramuru. Perfil e trajetória de Dom Hélder no século XX. In BARROS, Raimundo Caramuru; OLIVEIRA, Lauro de. (Orgs). *Dom Hélder: o Artesão da Paz*. Brasília: Senado Federal, 2000, p.19-77.
É ampla a bibliografia que vem sendo produzida no Brasil e em outros países a respeito de D. Hélder Câmara. Tomamos como fonte das informações utilizadas, o texto especificado na abertura desta nota pelo seu caráter de síntese. Para um conhecimento mais amplo de sua personalidade e da atuação, recomenda-se:
PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. *Dom Hélder Câmara. Entre o poder e a Profecia*. São Paulo: Paulinas, 1983.
BARROS, Raimundo Caramuru; OLIVEIRA, Lauro de. (Orgs). *Dom Hélder: o Artesão da Paz*. Brasília: Senado Federal, 2000.
CÂMARA, D. Hélder. *O deserto é Fértil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
CÂMARA, D. Hélder. *Um Olhar sobre a Cidade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
_____. *Utopias Peregrinas*. Recife: ED. Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1993.
- 42 - BARROS, Raimundo Caramuru. Perfil e trajetória de Dom Hélder no século XX. In BARROS, Raimundo Caramuru; OLIVEIRA, Lauro de. (Orgs). *Dom Hélder: o Artesão da Paz*. Brasília: Senado Federal, 2000, p.39
- 43 - *Ibidem*, p.29.
- 44 - *Ibidem*, p.44-47.
- 45 - *Ibidem*, p.45.
- 46 - *Ibidem*, p.32 - 33.
- 47 - *Ibidem*, p.35
- 48 - Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos. Petrópolis: *Revista Eclesiástica Brasileira*, vol.24, fasc.1, março de 1964, p.210-211.
- 49 - BARROS, Raimundo Caramuru. Perfil e trajetória de Dom Hélder no século XX. In BARROS, Raimundo Caramuru; OLIVEIRA, Lauro de. (Orgs). *Dom Hélder: o Artesão da Paz*. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 36-37.
- 50 - ENGELKE, Inocêncio, Frei. Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma agrária. Campanha, 1950. Apud. HOLANDA, Sergio (org.) *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, t.3, v.3, p. 143-144.
[Ao longo do texto se repetem expressões tais como “antecipemo-nos à Revolução”, “antecipemo-nos à Legislação Social”. “Já perdemos os trabalhadores das cidades. Não cometamos a loucura de perder, também, o operariado rural”]

- 51 - JOÃO PAULO II. Discurso em Brasília, 1980 Apud RIBEIRO, Gil Barreto. *Evangelho Político – Discurso social-político da igreja*. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiânia, 1999

A Igreja não cessa de preconizar as reformas indispensáveis e a salvaguarda à promoção dos valores sem os quais não pode prosperar nenhuma sociedade digna deste nome, isto é, reformas que visem uma sociedade mais justa e sempre mais de acordo com a dignidade de toda pessoa humana. Ela anima os responsáveis pelo bem comum, sobretudo os que se prezam do nome de cristãos, a empreenderem, a tempo, essas reformas com decisão e coragem, com prudência e eficiência, atendendo-se a critérios e princípios cristãos, à justiça objetiva e a uma autêntica ética social. Promover assim tais reformas também é uma maneira de evitar que elas sejam buscadas sob impulso de correntes, em base as quais não se hesita em recorrer à violência e à direta ou indireta supressão aos direitos e liberdades fundamentais inseparáveis da dignidade do homem. [JOÃO PAULO II In: RIBEIRO, Gil Barreto. *Op.Cit.*, p.50]

A versão integral do mesmo discurso pode ser encontrada em:

[JOÃO PAULO II]. *Pronunciamentos do Papa no Brasil — Textos apresentados pela CNBB*. Petrópolis: Vozes, 1980., p.25-29.

- 52 - SILVA, Augusto Álvaro, Arcebispo da Bahia e Cardeal Primaz do Brasil. *Carta Pastoral - 1º de Dezembro de 1963*. Vozes. Petrópolis: janeiro de 1964, p.63-68.

- 53 - CÂMARA, Jaime de Barros. Programa radiofônico “A Voz do Pastor”, 24 de Janeiro de 1964. Apud Manifestos e denúncias contra a Ação do Comunismo no Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: março de 1964, v. 24, fasc. 1, p. 207.

- 54 - CÂMARA, Jaime de Barros. Sermão do dia de Cinzas. Apud Manifestos e denúncias contra a Ação do Comunismo no Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: março de 1964, v.24, fasc.1, p.207.

- 55 - BASTOS, Amélia Molina. CAMDE. Vozes. Petrópolis: julho de 1964, p.541 - 547.

- 56 - SOUSA, Paulo J de. S.J. As congregações Marianas na Realidade Social Brasileira. Vozes. Petrópolis: setembro de 1964., p.705-709

- 57 - Em Brasília, o Congresso da CUTAL. Petrópolis: Vozes. Petrópolis: março de 1964, p.208-210.

- 58 - REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Petrópolis: Vozes, julho de 1964., p. 405-497.

[A reportagem indica que a Marcha do Rio de Janeiro teria reunido um milhão de pessoas; 300 mil, em Salvador; 200 mil em Recife e em Belo Horizonte, cada; 150 mil, em Belém do Pará; e 100 mil em Niterói.]

- 59 - BETTO, frei.; Adélia Bezerra de Meneses; Thomaz Jensen (Organizadores). *Utopia urgente. Escritos em homenagem a Frei Carlos Josaphat nos seus 80 anos*. São Paulo/ EDUC, 2002.

O Lebrete veio ao Brasil em 1947. Em 1952, nesse início da minha vida dominicana, tive um primeiro encontro com ele, que queria até que eu fosse para o movimento dele, Economia e Humanismo, me especializasse em economia. Se você tem um homem que não tem o que comer, não vai fazer dele um homem virtuoso sem dar a ele um pão para comer. Então, a influência do Padre Lebrete para mim foi determinante, me revelou uma dimensão do Evangelho que eu tinha implicitamente. Eu digo que foi uma espécie de conversão. [BETTO, frei., Adélia Bezerra de Meneses e Thomaz Jensen (Organizadores). *Op.Cit.*, p.471]

- 60 - BETTO, frei., Adélia Bezerra de Meneses; Thomaz Jensen (Organizadores). *Utopia urgente. Escritos em homenagem a Frei Carlos Josaphat nos seus 80 Anos*. São Paulo/ EDUC, 2002.

As informações biográficas de Frei Carlos Josaphat foram coligidas em três textos contidos neste livro.

A saber:

PEREIRA, Leonardo Lucas. Preparação para a urgência dos Tempos: Entrevista com Frei Carlos Josaphat. [BETTO, frei, et altri (Org.) *Op.Cit.*, p.445-460.]
MENEZES, Adélia Bezerra de, et altri. Brasil Urgente: entrevista com Frei Carlos Josaphat. [BETTO, frei, et altri (Org.) *Op.Cit.*, p. 461-521]
[Sem indicação de autoria] Nota Biográfica sobre Carlos Josaphat. [BETTO, frei, et altri (Org.) *Op.Cit.*, p. 527-528.]

61 - PEREIRA, Leonardo Lucas. Preparação para a urgência dos Tempos: Entrevista com Frei Carlos Josaphat. [BETTO, frei, et altri (Org.) *Op.Cit.*, p..460.]

62 - MENEZES, Adélia Bezerra de, et altri. Brasil Urgente: entrevista com Frei Carlos Josaphat. In BETTO, frei.; Adélia Bezerra de Meneses; Thomaz Jensen (Organizadores). *Utopia urgente. Escritos em homenagem a Frei Carlos Josaphat nos seus 80 anos*. São Paulo/ EDUC, 2002., p.. 461-521.

Diz frei Carlos Josaphat:

Terminado o mandato dele, [refere-se a Frei Matheus Rocha, como provincial] houve um capítulo provincial dos dominicanos, que não deixou de sofrer influências de um certo capitalismo cristão, quer dizer, de benfeitores, de bispos sensíveis a esses benfeitores, do clero sensível à benfeitoria, às benemerências. Então esse capítulo fez uma declaração, que em si era verdade, dizendo que o *Brasil Urgente* não era da Ordem Dominicana, não era da igreja e não era também de um frade dominicano. Era um movimento de leigos. Isso era plena verdade, mas no contexto seria entendido como uma declaração de não adesão.

Assim também, houve uma ocasião, em 1963, em que a conferência dos Bispos do Brasil fez uma declaração dizendo que o *Brasil Urgente* não é da Igreja, não é isso, não é aquilo. Isso era negativo porque a declaração era lida nas igrejas. da CNBB sobre o jornal. [BETTO, frei, et altri (Org.) *Op.Cit.*, p. 495]

63 - GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002., p.238.

64 - O Episcopado Brasileiro frente à Revolução de Abril. *Vozes*. Petrópolis: julho de 1964, p.539-541.

65 - *Ibíd.*

66 - BEOZZO, José Oscar, Padre. *História da Igreja no Brasil*. Disponível em < [http:// www. edeus.org/port/CatolicBR.htm](http://www.edeus.org/port/CatolicBR.htm) >

A criação da Conferência Nacional dos Bispos, em 1952, foi aos poucos dando maior entrosamento e consistência ao Episcopado, embora só em 1962 tenha a Igreja do Brasil adotado seu primeiro planejamento mais orgânico através do Plano de Emergência. Através da criação do Conselho Episcopal Latino-americano no Rio de Janeiro (1955) a Igreja do Brasil começa seu aprendizado da dimensão latino-americano.

(...)

A CNBB, cuja secretaria geral fora ocupada por D. Helder Câmara, desde sua fundação em 1952, ressentia-se com sua saída em 1964. A partir dos anos 70, o caráter anual das assembleias da CNBB, o maior dinamismo da presidência e da secretaria geral, fazem da CNBB e de suas orientações um fator fundamental na vida da Igreja e da sociedade no Brasil. Fator suplementar de unidade de objetivos foram as Campanhas da Fraternidade a partir de 1964. Os regionais da CNBB, em número de treze, ganharam maior autonomia, enraizando uma ação de Igreja mais adaptada aos problemas e cada região.

Alguns documentos da Igreja ficarão como marcos de resistência e de denúncias evangélicas: Ouve os clamores do meu povo (1973) sobre a situação da população no Nordeste; o documento do Centro-Oeste (1973) com ênfase na questão da terra e do modelo econômico; A Igreja e Problemas da Terra (1980), uma lúcida e corajosa condenação do uso capitalista da terra e a reivindicação da terra como instrumento de trabalho e de subsistência e não apenas de lucro e especulação, entre outros. [BEOZZO, José Oscar, Padre. *Op.Cit.*]

67 - CNBB. Declaração da CNBB sobre a Situação Nacional. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: junho de 1964 p. 491-493.

O mesmo documento pode ser encontrado também em:

Declaração da Comissão Central da Conferência dos Bispos do Brasil. *Vozes*. Petrópolis: julho de 1964, p.537-539.

CNBB, reunida em 27 a 29 de maio, sobre o golpe de 1964. *Jornal do Brasil*, 03.06.1964.

68 - Ibidem.

69 - CNBB. Declaração Final da IX Assembléia Geral da CNBB. *SEDOC*. Petrópolis: Setembro de 1968, n. especial, p.445 - 448.

70 - MARIA, Júlio, padre. *Conferência da assunção: 1ª Série - 1897*. Aparecida (SP.): Editora Santuário, [1988].

71 - CNBB. Declaração Final da IX Assembléia Geral da CNBB. *SEDOC*. Petrópolis: Set. de 1968, n. especial, p.445 - 448.

72 - SIGAUD, D. Geraldo Proença, Arcebispo de Diamantina et altri. - Carta de doze arcebispos e bispos ao Presidente da República. *SEDOC*. Petrópolis: Setembro de 1968, p.448 - 449.

73 - CNBB, Comissão Central. A Igreja no Brasil e o momento presente. *SEDOC*. Petrópolis: janeiro de 1969, v.7, p.985-6.
[Nota de 25 de outubro de 1968.]

74 - Cúria condena a violência policial. *Paz e Terra*. Rio de Janeiro: v. 2, n.6, abril de 1968. , p.287-292.

Por ocasião de uma Revolução que queria ser autenticamente reformadora, o povo aceitou novos líderes, (...) o povo submeteu-se a uma transformação radical, tentando acostumar-se ao poder armado em lugar do poder apoiado pelas armas. Muito se prometera, muito se esperava. Não podemos negar porém que em muito a Revolução falhou. É a frustração que gera a insatisfação atual.

Frustração há no campo das “relações humanas”. O povo brasileiro, embora não podendo nem querendo reagir, não deseja compactuar com a situação essa criada por punições contínuas, cassações, que em muitos casos eram ditadas pela vingança ou motivadas por falta de critérios objetivos; castigos tão duradouros e tão discriminatórios não correspondem ao nosso sentimento cristão e brasileiro.

[Manifesto relativo aos acontecimentos da Igreja da Candelária, assinado por D. José Alberto de Castro Pinto, Vigário Geral da arquidiocese e Padre Vicente M. Adamo, Presidente da A.E.C.].

75 - Sessenta e quatro religiosos lançam manifesto. *Paz e Terra*. Rio de Janeiro: abril de 1968., v.2, n.6, p.287-292.

76 - Comissão Central. Declaração dos Membros da Comissão Central da CNBB. Presença da Igreja. *SEDOC*. Petrópolis: abril 1969, v.10, p.1331-1334.

77 - GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. , p.249.

78 - Ribeirão Preto. *SEDOC*. Petrópolis: dezembro 1969, v.3, p.789-792.

[Dossiê sobre a prisão e tortura de freira Maurina Borges, com documentos gerados pelo caso. Destaque para Comunicação do Clero e do Arcebispo de Ribeirão Preto, que foi lida publicamente em todas as igrejas da arquidiocese, onde se declara a excomunhão dos dois delegados de polícia envolvidos na prisão da freira]

Ver também sobre esse assunto: GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. , p. 264-265.

79 - BETTO, frei. *Batismo de sangue. - Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

Frei Betto diz de Frei Fernando:

Em seus sermões, proferidos como conversa ao pé do fogo, você sublinhava que a vida cristã não é feita de tranqüilidade, nem destinada ao conforto espiritual, mas é uma proposta que inclui ascetismo, perseguições, difamações, prisões, tortura e morte. [BETTO, frei. *Op.Cit.*, p. 195.

Sobre o envolvimento de dominicanos com Carlos Marighella ver também:

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. , p. 146-148 e, 150-151.

Caso Dominicanos. *SEDOC*. Petrópolis: dezembro 1969, v.3, p.783-90.

[dossiê com declarações e notas sobre a prisão dos Dominicanos. Vale destacar a Declaração do Conselho de Presbíteros de Porto Alegre que corajosamente condena a violência, afirma o valor moral do ato de dar guarita aos perseguidos, e declara-se unido aos sacerdotes presos]

80 - Prisão de Três Sacerdotes Franceses e um Diácono Brasileiro em Belo Horizonte. *SEDOC*. Petrópolis: março de 1969, v.9, p.1207-56.

[Foram presos os sacerdotes Michel Marie Le Ven, Francisco Xavier Berthou e Hervé Croguennec e do diácono brasileiro José Geraldo da Cruz, todos da Congregação dos Padres Agostinianos da Assunção.]

A revista traz um dossiê bem amplo dos documentos das autoridades militares, do pronunciamento das autoridades eclesíásticas e grupos católicos solidários aos sacerdotes, além das homilias e textos das missas do Advento de 1968, em que o assunto é enfocado., p.1251-1253.

81 - ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. Missa para o I Domingo do Advento. *SEDOC*. Petrópolis: março de 1969, v.9, p.1208-09.

82 - Entre diversos editoriais da época, veja-se

a) (...) algo extraordinariamente anormal vem ocorrendo no seio de nosso clero. Não faz muito que - devem estar lembrados os nossos leitores - aqui em São Paulo, na fazenda de repouso de uma Ordem religiosa, centenas de estudantes esquerdistas se reuniram às escâncaras para fazerem praça de seu desrespeito às determinações das autoridades públicas da disposição em que se achavam de prosseguir fosse como fosse na sua prédica comunista.

(...) Outra coisa que não se pode absolutamente deixar de referir é que se a Nação não está de forma alguma de acordo com a indisciplina desses eclesíásticos, também as Forças Armadas vêm acompanhando os acontecimentos com atenção, revelando cada vez mais o propósito de não consentirem que seja quem for, mesmo aqueles que na sua qualidade de membros da Igreja a que todos pertencemos tenham por dever ficar ao lado das autoridades civis e militares na defesa do regime, empreste auxílio à ação da esquerda subversiva (...). [O Exército e a Igreja. *O Estado de São Paulo*, 25 -11-67.]

b) Não podem prosseguir livremente em seus desmandos elementos da hierarquia que já deram sobejas provas de que não respeitam sequer a instituição a que pertencem. Os fatos mostram com meridiana clareza que, a pretexto de forçarem uma redistribuição de riquezas - riquezas que apenas existem na imaginação de tal gente - esses irresponsáveis abrem as portas a uma desordem que, alastrando-se, acabaria por apagar de nossa terra os últimos vestígios daquilo que devemos aos Manuel da Nóbrega, Anchieta, Luis de Grã e a tantos outros. [*O Estado de São Paulo*, 7-12-67.]

c) Os obstáculos ao desempenho de uma ação desenvolvimentista pelo clero filiam-se: (1) à sua desinformação sobre o funcionamento do sistema econômico e sobre os componentes do desenvolvimento; (2) à ausência de uma formulação coerente da doutrina econômica da Igreja; tanto a *Pax in Terris* quanto a *Populorum Progressio* pouco vão além de acusações, não raro injustas, ao egoísmo capitalista (...) e de exortações em prol da justiça social. (...) (3) à desintegração da hierarquia, de vez que o anseio ativista leva a geração clerical mais nova a

considerar reacionária a mais antiga, resultando em pronunciamentos confusos e conflitantes dos pastores, e angústia e dispersão do rebanho. [CAMPOS, Roberto de Oliveira. Quid Enim Prodest Homini...? In *O Estado de São Paulo*, 12-12-67]

82 - THUR, Bernardo, Pe. Carta do Presbitério de Volta Redonda ao Núncio Apostólico [31-09-1968]. *SEDOC*. Petrópolis: Janeiro 1969, p.995- 996.

[esse documento traz uma extensa listagem de entrevistas em rádio e televisão e na imprensa nas quais D. Sigaud ataca bispos brasileiros e o papa Paulo VI.]

Abreu Sodré diria em entrevista concedida à *Folha de São Paulo* (06-10-1970):

D.Hélder Câmara pertence à máquina de propaganda do PC e é de sua promoção na Europa. Recebe, viaja e é financiado para isso. Como as esquerdas querem uma vedete, não de barbas e charuto na mão, mas de batina, usam-no no exterior para denegrir o Brasil. É o que esse Fidel Castro de batina tem feito na Europa. [SODRÉ, Abreu. Entrevista. Apud SYDOW, Evanize e FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns - Um Homem Amado e Perseguido*. Petrópolis: Vozes, 1999. p.104.]

Sobre o atentado à residência de D. Hélder e assassinato do Pe. Henrique ver: *SEDOC*. Petrópolis: Agosto de 1969, v.2, p.143-150.

Sobre o fechamento de emissoras católicas:

a) em 7 de novembro de 1967, foram suspensas por oito dias as transmissões da Rádio Educadora do Maranhão, emissora da Arquidiocese de São Luis, por ato da Subdelegacia da Policia federal naquele Estado. O motivo foi a transmissão de uma crônica em que se questionava a independência do Brasil, considerando sua dependência em relação às nações industrializadas e à pobreza do nosso povo. [ver: Maranhão: Conscientização popular e Fechamento da Rádio. *Paz e Terra*, Ano II, nº 6, Abril 1968, p. 215-220.]

b) em 3 de outubro de 1973, a emissora Nove de Julho da Arquidiocese de São Paulo, foi fechada ao lhe ser negada a renovação da licença para transmissões. Era a mais potente das estações de rádio católicas do Brasil e operava desde 1954. [Ver: SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra. Bispos, militares, tortura e justiça militar na ditadura*. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.]

83 - SILVA, D. Raimundo de Castro e Silva, Vigário Geral da Arquidiocese do Ceará. Decreto. *SEDOC*. Petrópolis: julho de 1969, p.59-60

[Em 17 de maio de 1969 dera-se a condenação de Frei Geraldo Bonfim, a que se refere o decreto]

Foi levado à prisão um sacerdote pela culpa de ter proferido um sermão, no exercício do seu ministério sacerdotal, pelos conceitos considerados atentatórios à Segurança Nacional ou à dignidade das Forças Armadas. Dessa oração não ficou nenhum registro escrito ou gravado e a sua recomposição se tornou dúbia e quase impossível. (...)

Por esta razão, na tarde de Sábado 24 e no domingo 25, Festa de Pentecostes, todas as Igrejas de nossa Arquidiocese cerrarão suas portas; não serão celebradas missas nem ofícios litúrgicos, e o clero, com o Sr. Bispo Auxiliar de Fortaleza, estará reunido no antigo seminário da Prainha em oração e recolhimento, como outrora os Apóstolos no Cenáculo de Jerusalém, pedindo que o Espírito do Senhor Jesus, que é espírito de luz e de entendimento, desça sobre quantos participam do poder em nossa pátria, para que o exercitem digna e criteriosamente. [*SEDOC*. Petrópolis: julho de 1969, p.59-60]

É evidentemente desnecessário aos objetivos do presente estudo realizar o levantamento sistemático de padres presos por sermões. Apenas como ilustração, citam-se os seguintes casos recolhidos no relatório *Brasil Nunca Mais*, publicado pela Arquidiocese de São Paulo em 1985:

7 de setembro de 1968.

O padre Hélio Soares do Amaral fez sermão na missa dominical, em Altinópolis (SP) no qual dizia que o Brasil nunca foi independente, pois saíra do domínio português para cair no domínio norte-americano e culpava o governo pela miséria reinante. Em novembro de 1979 seria condenado a um ano e oito meses de

prisão no Presídio Tiradentes em S.P. por aquele sermão. [*Brasil Nunca Mais*, p.151.]
30 de novembro de 1969.

Pe. Roberto Egídio Pessi, de Torres, (R.S.) faz sermão no qual desmente a versão dos órgãos de segurança sobre o envolvimento dos dominicanos na morte de Marighela. Processado em 1970 pela Justiça Militar de Porto Alegre; é absolvido em junho de 1971. [*Brasil Nunca Mais*, p.151.]
26 de junho de 1970.

Padre Carlos Gilberto Machado Moraes, de Bagé (R.S.) faz sermão criticando o slogan “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Foi condenado a um ano de prisão, em Dezembro de 1972. “foi acusado de criticar o governo, os militares e os ricos, em sermões, palestras e programas radiofônicos, com acento na prédica realizada em 26 de junho de 1970 com críticas ao slogan ‘: Brasil, ame-o ou deixe-o’”. [*Brasil Nunca Mais*, p.152]
23 de abril de 1970

Foi aberto processo no Quartel General da 4ª Divisão de Infantaria de Belo Horizonte contra 8 padres e ex-padres dos municípios de Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo sob acusação de “Propaganda subversiva através de textos, aulas na Universidade do Trabalho, conversas em grupos de reflexão e sermões como o realizado no dia 7 de setembro de 1969, criticando a falta de liberdade no país. Todos os réus foram absolvidos em abril de 1972. [*Brasil Nunca Mais*, p.152.]

- 84 - CNBB. Comunicação Pastoral ao Povo de Deus. In *SEDOC*. Petrópolis: dez.1976, v.9, p. 786-796.
- 85 - CÂMARA, D. Hélder. [Palestra no Palácio dos Esportes, Paris]. Apud GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.291-292.
- 86 - CÂMARA, Hélder. Inauguração do Seminário Regional do Nordeste (2-5-65). In BARROS, Raimundo Caramuru; OLIVEIRA, Lauro de. (Orgs). *Dom Hélder: o artesão da paz*. Brasília: Senado Federal, 2000, p.97-105.
- 87 - CÂMARA, Hélder. Abertura do Simpósio Crise: Oportunidade de mudança. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (19-8-83). In BARROS, Raimundo Caramuru; OLIVEIRA, Lauro de. (Orgs). *Op.Cit.*, p.291-313
- 88 - CÂMARA, Hélder. Discurso ao receber o Prêmio Popular da Paz em Frankfurt (11-2-74). In BARROS, Raimundo Caramuru; OLIVEIRA, Lauro de. (Orgs). *Op.Cit.*, p.159-163.
CÂMARA, Hélder. Abertura do 10º Congresso da UCBC (Florianópolis, SC, 28-10-81). In BARROS, Raimundo Caramuru; OLIVEIRA, Lauro de. (Orgs). *Op.Cit.*, p.241-250.
- 89 - CÂMARA, Hélder. Palestra no Seminário sobre o Solo Urbano, (Recife, 15- 11-81.) In BARROS, Raimundo Caramuru; OLIVEIRA, Lauro de. (Orgs). *Op.Cit.*, p.251-254.
- 90 - CÂMARA, Hélder. Reunião dos Colaboradores da Freckenhoster Kreises. In BARROS, Raimundo Caramuru; OLIVEIRA, Lauro de. (Orgs). *Op.Cit.*, p. 143-150.
- 91 - CÂMARA, Hélder. Mensagem da Tomada de Posse como Arcebispo de Olinda e Recife. (12-4-64). In BARROS, Raimundo Caramuru; OLIVEIRA, Lauro de. (Orgs). *Op.Cit.*, p.85-96.
- 92 - CÂMARA, Hélder. Discurso de Paraninfo dos novos membros da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de Pernambuco (24-8-81). In BARROS, Raimundo Caramuru; OLIVEIRA, Lauro de. (Orgs). *Op.Cit.*, p.235-240.
CÂMARA, Hélder. Discurso no recebimento do Título de Doutor Honoris Causa, pela Universidade de Santa Úrsula. (Rio de Janeiro, 21-5-82). In BARROS, Raimundo Caramuru; OLIVEIRA, Lauro de. (Orgs). *Op.Cit.*, p. 279-285.
- 93 - Apud SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns - Um homem amado e perseguido*. Petrópolis: Vozes, 1999, p.115-116.
[acrescento, entre colchetes, letras que por erro de revisão faltam no texto reproduzido na fonte citada.]
- 94 - Sob as conferências entre autoridades eclesiais e dirigentes da ditadura militar ver:

- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- 95 - Sobre Alexandre Vannucchi ver:
SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns - Um homem amado e perseguido*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 130 - 145.
- 96 - Sobre Vladimir Herzog ver:
SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Op.Cit.*, p. 184 -206.
- 97 -SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Op.Cit.*, p.199.
- 98 - ARNS. D. Paulo Evaristo. [Homilia na missa por Alexandre Vannucchi]. In SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Op.Cit.*, p.138-139
- 99 -SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Op.Cit.*, p.204.
- 100 - WRIGHT, Jaime, Revd°. [Discurso no ato ecumênico por Vladimir Herzog.] In SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Op.Cit.*, p.200.
- 101 - SOBEL, Henry, rabino. [Discurso no ato ecumênico por Vladimir Herzog]. In SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Op.Cit.*, p.202.
- 102 - ARNS. D. Paulo Evaristo. [Discurso no ato ecumênico por Vladimir Herzog]. In SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Op.Cit.*, p.201-202.
- 103 - PIRES, D. José Maria. *Do Centro para a Margem*. João Pessoa, Acauã, 1978., p.38.
[a obra é uma antologia de sermões, cartas pastorais e artigos de jornal, publicados entre 1967 e de 1978 por D. José Maria Pires, Arcebispo da Paraíba. As pastorais relacionadas aos problemas da terra são:
- 1º Pastoral - abril de 1975. Convoca técnicos e administradores para produzir alimentos nas terras da diocese para amenizar a fome no Nordeste. Também reclama que os sindicatos deixem de apenas prestar serviços assistenciais e se tornem instrumento de união dos camponeses e de promoção dos seus legítimos interesses. [PIRES, D. José Maria. *Op.Cit.*, p.22-25.]
- 2ª Pastoral - junho de 1975. Sobre conflitos na fazenda Mucatú, no município de Alhandra, Pb. envolvendo 174 famílias. [PIRES, D. José Maria. *Op.Cit.*, p.26-29]
- 3ª Pastoral - dezembro de 1975. Sobre tentativas de intimidação de Frei Hermano José Cusrtten. [PIRES, D. José Maria. *Op.Cit.*, p.30-34]
- 4ª Pastoral - março de 1976. Destruição de sítio e roças nas fazendas de Mata da Vara e Lameiro, no interior da Paraíba. [PIRES, D. José Maria. *Op.Cit.*, p.35-39]
- 5ª Pastoral - fevereiro de 1978. Pela desapropriação da Fazenda Alagamar, nos municípios de Itabaiana e Salgado de São Felix, fronteira da Paraíba com Pernambuco. [PIRES, D. José Maria. *Op.Cit.*, p.40-49]
- 104 - PIRES, D. José Maria. *Do Centro para a Margem*. João Pessoa, Acauã, 1978, p.38.
- 105 - *Ibíd*em, p.45-46.
- 106 - *Ibíd*em, p.31- 32.
- 107 - GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.428-30.
- 108 - ARNS, D. Paulo Evaristo. [Nota em nome dos Bispos de São Paulo]. *O Estado de São Paulo*, 01-03-1977. Apud. Bispos de São Paulo se pronunciam. *SEDOC*. Petrópolis: junho 1977, v.9, p.1266
BALDUÍNO, D. Tomás. *Carta aos irmãos das Igrejas do Brasil*. (13 de setembro de 1975). *Sedoc*. Petrópolis: nov. 1975, v.8, p.463-4.

- 109 - Caso D.Sigaud. *SEDOC*. Petrópolis: junho 1977, v.9, p. 1263-334.
Quatro dias depois, pelo *Jornal do Brasil* de 8 de maio, D. Pedro Casaldáliga responde às acusações. Declara saber “de fontes oficiais do próprio Congresso Nacional.” que o Dossiê Sigaud fora preparado pelos órgãos de repressão. Nega ser comunista, mas se afirma socialista e democrata. Nega que condenasse o celibato e que contestasse o magistério do Sumo Pontífice, mas condena a estrutura burocrática-econômica do Vaticano.
D. Pedro Casaldáliga alega ainda que os textos de sua autoria, que constituem cerca de três quintos do volume da documentação, estão truncados e, portanto, deturpados no seu sentido.
A extensa documentação da polêmica gerada pelas denúncias, que acompanha o Dossiê de D. Sigaud nessa edição da revista *Sedoc*, permite utilizá-la como fonte satisfatória ao escopo do presente estudo.
- 110 - CASALDÁLIGA, D. Pedro. [Inauguração da Catedral de São Félix]. Apud. SIGAUD, D. Geraldo de Proença. [Dossiê contra D. Pedro Casaldáliga]. *SEDOC*. Petrópolis: junho 1977, v.9, p. 1294 - 1295.

[D. Sigaud recolhe a informação no Boletim da Diocese *Alvorada*, porem não indica a data de edição]
- 111 - CASALDÁLIGA, D. Pedro. *Yo creo en la justicia y en la esperanza*. Espanha: Desclée de Brouwer, 1976, p.51. Apud. SIGAUD, D. Geraldo de Proença. [Dossiê contra D. Pedro Casaldáliga]. *SEDOC*. Petrópolis: junho 1977, v.9, p. 1285.
- 112 - ALVORADA, (Boletim da Prelazia de São Félix), novembro de 1974, p.2. Apud. SIGAUD, D. Geraldo de Proença. [Dossiê contra D. Pedro Casaldáliga]. *SEDOC*. Petrópolis, junho 1977, v.9, p.1294-5.
- 113 - CNBB. *Exigências Cristãs de uma Ordem Política*.
Disponível em < <http://www.cnbb.org.br> >
- 114 - CNBB, Comissão representativa da. Comunicação Pastoral ao Povo de Deus. *SEDOC*. Petrópolis: junho 1977, v.9, p.786-95.
- 115 - Visita Apostólica de João Paulo II ao Brasil. *SEDOC*. Petrópolis: julho- agosto de 1980, v.13, p. 70-128.
[Dossiê com vários dos discursos de João Paulo II no Brasil]
Sobre a estadia de João Paulo II em São Paulo, quando dirigiu sua fala ao operariado ver: SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns - Um homem amado e perseguido*. Petrópolis: Vozes, 1999, p.297-300.
- 116 - SYDOW, Evanize e FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns - Um homem amado e perseguido*. Petrópolis: Vozes, 1999, p.255.
- 117 - *Ibidem*, p.312 -317.

[A Teologia da Libertação designa a corrente de reflexão teológica que constituía o suporte teórico da interpretação da mensagem evangélica como anuncio de libertação a ser iniciada ainda na vida presente, pela promoção e desenvolvimento dos grupos humanos submetidos às condições de miséria e degradação. O termo foi empregado pela primeira vez como título de livro do teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, em 1971.]
- 118 - *Ibidem*, p.340- 346.
- 119 -*Ibidem*, p.343.
- 120 - SILVA, Maria da Conceição. O Movimento de Renovação Carismática Católica e sua inserção no Brasil. *Historia*, v. 19., p.281-303

121 - Ibidem, p.293.

[A fonte do número dos grupos do RCC foi a matéria não assinada em *O Estado de São Paulo* de 31 de maio de 2002, p.A8.]

122 - SILVA, Maria da Conceição. O Movimento de Renovação Carismática Católica e sua inserção no Brasil. *Historia*, v. 19., p.289-93.

[Os censos do IBGE constataram entre 1940 e 1980, uma queda de 95% para 89% por cento no índice da população que se declarava católica, enquanto detectava um incremento de 2,6 para 6,6% no segmento que se declarava protestante. Também foi significativo o crescimento do número dos que se declaram sem religião, de 0,2 para 1.6%, enquanto os que se diziam espíritas tiveram apenas um pequeno crescimento de 1,1 para 1,3 %.]

123 - PIEMONTE, Marianne. A volta do Padre Pop. *Isto É Gente*. São Paulo: 06-11-2000., v.2, n..66, p.38-42.

124 - KLINTOWITZ, Jaime. A missa do padre show. *Veja*. São Paulo: novembro de 1999, v.32, n.45, p.175.

[Ainda não se realizaram estudos que permitam entender esse enorme despontar de vocações sacerdotais, que certamente não terá por única causa o desempenho do padre cantor, mas é possível admitir que a substituição da imagem circunspecta do padre por uma aproximada à dos ídolos da música pop ao menos terá quebrado algumas resistências à opção por uma vida religiosa entre os jovens.]

125 - ROSSI, Marcelo, Pe. *Anjos de Deus*.

Disponível em < <http://mvhp.radiohits.ig.com.br/pmrossi.htm>

126 - [Sem indicação de autoria]. Uma Estrela no Altar. *Veja*. São Paulo: 04-11-1998, p.114.

127 - KLINTOWITZ, Jaime. A missa do padre show. *Veja*. São Paulo: novembro de 1999, v.32, n.45, p.175.

128 - [Sem indicação de autoria]. Uma Estrela no Altar. *Veja*. São Paulo; 04-11-1998, p.114.

129 - KLINTOWITZ, Jaime. A missa do padre show. *Veja*. Petrópolis: novembro de 1999, v.32, n.45, p.175.

130 - Padre Zezinho (José Fernandes de Oliveira). *Ilumina, ilumina*.

Disponível em < <http://www.catolicanet.com.br/padrezezinhoscj>>



PRACTICAS PRACTICAS

Dos Espiritos

Ecce Homo.

ECCE HOMO.
PRACTICAS
PREGADAS
 NO COLLEGIO DA BAHIA A'S
 feitas fairs á noite, mostrando-se em todas as
Ecce Homo: pelo Padre Eulbio de Mattos,
 Religioso da Companhia de Jesus, Mestre de
 Primaria sagrada Typologia.
Offertidas
 AO SENHOR
 BENTO DE BEIJA DE NORONHA,
 Escriitor Apostolico do Sancto Officio da Real p'de
 Lisboa, & Casp'o Provedor da S'dade da C' de Lisboa.



LISBOA,
 Na Officina de AM DA COSTA.
 M. DC. LXXVII.
Cum Privilegio de Impugnari Solito.



EN TRE as sagradas
 nhor appareço no
 nhã o persuade m
 presenta mais seue
 aquellas Chagas, &
 le sangue haue m de ver hoje a amor. &c



Agora ponderamos ás diu
 fas daquela sagrada Imagem
 & hauendo já considerado tod
 agora por vltimo remate, tra
 porque tambem à Cruz de Ch
 titulo de remate. O titulo p



Catholico auditorio, se

Bibliografia do Volume 1

Bibliografia do volume 1.

- ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial. (1500 - 1800)*. Rio de Janeiro: Ed. da Sociedade Capistrano de Abreu, 1954.
- A Contra-Reforma e as Artes na Itália no fim do século XVI. In: _____. *A realidade figurativa*. São Paulo: Perspectiva /Editora da Universidade de São Paulo, 1973., p.371-421.
- ALENCAR, Francisco; CAPRI, Lúcia; RIBEIRO, Marcos Venício. *História da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1979
- ALVARENGA, Manoel José Corrêa e. *Monumento de agradecimento, tributo de veneração, obelisco funeral do obséquio, relação fiel das reaes exéquias (...)*. Lisboa: Oficina de Francisco da Silva, [1751].
- ALVES, José Luiz. Os claustros e o clero no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. t. 57, pte. 2, p.81-83.
- ALVES, Márcio Moreira. *A igreja e a política no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- ANCHIETA, José. Sermão da Conversão de São Paulo. In: _____. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do padre José de Anchieta, s. j. (1534-1597)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.
- ANDREONI, João Antonio (André João Antonil), *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. [1711]. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- ANTONIO das Chagas, Frei. *Escola de penitência e flagelo dos viciosos costumes, que consta de sermões apostólicos do muyto venerável padre Frey Antonio das Chagas (... Tirados à luz por Frei Manoel da Conceição)*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1687.
- ANTONIO das Chagas, Frei. *Obras espirituais do espiritual e venerável padre Frei Antonio das Chagas*. [Organizador: Manuel Godinho]. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1771.
- ANTONIO das Chagas, Frei. *Ramalhete espiritual composto com as flores dos doze sermões doutrináveis que no reyno de Portugal pregou Frei Antonio das Chagas*. [Organizador: Frei José da Trindade]. Lisboa: Menescal, 1722.
- ANTONIO das Chagas, Frei. *Sermoens genuínos e práticas espirituais*. [organizador; Padre Manuel Godinho]. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1690.
- ANTONIO de Sá, S. J. (1620-1678). Sermão dos passos que pregou ao recolher da procissão o p(...) Lisboa: Oficina de Ioam da Costa, 1675. In: _____. Estante Clássica da Revista de Língua Portuguesa, v. 12., Rio de Janeiro: 1924.
- ANTONIO de Santa Maria Jaboatão, Frei. *Discurso histórico, geográfico, genealógico, político e encomiástico, recitado em a nova celebridade que dedicaram os pardos de Pernambuco ao santo de sua cor, o B. Gonçalo Garcia*. Lisboa: Oficina de Pedro Ferreira, 1751
- ANUNCIACÃO, Luis da. Censura. In: ANTONIO das Chagas, Frei. *Sermoens genuínos e práticas espirituais*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1690. Não paginado.
- ARANHA, João Dias de Quadros, Padre. *Sermão pregado no dia 3 de maio de 1830, aniversário do descobrimento do Brasil pelo Padre João Dias de Quadros Aranha*. In: LIMA, Vicente Ferreira Lustosa de. *Anthologia dos pregadores brasileiros*. Rio de Janeiro: Garnier, 1902. V. 1, pp.113-15.

- ARAÚJO, Emanuel. *O Teatro dos vícios - transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- ARAUJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Salvador: Universidade Federal da Bahia / Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 1999.
- ARAÚJO, José Carlos Sousa. *Igreja católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. A redenção dos pardos: A festa de São Gonçalo Garcia no Recife, em 1745. In: ISTVÁN Jancsó & KANTOR, Iris (Org.). *Festa: Cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Huicitec / Editora da Universidade de São Paulo / Fapesp / Imprensa Oficial, 2001., v.1., pp.419 - 44.
- ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. Missa para o I domingo do advento. *SEDOC*. Petrópolis: v. 9, p. 1208 - 9, 1969.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985.
- ASSIS, Machado de. Monte Alverne. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editora, 1973., v. 3, p.202-204.
- ÁVILA, Affonso. Festa barroca: Ideologia e estrutura. *Barroco*. Belo Horizonte: v.14, p.70-91, 1986-89.
- _____. *O lúdico e as projeções do mundo barroco*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- _____. *O poeta e a consciência crítica: uma linha de tradição, uma atitude de vanguarda*. São Paulo: Summus, 1978.
- _____. *Resíduos seiscentistas em Minas; textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967. , 2 v.
- ÁVILA, Cristina Corrêa de Araújo. *Relação texto-imagem no barroco mineiro: breve estudo da iconografia colonial*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Eca/USP, 1993.
- AZEVEDO, Fernando de. *A transmissão da cultura. Parte terceira da 5ª edição da obra "A cultura brasileira"*: São Paulo: Edições Melhoramentos, 1976.
- AZEVEDO, João Lúcio. *História de Antonio Vieira*, v. I. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1918.
- BALDUÍNO, D. Tomás. *Carta aos irmãos das igrejas do Brasil*. (13 de setembro de 1975). *SEDOC*. Petrópolis: v. 8, p.463-464, 1975.
- BARLEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Trad. Cláudio Brandão. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.
- BARROS, Raimundo Caramuru & OLIVEIRA, Lauro de. (Orgs). *Dom Hélder: o artesão da paz*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- BASTOS, Amélia Molina. CAMDE. *Vozes*. Petrópolis: v. 58, p.541-47, 1964.
- BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Tradução de Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Record, s. d. [1983].
- BENTO da Trindade, Frei. *Sermão em ação de graças pela vinda do Príncipe Regente Nosso Senhor para os estados do Brasil, pregado na Igreja do Sacramento do Recife*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1809.

- BEOZZO, José Oscar, Padre. *História da igreja no Brasil*. Disponível em <<http://www.edeus.org/port/CatolicBR.htm>>
- BERNARDES, Manuel, Padre. *Sermões e práticas*. São Paulo: Anchieta, 1946.
- BETHENCOURT, Francisco. *História das inquisições - Portugal, Espanha e Itália - Séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BETTO, Frei. *Batismo de sangue. - A luta clandestina contra a ditadura militar - dossiês Carlos Marighella e Frei Tito*. II ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2000.
- BETTO, Frei; Adélia Bezerra de Meneses; Thomaz Jensen (Organizadores). *Utopia urgente. Escritos em homenagem a Frei Carlos Josaphat nos seus 80 Anos*. São Paulo: EDUC, 2002.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. *Reflexões sobre a arte*. 5ª Ed. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- BOXER, Charles R. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das grandezas do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1968.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CALDEIRA, Jorge. (Org.). *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- CÂMARA, Hélder. Inauguração do Seminário Regional do Nordeste (2-5-65). In: BARROS, Raimundo Caramuru e OLIVEIRA, Lauro de. (Orgs). *Dom Hélder: o artesão da paz*. Brasília: Senado Federal, 2000., p.97-105.
- _____. Discurso ao receber o Prêmio Popular da Paz em Frankfurt (11-2-74). In: BARROS, Raimundo Caramuru e OLIVEIRA, Lauro de. (Orgs). *Dom Hélder: o artesão da paz*. Brasília: Senado Federal, 2000., p.159-63.
- _____. Abertura do Simpósio *Crise: oportunidade de mudança*. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (19-8-83). In: BARROS, Raimundo Caramuru e OLIVEIRA, Lauro de. (Orgs). *Dom Hélder: o artesão da paz*. Brasília: Senado Federal, 2000., p.291-313
- _____. Abertura do 10º Congresso da UCBC (Florianópolis, SC, 28-10-81). In: BARROS, Raimundo Caramuru e OLIVEIRA, Lauro de. (Orgs). *Dom Hélder: o artesão da paz*. Brasília: Senado Federal, 2000., p.241-50.
- _____. Palestra no seminário sobre o solo urbano, (Recife, 15- 11-81). In: BARROS, Raimundo Caramuru e OLIVEIRA, Lauro de. (Orgs). *Dom Hélder: o artesão da paz*. Brasília: Senado Federal, 2000., p.251-54.
- _____. Reunião dos colaboradores da Freckenhoster Kreises. In: BARROS, Raimundo Caramuru e OLIVEIRA, Lauro de. (Orgs). *Dom Hélder: o artesão da paz*. Brasília: Senado Federal, 2000., p.143-50.
- _____. Mensagem da tomada de posse como Arcebispo de Olinda e Recife. (12-4-64). In: BARROS, Raimundo Caramuru e OLIVEIRA, Lauro de. (Orgs). *Dom Hélder: o artesão da paz*. Brasília: Senado Federal, 2000., p.85-96.
- _____. Discurso de paraninfo dos novos membros da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco (24-8-81). In: BARROS, Raimundo Caramuru e OLIVEIRA, Lauro de. (Orgs). *Dom Hélder: o artesão da paz*. Brasília: Senado Federal, 2000., p.235-40.

- _____. Discurso no recebimento do título de Doutor Honoris Causa, pela Universidade de Santa Úrsula. (Rio de Janeiro, 21-5-82). In: BARROS, Raimundo Caramuru e OLIVEIRA, Lauro de. (Orgs). *Dom Hélder: o artesão da paz*. Brasília: Senado Federal, 2000., p.279-85.
- _____. *O deserto é fértil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. *Um olhar sobre a cidade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- _____. *Utopias peregrinas*. Recife: ED. Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1993.
- Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, v. 24, fasc.1, p.210-211, 1964.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. Quid enim prodest homini.? . *O Estado de São Paulo*, 12-12-67.
- CANDIDO, Antonio. O escritor e o público. In: COUTINHO, Afrânio (Dir.); COUTINHO, Eduardo de Faria. *A literatura no Brasil*, p.219-230.
- CANECA, Joaquim do Amor Divino, Frei. *Obras políticas e literárias*. Recife: aos cuidados de Antonio Joaquim de Melo, 1875.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte - São Paulo: Itatiaia - Edusp, 1980.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas*. São Paulo: EDUSP /Imprensa Oficial /FAPESP, 2002.
- CARONE, Edgar. *A terceira república (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.
- CASALDÁLIGA, Pedro, Dom. *Yo creo en la justicia y en la esperanza*. Espanha: Desclée de Brouwer, 1976. SEDOC. Petrópolis: v.9, p.1285, 1977.
- _____. [Inauguração da Catedral de São Félix]. *SEDOC*. Petrópolis: v.9, p.1294-5, 1977.
- Caso D. Sigaud . *SEDOC*. Petrópolis: v.9, p.1263-334, 1977.
- Caso dominicanos. *SEDOC*. Petrópolis: v.3, p.783-90, 1969.
- CASTAGNA, Paulo. A Procissão do Enterro. In: ISTVÁN Jancsó; KANTOR, Iris (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Huicitec / EDUSP / FAPESP / Imprensa Oficial, 2001., v.II, p.831-56.
- CHENU, m. D. O.P. *A opinião pública no povo de Deus*. Petrópolis, *Vozes*, Dez.1967, p.1059-1070.
- CNBB. Comunicação pastoral ao povo de Deus. *SEDOC*. Petrópolis: v.9, dez. 1976, p.786-96.
- _____. Declaração dos membros da Comissão Central da CNBB. Presença da Igreja. *SEDOC*. Petrópolis: v.10, p.1331-34, 1969
- _____. Declaração da CNBB sobre a situação nacional. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 24, p.491-93, 1964.
- _____. A igreja no Brasil e o momento presente. *SEDOC*. Petrópolis: v.7, p.985-86, 1969. [Nota de 25 de outubro de 1968.]
- _____. Declaração final da IX Assembléia Geral da CNBB. *SEDOC*. Petrópolis: p.445-48, 1968, n. especial
- _____. *Exigências cristãs de uma ordem política*. Disponível em <<http://www.cnbb.org.br>>

- CONCÍLIO DE TRENTO. *Canones et decreta of the Council of Trent*. Tradução para o inglês de Henry Joseph Schroeder. Rockford: Tan Books and Publishers, 1978.
- CONCÍLIO DE TRENTO. Documentos do Concílio de Trento.
Disponível em <<http://history.hanover.edu/texts/trent/ct22.html>>
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o tratado de Madri*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, s. d.
- COSTA, D. Antonio Macedo, Bispo do Pará. Discurso pronunciado pelo Excelentíssimo Senhor D. Antonio de Macedo Costa, Bispo do Pará, em 28 de setembro de 1888, na Capela Imperial por ocasião da entrega da Rosa De Ouro a sua Alteza Senhora Princesa D. Isabel. In: LIMA, Vicente Ferreira Lustosa de. *Anthologia de pregadores brasileiros*. Rio de Janeiro: Garnier, 1902., v.1, p.277-95.
- COUTINHO, Afrânio (Dir.) *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Sul-Americana, 1968-1971, 3 v.
- COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante de (Dir.) *Enciclopédia de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação / Fundação de Assistência ao Estudante, 1990.
- Cúria condena a violência policial. *Paz e Terra*, Rio de Janeiro: v.2, n.6, p.287-92, 1968.
- DEISTER, Jorge c. A imprensa católica no Brasil até 1925. Petrópolis, *Vozes*, dez-1967, p.1071-1081.
- DIAS, Fernando Correia. Por uma sociologia do barroco mineiro. *Barroco*. Belo Horizonte: v.1, p.63-74, 1969.
- Documentário extra. *Paz e Terra*, Rio de Janeiro: v.2, nº 6, p.281-297, 1968.
[Comunicados e manifestações decorrentes da morte do estudante Édson Luis Pereira Filho].
- DOURADO, Mecenas. *Ensaio crítico e transcrição integral do Diálogo da conversão do gentio do Pe. Manuel da Nóbrega*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s. d.
- DULLES, John W, F, *Castello Branco, o caminho para a presidência*. UNB: 929 C346D=690
- Editorial. *O Estado de São Paulo*, 7-12-67.
- Editorial: O Exército e a Igreja. *O Estado de São Paulo*, 25 -11-67.
- Em Brasília, o congresso da CUTAL. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: v.24, fasc.1, p.208-210, 1964.
- Enciclopédia Mirador. Verbete “A imprensa brasileira” v. 11, p.6002-10.
- ENGELKE, Inocêncio. Frei, Bispo de Campanha> *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma agrária*. Campanha, 1950.
- EPISCOPADO BRASILEIRO. *Pastoral coletiva*. In: RODRIGUES, Anna Maria Moog. (Org.). *A igreja e a república*. , p.17-58.
[Ed. original. Rio de Janeiro: Tip. Montenegro, 1890.]
- _____. *Pastoral coletiva*. In: RODRIGUES, Anna Maria Moog. (Org.). *A igreja e a república*. , p.59-70.
[Ed. original. São Paulo: Escola Tipográfica Salesiana, 1900.]
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo / Publifolha, 2000.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

- FEBVRE, Lucien. O Problema da Descrença no Século XVI. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Lucien Febvre: história*. São Paulo: Ática, 1978, p.31-78.
- FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. *Leitura sem palavras*. São Paulo: Ática, 1986.
- FRANCISCO de Monte Alverne, Frei. *Obras oratórias de Frei Francisco do Mont'Alverne*. Rio de Janeiro: Garnier, s. d.
- FRANCISCO de Paula de Santa Gertrudes Magna, Frei. Sermão em memória do faustíssimo dia em que Sua Alteza Real desembarcou nesta cidade da Bahia. Recitado no antigo colégio dos jesuítas na festa que celebrou o ilustre senado em 23 de Janeiro de 1815 e no dia da inauguração da pirâmide erecta no Passeio Público. In: LIMA, Vicente Ferreira Lustosa de. *Anthologia de pregadores brasileiros*. V.1, p.23-42.
- FRANCISCO de São Carlos, Frei. Oração sagrada que na solene ação de graças pelo muito feliz e augusto nascimento da Sereníssima Senhora D, Maria da Glória Princesa da Beira, celebrada na Igreja de São Francisco de Paula recitou no dia 12 de maio de 1819, o P. M. Fr. Francisco de São Carlos. [1819]. In: LIMA, Vicente Ferreira Lustosa de. *Anthologia de pregadores brasileiros*. V.1, p.43-60.
- FRANCISCO de São Paio, Frei. Sermão de ação de graças que na igreja de São Pedro da corte do Rio de Janeiro pelo restabelecimento de sua Magestade Imperial, pregou o P. M. pregador imperial Fr. Francisco de S. Paio. In: LIMA, Vicente Ferreira Lustosa de. *Anthologia de pregadores brasileiros*. V.1, p.61-80
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Maia e Schimdt Ltda., 1933.
- FREYRE, Gilberto. *Olinda: 2º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- GALVÃO, Ramiz. O púlpito no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t.92, v. 146., p.9-160, 1922.
- GAMA, Ruy. *Engenho e tecnologia*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPAR, Carlos. Como se Preparou o congresso. *O Cruzeiro*, 28 de julho de 1955.
- GODINHO, Manuel, Prólogo ao leitor. In: ANTONIO das Chagas, frei. *Sermoens genuínos e práticas espirituais*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1690. Não paginado.
- GOMES, Eugênio. *Viera: sermões*. Rio de Janeiro: Agir, 1968.
- GOMES, Perillo. O Laicismo e o México. In: RODRIGUES, Anna Maria Moog (Org.). *A igreja na república*, p.131-136.
[Edição original em *A ordem* n° 52. Rio de Janeiro: outubro, 1926.]
- HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras / Secretaria de Estado da Cultura, 1989.
- HAUSER, Arnold. *Historia social de la literatura y el arte*. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969.
- HOLANDA, Sérgio Buarque (supervisão). *Frei Caneca*. . São Paulo: Abril Cultural, 1969. [Col. Grandes Personagens da Nossa História. v. 18.]

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- _____. *Visão do paraíso*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- _____. *O Brasil monárquico: do império à república*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
[História Geral da Civilização Brasileira, t. 2, v. 5.]
- HOORNAERT, Eduardo. *Formação do catolicismo brasileiro; 1500-1800: ensaio de interpretação a partir dos oprimidos*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- HORCH, Rosemarie Erika. *Sermões impressos dos autos da fé*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.
- ISTVÁN Jancsó; KANTOR, Iris (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Huicitec / EDUSP / FAPESP / Imprensa Oficial, 2001.
- JESUS, Antonio Carlos de. *A arte de pregar e a arte da comunicação*. São Paulo: s.n., 1982. Dissertação (Mestrado) - ECA/USP [Orientadora: Nelly de Camargo.]
- [JOÃO PAULO II.] *Pronunciamentos do papa no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- JULIO MARIA, Pe. *Conferências da assunção: I série -- 1897*. Introdução e transcrição Padre Fernando José Guimarães C. SS. R. Aparecida - SP. : Editora Santuário, 1988.
- JÚLIO MARIA, Pe. *A igreja e a república*. 3ª ed. Introdução de Anna Maria Moog Rodrigues. Brasília: Câmara dos Deputados / Editora da Universidade de Brasília, 1981.
[Trata-se da reedição mais recente e mais acessível de: JÚLIO MARIA, Pe. Memória sobre a Religião, Ordens Religiosas, Instituições Pias e Beneficentes no Brasil. In: *O Livro do centenário*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.
A mesma obra foi também publicada com o título *O Catolicismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1950.]
- KATINSKY, Júlio Roberto. *Um guia para a história da técnica no Brasil colônia*. São Paulo: FAU-USP, 1976.
- KLINTOWITZ, Jaime. A missa do padre show. *Veja*, v. 32, n.45, p.175, 1999,
- KOPKE, Carlos Burlamaqui. A Oratória sacra. In: COUTINHO, Afrânio (Dir.) *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Sul-Americana, 1968-1971, 3 v.
- LEME, Sebastião. *A carta pastoral de Sua Eminência o senhor Cardeal Dom Leme, quando Arcebispo de Olinda, saudando os seus diocesanos*. Petrópolis: Vozes, 1916.
- LIMA, Vicente Ferreira Lustosa de. *Anthologia de pregadores brasileiros*. Rio de Janeiro: Garnier, 1902.
- LINS, Ivan. *Sermões e cartas do Padre Antonio Vieira*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s. d.
- _____. A oratória sacra; as cartas e a literatura religiosa. In: JUNIOR, Manuel Diegues (Coord.). *História da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Fename/Conselho Federal de Cultura, 1975. , p.41-56.
- LIPINER, Elias. *Os judaizantes nas capitâneas de cima. (Estudos sobre os cristãos-novos do Brasil nos séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.
- LISBOA, João Francisco. *A vida do Pe. Antonio Vieira*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., s. d.
- LUCAS de Santa Catarina, Frei. Torina cotidiana composta pelo licenciado Nada Lhe Escapa. In: *PROJETO VERCIAL*. Disponível em <<http://www.ipn.pt>>
- LUGON, Claude. *A república "comunista" cristã dos guaranis: 1610-1718*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- MACHADO, Simão Ferreira. . *Triumpho eucharístico exemplar da christandade lusitana em publica exaltação da fé na solemne trasladação do divinissimo sacramento da igreja da Senhora do Rosário para um novo templo da Senhora do Pilar em Villa Rica*. Lisboa Occidental: Officina da Musica, [1734].
- MANUEL da Conceição, Frei. Sermão preludial. In: ANTONIO das Chagas, frei. *Escola de penitência e flagelo dos viciosos costumes, que consta de sermões apostólicos do muyto venerável Padre Frey Antonio das Chagas. . . Tirados à luz por Frei Manoel da Conceyçam*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1687.
- Maranhão: Conscientização popular e fechamento da Rádio. *Paz e Terra*, Rio de Janeiro: v.2, n.6, p.215-220, 1968
- Marchas da Família com Deus pela Liberdade. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: v. 24, fasc.2, p.405-497, 1964.
- MARTINS, Edilson. *Nós do Araguaia: Pedro Casaldágia, o bispo da teimosia e da liberdade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira: (1550-1794)*. São Paulo: Cultrix / EDUSP /Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976, v.1.
- _____. *História da inteligência brasileira: (1794-1855)*. São Paulo: Cultrix / Editora da Universidade de São Paulo, 1977, v.2.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira: (1855 - 1877)*. São Paulo: Cultrix / EDUSP /Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976, v.3.
- MATTOS, Eusébio de. *Ecce homo. Práticas pregadas no Collegio da Bahia as sextas feiras à noite; mostrandose em todas o ecce homo: pello Padre Eusebio de Mattos, religioso da Companhia de Jesus, Mestre de Prima na sagrada theologia*. Lisboa: na Officina de Ioam da Costa, 1677.
[Edição fac-símile: Rio de Janeiro: Revista de Língua Portuguesa, 1923]
- MATOS Guerra, Gregório de. *Obras completas de Gregório de Matos*. Salvador: Ed. Janaína, s. d.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630 -1654*. São Paulo: Editora Forense-Universitária / Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
- _____. *O nome e o sangue. Uma fraude genealógica no Pernambuco colonial*. . São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de. Manuel Ferreira Jácome: arquiteto, juiz do ofício de pedreiro. *Revista da Escola de Belas Artes de Pernambuco*, v. 1, 1957, p.19-32.
- _____. Rebelo, pintor setecentista do Recife. In: _____. *Tempo de Jornal*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1998, p.221-5.
- _____. *Tempo dos flamengos*. 2ª Edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1979.
- MENDES, João, S. J. *Padre Antonio Vieira*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.
- MENEZES, Adélia Bezerra de, et altri. Brasil Urgente: entrevista com Frei Carlos Josaphat. In: BETTO, Frei; Adélia Bezerra de Meneses; e Thomaz Jensen (Organizadores). *Utopia urgente. Escritos em homenagem a Frei Carlos Josaphat nos seus 80 Anos*. São Paulo: EDUC, 2002, p.461-521.
- MIGUEL, Antonio Dias. Século e meio de cultura portuguesa. In. SARAIVA, José Hermano (Dir.) *História de Portugal 1245-1640*. , p.749-771.

- MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. *Os franciscanos e a formação do Brasil*. 2ª Ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1976.
- MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *Evolução do catolicismo no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): (Pontos de partida para uma revisão histórica.)*. São Paulo: Ática, 1980.
- MOURA, Odilão, O. S. B. *As idéias católicas no Brasil. Direções do pensamento católico do Brasil no século XX*. São Paulo: Editora Convívio, 1978.
- MURICY, Andrade. *Música na corte brasileira*, v. 2. São Paulo: EMI-Odeon, 1957. LP - SC10. 119.
- NETO, Paulo. Aspectos históricos analíticos do jornalismo católico no Brasil. *Vozes*, 1965, p.134.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos. Um silêncio perverso: censura, repressão e o esboço de uma primeira esfera pública de poder (1820-1823). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas*. São Paulo: EDUSP /Imprensa Oficial /FAPESP, 2002, p.121-54.
- NEVES, Luiz Felipe Baeta. *Vieira e a imaginação social jesuítica. Maranhão e Grão Pará no século XVII*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- NÓBREGA, Manuel da. Diálogo da Conversão do Gentio. In: DOURADO, Mecenaz. *Ensaio crítico e transcrição integral do Diálogo da conversão do gentio do Pe. Manuel da Nóbrega*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s. d., p.181-216.
- _____. Pe. Carta ao Pe. Simão Rodrigues, Lisboa. Baía, fins de agosto 1552. In: _____. *Cartas do Brasil e mais escritos: Opera Omnia*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955. , p.137-146.
- NOGUEIRA, Ataliba. *Antonio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 1977
- NORTON, Howard Wayne. *Sermões anti-judaicos pregados nos autos- de- fé em Lisboa de 1706 a 1750*. São Paulo: s.n., 1980. Tese (Doutorado) - FFLCH/USP. [Orientadora Drª Anita Novinsky]
- Nosso século*. São Paulo: Abril Cultural, 1980- 1981.
- NOVAES, Adauto, et alli. *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- NOVINSKY, Anita. *Cristãos-novos na Bahia*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- NOVINSKY, Anita; CARNEIRO, Maria Luiza TSE (Eds.). *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte*. São Paulo: EDUSP, 1992.
- NUNES, Benedito. O universo filosófico e ideológico do barroco. *Barroco*. Belo Horizonte: v.12, p.23-29, 1982-1983.
- O episcopado brasileiro frente à revolução de abril. *Revista Vozes*. Petrópolis: v. 58, n.6 p.539-541, 1964.
- O XXXVI Congresso Eucarístico Nacional. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: v. 15, fasc.3, p.769-771, 1955.
- PADRE ZEZINHO (José Fernandes de Oliveira). *Ilumina, ilumina*.
Disponível em: <<http://www.catolicanet.com.br/padrezehinhoscj>>
- PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

- PAZ, Octavio. *Sor Juana Ines de la Cruz o las trampas de la fe*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- PÉCORA, Antonio Alcir Bernárdez. O demônio mudo. In: NOVAES, Adauto. (Org.) *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.301-316.
- _____. *Teatro do sacramento - A unidade teológica-retórico-política dos sermões de Antonio Vieira*. São Paulo: EDUSP/Unicamp, 1994
- FEREIRA, Leonardo Lucas. Preparação para a urgência dos tempos: Entrevista com Frei Carlos Josaphat. In: BETTO, frei; Adélia Bezerra de Meneses; Thomaz Jensen (Organizadores). *Utopia urgente. Escritos em homenagem a Frei Carlos Josaphat nos seus 80 Anos*. São Paulo: EDUC, 2002, p.445-460.
- PEREIRA, José da Costa. Vectores culturais portugueses do seiscentos e setecentos. In: SARAIVA, José Hermano (Dir.) *História de Portugal: (1640-Actualidade)* Lisboa, Publicações Alfa, 1983., p.323-367.
- PIEMONTE, Marianne. A volta do padre pop. *Isto É Gente*, v. 2, nº. 66, 06-11-2000, p.38-42.
- PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. *Dom Hélder Câmara. Entre o poder e a profecia*. São Paulo: Paulinas, 1983.
- PIRES, José Maria, Dom. *Do centro para a margem*. João Pessoa: Acauã, 1978.
- PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Silva, 1878.
- PONTES, Maria de Lourdes Belchior. *Frei Antonio das Chagas - um homem e um estilo do séc. XVII*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1953.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 8. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- Presença da igreja no Brasil de hoje. *Paz e Terra*, Rio de Janeiro: v.2, n.6, p.149-279, 1968.
- Prisão de três sacerdotes franceses e um diácono brasileiro em Belo Horizonte. *SEDOC*. Petrópolis: v.9, p.1207-56, 1969.
- Ribeirão Preto. *SEDOC*. Petrópolis: v.3, p.789-92, 1969.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro - A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Gil Barreto. *Evangelho político – Discurso social-político da igreja*. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiânia, 1999.
- RIBEIRO, Sotério da Sylva. *Summa triunfal; da nova, e grande celebridade do glorioso e invicto mártir S. Gonçalo Garcia*. Lisboa: Officina de Pedro Ferreira, [1753].
- RODRIGUES, Anna Maria Moog. (Org.). *A igreja e a república*. Brasília: Câmara dos Deputados / Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- RODRIGUES, Anna Maria Moog (Org.). *A igreja na república*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. (Coleção do Pensamento Político Republicano.)
- ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra estado: (crítica ao populismo católico)*. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.
- ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. . Rio de Janeiro: José Olympio, 1960, t.2: Formação e desenvolvimento da literatura nacional.

- RONCARI, Luiz. *Literatura brasileira; dos primeiros cronistas aos últimos românticos*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- RONCARI, Luis. Sermão, folhetim e crônica. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro: v. 11, nº. 68, agosto de 1980.
- ROSSI, Marcelo, Pe. Anjos de Deus.
Disponível em < <http://mvhp.radiohits.ig.com.br/pmrossi.htm> >
- SANTIAGO, Sebastian. *Contrarreforma y barroco*. Madrid: Alianza Editorial, 1981
- SANTOS, Beatriz Catão Cruz. Unidade e diversidade através de Corpus Christi. In: ISTVÁN Jancsó & KANTOR, Iris (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Huicitec / EDUSP / FAPESP / Imprensa Oficial, 2001, v. II, p.521-44.
- SARAIVA, Antonio José. *O discurso engenhoso*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- SARAIVA, José Hermano. As invasões francesas e a crise do fim do regime. In: _____. *História de Portugal: (1640- actualidade)*. Lisboa: Alfa, 1983, v. 3, p.131-43.
- _____. (Dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Publicações Alfa, 1983. 3 v.
- _____. Os cristãos novos e a inquisição. In: _____. (Dir.) *História de Portugal: (1245-1640)*. Lisboa, Alfa, 1983, p. 457-74.
- Visita apostólica de João Paulo II ao Brasil. *SEDOC*. Petrópolis: v.13, p.70-128, 1980.
- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra. Bispos, militares, tortura e justiça militar na ditadura*. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.
- SILVA, Augusto Álvaro, Arcebispo da Bahia e Cardeal Primaz do Brasil. *Carta pastoral - 1º de Dezembro de 1963. Vozes*. Petrópolis: v 58, p.63-68, 1964.
- SILVA, D. Raimundo de Castro e, Vigário Geral da Arquidiocese do Ceará. Decreto. *SEDOC*. Petrópolis: p.59-60, 1969.
- SILVA, Maria da Conceição. O Movimento de Renovação Carismática Católica e sua inserção no Brasil. *Historia*, v. 19, p.281-303.
- SILVA, Jerónimo Peixoto da. *Sermão da quarta - feira de cinzas na cidade do Porto. No fim se mostrou o ecce homo. Pregara o Doutor Jerónimo Peixoto da Silva*. Lisboa: Officina de Antonio Craesbeeck de Melo, 1658.
- Sessenta e quatro religiosos lançam manifesto. *Paz e Terra*, ano II, nº6, abril de 1968. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968. , p.287-292.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira. Seus fundamentos econômicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- SOUSA, Paulo J de. S. J. As congregações marianas na realidade social brasileira. *Vozes*. Petrópolis: v. 58, p.705-709, 1964.
- SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). *História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. . São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.1.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*.. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- SYDOW, Evanize e FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns - Um homem amado e perseguido*. Petrópolis: Vozes, 1999.

- THOMAZ, Joaquim. *Anchieta*. . Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1954. [Biblioteca do Exército, volume 193]
- THUR, Bernardo, Pe. Carta do presbitério de Volta Redonda ao Núncio Apostólico [31-09-1968]. *SEDOC*. Petrópolis: v.7, p.995-96, 1969.
- TÔRRES, João Camilo de Oliveira. *História das idéias religiosas no Brasil. – A igreja e a sociedade brasileira*. São Paulo: Editorial Grijalbo Ltda., 1968.
- VASCONCELOS, Simão. *Crônica da Companhia de Jesus. Terceira edição*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853.
- VIEIRA, Antonio, S. J. *Cartas do Padre Antonio Vieira coordenadas e anotadas por J. Lúcio D’Azevedo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928, t.3
- VIEIRA, Antonio, Pe. *Cartas*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. s. d.
- VIEIRA, Antonio, S. J. *Sermões do Padre Antonio Vieira*. São Paulo: Editora Anchieta S. A., 1945. 15 volumes. [reprodução fac-símile das edições originais dos séculos XVII e XVIII.]
- VIEIRA, Antonio, S. J. Defeitos do juízo, processo e sentença na causa do Padre Antonio Vieira, estando recluso na inquisição, representados à Santidade de Clemente X e Padre Geral da Companhia de Jesus. In VIEIRA, Antonio, Padre. *Obras escolhidas*, v. VI. Lisboa: Sá da Costa, 1951.
- VILAÇA, Antonio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- VILAS-BOAS, Manuel do Cenáculo. *Memórias históricas do ministério do púlpito, por um religioso da Ordem Terceira de S. Francisco*. Lisboa: Regia Officina Tipográfica, 1776.
- XXXVI Congresso Eucarístico Internacional. *Manchete*. Rio de Janeiro: n. especial, 1955
- SIGAUD, D. Geraldo de Proença. [Dossiê contra D. Pedro Casaldáliga]. *SEDOC*. Petrópolis: v.9, p.1277-304, 1977.
- WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil colonial*. São Paulo: Pioneira / Edusp, 1960.

Desenhos

Todos os desenhos, colagens e manipulações digitais de imagens que ilustram a entrada dos capítulos e principais tópicos são de minha autoria.

Tais imagens reapropriadas provêm das seguintes fontes:

No Volume 1:

Capa:

Foto do púlpito da Igreja de Nossa Senhora das Mercês em Pilar de Goiás encontrada em: *Arte no Brasil*. São Paulo, Abril Cultural, 1979, v.1, p.308.

Antes da página 1:

VIEIRA, Antonio. Padre. Sermão da Sexagésima. In *Sermões do Padre Antonio Vieira*; São Paulo: Editora Anchieta Limitada, s.d. [c. 1943], v.1, [colunas 61-63.]

Anônimo português do século XV. Ecce Homo.

Página 20

MACHADO, Reinaldo Guedes. Pássaros.

POZZO, Andrea. Capitel coríntio. In _____. *Perspective in architecture and painting*. New York, Dover, 1989, p.63.

[Edição fac-símile da edição londrina de 1693]

Página 54

MACHADO, Reinaldo Guedes. Céu estrelado com palavras do sermão da Sexagésima de 1655, do Padre Antonio Vieira.

POZZO, Andrea. Perspectiva de arquitetura. In _____. *Perspective in architecture and painting*. New York, Dover, 1989, p.212.

[Edição fac-símile da edição londrina de 1693]

Página 60

GUSMÃO, Bartolomeu Lourenço de. Sermão que na última tarde do tríduo com que os Acadêmicos Ultramarinos festejaram a Nossa Senhora do Desterro pregou o Pe. Bartolomeu Lourenço de Gusmão, pregado na paróquia de S. João de Almadina. Apud. GALVÃO, Ramiz. O Púlpito no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo 92, Vol.146, (1922). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926, p.61.

Azulejos da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem. Salvador, Bahia.

Página 81

Detalhe da pintura do forro da Matriz de Itu, do padre Jesuíno do Monte Carmelo.

FEIJÓ, Diogo Antonio. Padre. Oração Fúnebre ao padre Jesuíno do Monte Carmelo. In CALDEIRA, Jorge. *Diogo Antonio Feijó*. São Paulo, ED.34, 1999, p.271-77.

Página 103

Foto do Pavilhão do 36 Congresso Eucarístico Internacional, no Rio de Janeiro. *Ecos Marianos da Basílica Nacional de N. Senhora Aparecida*. Aparecida, SP 1956. Suplemento anual, p.235.

MACHADO, Reinaldo Guedes. Manipulação digital de foto encontrada em *Nosso Século*. São Paulo, Abril Cultural, 1980-86, v.10, p.49.

Página 158

ARNS. D. Paulo Evaristo. [Discurso no ato ecumênico por Vladimir Herzog]. In SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Op. Cit.*, p.201-202.
Rembrandt. “Boi esquartejado” (1655)

Página 175

Vinheta decorativa encontrada em VIEIRA, Antonio. Padre. *Maria Rosa Mystica*. Lisboa, Miguel Deslandes, 1686. I parte, p. 409.

Página 219

Colagem de vinhetas e capitulares encontradas em EUZÉBIO DA SOLEDADE. Frei. *Ecce Homo. Práticas pregadas no Colégio da Bahia*. ... Lisboa, Ioam da Costa, 1677.

No Volume 2:

Capa:

Manipulação digital de foto do púlpito da Igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição de Sabará. Fotografia original de Alexandre Pereira de Magalhães,

Antes da página 1.

Púlpito da Igreja de Santa Maria do Olival em Tomar, Santarém. Foto encontrada em ACADEMIA NACIONAL DE BELAS ARTES [Portugal]. Inventário artístico de Portugal. Vol. 3. Est. CLIII.

Entre páginas 127 e 128.

Missas em ginásio de esporte. *Veja*. São Paulo, 08 de abril de 1998, p.97.
Onças em *Ecossistemas Marianos da Basílica Nacional de N. Senhora Aparecida*. Aparecida, SP 1956. Suplemento anual, p.103.

Entre páginas 132 e 133.

Vinheta decorativa encontrada em VIEIRA, Antonio. Padre. *Maria Rosa Mystica*. Lisboa, Miguel Deslandes, 1688. 2ª parte, p. 323.

Entre páginas 279 e 280.

Diversas vinhetas decorativas de VIEIRA, Antonio. Padre. *Maria Rosa Mystica*. Lisboa, Miguel Deslandes, 1ª parte (1686) e 2ª parte (1688).

Volume 1

Capítulo 1- Definição do objeto de estudo.

1. I - Introdução	página 10
1. II - Definição do objeto de estudo.....	12
1. III - Organização desta Tese de Doutorado	17

Capítulo 2 - O Púlpito (objeto verbal)

2. I - Metrópole e Colônia	21
2. II - Monarquia no Brasil	82
2. III - Brasil Republicano	104

Notas do volume 1.....	176
------------------------	-----

Apêndice 1 - Bibliografia do Volume 1.....	220
--	-----

Volume 2

Capítulo 3 - O Púlpito (objeto material.)

3. I -Introdução	página 10
3. II - Tipologia Estrutural	22
3. III - Tipologia Formal	39
3. IV - Iconografia e decoração	100
3. V - Conclusão	117

Capítulo 4 - Considerações finais..... 128

Notas do Volume 2..... 133

Apêndice 2. - Listagem e classificação dos púlpitos..... 140

Brasil..... 144

Portugal..... 202

Apêndice 3 - Glossário..... 269

Apêndice 4 - Bibliografia do Volume 2..... 280

Fonte das ilustrações..... 287